Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Antropologia

Rios Vermelhos

Perspectivas e posições de sujeito em torno da noção de cabano na Amazônia em meados de 1835.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (PPGAS-FFLCH-USP) como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências.

Leandro Mahalem de Lima

Orientadora: Profa. Dra. Marta Rosa Amoroso.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2008.

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Antropologia

Rios Vermelhos

Perspectivas e posições de sujeito em torno da noção de cabano na Amazônia em meados de 1835.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (PPGAS-FFLCH-USP) como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências.

Leandro Mahalem de Lima

Orientadora: Profa. Dra. Marta Rosa Amoroso.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Mark Harris (University of St. Andrews, Escócia).

Prof. Dr. John Manuel Monteiro (PPGAS-IFCH-UNICAMP).

Suplentes:

Prof. Dr. José Ribamar Bessa Freire (UNI-Rio, Rio de Janeiro)

Profa. Dra. Dominique Tilkin Gallois (PPGAS-FFLCH-USP).

Profa. Dra. Beatriz Pérrone-Moisés (PPGAS-FFLCH-USP).

São Paulo, 27 de fevereiro de 2008.

*Acreditaís no palácio de cristal, indestrutível
através dos séculos, isto é, um edifício tal que
não se lhe poderá mostrar a língua, às
escondidas, nem fazer figa dentro do bolso.*

*Bem, mas talvez eu tema este edifício
justamente porque é de cristal e indestrutível
através dos séculos e por não se poder
mostrar-lhe a língua, nem mesmo às ocultas.*

Fiódor Dostoiévski, *Memórias do
Subsolo* [1864].

*Dedico este trabalho a todos os mortos
eclipsados em suas verdades pela injustiça e
pelo esquecimento.*

*Em memória de Rafael Telles Ferreira,
jovem homem bom e honesto, abruptamente
interrompido pelo imponderável.*

RESUMO	8
ABSTRACT.....	9
AGRADECIMENTOS	10
INTRODUÇÃO.....	14
I. O foco e o problema do trabalho.....	14
II. Trajetória da pesquisa.	21
III. Vencedores e Vencidos. Duas tradições memoriais em disputa pelo <i>cabano</i>	24
IV. <i>Cabanos</i> : unidade e multiplicidade.	27
CAPÍTULO I. Imagens do século XIX e a positivação da figura do <i>cabano</i> no século XX. .	32
I. Imagens literárias: <i>cabanos</i> como <i>feras imprevisíveis</i>	32
II. Visões de viajantes e cronistas: o <i>cabano</i> e a <i>vingança contra os brancos</i>	36
III. Domingos Antônio Raiol: o <i>princípio de autoridade</i> e a <i>anarquia da ínfima classe</i>	38
IV. José Veríssimo e a máxima do Padre Vieira: <i>Quem for senhor dos índios o será do Estado</i> . 51	
V. A positivação da figura do <i>cabano</i> no século XX.	60
CAPÍTULO II. Os festejos de São Tomé e o ataque de janeiro de 1835 à Cidade do Pará. 71	
I. Descrição dos festejos e visões oculares do ataque de janeiro de 1835.....	71
II. O ataque de janeiro de 1835 e as múltiplas abrangências do processo de disputas.....	81
CAPÍTULO III. Dois momentos prévios de acirramento de disputas armadas.	85
I. As juntas militares e a perseguição às <i>feras</i> no processo de adesão do Grão-Pará ao Império do Brasil (1821-1824).	85
II. A frustrada tentativa de abolição da servidão indígena no Grão-Pará (1831).	106
III. As perseguições ao <i>magote de Jacó Patachó</i> (fins de 1832 e início de 1833).	114
CAPÍTULO IV. Perspectivas <i>legalistas</i> sobre os contrários e a formação do regime militar de exceção.	125
I. A Carta de 1824 e sua exceção. O arbítrio legalizado em nome da segurança do Estado.	125
II. O isolamento <i>legalista</i> no palácio e a estratégia para obtenção de apoio militar estrangeiro.....	133
III. A <i>guerra geral contra os brancos</i> e as <i>guerras justas coloniais</i>	147
IV. A <i>guerra contra os cabanos</i> e a <i>suspensão das formalidades</i>	151

V. A chegada da esquadra de Soares d'Andréa e o cerco a Belém.	167
VI. Propostas de anistia dos <i>patriotas</i> e a recusa de Soares d'Andréa a qualquer acordo.	171
VII. O <i>crime geral de cabano</i> e a <i>brandura das leis inúteis</i> no contexto das primeiras expedições e prisões (1836).	176
VIII. A estrutura formal dos <i>comandos militares</i> e dos <i>corpos de trabalhadores</i>	187
IX. Ilha de Marajó. Sobre a atuação das tropas, a partir de uma região.	193
CAPÍTULO V. Territórios e populações do Grão-Pará. <i>Cabanas</i> e <i>casas telhadas</i> e seus moradores, a partir de óticas <i>legalistas</i>	199
I. Sobre a abrangência territorial dos confrontos.	199
II. Os núcleos reivindicados pelo Estado na calha dos grandes rios.	207
III. Os <i>brancos</i> , as casas telhadas e o sistema dos distritos.	222
CAPÍTULO VI. Notas sobre os contrários. Quem eram os <i>cabanos</i> ?	239
I. O <i>cabano</i> e a lógica dos contrários.	239
II. Notas sobre a mobilização dos <i>brasileiros patriotas</i> pelo controle do Estado.	242
III. Notas sobre as mobilizações de populações indígenas e misturadas.	264
FONTES E ARQUIVOS	272
BIBLIOGRAFIA.....	281
ANEXO. Apresentação à Banca de Defesa (27 de fevereiro de 2008).	291

RESUMO

Esta pesquisa situa-se na interface entre os estudos antropológicos e historiográficos acerca da Amazônia brasileira, e pretende se utilizar de métodos e perspectivas de ambas as disciplinas. Seu objetivo é produzir uma interpretação sobre do complexo de eventos belicosos ocorridos em tal região em meados da década de 1830, que se convencionou denominar em sua totalidade como a *cabanagem*. Este estudo fundamenta-se em fontes primárias: documentação oficial, relatos de viajantes, literatura e análises da época, mapas históricos, entre outros. Com base em tais fontes e no pensamento sobre o tema pretende-se aqui, primeiramente, demonstrar que a noção de *cabano*, que posteriormente passou a caracterizar a totalidade das disputas e a perspectiva dos rebeldes, era operante no período. Assim, o primeiro esforço da pesquisa é situar tal noção em seus sentidos e usos na própria época. Defende-se aqui que o *cabano* não parte de um ou múltiplos coletivos de agentes auto-identificados como tais, mas sim de seus próprios contrários e antagonistas, auto-identificados como *legalistas*, que se consideravam a si mesmos os representantes dos *homens de bem*, da *civilização* e da *humanidade*. *Cabano*, em seu uso na época, era uma expressão pejorativa, forjada para caracterizar a unidade dos contrários da *legalidade*, passíveis de serem legitimamente exterminados, capturados para trabalhos forçados, ou expulsos de suas próprias terras. Deste modo, o primeiro objetivo deste trabalho é descrever e detalhar a produção de tal estratégia dirigida contra todos aqueles que estavam fora do pacto da *legalidade*, no território amazônico. E o segundo, é tentar situar e discorrer sobre quem eram, como se auto-identificavam e o que pretendiam os ditos *cabanos*, neste amplo complexo de confrontações armadas que abrangeu toda a Amazônia brasileira da época.

Palavras-chave: *Cabanagem, História Amazônica, História do Brasil, Período Regencial, Guerra, Antropologia Política.*

ABSTRACT

This research stands on the interface between the anthropological and the historical studies about the Brazilian Amazon, and intends to utilize methods and perspectives of both disciplines. Its ultimate aim is to produce an interpretation about the complex of warlike events occurred in this region over the years 1830, which are conventionally designated in its totality as the *cabanagem*. This study is based on primary records: official documentation, travelers' accounts, literature and analyses of the epoch, historical maps, among others. Based in such sources, and on the recent studies about the theme, the goal here is to demonstrate that the notion of *cabano*, which latter turned to characterize the totality of the conflicts and the perspective of the rebels, was operant in the epoch. So, the first effort of this research is to situate the notion (its senses and usages) in the proper epoch. It is defended here that the *cabano* does not come from one or multiple collectives of agents auto-identified as such, but from their on contraries and enemies, auto-identified as *legalistas*, which considered their own selves as the true representatives of the *good man*, the *civilization* and the *humanity*. The *cabano*, in its usage in the epoch, was a derogatory expression, forged to characterize the unity of the contraries of the *legalidade*, which could all be lawfully exterminated, captured for forced labor, or expelled from their own lands. Therefore, the first objective of this piece of work is to describe and to detail this strategy droved against all the ones who were out of the pact of the *legalistas*, in the Amazonian territory. The second one is an attempt to situate who were the so called *cabanos*, which were their auto-identifications and what were their intentions, in this complex of armed confrontations which comprised all the territory of the Brazilian Amazon of the epoch.

Key-words: *Cabanagem, Amazonian History, Brazilian History, Regencial Period, War, Political Anthropology.*

AGRADECIMENTOS

Tenho muito a agradecer a muitas instituições e pessoas, sem as quais este trabalho não teria sido possível. Pela importância de cada contribuição singular em minha formação, não me preocuparei em limitar este espaço de expressão de reconhecimento às dádivas (materiais e imateriais) que muitos ofertaram a mim ao longo de minha vida e que incidiram diretamente na confecção deste trabalho. De antemão, peço desculpas aos muitos (as) não citados nominalmente aqui.

Agradeço a Universidade de São Paulo e a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH-USP), seus professores, alunos e funcionários, pela experiência universitária crítica; decisiva em minha formação profissional e pessoal. O Departamento de Antropologia e o Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS-USP) por terem acolhido com respeito e seriedade a mim e à minha pesquisa. O Núcleo de História Indígena e do Indigenismo (NHII-USP), e toda a sua equipe, onde trabalhei e pesquisei desde o início de minha graduação em Ciências Sociais. Em todos estes locais, sou grato a todos aqueles que compartilharam diretamente comigo meu processo de formação.

Sou imensamente grato à minha orientadora, a profa. Dra. Marta Rosa Amoroso, que me acolheu de forma estimulante. De um lado, sou muito grato às aulas, à monitoria que fiz sob sua orientação, ao apoio, ao respeito, à confiança, à liberdade para criar e à tranquilidade para produzir que sempre recebi de Marta. De outro, sou grato à seriedade e precisão de suas leituras, críticas, comentários e sugestões, tecidos sempre com muita inteligência, elegância e sutileza. Se houver méritos neste trabalho, uma grande parte deles deve ser atribuída diretamente à sua orientação. Muitíssimo obrigado por tudo.

Sou imensamente grato à profa. Dra. Dominique Tilkin Gallois. Agradeço o respeito, a dedicação e a experiência transmitida a mim no âmbito do NHII ao longo destes anos, sempre com a competência, energia e inteligência que lhe são próprias. Além disso, agradeço às aulas, aos diálogos, à orientação durante a Iniciação Científica, bem como aos comentários durante a qualificação. Sou imensamente grato também à profa. Dra. Ana Claudia Duarte Rocha Marques, que desde o início do mestrado têm sido fundamental na tessitura desta pesquisa. Agradeço as aulas, as leituras minuciosas e inteligentes (desde o projeto, passando pela qualificação até seus desdobramentos), os diálogos, as críticas e sugestões, o

acolhimento em sua casa no Rio de Janeiro durante um dos períodos de coleta documental, a experiência transmitida a mim durante a monitoria e nos grupos de estudos. Agradeço também aos meus demais professores da pós-graduação: profa. Dra. Beatriz Pérrone-Moisés, prof. Dr. Márcio Silva, prof. Dr. Júlio Assis Simões e profa. Dra. Cecília Helena de Salles Oliveira (Depto. de História).

Agradeço também às instituições que me financiaram. À FAPESP agradeço, além das críticas e sugestões dos pareceres, o indispensável apoio material, tanto na Iniciação Científica quanto no Mestrado, sem os quais esta pesquisa não teria sido possível. A CAPES, pelos meses de bolsa no início do Mestrado, antes da aprovação da FAPESP. A Associação dos Professores de Francês do Estado de São Paulo (APFESP), pela bolsa de inverno na Université de Rouen, que me permitiu pesquisar na França. A Pró-Reitoria de Pesquisa da USP, pela bolsa de treinamento em técnicas especializadas, na graduação, que viabilizou meu trabalho no NHII e, conseqüentemente, a germinação desta pesquisa.

Agradeço à solicitude de pesquisadores de diversas instituições que, em diversos momentos, receberam gentilmente minhas solicitações de diálogo durante a confecção deste trabalho. Agradeço nominalmente ao prof. Dr. John Manuel Monteiro (UNICAMP), pelos estímulos e pelo acolhimento de meu trabalho em dois simpósios sobre História Indígena (ANPUH 2004 e 2005). O prof. Dr. José Ribamar Bessa Freire (UERJ) por ter, ainda no início da Iniciação Científica, dado grandes estímulos a este trabalho e por ter dado preciosas indicações em minhas coletas documentais em arquivos cariocas. O prof. Dr. Jean-Pierre Chaumeil e a Mme. Bonnie Chaumeil (EREA-CNRS, Paris), pelo diálogo e pelas sugestões, por terem me recebido com muito respeito e por terem me ajudado durante minhas pesquisas em bibliotecas parisienses. O prof. Dr. Mark Harris (University of St. Andrews, Escócia), pelo diálogo virtual e por ter me fornecido gentilmente documentos e os esboços ainda inconclusos de seus escritos. O Dr. André Machado (FFLCH-USP), pelas discussões e por ter me cedido gentilmente uma cópia de seu trabalho e do compêndio de documentos transcritos e coletados por ele no APEP, que decisivamente complementaram minha própria coleta. A profa. Dra. Magda Ricci (UFPA) por ter me recebido para discutir o tema, durante minha estada em Belém. A Shirley Nogueira (doutoranda UFBA), pelos diálogos produtivos entre um documento e outro durante minhas pesquisas no APEP.

Agradeço ao geógrafo Mateus Sampaio, pela ajuda na confecção dos mapas históricos digitalizados.

Agradeço imensamente todas as amizades construídas durante a experiência universitária, que enriqueceram muito minha vida. A todos do grupo dos “Quases”, sobretudo a Júlia di Giovanni, Ana Beatriz Miraglia, Olívia Janequine e Danilo Paiva Ramos. A Majoí Fávero Gongora, pela amizade e pela gentil leitura dos esboços deste trabalho. A todos da turma de 2005 do PPGAS-USP (além dos já citados, Daniel de Lucca, Catarina M. Vianna, Jessie Sklair, Danila Perucci, Daniela Alfonsi, César Augusto, Fábio Nogueira, Fabiana Maizza e muitos outros dos demais anos), pela experiência compartilhada na pós-graduação, e pelas edificantes críticas e sugestões a este trabalho. Agradeço também a muitos veteranos, muitos já professores, que se tornaram amigos ao longo do tempo e que contribuíram a este trabalho e me estimularam desde a graduação. Nominalmente cito: Rogério Duarte do Páteo, Renato Sztutman, Carlos Machado Dias Jr., Stélio Marras e Gabriel Coutinho Barbosa. Agradeço também a todos os membros dos grupos de pesquisa que participei: grupo de Antropologia da Política, grupo de História Indígena e aos grupos temáticos do NHII.

Não poderia deixar de agradecer os funcionários de todos os arquivos e bibliotecas onde pesquisei e coletei documentos, livros e teses. Em São Paulo: a Biblioteca Central da FFLCH-USP, Instituto de Estudos Brasileiros (IEB-USP) e o Fundo de Pesquisa e Documentação do NHII-USP. No Rio de Janeiro: Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI), Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), Museu Nacional, Real Gabinete Português de Leitura e também o Arquivo Nacional e a Biblioteca Nacional (estes dois últimos, infelizmente, menos visitados por mim por limitações de tempo). Em Belém: o Arquivo Público do Estado do Pará (APEP), o NAEA e a biblioteca central da UFPA, a sessão de obras raras da biblioteca Arthur Vianna e a Primeira Comissão Brasileira Demarcadora de Limites (PCBDL). Em Paris: o EREA-CNRS, o Laboratoire d’Anthropologie Sociale, o Musée de l’Homme e a EHESS. Agradeço também aos funcionários do departamento de Antropologia, sobretudo, Ivanete e Celso.

Agradeço a todos os paraenses, em Belém e no interior, que me acolheram com muitíssima hospitalidade em minhas rápidas e pouco metódicas andanças em busca de perguntas e respostas acerca dos *cabanos*. Agradeço também a Frank Krämer e a todos da Casa Vermelha (Belém).

Agradeço ao terapeuta Zeca Moura pelo auxílio em minha busca pelo auto-conhecimento e por ter me ajudado a não desmoronar em momentos extremamente críticos e confusos de minha vida. Neste âmbito, agradeço também ao psiquiatra Jaime Soares, pela ajuda cortês, honesta e imprescindível.

Em minha formação pré-universitária em Franca, além das escolas formais, dos cursos de línguas, artes (Lua Nova), esportes e música, que sempre alimentaram meu corpo e espírito, agradeço profundamente toda a experiência no Escreviver, sobretudo, à minha tia e professora Jane Mahalem do Amaral e ao prof. Dr. Jesus Antônio Durigan (em memória), por terem trazido a mim uma paixão incontornável pela leitura e pela escrita.

Aos meus amigos-irmãos que cresceram comigo em Franca, cada vez mais em diáspora pelo mundo, Ricardo e Fernando Masini, Luís Felipe e João Paulo Bachur (este também pelas leituras de esboços), Matheus Peres Chagas, João Paulo Fernandes e Ana Lia Touse, agradeço a vida compartilhada, a cumplicidade e a camaradagem, bem como a influência positiva que exercem sobre mim desde os mais tenros anos de minha infância. A Tomás Licursi Neto, pela amizade e pela convivência agradável, sobretudo nos últimos e tensos meses de escritura desta dissertação. Agradeço também a Willian Chaves (em memória).

Não poderia deixar de agradecer à minha ex-namorada, Rebecca de Luna Guidi, pelo amor e felicidade dos anos em que estivemos juntos (boa parte, durante a tessitura desta pesquisa).

Não tenho palavras para expressar minha gratidão à minha família, nuclear e extensa. A meus irmãos, Liliane e Frederico, agradeço pelo respeito, influência, amizade, paciência e amor em todos os momentos de nossas vidas. A meus pais, João Batista e Janisse Lúcia, agradeço absolutamente tudo, o amor incondicional, a ética e a honestidade a mim transmitidas, a aposta nos estudos e no trabalho sério, o apoio irrestrito às minhas escolhas, a liberdade que sempre recebi e o auxílio material indispensável. Vocês sempre foram maravilhosos comigo, nem sei como retribuir. Muitíssimo obrigado. Especificamente a meu pai, agradeço aos incentivos pela construção de um legado sólido. À minha mãe, agradeço pela leitura dos esboços, por nossas conversas acaloradas e também pela defesa de um trabalho profundo com as consciências, como via para um mundo mais justo.

Devo qualquer mérito deste trabalho a todo o processo de minha formação, compartilhado com muitas pessoas, no seio de diversas instituições. Todos os erros são de minha inteira responsabilidade.

INTRODUÇÃO

I. O foco e o problema do trabalho.

As disputas políticas armadas, ocorridas no processo de formação da Amazônia brasileira, na década de 1830, são o foco e o problema deste trabalho. Trata-se de uma tentativa de contribuir com o pensamento crítico que pretende jamais esquecer e deixar de problematizar a complexidade do que estava em jogo para os agentes históricos que viviam no amplo território do Estado do Grão-Pará, neste período. O cerne desta pesquisa é o estudo da *cabanagem*. Mas, antes mesmo de versar sobre o tema e os agentes propriamente ditos, ou sobre os problemas de tempo e espaço envolvidos neste trabalho, é preciso esclarecer os motivos pelos quais esta se pretende uma contribuição a uma reflexão crítica sobre a história da Amazônia.

O primeiro aspecto é que os impasses que serão aqui trabalhados envolvem, em muitos casos, extrema violência. E, posto isto, é muito comum que o intérprete distante, que se debruça posteriormente sobre tais acontecimentos, em meio à própria identificação afetiva com a dor do outro, acabe por querer julgar rapidamente, com seus próprios critérios de justiça e verdade, os atos dos agentes históricos do período em questão. A vontade de julgar faz com que muitos trabalhos sérios sobre o tema caiam em anacronismos, etnocentrismos e em lugares comuns que, mesmo bem intencionados, levam a um certo comprometimento do potencial crítico e heurístico de suas análises. Afinal, ao ser acometido pelo desejo de julgar com os próprios critérios, é o ponto de vista do pesquisador que ganha relevo, deixando assim, os dos agentes históricos, que deveriam ser o destaque, obscurecidos em um segundo plano.

É preciso deixar claro, ao dizer isto, que não se pretende defender aqui uma análise pretensamente isenta ou imparcial, “livre de paixões”, conforme expressão corriqueira no pensamento do século XIX. Muito pelo contrário. O que se pretende é tentar produzir uma interpretação que não perca de vista a motivação central deste trabalho: o desejo de conhecer e entrar em contato com aqueles que viveram no território amazônico neste período, a partir

das fontes fragmentárias que ainda nos são disponíveis. E, tendo em vista este desejo, é fundamental tentar, sempre, distinguir as perspectivas e posicionamentos dos agentes estudados, daqueles do próprio pesquisador. Reitero que é o desejo de conhecer o outro que move este trabalho. Pede-se ao leitor que se atente a este propósito, mesmo que para muitos, esta possa soar como uma meta impossível.

Para construir sua tese sobre a guerra parakanã (povo que habita o interflúvio Tocantins-Xingú), Carlos Fausto (*Inimigos Fieis*, 2001) também se deparou com problemas relativos ao delicado tratamento de assuntos que envolvem a violência; e, algumas de suas reflexões sobre o tema em muito contribuíram para a formulação das posições aqui defendidas. É preciso destacar que não se pretende realizar nem o elogio nem o julgamento dos atos, fatos e conteúdos violentos realizados pelos agentes do período; trata-se sim de refletir sobre eles, de tentar compreender suas razões, suas regras, bem como suas implicações para os próprios sujeitos que os realizaram e vivenciaram. Tal postura permite que nos afastemos de representações dicotômicas simplistas sobre a inocência e a culpa no tratamento da história, para que nos aproximemos de uma perspectiva que dê destaque aos sujeitos concretos tal como eles são: extremamente complexos.

Este ponto nos remete a um outro de suma importância: o da vitimização. Concorde-se aqui com a perspectiva defendida por Fausto, aliás, bastante comum entre os antropólogos, de que a vitimização é uma forma de neutralização, uma forma de recusar ao outro a condição de sujeito. Embora tal atitude seja muitas vezes movida por um propósito legítimo e bem-intencionado de criticar as torturas, escravizações e morticínios a que foram vítimas as populações amazônicas, desde os tempos remotos da colonização, ela acaba por retirar deles mesmos a capacidade de ação e reflexão próprias. É inescapável à perspectiva da vitimização o pressuposto de que tais populações são, diante da pretensa potência civilizatória, incapazes de decidirem seus próprios rumos, ficando, assim, sempre a mercê das decisões dos tais agentes da civilização, que por sua suposta superioridade, teriam moldado unilateralmente os rumos da história. A vitimização, deste modo, acaba por reificar uma dicotomia clássica e retrógrada que realiza um corte estanque entre aqueles caracterizados como selvagens: inferiores, incapazes, sem história e desprovidos de uma série atributos, inclusive a capacidade de decidir; e aqueles outros, entendidos como civilizados: superiores, potentes,

sujeitos por excelência da história, e moventes de todo o devir humano dos últimos séculos (seja para o bem, seja para o mal).

A crítica ao lugar-comum bastante reiterado, nas últimas décadas, da vitimização, têm como objetivo restituir aos agentes amazônicos sua condição de sujeitos mesmo do seu próprio devir. Segundo Manuela Carneiro da Cunha, em sua introdução à seminal coletânea *História dos Índios no Brasil*, publicada em 1992, a “percepção de uma política e de uma consciência histórica em que os índios são sujeitos e não apenas vítimas, só é nova eventualmente para nós” (:18), pois, para os índios, esta é uma perspectiva costumeira e corriqueira. Este ponto, amplamente difundido pela crescente antropologia histórica amazônica, é também um dos pressupostos centrais deste trabalho. Considera-se aqui que as sociedades indígenas pensaram o que lhes acontecia em seus próprios termos; e que suas reflexões e ações efetivamente pesaram, de forma central, no desenrolar de sua própria história, fazendo com que a compreensão da história amazônica seja indissociável da compreensão da história indígena.

O objetivo desta proposta, que visa abordagens capazes de recuperar agências históricas obscurecidas, não é, ao fazê-lo, minimizar os desastres da escravidão, das torturas e dos massacres. Pelo contrário, o que se pretende é criar artifícios para que o trabalho antropológico não confunda a “diversidade desejável” com a “insuportável desigualdade”, conforme expressão de Lévi-Strauss ([1960] 1984:21). Considera-se aqui que a crítica histórica da sujeição torna-se fecunda exatamente quando tentamos vislumbrar as posições de sujeito dos próprios sujeitos da história. Não se trata de um jogo de palavras. Com esta postura pretende-se evidenciar que a pesquisa deve refutar perspectivas que contêm, de antemão, conclusões sobre quem são os sujeitos e sobre o que são os impasses vividos por eles (algo como considerações gerais acerca de um sujeito ou de uma justiça transcendentais). O que se defende aqui é que podemos aprender muito mais com as vivências concretas dos agentes do que com as grades de significado *a priori*, construídas por qualquer pensador de gabinete.

Este é um aspecto central. As pesquisas que trabalham com eventos que envolvem a dor da violência infligida pelo próprio homem, que se debruçam sobre o “espaço da morte”, para usar a expressão de Michael Taussig (1993), devem ter muito cuidado e seriedade no trato com as suas informações, para que a pesquisa não seja, ela própria, mais uma violência

contra suas vidas. Segundo Taussig, “a maior parte de nós conhece e teme a tortura e a cultura do terror unicamente através das palavras dos outros”, e, por isso, o pesquisador deve se preocupar profundamente com a “mediação do terror através da narrativa e com o problema de escrever eficazmente contra o terror” (1993:25).

A referida obra de Taussig, *Xamanismo, Colonialismo e o Homem Selvagem: um estudo sobre o terror e a cura* [1987], é um esplêndido trabalho sobre as relações estabelecidas entre os agentes envolvidos na extração e produção de borracha no Putumayo (região de fronteira entre a Amazônia peruana e colombiana), na virada dos séculos XIX e XX. Diante da realidade extremamente violenta desta região, neste período, o autor se pergunta: “Que espécie de compreensão, de fala, escrita e construção do significado, através de qualquer meio, poderá lidar com isso e subvertê-lo?” (1993:31). O importante a se ressaltar aqui é que, para Taussig, as “explicações padronizadas e racionais em relação à tortura em geral, nesta ou naquela situação específica” (1993:31) são algo desprovido de sentido. Não basta apenas destacar seu ultraje e evidenciar os interesses que motivam a tortura e o terror, tais como a busca por lucro e poder ou a necessidade de se controlar o trabalho. É preciso procurar também a “rede de convenções tácitas”; os modos de sentir e pensar padronizados e próprios dos agentes, que lhes permitem justamente agir, eles próprios, do modo como agem. Segundo Taussig, em sociedades onde a tortura é endêmica e onde a cultura do terror floresce, o “espaço da morte” é extremamente importante para a construção da consciência e para a criação dos significados (1993:26). O “espaço da morte”, para ele, pode ser pensado como uma soleira, que permite tanto a iluminação, quanto a extinção. Trata-se de um espaço no qual se torna vitalmente crucial os sujeitos refletirem e decidirem sobre o tipo de humanidade a que pretendem construir e participar. Nesta linha, o “espaço da morte” é o lócus, por excelência, no qual devemos pensar a formação do Novo Mundo, e, aqui, em específico, as violências e os conflitos políticos que envolvem a *cabanagem*.

O mundo construído conjuntamente por índios, africanos e europeus nas terras das Américas, bem como a hegemonia política conquistada por estes últimos ao longo dos séculos, devem, para Taussig, ser pensados através do terror. O “espaço da morte”, no qual as posturas e intenções dos agentes encontram-se radicalmente explicitadas, é onde podemos refletir com profundidade sobre a “diversidade desejável” e sobre a “insuportável desigualdade”, para retomarmos as palavras de Lévi-Strauss. O que se pretende aqui, desta

feita, é produzir uma reflexão que tenha tais propósitos em sua base; e que se realize como uma descrição que nos possibilite pensar os impasses concretos vividos pelos próprios agentes. Na Amazônia brasileira em formação, na década de 1830, o “espaço da morte e do terror” é o lugar privilegiado para pensarmos a relação. É nele que ocorrem os encontros, trocas, entrecruzamentos, alternativas, opressões, e muitos outros processos; além de decisões fundamentais, destaque, sobre o tipo de humanidade a ser construída e compartilhada.

Em suma, pretende-se aqui contribuir com o esforço de explicitação das posições de sujeito daqueles que foram vencidos pelo processo de construção de uma certa hegemonia, auto-identificada como *branca*, em contraposição aos *homens-de-cor*, como veremos. Trata-se aqui de tentar resgatar posições de sujeito eclipsadas em atos no próprio período; e, em palavras, posteriormente, pela memória vinculada ao ponto de vista do vencedor. O desejo de conhecer o outro, aqui defendido, não deve ser confundido com posturas epistemológicas que pretendem conhecer o passado “tal como ele propriamente foi”; mas sim com um esforço de fazer emergir realidades humanas que ainda se mantêm obscurecidas. Em sua VI tese *Sobre o Conceito de História* ([1940] 2005:65), Walter Benjamin destaca que nem mesmo os mortos estão seguros diante de seus inimigos, se forem eles os vitoriosos. O perigo que ameaça os mortos de outrora, não é diferente do perigo que ameaça os vivos do agora, ou o daqueles que virão, pois a história é um constante devir em aberto. Assim, é o perigo permanente da violência, perpetrada pelo próprio homem, que faz com que seja fundamental nos aproximarmos da vivência sofrida pelo outro, da ameaça concreta experimentada pelo outro.

O conhecimento da experiência passada é algo crucial para o estar no mundo no presente, para a construção do futuro, e para a rearticulação dos tempos em oralidade, escrita e ações. O Homem, arrisco dizer, universalmente não vive sem memória. E, mais do que isso, a memória é uma condição e um desejo do próprio Homem. A primeira questão que se coloca, então, se tal colocação é verdadeira, é sobre o tipo de memória que cada sujeito terá de si mesmo, do mundo no qual ele existe, e das relações entre o ser e o mundo. Esta pesquisa, neste plano, pretende ser uma contribuição à memória profunda dos sujeitos que atuaram e vivenciaram tudo o que aparece englobado pela noção de *cabanagem*.

No que tange à política, a tarefa desta dissertação é tocar e provocar os viventes do hoje com uma narrativa sobre a história da Amazônia brasileira da década de 1830, escovada a contrapelo (Benjamin [1940] Tese VII, 2005:70). Este trabalho pretende prestar respeito e solidariedade com aqueles que caíram mortos por entre os rios da Amazônia, ao pretender ir contra a corrente da versão oficial de sua história, transmitida de geração a geração. Não sou o único neste empreitada. Para construirmos o futuro, devemos ter coragem de nos virarmos de frente para o passado, e a *cabanagem* merece ser desvelada com profundidade. Trata-se mesmo, assim o sinto ao produzir este trabalho, de um dever da memória.

No que tange à antropologia, a tarefa desta pesquisa é contribuir com a missão clássica da disciplina projetada por Marcel Mauss: a busca pelas “muitas luas mortas, ou pálidas, ou obscuras, no firmamento da razão” (*apud* Lévi-Strauss, [1950] 2003:45). Entende-se aqui que tal meta jamais perderá sua atualidade, por mais que se transformem os modos de se compreendê-la e de se realizá-la. No início da década de 1980, Lévi-Strauss dizia em seu segundo artigo sobre “Etnologia e História”:

Chegou a hora da etnologia atacar as turbulências, não com espírito de contrição, mas ao contrário para estender e desenvolver essa exploração dos níveis de ordem que considera sempre sua missão ([1983] 1996:39).

A crescente articulação entre estudos históricos e etnológicos, a partir da década de 1970, em muito se deve à ampliação do acervo de descrições e conceitos produzidos tanto no âmbito da história, quanto no da etnologia. No que concerne à região amazônica, o adensamento de etnografias e historiografias têm permitido, atualmente, que as pesquisas sobre as “turbulências” se estendam em diversas direções. Esta dissertação pretende contribuir para a construção de uma nova situação de entendimento acerca das disputas armadas ocorridas na Amazônia brasileira da década de 1830. Este trabalho quer ser uma descrição das “turbulências” da Amazônia na década de 1830. Se algum contato mais profundo com tais pessoas puder se realizar por meio desta pesquisa, se o leitor considerar as experiências vividas por tais agentes dignas de memória e reflexão séria (expansíveis a qualquer direção), então esta dissertação terá alcançado seu grande propósito.

Para realizar tal objetivo, proponho uma interpretação que reveja a estrutura do conjunto (a *cabanagem*), a partir de uma análise que parta das fontes primárias, e, por meio delas, do ponto de vista do observado. O método desta pesquisa é a descrição de situações concretas e localizadas, articuladas por diversos vieses com outras situações de mesmo tipo, para a formulação de uma visão integrada dos conflitos armados que se generalizaram na calha dos grandes rios da Amazônia (Amazonas, Tocantins, Xingu, Tapajós, Madeira, Negro e Solimões) e o baixo curso de seus afluentes, no período conhecido como a *cabanagem*. A meta é tentar reencontrar, por meio das fontes de época que nos restam, os sujeitos históricos que viveram e atuaram em tais disputas políticas; e propor, como objetivo da argumentação, uma interpretação e uma revisão do estatuto da *cabanagem* como noção geral que caracteriza a especificidade de um complexo período histórico de lutas políticas armadas que perpassam toda a Amazônia brasileira.

Os modelos já consagrados de interpretação, realizados tanto no âmbito da História como no da Antropologia são aqui objeto de debate e de crítica, e não de apropriação e adesão imediata. Ou seja, é a reflexão sobre as fontes primárias que norteia fundamentalmente e diretamente a construção da estrutura argumentativa aqui proposta. Tal procedimento se faz justificado, pois as disputas que nos cabem, mesmo que ocorridas há dezessete décadas, ainda se encontram amplamente em aberto e à espera de novas revisões.

A livre construção da argumentação a partir das fontes primárias (e não dos modelos já consagrados) se faz necessária justamente por este caráter inteiramente aberto do período. Afinal, se partisse de antemão de um modelo já consagrado, a pesquisa estaria de saída fechada e limitada pela estrutura, os sentidos e os propósitos de tal proposta. Esta é, assim, a via aqui defendida para a construção de uma interpretação original sobre a *cabanagem*.

Esta interpretação pretende fundamentalmente um reencontro, por via da descrição, com a Amazônia brasileira da década de 1830. Este é o objetivo central deste trabalho, não a apropriação política posterior de seus acontecimentos. A palavra *cabanagem* aparece destacada ao longo deste texto justamente porque é aqui encarada como categoria nativa, ou de época. É uma noção operante no período¹. E o que devemos fazer então? Buscar seus sentidos no

¹ Esclarecimento sobre este aspecto formal. Em certas passagens, o leitor irá observar uma mesma expressão grafada ora em aspas, ora em itálico e ora sem qualquer destaque (i. e. “cabano” e *cabano*, “humanidade”, *humanidade* e humanidade, “casta”, *casta* e casta). Tais diferenças na grafia seguem a convenção. As aspas são utilizadas quando a expressão é decorrente de uma citação direta e literal de fonte ou de autor. O itálico é

próprio período. Quem é o *cabano*? O que o caracteriza? Ele é a perspectiva de quem? Qual a sua especificidade? Porque ele representa todo um período da história amazônica? Esta é a primeira proposta desta dissertação. A segunda proposta é decorrente da interpretação que proporei a tais questões. É preciso, então, antes de introduzi-la, apresentar uma resposta preliminar às perguntas centrais da primeira proposta.

II. Trajetória da pesquisa.

Para um maior esclarecimento da proposta desta dissertação, é preciso dedicar algumas palavras prévias à própria trajetória deste trabalho; ou, ao processo pelo qual esta pesquisa ganhou os contornos e os objetivos que hoje possui. Com esta narrativa do processo de construção deste trabalho, pretendo apresentar ao leitor o movimento de idéias que percorri ao longo desta pesquisa, desde seus contornos iniciais até a proposta que aqui apresento. Tal descrição será importante para justificar o porquê de tal trabalho ter a estrutura e a argumentação que possui.

Decidi estudar o tema a partir de um trabalho, como arquivista, no Fundo de Pesquisa e Documentação do Núcleo de História Indígena e do Indigenismo da Universidade de São Paulo (NHII-USP), que realizei entre 2001 e 2004, durante meu período de graduação em Ciências Sociais (FFLCH-USP, 2000-2004). Trabalhei na organização e na catalogação do acervo e participei das discussões realizadas neste núcleo de pesquisa, acerca da História Indígena e do Indigenismo, bem como da Etnologia Indígena (sobretudo Amazônica).

Foi ao realizar este trabalho que me decidi por desenvolver uma pesquisa sobre a História Indígena Amazônica. Antes mesmo desta decisão, havia realizado uma primeira leitura de um trabalho de Dominique Gallois, que então orientava minhas atividades no Núcleo. Trata-se do breve, mas profundo *Mairi Revisitada: a reintegração da Fortaleza de Macapá na tradição oral dos Waiãpi* (1993), no qual a autora articula, a partir de densa e longa experiência de campo, a memória oral deste povo com a própria historiografia amazônica. Em meio à análise, Gallois propõe ser a *cabanagem* a gênese de uma série de memórias e experiências marcantes e

utilizado quando eu próprio considero certa expressão (inicialmente formulada por um enunciador do próprio período em questão) como categoria nativa (de certos segmentos e perspectivas) amplamente utilizada à época (tal como a noção de *cabano*). A não utilização de aspas ou itálico fazem com que a expressão seja remetida ao discurso e às noções do próprio pesquisador.

decisivas em sua própria tradição, que revelam o ponto de vista dos próprios Wajãpi sobre a ‘dor do contato’ e sobre os motivos que os levaram a migrar e ocupar as áreas que hoje ocupam.

As narrativas Wajãpi sobre o período da *cabanagem* inserem em um conjunto de expressões orais relativas ao tempo histórico (*tamoko*, tempo dos avós) em oposição às narrativas dos tempos míticos (*taimiwer*, tempo dos antepassados comuns), que não dependem da citação da fonte, ou da pessoa que viveu ou presenciou os acontecimentos narrados. Chamou-me a atenção assim, no que tange às narrativas de tipo histórico, a importância atribuída pelos narradores Wajãpi (Waiwai do Mariry, Siro do Mariry, Januari de Jawatô e Sa’ku de Saramare), à época da luta entre os *Kavan* (como definiu Sa’ku em 1982 [Gallois, narrativa 35.:73]). Trata-se de um período de intensificação e rompimento de relações com os brancos, de muitas baixas populacionais, e, de visitas freqüentes que os brancos faziam às suas aldeias. As narrativas que fazem parte deste conjunto de experiências, como propõe Gallois, “datam provavelmente do período da cabanagem, quando os militares procuraram atrair a população indígena interiorana para locais mais acessíveis, à beira do rio Jari” (:49).

Teria sido neste período, justamente, que os *Tukuju*, que falavam sua língua, que os antigos chamavam de ‘cunhados’ e que trocavam mulheres com eles, teriam os procurado, mas depois teriam sido mortos pelos brancos. Os *Tukuju*, que sofreram tal destino, teriam vivido em comunidades mais próximas às vilas e locais ocupados ou conhecidos pelos brancos. Em contato freqüente, os *Tukuju*, que viviam nas imediações do interflúvio Paru-Amazonas-Jari, foram exterminados e tiveram suas terras roubadas pelos brancos no período da *cabanagem* (:73), conforme nos lembram os próprios Wajãpi. Fiquei intrigado com este período da história Amazônica; queria saber mais a fundo o que havia sido a *cabanagem*, que, pelo pouco que sabia, teria sido uma das principais revoluções populares da história do Brasil. Marcada por uma forte participação popular – índios, negros, mestiços e brancos pobres, a *cabanagem* teria sido a única revolução popular brasileira a tomar e governar uma província por um considerável espaço de tempo, conforme caracterização clássica de Caio Prado Jr. [1933].

A primeira formulação do tema, presente no projeto de Iniciação Científica, pretendia “contribuir para o esclarecimento das participações indígenas na *cabanagem*”. Propunha observar os grupos de *cabanos* não como uma totalidade unívoca, mas como um vasto amálgama no qual diferentes atores possuem diferentes motivações. Propunha, para realizar

tal trabalho, uma pesquisa interdisciplinar, que articulasse a antropologia histórica e a historiografia concernentes ao tema, e que partisse, sobretudo, das fontes primárias. A *cabanagem* aparecia como uma das maiores e mais sangrentas revoluções (e contra-revoluções) populares da História do Brasil, e, os povos indígenas, embora apresentados como protagonistas, não haviam sido tematizados a fundo nem pela antropologia e nem pela história. O objetivo central era contribuir para o preenchimento deste vazio, tanto antropológico, quanto historiográfico.

O pressuposto fundamental daquela proposta inicial era pensar os povos atuantes nas disputas como sujeitos políticos, que agem historicamente com base em sua própria compreensão de sua realidade concreta. Os povos indígenas não poderiam ser encarados como “massas manobráveis”, ou, simplesmente, como “buchas de canhão” dos interesses “civilizatórios”; mas sim como sujeitos conscientes de sua própria história: pensavam e agiam, no decorrer dos acontecimentos que nos cabem, a partir de seus próprios termos. E neste diapasão, no tocante ao próprio projeto teórico, tratava-se de participar do prolongamento da História Indígena e do Indigenismo realizada pelo NHII desde a publicação de *História dos Índios no Brasil* (1992), coordenado por Manuela Carneiro da Cunha.

Os objetivos desta pesquisa, em grande medida, se mantiveram desde esta proposta inicial; o que mudou radicalmente foi a formulação do tema (contribuir para o esclarecimento das participações indígenas na *cabanagem*, entendida como a *revolução*). Tal formulação propunha, em si, a interdisciplinaridade entre os estudos antropológicos e os estudos historiográficos. Entretanto, de forma simplificada: as participações indígenas estariam no domínio da Antropologia e a *cabanagem* no domínio da História. O foco seriam as participações indígenas, tematizadas esparsamente nos trabalhos antropológicos, na *cabanagem*, que havia sido caracterizada pelos historiadores. O recorte pressupunha, então, que a *cabanagem* é um movimento político no qual os povos indígenas tomaram partido. A totalidade do movimento seria a própria *cabanagem* e a parte que nos cabia seriam os índios.

O problema seria, então, uma parte (os índios) que se inscreveria num todo (a *cabanagem*). Bastaria, para realizar o projeto nestes termos, que compreendesse a caracterização da *cabanagem* realizada pelos historiadores, para assim avançar na descrição antropológica das participações dos índios nesta totalidade. Entretanto, a realidade concreta se mostrou bem mais complexa do que esta formulação; e a comunicabilidade entre as disciplinas nem tão

simples quanto parecia à primeira vista. Além disso, ao se manter esta formulação, sugere-se implicitamente que tais *participações indígenas*, que pretendemos esclarecer, não modificariam a própria compreensão do todo (a *cabanagem*), posto que este já estaria definido e conceitualizado de antemão pela historiografia. Nesta proposta inicial, a antropologia realizaria um trabalho periférico de complementação, uma vez que a historiografia já havia realizado a tarefa de definir e caracterizar quem eram os *cabanos*, e o que eram as disputas políticas da *cabanagem* (ambos de forma geral). Pretendo demonstrar, inversamente a esta proposta, que o que deve haver é uma recriação dialética, na qual a interpretação do período seja embasada no concreto, na experiência do vivido.

III. Vencedores e Vencidos. Duas tradições memoriais em disputa pelo *cabano*.

De toda sorte, ao estender o *corpus* historiográfico, com o prolongamento da pesquisa, pude observar que nem mesmo a historiografia concorda sobre quem eram os *cabanos*. Pelo contrário, embora recentemente novas abordagens e propostas tenham vindo à tona, questionando as formulações tradicionais, o que há é uma secular disputa polarizada entre a tradição vinculada à memória dos vencedores e a tradição vinculada à memória dos vencidos; uma disputa que consiste na afirmação de atributos negativos ou positivos ao *cabano*.

O memorialismo regional do século XX cristalizou, para a *cabanagem*, dois marcos cronológicos distintos. O primeiro deles é associado à memória dos vencedores. Foi sedimentado nas comemorações de seu centenário, sobretudo, por Jorge Hurley (1936), e estabelece o “13 de maio de 1836” (data da reocupação da capital pelas tropas legais comandadas pelo general Soares d’Andréa), como principal marco comemorativo dos conflitos. O segundo deles, é associado à memória dos vencidos. O “7 de janeiro de 1835” (data da primeira tomada rebelde da capital), como marco comemorativo, foi ressaltado por Caio Prado Jr. (1933), e se sedimentou plenamente nas comemorações do sesquicentenário da revolta, em autores como Di Paolo (1986) e Chiavenato (1984).

A tradição vinculada ao 13 de maio de 1836 comemora a entrada do brigadeiro Soares d’Andréa em Belém nesta data; que representa a retomada definitiva da Capital pelos *legalistas* e o início da *pacificação* do Interior. Nela os *cabanos* figuram como *homens-féra*, *celerados*,

malvados, destruidores, e a *pacificação* realizada por Soares d'Andréa é defendida como legítima. Tal tradição é possível dizer, continua na historiografia, o ponto de vista dos agentes da repressão. O *cabano* é uma figura desprezível que atacou e ameaçou os *homens de bem*, a *sociedade*, a *civilização* e a própria *humanidade* e recebeu o tratamento merecido. A *pacificação* teria sido legítima, pois teria liberado a Amazônia dos *malvados, baixos e incapazes* que *infestavam a província*; e trazido o Grão-Pará de volta à *legalidade* do Império e à própria *civilização*. Tal tradição, dominante na segunda metade do século XIX e início do XX, ganhou novos contornos com as comemorações do centenário da ocupação da capital por d'Andréa, realizadas pelo IHGP e encontrou adeptos na historiografia das três décadas subseqüentes, até se rarefazer. É possível, entretanto, imaginar que em círculos restritos há quem ainda a defenda.

A tradição vinculada ao 7 de janeiro de 1835, comemora o primeiro ataque *cabano* à Capital, que culminou na morte do Presidente Lobo de Souza e do Comandante das Armas Silva Santiago; e na conseqüente tomada popular do poder do Grão-Pará. Nela a *cabanagem* é a luta dos oprimidos contra a opressão; a revolução popular em que o povo da Amazônia lutou por cidadania. Os *cabanos*, para esta tradição, são um grupo popular unido contra a opressão, que malogrou pela falta de um projeto político claro que pudesse ter dado vazão aos seus interesses contraditórios. O *cabano*, vinculado ao 7 de janeiro de 1835, inverte a tese da tradição vinculada ao 13 de maio de 1836. O *cabano*, uma negação completa na versão da historiografia dos vencedores, é uma figura positivada, “o herói da luta pela liberdade dos paraenses”, o “povo unido contra a opressão”, na versão da historiografia dos vencidos. Embora surgida ainda na década de 1930 com Caio Prado Jr. (*A Evolução Política do Brasil*, 1936), tal tradição ganhou força nas comemorações do sequicentenário da revolução. Na década de oitenta, a historiografia regional da *cabanagem*, em resposta à tradição vinculada à repressão, inverteu mesmo a tese do *cabano* como negação, e o apresentou positivado: a figura popular da luta contra a opressão. Tal tradição perdura hoje e é veiculada no ensino médio (assim como décadas atrás a tradição do 13 de maio de 1836), e é a principal fonte dos trabalhos de divulgação sobre o tema.

Tais marcos estão atrelados a movimentos comemorativos (centenário e sesquicentenário) realizados em Belém do Pará, com vistas a impulsionar a apropriação política regional do passado nas lutas ocorridas na atualidade de cada autor. Trata-se de uma disputa no presente,

relativa ao tipo de apropriação do passado a ser realizada tanto pela memória do Estado quanto pela memória popular. Embora importantes para política regional, a cristalização de marcos e cronologias dificultam a compreensão do passado. Esta pesquisa não pretende estabelecer uma periodização rígida e a priori à compreensão das situações.

Os trabalhos historiográficos sobre o tema comumente estabelecem um enquadramento temporal prévio, no qual os acontecimentos se desenrolam. Inicia-se com uma descrição das mudanças do período pombalino (1755-1789) e a emergência do Diretório, posteriormente, com a queda do Diretório e as políticas de Maria I. Na seqüência, destaca-se a revolução do Porto (1820), a Independência do Brasil (1822), a adesão tardia do Grão-Pará (1823) ao Império, a sucessão de presidentes nomeados desde então, até a derrubada de Lobo de Souza pelos rebeldes em 7 de janeiro de 1835. Daí, o marco seguinte é a retomada da capital em 13 de maio de 1836, até o ofício de João Antônio de Miranda (então Presidente da Província), em maio de 1840, no qual afirma a rendição dos últimos rebeldes na região de Luzéa. Este é o enquadramento cronológico pré-estabelecido da *cabanagem*.

É entre janeiro de 1835 e maio de 1840 o período mais amplamente difundido de seus acontecimentos. Raiol (1970) apesar de descrever uma seqüência de *Motins Políticos* desde a revolução constitucionalista do Porto (1820) até meados de 1840, estabelece o início da *cabanagem* em meados de julho de 1835, quando definitivamente as disputas políticas em curso na Amazônia brasileira passaram a ser encaradas no eixo do *ódio de raças*, pelas autoridades nomeadas do Império. Encontramos também recortes de um século, entre 1750 e 1850, como aquele presente no interessante artigo de David Cleary (1998). Outros autores, como Richard Pace (1998), delimitam o período entre 1800 e 1850, como uma época de depressão e revolução. William Balée, em trabalho sobre as guerras entre os Ka'apor e os luso-brasileiros (1988), estabelece para estes um recorte não encontrado em outros trabalhos: 1825 a 1928. Embora não pretendesse delimitar o período da própria *cabanagem*, mas sim as lutas contínuas entre tal grupo tupi e a expansão civilizatória. Há um certo consenso sobre os fins dos conflitos. Com decretos de anistia parcial em 1839, apenas em meados de 1840 os últimos grupos armados, em torno de 800 pessoas, teriam se entregado no lago Autaz, região do rio Madeira. Tal rendição foi considerada definitiva pelo então presidente do Grão-Pará João Antônio de Miranda (CRL).

Na virada do século XX para o século XXI, se iniciou um novo período de interpretações sobre o tema, com a publicação de instrumentos de pesquisa (APEP, *Documentos Ingleses*), e teses que questionam o caráter monolítico das propostas vinculadas a ambas as tradições. A multiplicidade de inserções passou a ganhar relevo. Recentemente, novas abordagens e propostas compreensivas sobre o período têm emergido. A publicação de instrumentos de pesquisa (tais como: NHII-USP [Monteiro; 1993]; PEPI-UERJ [Bessa Freire; 1995, 1996], APEP [Mártires Coelho; 2001, 2004]; *Documentos Ingleses* [Cleary; 2002]), têm estimulado o retorno dos pesquisadores aos arquivos e a revisão do período a partir de novas fontes, ou a partir de um novo olhar sobre as fontes consagradas (p. ex. os documentos disponíveis nos *Motins Políticos* de Domingos Antônio Raiol, historiador paraense que merece uma apreciação à parte, a ser realizada no corpo da dissertação). No campo da antropologia, desde o trabalho pioneiro de Moreira Neto (1989), destaca-se os recentes trabalhos de Bessa Freire (2003), David Cleary (1998, 2002), e Mark Harris (2008, no prelo). O ponto a ser esclarecido aqui, a título introdutório, é que os pesquisadores encontram-se hoje às voltas com a proposição de novas interpretações acerca de quem eram os *cabanos* e o que pretendiam. A *cabanagem*, enfim, é atualmente objeto de revisões por parte da historiografia, assim como da antropologia.

IV. *Cabanos*: unidade e multiplicidade.

Em meio às caracterizações antagônicas acerca do *cabano* (relativas às duas tradições acima descritas) e em meio às próprias críticas recentes surgidas no seio da historiografia e da antropologia, mantive ainda os termos gerais da proposta inicial. Pretendia, ainda, pesquisar as “participações indígenas na cabanagem”, incorporando críticas recentes, para propor uma contribuição à História da Amazônia. Passei a observar os *cabanos*, em oposição aos modelos monolíticos das duas tradições consagradas, sob a ótica da multiplicidade. Propus continuar a pesquisa a partir da crítica ao índio genérico; tratava-se de evidenciar as especificidades e a multiplicidade das participações indígenas na *cabanagem*.

Os *cabanos*, a partir de então, passaram a ser compreendidos como um grupo heterogêneo composto por membros oriundos de diversas origens e formações sócio-culturais, que não poderiam ser compreendidos a partir de uma motivação política única. Tratava-se de evidenciar a multiplicidade das motivações dos *cabanos*, tratava-se de criticar a noção corrente de unidade *cabana*. Neste momento, a *cabanagem*, entendida como o próprio movimento, não

poderia ser explicada em sua totalidade, antes de uma análise das singularidades e das especificidades dos seus atores; dentre os quais, os indígenas: múltiplos, variados e conflituosos entre si mesmos. Seriam as vivências localizadas e singulares que norteariam a pesquisa, em detrimento do índio genérico e da formulação geral sobre o estatuto do movimento. E a totalidade seria um conjunto aberto, cindido e tenso. Assim poderia escapar das formulações generalizadas estabelecidas *a priori* pelo pesquisador, e poderia me aproximar dos sujeitos que viveram e atuaram nestas disputas ocorridas em toda a Amazônia brasileira da década de trinta do século XIX.

No tocante à superação do “índio genérico”, a pesquisa se propôs a situar diferentes condições de inserção dos indígenas na *cabanagem*, a partir de suas condições diferenciadas de interação com a “sociedade regional” (Moreira Neto, 1988), a partir de critérios lingüísticos, matrimoniais, residenciais e econômicos. Esta seria uma forma de aproximar a pesquisa das condições concretas dos grupos indígenas que participaram da *cabanagem*. Seria uma forma de aproximar a pesquisa de uma resposta a perguntas concretas elementares (de difícil acesso pelo trabalho histórico) do tipo: quem eram os grupos? Que território ocupavam? Que língua falavam? Quem atacou quem? Onde? Com que objetivo? Quais articulações foram realizadas? Havia uma ampla rede de rebelados ou se tratava de lutas dispersas contra um mesmo inimigo? Se havia uma rede de rebelados, ela se fazia em torno de quê? Ou, inversamente, se os grupos eram grupos autônomos e sem articulação, o que gerou, então, a simultaneidade dos conflitos?

O complicado de se estudar um problema da ordem da *cabanagem* em sua totalidade é que os conflitos, por ela englobados, ocorreram em toda a Amazônia brasileira da época. Além da Cidade de Santa Maria de Belém, todas as vilas, freguesias e povoações do Interior estavam em disputa; toda a ocupação da calha dos grandes rios e o baixo curso de seus afluentes estava em questão (como será evidenciado mais adiante). Inúmeros grupos distintos participaram dos conflitos. Tais grupos, muitas vezes (caso dos indígenas), possuíam suas próprias formas de organização sócio-política e ocupavam suas próprias porções territoriais (grandes porções, em muitos casos), fazendo com que o Estado, e as propostas de tomada de seu controle (por grupos nacionais), não sejam o referencial político único da ação dos sujeitos históricos atuantes na *cabanagem*.

Este é o caráter complexo dos acontecimentos a ser elucidado pela antropologia política: trata-se de grupos nativos, a maioria da população amazônica do período, que atuavam politicamente a partir seus próprios critérios sociais, culturais e cosmológicos; sendo o Estado Brasileiro em formação (sem hegemonia e minoritário), uma forma de organização social entre muitas outras possíveis, que dentre todas, se pretendia universal pela coerção. Na *cabanagem*, todas estas formas de organização sócio-política estariam entretecidas em disputas armadas e articulações políticas tensas e contraditórias, em busca da realização de projetos singulares, dos quais pouco, ou absolutamente nada, sabemos. Esta pesquisa, então, é um trabalho contra o esquecimento destes projetos.

Em meio ao sujeitos atuantes nas disputas políticas há enormes diferenças, que carecem de ser explicitadas, situadas, aprofundadas e seriamente interpretadas. Há casos como o dos Wajãpi, nas imediações do rio Jari, os Ka'apor nas imediações do rio Capim, os Mura nas imediação do rio Madeira e sua embocadura com o Amazonas), os grupos capitaneados pelos irmãos Vinagre e Nogueira nas imediações de Belém; grupos de homens rebelados e fugidos de Fazendas e Fábricas, onde eram sujeitos a trabalhos forçados; há grupos capitaneados por padres-generais, como Sanches de Brito, no Baixo Amazonas (Óbidos) e Prudêncio Tavares, no Tocantins (Cametá), entre diversos outros.

A descrição e articulação de diversos casos é o meio pelo qual podemos nos aproximar das condições diferenciadas de imersão dos agentes políticos atuantes no território compreendido pelo do Estado do Grão-Pará da primeira metade do século XIX. São os conteúdos dos registros das fontes primárias que norteiam a pesquisa. A partir delas é possível propor formulações que visem tanto o movimento dos sistemas sócio-políticos ameríndios quanto a formação do Estado-Nação Brasileiro, bem como as contradições entre a existência de ambos - e outros - na Amazônia brasileira da década de trinta do século XIX.

Há os sistemas Estado. Há os sistemas Nação. Há os sistemas sócio-político-cosmológicos dos povos ameríndios. Há as recriações comunitárias realizadas pelos negros escravos (mocambos e quilombos) e pelos 'povos misturados' (*tapuios* e mestiços [etnogênese]) que se forjaram a partir dos 'núcleos civilizatórios'. E há também os *magotes* e *bandos* constituídos, em sua grande maioria por jovens, mas em geral por homens desterrados de diversas origens, submetidos aos regimes de trabalho forçado (na produção e nas tropas), chefiados por um *capitão* (que havia sublevado o grupo contra o comandante ou que vinha de fora), dispostos

para a guerra mesmo contra seus opressores, com o objetivo (ao que parece) de repeli-los do território, com vistas a objetivos variados, mas muitas vezes difusos. Tais grupos estavam dispostos a conclamar e incitar para o levante armado contra seus inimigos, todos os povos das regiões por eles percorridas, procurando adesões e articulações. Há também, além destas, qualquer outra possibilidade não evidenciada aqui.

Uma vez que todos estes sistemas eram possibilidades concretas, e faziam parte do complexo das lutas, a compreensão da *cabanagem* dependeria de uma caracterização que perpassasse todos estes âmbitos. Assim, este seria o conjunto englobado pela *cabanagem*. Ela seria tudo isso, todos estes projetos, todas estas formas de organização social, todos estes sistemas sócio-cosmológicos presentes na Amazônia brasileira da década de trinta do século XIX. Enfim, ela englobaria todo e qualquer sujeito presente e todo e qualquer acontecimento ocorrido no período e no espaço que ela perpassa (conforme se delimite suas fronteiras e marcos). Em aberto, e abrangendo toda a multiplicidade possível, a *cabanagem* poderia ser toda e qualquer coisa, conforme os desejos do intérprete.

É possível enfatizar e positivar qualquer sujeito ou posição, assim como é possível negatizar qualquer outro. Uma vez que a noção (a totalidade do início da pesquisa) passou a ter uma conotação tão expandida e fluida, podendo ser qualquer coisa, contanto que tenha ocorrido na Amazônia brasileira da década de trinta do século XIX, ela passou a perder sentido. Não poderia mais ser um guia fecundo para abrir para a compreensão da posição de sujeito dos sujeitos históricos, porque passou a ser tudo, e, sendo tudo, absolutamente nada ao mesmo tempo.

Então, de que serviria este conceito, que de tão amplo, não se prestaria mais a definir especificidade alguma? Seria o momento de dizer que a *cabanagem* jamais existiu? Evidente que não. É preciso sim redefinir a *cabanagem* como noção que caracteriza a especificidade da década de trinta do século XIX na Amazônia brasileira de então. E como fazê-lo? Em conformidade com a proposta traçada ao longo desta trajetória afirmo: **é possível recuperarmos a cabanagem como noção, ao nos aproximarmos de seus sentidos para os sujeitos históricos concretos, durante o próprio período de ocorrência dos acontecimentos.** É nas perspectivas dos agentes que se encontra a chave que nos permitirá reabrir esta período da história da Amazônia.

A partir deste viés, com uma proposta que enfatiza as fontes primárias, problematizaremos perguntas do tipo: Quem eram os *cabanos* da Amazônia na década de trinta do século XIX? Trata-se de um grupo? Trata-se de uma multiplicidade de grupos? Trata-se do rótulo que designa a posteriori o conjunto dos acontecimentos? Trata-se de um partido (*partido cabanal*)? Trata-se de um breve período de sucessão presidencial no Grão-Pará (primeiro, segundo e terceiro presidentes *cabanos*)? Trata-se índios em resistência contra a dominação branca? Trata-se de heróis em luta contra a opressão e o despotismo? Trata-se de monstros malvados inimigos da Humanidade? Afinal, de que trata e quem se trata por *cabano*? Este é o problema central deste trabalho.

O primeiro capítulo trabalha com imagens oitocentistas acerca dos *cabanos* (presentes na literatura, nos relatos de viagem e nas principais análises historiográficas e antropológicas da época) para, então, discorrer sobre a inversão de seus sentidos promovida no século XX. O segundo capítulo tem como objetivo aproximar o leitor da complexidade das relações que perpassam a *cabanagem*, através da descrição de uma situação: os festejos de São Tomé e o ataque rebelde de janeiro de 1835. O terceiro capítulo, de cunho eminentemente historiográfico (baseado, sobretudo, em documentos do APEP e os *Motins Políticos* de Raiol), discorre dois períodos de combates (1820-24; 1831-33) anteriores a janeiro de 1835, tomados como centrais para a compreensão deste ataque e seus desdobramentos. O quarto capítulo tem como objetivo situar a noção de *cabano* no discurso e na estratégia *legalista* de *reconquista da Amazônia*, formulada e colocada em prática a partir de julho de 1835. O quinto capítulo utiliza a *Corografia* (1833) de Antônio Ladislau Monteiro Baena, e outros registros, para discorrer sobre o território e as populações do Estado do Grão-Pará em articulação com dimensões geopolíticas da estratégia *legalista* de *reconquista da Amazônia* (abordada nos capítulos anteriores, sobretudo, no capítulo quatro). Por fim, o capítulo sexto sintetiza o ponto central dos capítulos anteriores (a noção de *cabano* é uma noção pejorativa dos *legalistas* sobre seus contrários), para assim propor um esboço de interpretação acerca de quem seriam os agentes e sujeitos entendidos pelos *legalistas* como tais. O último capítulo desta dissertação não pretende simplesmente fechar o que foi dito. Sua principal tarefa é sugerir e indicar uma nova abertura à compreensão de quem seriam os ditos *cabanos* a partir de seus próprios termos.

CAPÍTULO I. Imagens do século XIX e a posituação da figura do *cabano* no século XX.

I. Imagens literárias: *cabanos* como *feras imprevisíveis*.

As três canoas, que regorgitavam de gente, chegaram em breves instantes ao pé do ubá. As suas guarnições compunham-se de indivíduos de diferentes raças: tapuios (índios domesticados), mulatos, mamelucos, cafuzes, e pretos; entre estas cores havia ainda tantas meias tintas provenientes de cruzamentos, que dariam uma escala de cinquenta ou mais tons diversos. Nos trajos havia a mesma confusão e variedade: casacas, chambres, jaquetas, fraques, camisas de riscado, calças pelo meio das pernas, chapéus de palha, de feltro, de seda ou de castor, altos, armados, de abas largas e sem abas, barretinas de todos os feitios, bonés, lenços de cores!... E tudo isto sobre cabeças medonhas, escarapinhadas, revoltas, cerdosas, hirsutas, guedelhadas, como jubas de leões! Alguns homens vinham vestidos de panno avermelhado, tinto em muruxi, aspiração embryonária dos communistas vermelhos do tempo; outros, usavam fardas bordadas, sobre a pele; muitos traziam as camisas sem mangas e as calças sem pernas; os que não estavam inteiramente nus, vinham rotos, esfrangalhados, grutescos; lembravam bandos de macacos em trajos de carnaval, ou doudos desengaiolados, que tivessem saqueado as velhas guardaroupas de dez theatros da provincial!... Unicamente n'um ponto havia igualdade entre elles: andavam todos descalços.

As caras eram indescritíveis: estúpidos, ferozes, audaciosos, covardes, espantados, humildes, idiotas, selvagens, insensatos, incríveis de imprevisto, e estupendos de brutalidade!... Vendo-se tão extraordinária accumulção de creaturas diferentes, tão injustificável promiscuidade de physionomias, de colorido, de raças, em que até havia brancos mais sujos do que os próprios pretos, poderia julgar-se que o diabo, desejoso de por o inferno em harmonia com os progressos da sciencia e da hygiene moderna, os lavará com as águas do Cayari, que despegaram de lá aquelle

amontoado de imundices hediondas, farrapos de panno e de carne, escoria e lixo humano! (Gomes de Amorim: 1875:s/n.).

Assim Francisco Gomes de Amorim descreveu os *cabanos* encontrados pelos personagens de seu romance *Os Selvagens*, publicado em Lisboa em 1875. Amorim, segundo informações biográficas construídas por Bessa Freire (2003:138), era português, nascido em 1827, em um povoado do norte, próximo à Póvoa de Varzim. Com dez anos de idade, o jovem emigrou com seus pais para o Grão-Pará, onde viveram por nove anos. Gomes de Amorim conviveu com as populações tapuias e aprendeu a Língua Geral. De volta a Portugal, estimulado por Almeida Garrett, passou a escrever obras literárias e peças teatrais, boa grande parte delas sobre a Amazônia. Especificamente sobre o período da *cabanagem* escreveu, além d'*Os Selvagens*, o romance *O Remorso Vivo* (1875) e a peça *Ódio de Raças* (1869)².

Muito ainda precisa ser descoberto na obra de Gomes de Amorim. Porém, foquemo-nos neste trecho d'*Os Selvagens*. Há aqui uma perspectiva sobre os *cabanos* que se comunica com outras perspectivas. Há sentidos que perpassam diversos autores novecentistas. Na narrativa d'*Os Selvagens*, o encontro com os *cabanos* se passa em meados de 1838, na região do rio Madeira. Os tripulantes de um ubá, os *brancos* Romulado, Gertrudes e Alberto, dirigidos pelo índio Goataçará, tentavam chegar até a vila de Manaós. Quando no rio Cayari, na embocadura com um de seus tributários, Ariupaná, se encontraram com “as três canoas que regurgitavam de gente”. Os brancos do ubá não foram mortos; pelo contrário, causaram grande alvoroço entre todos os tripulantes com boatos sobre as disputas pelos principais pontos. Diziam que iam a Manaós, cuja situação era incerta, para alertar o comandante das forças sublevadas que seis mil mundurucus, que já haviam destruído os muros, pretendiam atacá-los. Os tripulantes das canoas se desesperaram; logo revelaram que vinham de Ecuipiranga, onde haviam sido derrotados por Ambrósio Ayres Bararoá e Sanches de Brito, que ainda estavam em seu encalço. Os *cabanos* estariam desesperados, sem bem saber para

² Este é um limite deste trabalho. É extremamente difícil ter acesso à obra de Francisco Gomes de Amorim. Encontrei-o apenas no Real Gabinete Português de Leitura (RJ), onde consta sua obra completa nas primeiras e, ao que parece, únicas edições. Por limites de calendário em minhas pesquisas no Rio de Janeiro, não pude analisar a fundo os três trabalhos literários do autor português vinculado a Garrett. José Ribamar Bessa Freire (UERJ), que me sugeriu a leitura do autor, e de quem me vali para compor sua biografia, é um incentivador da redescoberta da riqueza descritiva e imagética de seu trabalho. Há, ainda a ser feita, uma pesquisa aprofundada neste sentido.

onde ir. Alguns sugeriram um ataque às malocas dos mundurucu no rio Tapajós; porém, em dúvida rumaram ou para o lago Autaz ou para o rio Maué-açú, na região da ilha de Tupinambarana, onde acreditavam poder encontrar aliados; *muras* e *maués*, respectivamente em cada uma das regiões.

Os tripulantes das três canoas estavam armados com arcos, espingardas, terçados, espadas e machados. Ressaltemos os traços diacríticos dos *cabanos* de Gomes de Amorim. O autor descreve a presença de diferentes raças; de “tapuios (índios domesticados)” a “pretos”, entre os quais “meias tintas”, escalonados em “cinquenta ou mais tons diversos”. Os poucos “brancos” que existiam nas canoas, segundo ele, eram “mais sujos que os próprios pretos”. Todos andavam descalços. Boa parte deles andava nu. Os outros, todos “esfrangalhados”, se trajavam com “confusão e variedade”. Havia aqueles que utilizavam “chapéus de palha”. Havia aqueles que apenas usavam “calças sem pernas”. Outros vestiam “casacas, chambres, jaquetas, fraques e camisas de riscado”. Alguns utilizavam “fardas bordadas”. Ressalta o autor que muitos deles tinham seus “pannos” tingidos em vermelho com muruxi. Para supostamente causar temor ao leitor, Amorim colocava que era uma “aspiração embryonária dos comunistas vermelhos do tempo”. Amorim dizia que “lembravam bandos de macacos em trajes de carnaval, ou doudos desengaiolados”. Os *cabanos*, em sua perspectiva, estão no campo da desordem; no campo daquilo que não tem lugar. Estão no limiar entre a humanidade e a animalidade.

Amorim descreve os tripulantes das três canoas com grande desprezo. Eram “estúpidos, ferozes, audaciosos, covardes, espantados, humildes, idiotas, selvagens, insensatos, incríveis de imprevisto, e estupendos de brutalidade!”... Era uma “acumulação de criaturas diferentes”, de um “colorido de raças”. Esta seria para Gomes de Amorim uma “injustificável promiscuidade”. Os tripulantes das três canoas eram figuras “diabólicas”. Sua própria existência era como que uma tentativa de harmonizar o “inferno” e os “progressos da ciência e da higiene moderna”. Eram “immundices hediondas”, a “escória e lixo humano”. As águas do Cayari, de onde teriam vindo, haveriam de lavá-los com suas águas. Em sua descrição, *homens de cor* e *brancos* aparecem em lados opostos. Há um forte temor e um grande ódio com relação aos *cabanos*. Por serem desprezíveis, sugere Amorim, era justificado que deixassem de existir. Há, em suas palavras, uma evidente indiferença e

desprezo que fazem com que o autor inclusive defenda, com figuras, o extermínio dos *cabanos*.

O temor e o desprezo perpassam as narrativas novecentistas. O francês Emily Carrey, que realizou viagens pela Amazônia brasileira em meados da década de 1850, publicou nos anos 1860, em Paris, um romance sobre o período: *Os Revoltosos do Pará* (1862). A história se passa em julho de 1835, em Belém e suas imediações. Aqui uma tripulação de franceses, dirigidos no barco por um fazendeiro local, se encontra com *cabanos* na região do Acará. Leiamos:

Os bandidos que vieram pelo braço d'Igarapé-Mirim, desembocaram ao mesmo tempo na boca do canal. Os europeus acharam-se cercados pelos inimigos, sem meio possível de lhes fugir. (...).

Entre os homens das duas embarcações houve geral movimento, e os brancos viram cheios de susto, os corpos meios nus dos inimigos, de diversas cores, uns avermelhados, outros quase negros ou pintados, agitar-se nas canoas designando-os com o gesto.

(...). As duas canoas chegaram rapidamente à montaria do fazendeiro. Os europeus puderam então distinguir todas as feições d'aquelles homens de physionomias sinistras, ferozes, e variadas como uma reunião de feras. Alguns vomitavam imprecações e faziam gestos ameaçadores, fitando todos os brancos com olhos de abutres que tem certa a preza (1862:304-5).

Os *brancos* de Carrey também não foram mortos. Apenas roubaram-lhes a cachaça após conversas e agressões direcionadas precisamente contra o fazendeiro. Note-se que, também em Carrey, o encontro das canoas, por entre os rios, se dá entre *brancos* de um lado e *homens de cor* de outro. Os *cabanos* eram de “diversas cores, uns avermelhados, outros quase negros ou pintados”. Havia temor e ódio no encontro; os “inimigos” fitavam os *brancos*, segundo o autor, com “olhos de abutre”. Para Carrey, tinham seus “corpos meio nus e feições sinistras, ferozes e variadas”. Os tripulantes das canoas encontradas pelos franceses e o fazendeiro, nas imediações do rio Igarapé-mirim, eram uma “reunião de feras”. É com grande desprezo que o francês Emily Carrey os descreve.

Estas fortes imagens não estão presentes apenas na literatura novecentista sobre o período da *cabanagem*. Pelo contrário, elas se manifestam nos mais diferentes registros: na documentação da *legalidade*, nos relatos de viajantes, na historiografia. Tais registros têm suas próprias perspectivas, é preciso situá-los. A literatura apresenta em si mesma imagens que já anunciam o terror que os *brancos* de diversos países que estavam na Amazônia no período criaram com relação aos *cabanos*. Trata-se de sujeitos que estão para além das fronteiras da civilização. É com atributos de “feras selvagens, incríveis de imprevisito” que eles são descritos. Há um grande consenso neste sentido. As fontes novecentistas falam dos *cabanos* como que falando de seres monstruosos em corpos de Homens. Não eram efetivamente *homens*, mas sim *monstros desprezíveis*.

II. Visões de viajantes e cronistas: o *cabano* e a vingança contra os *brancos*.

Em 1839, o missionário protestante americano Daniel Parish Kidder esteve no Grão-Pará. Sua passagem por tal província se deu exatamente no período de ocorrência dos conflitos. A Belém que Kidder visitara já estava controlada pelos *legalistas*. Os conflitos a este momento ocorriam, sobretudo, no interior. O americano fala das *revoluções* como que de um passado recente, embora houvessem ainda disputas em curso. Vejamos como ele caracteriza tais *revoluções*:

Quase todas as revoluções que agitaram o Pará podem ser direta ou indiretamente atribuídas ao espírito de vingança que os primitivos exploradores, em suas expedições sanguinárias, incutiram na mentalidade dos nativos e mestiços do interior (1980:185).

Note que Kidder não fala em *cabanos*, ou em *cabanagem*. Ao que parece, no período, não eram tais expressões tão corriqueiras como aparentam ser. Segundo ele, as “revoluções” teriam colocado em lados opostos os “primitivos exploradores” e os “nativos e mestiços do interior”. Os conflitos seriam oriundos do “espírito de vingança”, inculcado pelos primeiros, e realizado neste período pelos segundos. A noção de vingança perpassa diversas reflexões de estrangeiros que no Grão-Pará estiveram no século XIX.

Em fins da década de 1840, o inglês Henry Bates também menciona a vingança dos nativos como o aspecto central das disputas que envolveram a série de insurreições ocorridas em 1835:

(...) A vingança que se viu foi terrível. (...). A cidade e a província ficaram entregues à anarquia; os negros, inebriados com a vitória, decretaram a morte de todos os brancos, com exceção dos residentes ingleses, franceses e americanos. As autoridades que haviam desencadeado esse ódio com seus atos impensados viam-se obrigadas agora a fugir (1879:24).

Note que o autor ressalta a “vingança” dos “negros” contra os “brancos”, à exceção dos residentes estrangeiros. Tal “vingança” teria se originado com o “ódio” desencadeado pelas próprias “autoridades” com seus “atos impensados”.

Na década de 1860, o cronista alemão Henrich Handelmann discorreu, brevemente, em sua *História do Brasil* [1860], sobre os conflitos políticos ocorridos na Amazônia:

Revoluções verdadeiramente perigosas, embora impotentes para derribar o império, porém ameaçaram mutilar o seu conjunto geográfico, são as ocorridas então nos extremos confins do império. **Assim, a guerra civil no Pará, a qual, a 7 de janeiro de 1835, começou com uma sedição militar e morticínio de funcionários e portugueses residentes, porém depois quando os cabeças chamaram a população índia às armas, tomou feição formal de guerra de raças;** foi proclamada a separação do império, todavia provisória, até a maioridade do jovem imperador; conseguiu, porém, a regência, já a 13 de julho de 1836, submeter a capital, Belém, e, até fins de 1837, todas as povoações mais importantes ao longo do Amazonas; e, cerca de 1839, extinguíram-se também ali as últimas convulsões revolucionárias (Handelmann, 1982 [1860]:322, grifos meus).

Segundo Handelmann, teria havido uma guerra civil no Pará, com feições de uma “guerra de raças”, com o chamado da população indígena às armas, após a ocorrência de uma “sedição militar” ocorrida em Belém, a 7 de janeiro de 1835. Embora a regência houvesse recuperado o controle político sobre Belém durante o ano de 1836 (a 13 de maio e não de julho), teria

havido confrontos em “todas as povoações mais importantes ao longo do Amazonas” até cerca de 1839. Note-se que o que está em questão para o historiador alemão é uma “guerra civil” que tomou “feição formal de guerra de raças”. A “sedição militar” ocorrida em 7 de janeiro de 1835 teria iniciado os conflitos, porém, não definiria as disputas. A *cabanagem*, em Handelman, se define como uma “guerra de raças”, deflagrada a partir do momento em que “os cabeças chamaram a população índia às armas”. Porém, ao contrário do que Handelman afirma, não teria havido qualquer intenção por parte dos rebeldes de “mutilar o império em seu conjunto”. O que havia era um grande temor na corte em relação à possível fragmentação do território do Império.

Embora haja outros relatos e descrições, considera-se aqui que tais já são suficientes para demonstrar um consenso entre os viajantes e cronistas de que, durante o período da *cabanagem*, *brancos* e *homens de cor* entraram em confronto em disputas permeadas pelo *ódio* e a *vingança*. Eram *nativos*, *negros* e *mestiços* que se vingavam dos *brancos*. Trata-se, na perspectiva dos estrangeiros que se debruçaram sobre o tema no século XIX, de uma *guerra de raças* fundada no *ódio*.

III. Domingos Antônio Raiol: o *princípio de autoridade* e a *anarquia da ínfima classe*.

Data da segunda metade do século XIX a respeitada obra do historiador e político do Império, Domingos Antônio Raiol: *Motins Políticos: ou a história dos principais acontecimentos políticos da província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*, publicada e redigida em cinco tomos entre os anos 1865 e 1890 (t.1. 1865, t.2. 1868, t.3. 1883, t.4. 1884, t.5. 1890). Raiol, paraense, nascido em Vigia em 1830, teve destacada atuação política no Segundo Reinado. Foi, além de historiador positivista, advogado, promotor público, membro da Assembléia do Pará e do Parlamento Nacional, vice-presidente nomeado do Pará e presidente nomeado das províncias de Alagoas, Ceará e São Paulo. Monarquista convicto, Raiol foi agraciado pelo Imperador com o título de barão de Guajará, e dedicou sua grande obra a D. Pedro II, que provavelmente se baseou em seu trabalho para compreender acontecimentos políticos decisivos de um período em que ainda era uma criança e, mesmo assim, um protagonista. O barão de Guajará atuou no ativamente no partido liberal até a formação da República, quando se afastou da política.

Uma das principais motivações para que Raiol se dedicasse ao estudo dos anos 1820 a 1840 no Grão-Pará foi a morte de seu pai, Pedro Antônio Raiol, um dos vereadores mortos no ataque dos *cabanos* à câmara da vila de Vigia, em 23 de julho de 1835, quando tinha ainda cinco anos de idade. Domingos Antônio estava na vila no momento de ocorrência do ataque e teria observado, às escondidas, os *cabanos* invadirem a vila, vencerem os combates, cercarem a casa de câmara e assassinares todos os *brancos* luso-brasileiros que estavam no interior do prédio; inclusive seu pai, vereador do distrito.

David Cleary, em sua introdução aos *Documentos Ingleses sobre a cabanagem*, por ele coletados recentemente no “Foreign Office” do Reino Unido (Londres), constrói uma interessante narrativa sobre seu contato com a obra de Raiol. Leiamos um fragmento:

Para mim, portanto, como para qualquer pessoa que quer realmente entender a Cabanagem, Rayol foi o ponto de partida. Quase cento e trinta anos depois da publicação original, e no outro lado do mundo, ele me pegou como se tivesse me abordando na rua, me levando para seu escritório para mostrar sua coleção de documentos originais. **Porque é isso que impressiona sobre os Motins Políticos; documentos, dezenas, centenas de documentos, transcritos ou citados, que contam suas histórias independentemente do narrador e permitem ao leitor mergulhar no passado, sem se deter, necessariamente, nas interpretações demasiadamente pessoais do autor** (Cleary:2002, grifos meus).

Há um grande consenso entre os pesquisadores do tema que sua obra ainda hoje é o principal trabalho sobre o assunto. Bianchi Reis em recente artigo, “*Motins Políticos*, de Domingos Antônio Raiol” (2005), se propõe a estudar tal narrativa considerando-a como uma obra inaugural da historiografia paraense e situando-a como marco fundador da escrita sobre a Cabanagem” (:01). O trabalho de Raiol é a obra seminal sobre o período: a historiografia posterior ao seu trabalho nele se baseou para fundamentar suas descrições. Pretendo aqui demonstrar que, por mais criticado que tenha sido, o trabalho de Raiol efetivamente ainda fornece a estrutura argumentativa geral dos acontecimentos, e que, por isso, ainda não foi plenamente superado. Tal trabalho perdura já, por mais de um século, e qual é sua força? Porque foi capaz de permanecer de pé por tanto tempo?

Os *Motins Políticos* foram construídos como uma proposta interpretativa que visa uma compreensão do conjunto total dos acontecimentos relacionados com a disputa entre facções políticas que disputavam a presidência e o comando das armas entre 1820 e 1840, sobretudo em Belém. O autor se indagava acerca dos motivos pelos quais as elites governantes do Pará promoveram lutas entre si que geraram a “ruptura com o princípio de autoridade”, que seria o mais elementar meio de manutenção da ordem, de modo que a “ínfima classe” passou a interferir na política levando a província a um estado de anarquia.

É um trabalho de fôlego realizado ao longo de décadas. É uma obra positivista. Visa o autor a construção de uma história événementielle, fundada na descrição cronológica das ações daqueles que entende por indivíduos sócio-históricos, que seriam, em si, as sínteses históricas do período. Em geral, os indivíduos sócio-históricos, em Raiol, são as principais autoridades em suas disputas pelos principais cargos, a presidência e o comando das armas. O trabalho do barão de Guajará se apresenta ele próprio em continuidade com os termos da *legalidade*. O autor se posiciona claramente. Sua obra pode ser compreendida como a realização historiográfica do ponto de vista da *legalidade*.

Em grande medida é simpático com ações dos principais líderes rebeldes, sobretudo com o cônego Batista Campos; porém, jamais é condescendente com aqueles que entende como “homens da ínfima classe”. Raiol em nenhum momento pretende acessar o ponto de vista daqueles que, no seu entendimento, não deveriam participar da política. Deste modo, é preciso que se atente, os documentos que o autor compila estão de acordo com esta proposta. A fundamentada obra de Raiol, assim, deve ser lida como um trabalho que pretende contribuir para a compreensão dos “principais acontecimentos políticos do Pará” sem se descolar dos termos do Império. Foi a seu pai, negociante e vereador luso-brasileiro morto por *cabanos* em Vigia, e a D. Pedro II, que o barão dedicou sua obra.

O grande acervo de documentos apresentados por Raiol em seu trabalho, delineados por sua narrativa, é muitas vezes utilizado como fonte primária, sem que se realize uma crítica minuciosa da estrutura argumentativa construída pelo autor. Por apresentar muitas fontes primárias, organizadas e encadeadas, os estudiosos posteriores passaram a oferecer interpretações pessoais fundamentadas em sua própria estrutura argumentativa, o que imobilizou, em grande medida, o potencial crítico de tais trabalhos. Ao apresentar, minuciosamente organizados, um grande conjunto de documentos juntamente com sua

própria interpretação, Raiol deliberadamente permite que o leitor refute suas interpretações pessoais pejorativas com relação à “ínfima classe”, mas prende o crítico, que não acompanha suas posições, em sua estrutura descritiva. A crítica historiográfica ao trabalho de Raiol passa a ser, então, um conjunto de inversões aos conteúdos pejorativos (positivações da negação) a partir da base criada pelo próprio Raiol. Assim, seu grande feito foi exatamente este: o de ter montado uma estrutura argumentativa geral para o conjunto dos acontecimentos, minuciosamente detalhada com documentos que embasam sua argumentação, de modo que suas posições pessoais possam ser totalmente refutadas, mantendo de pé a estrutura básica de sua narrativa.

Havia muito que Raiol pretendia deliberadamente ocultar de sua obra; sobretudo, temas concernentes à escravidão de índios, negros e mestiços na Amazônia neste período. Após escrever os *Motins*, o barão escreveu um artigo, ainda no final do século XIX, oferecido aos Anais da Bibliotheca e Archivo Público do Pará, sobre a “Catechese de Índios no Pará”, para ser publicado em edição comemorativa do governo do Estado do Pará ao quarto centenário do Brasil, *O Pará em 1900*. Tal artigo trata da catequese e civilização de índios no Pará desde o século XVII até a segunda metade do século XIX. Em linhas gerais, o autor defende que a catequese na Amazônia, desde o período da colônia, teria sido realizada como uma grande sucessão de erros e atentados contra os índios:

(...) foi sempre o simulacro disfarçado da exploração exercida contra os índios, visivelmente espoliados em sua liberdade e direitos, de contínuo maltratados como verdadeiros animais de carga (:161, grifos meus).

No Grão-Pará, condições como as de “escravos, forros e livres” não teriam qualquer validade, pois que “todos trabalhavam sem distinção”. Na Amazônia, segundo o barão, desde os tempos remotos da colônia, “governantes e governados, grandes e pequenos, nobres e plebeus, clérigos e seculares, todos sugaram sem compaixão o suor dos indígenas até as suas últimas gotas” (:162). Segundo Raiol, desde o século XVII teriam sido criadas aldeias na Amazônia, porém, “não civilizaram como deveriam”. Nem mesmo com a proclamação da independência as aldeias teriam melhorado; muito pelo contrário, estariam “quase desertas e sem animação”, devido às fugas e mortes dos indígenas (:163).

Embora destaque em tal artigo a exploração indígena perpetrada por agentes que, em sua opinião, deveriam “civilizá-los”, Raiol não estabelece qualquer elo entre tal opressão sofrida pelos indígenas ao longo de toda a história da Amazônia (à qual dedicou o artigo) e os acontecimentos políticos das décadas de 1820 e 1830 (aos quais dedicou, ao menos, vinte e cinco anos de estudos). Pelo contrário, Raiol sequer menciona no artigo qualquer evento ou impasse ocorrido durante este período. Após destacar que a situação colonial de escravização indígena não se alterara com a adesão ao Império (1823), o autor parte diretamente para o ano de 1840, quando restavam no Pará apenas três missões em condições regulares em três regiões remotas: a de São João do Araguaia, a do rio Xingu e a de São Joaquim do Rio Branco, além dos poucos párocos atuantes em vilas, povoados e freguesias. Mas o mais importante, ao que aqui nos cabe neste momento, é que este é exatamente o período em que sua principal obra, *Motins Políticos*, se encerra.

Pergunta-se, portanto, porquê Domingos Antônio Raiol, poucos anos após concluir décadas de estudos, e escrever cinco longos tomos sobre a história dos acontecimentos políticos da província do Pará entre 1820 e 1840, teria omitido inteiramente tal período em artigo posterior sobre a catequese e civilização dos índios no Pará? Dito de outra maneira, porquê Raiol teria excluído de sua reflexão sobre a catequese e civilização dos índios no Pará, desde os primeiros dias do contato até final do século XIX, o período da história amazônica ao qual havia dedicado décadas de estudos?

Embora seja possível que se diga que Raiol estivesse estafado de versar sobre os anos de 1820 a 1840, às vésperas dos setenta anos de idade, esta não parece ser a resposta mais interessante ao problema. Afinal, no artigo, posterior aos cinco tomos, Raiol não dedica uma frase sequer à “exploração exercida contra os índios” no processo de catequese e civilização ocorrido entre 1820 e 1840. Em meio a isso, é possível que se suponha que historiador vigiense tenha optado, justamente, por não estabelecer qualquer elo entre os “acontecimentos políticos” e a “catequese e civilização dos índios do Pará” neste período. Em outras palavras, como indagação: teria o barão de Guajará deliberadamente escolhido por não estabelecer conexões entre sua reflexão sobre “a política no Pará”, presente nos *Motins Políticos*, e sua compreensão sobre “a exploração indígena no Pará”, presente no artigo posterior? Seria uma questão de método, de recorte do objeto empírico por parte de um pensador positivista? Poderiam estes serem temas incompatíveis para Raiol? Não teria

havido catequese e civilização e exploração entre 1820 e 1840? Haveria motivos para que o barão de Guajará estabelecesse uma não-relação entre sua grande obra sobre “a política no Pará entre 1820 e 1840” e um artigo posterior sobre “a catequese e civilização dos índios”, entendida como “exploração” ao longo da história do mesmo Estado?

Para tratar deste impasse é preciso que partamos para os *Motins Políticos*, para uma interpretação do que seria a compreensão do historiador vigiense sobre “a política no Pará entre 1820 e 1840”. Embora os *Motins Políticos* sejam dedicados a duas décadas de política, desde o processo de adesão do Estado do Grão-Pará ao Império do Brasil nos primeiros anos da década de 1820, Raiol estabelece distinções entre os períodos. A *cabanagem* teria se iniciado, em Raiol, após o assassinato das principais autoridades políticas da província, o presidente Lobo de Souza e o comandante das armas Silva Santiago, em 7 de janeiro de 1835. Mais precisamente ainda, teria sido após o ataque de um certo grupo de *cabanos* à câmara de Vigia em 23 de julho de 1835, que as disputas políticas no Pará teriam adquirido, definitivamente, seus atributos característicos:

Nem o **governo intruso** de Malcher [07.01.1835 a 21.02.35], nem o de Francisco Vinagre [21.02.1835 a 29.06.1835], tinham podido conter os facciosos. **A anarquia reinava desde o princípio do ano, e o movimento já tinha descido à última escala social.** Dominavam os turbulentos, os analfabetos, os homens sem conceito, para quem era indiferente a perturbação da ordem pública. Sem nada terem que perder, esses indivíduos estavam dispostos a entrar em qualquer aventura que se lhes deparasse. Os motins eram-lhes jogos de azar, nos quais poderia ser-lhes favorável a sorte (t.5.:805, grifos meus).

Ao que as próprias definições do autor, diluídas ao longo do trabalho indicam, a *cabanagem* é, precisamente, o objeto do quinto tomo de sua obra, dedicado ao período posterior aos “governos intrusos” de Félix Clemente Malcher e Francisco Vinagre, em junho de 1835, até a pacificação da província iniciada pelo brigadeiro Soares d’Andréa, a partir de abril de 1836 até meados da década de 1840. O período da *cabanagem* no Pará teria sido, então, um no qual a “anarquia” reinara; no qual se destacam as atuações de homens oriundos da “última escala social”, que o barão descreve com desdém: seriam perturbadores indiferentes, aventureiros sem nada a perder, jogadores à espera de melhor sorte.

É justamente no quinto tomo, enquanto discorre sobre o período em que Eduardo Nogueira Angelim era o “senhor da capital”, entre fins de agosto de 1835 e início de maio de 1836, reconhecido por praticamente todas as câmaras das vilas do interior do Estado do Grão-Pará, que Domingos Antônio Raiol define, literalmente, o que teria sido, propriamente, a *cabanagem*:

A cabanagem no Pará prende-se aos fatos subversivos cometidos nos anos anteriores: é o resultado natural da anarquia promovida pelos agentes do poder público, de mãos dadas com os intitulados diretores dos partidos que nesses tempos se gladiavam em lutas fratricidas, tratando cada um de desmoralizar por sua vez o princípio da autoridade, arrastando as massas populares aos movimentos tumultuários, apagando nelas a noção dos deveres sociais, cavando o abismo em que mais tarde uns e outros se precipitaram, com irreparável dano para todos e ruína geral da província (:920).

Embora a *cabanagem* se prendesse aos anos anteriores, ela seria “o resultado natural da anarquia iniciada pelos agentes do poder público”, que em suas disputas armadas teriam desmoralizado o “princípio da autoridade”, fazendo com que as “massas populares” pudessem atuar de forma tumultuosa, sem a “noção dos deveres sociais”, causando a “ruína geral da província”. A *cabanagem* se caracteriza em Raiol, assim, pelas ações de “homens da ínfima classe” que teriam atuado, por conta própria, a partir das disputas armadas ocorridas nos anos anteriores entre “os agentes do poder público”:

Foram sem conta os desatinos dos facciosos em todas as suas correrias pela província. Como **entre os romanos a luta incandescente dos plebeus contra os patrícios**, assim **a revolta dos cabanos desenvolveu-se sem tréguas contra várias classes**, porém mais encarniçada e cruel, por não ter nenhum princípio ou interesse geral que lhe servisse de móvel. E **sem um problema social cuja solução tentasse por em prática, essa agitação devia naturalmente cair no morticínio e desordem em que caíra** (:924-5, grifos meus).

A *revolta dos cabanos* para Raiol, assim, se caracteriza por ser uma disputa “sem tréguas contra várias classes”, à exemplo das lutas entre patrícios e plebeus na Roma Antiga. A diferença entre ambas seria que a *cabanagem* teria sido “mais encarniçada e cruel”; e, para além disto, não teria tido “nenhum princípio ou interesse geral que lhe servisse de móvel”. Trataria-se de um período caracterizado por atos violentos, sem justificativa, nem motor:

Parece que **o movimento faccioso tinha degenerado em ódio de raças, ódio nascido de vexames e extorsões de que julgavam vítimas os índios, os pretos, os mestiços e os seus descendentes**, ódio entranhado desde os tempos coloniais e sufocado por muitos anos, **o qual interrompera nesses dias nefastos contra os opressores verdadeiros ou imaginários daqueles**. Não há outra razão para tanta fereza da parte dos rebeldes, que manifestaram em **todos os seus atos sentimentos represados de vingança** (:925).

As “classes ínfimas”, neste trecho, aparecem como os “índios, pretos, mestiços e seus descendentes”. O “movimento faccioso” teria se “degenerado”, neste período, em “ódio de raças”. Os “homens das classes ínfimas” ou os “índios, pretos, mestiços e seus descendentes”, no período da *cabanagem*, teriam se insurgido contra aqueles que Raiol define como seus “opressores verdadeiros ou imaginários”. Tratar-se-ia de um desejo de “vingança”, contra “vexames e extorsões” a que “o populacho se julgava vítima”, que teria se manifestado neste período. Note-se que aqui Raiol estabelece dúvidas sobre se teria havido, efetivamente, “opressão”. Os opressores seriam “verdadeiros ou imaginários”.

O barão de Guajará reconhece que tenha havido opressão contra a “ínfima classe” na Amazônia; mas se recusa a reconhecer que esta mesma opressão pudesse ter sido o motor das ações dos “índios, pretos, mestiços e seus descendentes” durante os anos da *cabanagem*. Afinal, não haveria, por parte destes, “um problema social cuja solução tentassem por em prática”. Simplesmente, realizavam “agitações turbulentas com fereza”. Assim, o intelectual vigiense reconhece, ele próprio, que tenha havido opressão na Amazônia contra *índios, pretos, mestiços e seus descendentes*; porém, se nega a reconhecer que a “ínfima classe”, ela própria, o reconhecesse e pudesse agir politicamente contra tal situação; afinal, seus atos eram manifestações de *fereza*. As ações dos *cabanos* não seriam atos políticos contra a opressão, seriam turbulências criminosas que visavam apenas a “morte e o roubo”, a “anarquia e a

desordem”. Seus opressores seriam “verdadeiros ou imaginários”, pois, ao agirem, os “índios, pretos, mestiços e seus descendentes” não estariam a visar uma alternativa política, ou mesmo existencial, para o problema, já que eles próprios seriam as vítimas (ou os que se julgavam vítimas). As ações dos *cabanos* seriam “crimes” desconexos de qualquer problema social; e, portanto, estariam fora do domínio da “política no Pará”.

Entende-se, desta maneira, que a omissão dos anos 1820 e 1830 no artigo sobre a catequese e civilização têm raízes na própria argumentação defendida pelo barão nos *Motins Políticos*. Afinal, as ações da “ínfima classe” no período da *cabanagem* não teriam qualquer relação com a política, sendo, tão-somente, atos criminosos desconexos de qualquer problema social. E, uma vez que desconexos de qualquer “móvel”, tratar-se-ia de ações inconseqüentes e anárquicas, que “partem da fereza da ínfima classe”. Os “índios, pretos, mestiços e seus descendentes” teriam iniciado no Grão-Pará, eles próprios, a partir da “ruptura irresponsável do princípio de autoridade” causada pelos agentes do poder, um período de turbulências e violências que seriam apenas explicáveis pelo caráter “rude e ferino de turbas desvairadas”. É preciso salientar este ponto: uma vez que suas ações estariam desvinculadas de qualquer móvel, elas diziam respeito, em Raiol, a uma mera manifestação animalesca de violência, sem precedentes na história da Amazônia, e sem relação com qualquer problema. A *cabanagem*, ou o período anárquico, criminoso e violento da história do Pará, teria sido **iniciado** irracionalmente pela “ínfima classe”, a partir da ruptura com o princípio de autoridade causado pelos principais agentes políticos da província.

Para Raiol, a *cabanagem* é um período de “anarquia e de crimes”, realizados em toda a província após o abandono da capital pelas tropas do marechal Manuel Jorge Rodrigues e todas as “*famílias de bem*” após os combates de agosto de 1835 em Belém:

Depois do abandono da capital, **ninguém mais ousara contrariá-los; e, pois, só rancores e sentimentos profundos de raças que se consideravam vilipendiadas, a não ser demência, aberração da natureza ou perversidade levada ao seu auge**, podiam instigar tão desumanos cometimentos e servir de incentivo aos crimes que esses homens perpetraram a sangue frio, com premeditação e sem nenhuma resistência que ao menos autorizasse o desforço pessoal (:925, grifos meus).

As ações violentas e criminosas da “ínfima classe” durante a *cabanagem*, não teriam relação com qualquer processo histórico em curso ou com qualquer aspecto da política no Pará; tratar-se-ia, tão-somente, de expressões de uma “selvageria criminosa”, inclinada ao assassinio e ao roubo. Deste modo, uma vez que a *cabanagem* era a expressão da “fereza da ínfima classe”, sem relação com nenhuma motivação que não o crime, a “pacificação da província”, empreendida pelas tropas comandadas por Soares d’Andréia, enviado da Regência, teria sido justa e legítima, pois que seria o contra-ataque político da “legalidade do Império” a um ataque feroz e criminoso iniciado por *homens-féras*. Era o “ódio de raça contra os brancos” que estaria em questão.

Note-se, no longo trecho transcrito na seqüência, que Raiol reconhece a severidade das medidas tomadas pelos *legalistas* contra os *cabanos*. Porém mesmo assim, o regime de exceção comandado pelo brigadeiro Soares d’Andréia, em nome da *legalidade do Império*, teria sido legítimo por ter sido o meio pelo qual a “anarquia” teria sido vencida em nome da “ordem”:

O governo imperial, suspendendo no Pará por seis meses, conforme os poderes que lhe haviam sido dados por lei, algumas das garantias constitucionais outorgadas à liberdade individual e ao domicílio, tinha autorizado ao presidente a mandar prender sem culpa formada e a poder conservar em prisão sem sujeitar a processo, durante o referido prazo que depois foi prorrogado, os indiciados em qualquer dos crimes de resistência, conspiração, sedição, rebelião e homicídio; - a fazer sair da província e mesmo assinar lugar certo para sua residência aqueles dos indiciados nos mencionados crimes, que a segurança pública exigisse se não conservassem na província.

(...).

Estava também autorizado o presidente da província a mandar executar, sem dependência de subirem à presença da regência, as sentenças que impusessem ou tivessem imposto pena de morte por crimes em que a mesma devesse lugar, cometidos na província depois do dia 6 de janeiro de 1835, e bem assim pelos que cometessem ou tivessem cometido as pessoas pertencentes às forças de mar e terra sujeitas ao presidente, devendo cessar tais medida quando ele declarasse restabelecida completamente a ordem e tranqüilidade públicas.

Pareciam de rigor exagerado estas medidas, mas para os grandes males que flagelavam a província só remédios enérgicos podiam convir. Havia muito tempo que a subversão moral contaminava a sociedade paraense, perturbando de contínuo o sossego geral, a ação benéfica da lei e da autoridade. **A população vivia em completa desordem e entregava-se à devastação, ao morticínio, ao roubo, a todos os horrores da mais desenfreada anarquia** (:974-5, grifos meus).

Soares d'Andréia, o presidente enviado pelas cortes do Rio de Janeiro, no comando de tropas e de uma esquadra de guerra, recebeu autorização da regência para suspender no Estado do Grão-Pará a constituição do Império, que oferecia garantias às liberdades individuais e domiciliares. O brigadeiro foi autorizado a prender qualquer um que considerasse suspeito, sem processo ou indiciamento, conforme a “segurança pública exigisse”. Além disso, estava autorizado a “executar criminosos sem sentença” ou autorização da regência. Tais medidas seriam válidas até que Soares d'Andréia, presidente e comandante das armas, considerasse, ele próprio, “restabelecida completamente a ordem e a tranquilidade públicas”. Para o barão, embora parecessem ser de rigor exagerado, teriam possibilitado o “fim da subversão moral” que contaminava a “sociedade paraense”. A “ação benéfica da lei e da autoridade” teriam sido restabelecidas com o regime comandado por Soares d'Andréia, que teria conseguido vencer, com energia, “a todos os horrores da mais desenfreada anarquia”.

Para o barão de Guajará o “regime militar de exceção” teria sido legítimo, justamente, por ter debelado um período anárquico de exceção à ordem na Amazônia. Porém, para o total restabelecimento da ordem convinha que as autoridades cessassem o próprio regime militar, também uma exceção despótica para o combate contra a anarquia. Uma vez superada a anarquia, seria legítimo que o regime militar de exceção fosse terminado; seria um momento em que conviria aplicar “remédios mais brandos” para que a “postula maligna, queimada com ferro em brasa pudesse cicatrizar”. A “extrema repressão” seria justificada apenas no período de militar de exceção. Raiol, entretanto, reconhece “exageros” por parte do regime militar: “criminosos” e “inocentes” eram indistintamente pronunciados por Soares d'Andréia e pelos agentes por ele nomeados. Centenas de presos teriam sido enviados aos porões dos

navios e às cadeias, centenas de outros teriam sido enviados para o sul como recrutas, centenas de outros, ainda, teriam sido mortos:

Ninguém imagina os martírios de que foram vítimas os infelizes que caíram em poder das chamadas expedições! **Falam somente da selvageria dos cabanos, e esquecem a brutalidade dos apregoados legais!** Destes referem atos cruéis que não depõem menos contra a natureza humana! **Os rebeldes, verdadeiros ou supostos, eram procurados por toda a parte e perseguidos como animais ferozes!** Metidos em troncos e amarrados, sofriam suplícios bárbaros que muitas vezes lhes ocasionavam a morte!

Houve até quem considerasse como padrão de glória trazer rosários de orelhas secas de cabanos! Conhecemos um célebre comandante dessas expedições, que desvanecia-se em descrever com ostentação os seus feitos de atrocidade, e equiparando os rebeldes com as cobras venenosas, dizia que não deviam em caso algum ser perdoados! Muitos dos entroncados nas viagens por canoas lançou ele nos rios, e outros tantos mandou espingardear nos calabouços a pretexto de quererem arrombar as prisões! Nos dias de pior humor fazia pendurar, em cordas presas ao teto da casa de sua moradia, os que lhe inspiravam maior antipatia, e comprazia-se em arremessá-los com violência de encontro às paredes, de mãos e pés atados, sem nenhum meio de poderem eles evitar os terríveis choques que lhes fraturavam os ossos!.

Nem as mulheres deixavam de sofrer! Encontradas em seus sítios ou em quaisquer outros lugares, eram presas e interrogadas com ameaças sobre seus pais, maridos e parentes varões com quem moravam, e poucas se livravam das palmatoadas e castigos com que as amedrontavam para obterem declarações! Algumas foram até violentadas na sua honestidade pela **soldadesca desmoralizada!** (:999-1000, grifos meus).

Domingos Antônio Raiol reconhece, aqui, que a “pacificação” tenha realizado “crimes brutais”; porém, os entende como “excessos”. Diferentemente daquilo que afirma em relação aos *cabanos*, os “crimes” praticados pela *legalidade* seriam, tão-somente, “exageros”

praticados no curso de um processo político legítimo de restauração da ordem. Note-se também que, ao versar sobre “os exageros da pacificação”, o barão de Guajará imputa a responsabilidade por tais atos não às altas autoridades, que tinham autorização para “prender e executar sem processo”, mas sim à “soldadesca desmoralizada”, aos “apregoados legais”. Neste caso, tratar-se-ia de “barbaridades” praticadas por indivíduos cujos atos “brutais” não seriam o bastante para desqualificar a estratégia política da *legalidade*. A “pacificação”, embora praticada com “selvageria”, estaria, mesmo assim, no domínio da política justa e legítima. Era uma reação dos “civilizados” *legalistas* a uma hostilidade prévia dos “selvagens” *cabanos*.

Deste modo, torna-se evidente que toda a argumentação do barão de Guajará assenta-se na problemática fronteira entre a política e o crime. No caso dos *legais*, a legitimidade do ato político não poderia ser obliterada por atos criminosos que por ventura pudessem ter sido realizados por indivíduos desmoralizados. No caso dos *cabanos*, a selvageria dos crimes não deveria ser confundida com qualquer motivação política, já que visariam apenas a morte, o roubo e a devastação. Tanto os *legais* como os *cabanos* estariam permeados pela política e pelo crime, porém, de modo inverso. No caso dos *legais*, a política englobaria o crime; enquanto que, no caso dos *cabanos*, seria o crime que englobaria a política.

Considera-se aqui que é justamente este argumento que fez com que ele omitisse do artigo posterior, sobre a catequese, civilização e opressão no Pará, as décadas de 1820 e 1830. Afinal, se transladada a tese defendida no artigo, na qual os índios aparecem como “explorados”, para o período trabalhado nos *Motins Políticos*, a política englobaria o crime - também - no caso dos *cabanos*. Além disso, teria que se inverter o argumento de que a hostilidade prévia teria partido dos *cabanos*. O artigo, assim, é crucial para compreendermos as posições de Domingos Antônio Raiol em relação à *cabanagem*. Com ele, é possível notar que o barão de Guajará vivia, ele próprio, no momento da escrita, um dilema no tocante à criminalização e à politização dos agentes em atuação no período. Esta ambigüidade vivida pelo próprio autor, fez com que ele optasse estrategicamente por ocultar dos *Motins Políticos* a tese que ele salienta no artigo; e, inversamente, que ele ocultasse do artigo aquilo que ele defende nos *Motins Políticos*. Raiol decidiu-se por estabelecer uma não-relação entre suas próprias teses justamente para legitimar o ponto de vista da *legalidade*.

IV. José Veríssimo e a máxima do Padre Vieira: *Quem for senhor dos índios o será do Estado*.

Ainda no século XIX, José Veríssimo, historiador e literato (sócio-fundador da Academia Brasileira de Letras), nascido em Óbidos (Baixo Amazonas, Pará), redigiu uma interessante, porém inacabada, resenha crítica dos *Motins Políticos*. Segundo ele, é graças ao barão de Guajará que o Pará poderia ser destacado entre as poucas províncias do Brasil que possuíam uma história particular, ao menos de um período crucial. Porém, para Veríssimo, a obra de Raiol não estaria concluída, “faltando-lhe justamente umas das partes mais importantes, a referente ao período chamado Cabanagem e o remate u história da pacificação da província e sua reorganização após o longo estágio de quatorze anos (1821-1835) de contínuas sedições e motins” (1970:95)³.

O historiador de Óbidos aponta que pretendia estudar o período à luz de princípios diferentes daqueles que guiaram o historiador vigiense. Para ele, a sociedade seria um organismo que deveria ser estudado em sua evolução: a hereditariedade das aptidões e tendências seriam critérios para se realizar a crítica da obra de Raiol. Para Veríssimo, tal abordagem seria fruto de uma necessidade estrita ao objeto; pois, apenas tal postura poderia explicar o porquê de, em um dado momento da vida, um povo se arrastar para:

(...) um longo período de agitações contínuas sem um móvel determinado, sem uma direção conhecida, sem um fim explícito, fazendo centenares senão milhares de vítimas, trazendo em comoção e sobressalto contínuo dezenas de milhares de indivíduos, uma população inteira, a quem rouba vidas, a segurança, a fazenda, o sossego, perturbando profundamente a ordem e, portanto, estorvando o progresso? (1970:96).

Veríssimo critica a falta de profundidade histórica da obra de Raiol. Segundo ele, embora desejasse “evitar que o tempo apagasse a memória de acontecimentos tão graves” (1970:96),

³ Não é clara, na reedição de 1970, realizada pela Universidade Federal do Pará, o ano exato da redação do trabalho, mas a resenha é anterior à publicação do quinto e último tomo dos *Motins Políticos* e à publicação do artigo sobre a civilização e catequese no Pará. É possível sabê-lo, pois, em certo momento [1970:96], Veríssimo aponta que a obra de Raiol teria quatro tomos [:96]. Também não é claro se a crítica de Veríssimo teria sido lida por Raiol e se teria sido um estímulo para que o próprio Raiol produzisse o quinto tomo, bem como o artigo. Para Veríssimo, a meritória obra inacabada de Raiol deveria ser concluída e levada à diante.

Raiol não julgou necessário remontar a causas remotas; ou avaliar se, na história anterior da região, haveria algum fato que explicasse porque indivíduos, sem “merecimento de espécie alguma”, pudessem provocar (uma vez que na obra de Raiol **foram eles que provocaram**) tais acontecimentos que geraram no Grão-Pará um período de “anarquia permanente”. Para Veríssimo, haveria na obra do barão de Guajará qualquer coisa que permanecia ocultada:

Através dos fatos que o historiador desenrola a nossa vista curiosa, adivinhamos, mais do que percebemos, a falta de um guia que nos elucide e esclareça o espetáculo contristador, sentindo que **além do que vemos há qualquer coisa que nos ocultam** (1970:96, grifos meus).

A “anarquia” apenas seria possível quando um meio propício para que ela se desenvolvesse existisse. Para Veríssimo, embora Raiol tivesse realizado uma “utilíssima e preciosa contribuição”, sua obra não deveria ser encarada como definitiva porque nenhuma obra o é. José Veríssimo parte, então, para o período colonial, para encontrar causas remotas do período de “anarquia permanente” no Grão-Pará, observado durante a *cabanagem*:

A história colonial do Pará gira toda ao redor deste fato: a luta dos colonos com a metrópole, ou antes com as autoridades que a representavam, por causa dos índios que queriam para escravos e também por amor a certas prerrogativas que reclamavam. Ao redor deste fato principal agrupam-se outros, causas ou efeitos deles, ou o explicam, ou o definem, ou o completam, como seja a luta com os jesuítas, as questões da supremacia do Maranhão, a desmoralização do princípio de autoridade, como natural consequência das lutas com os governadores, as deposições destes por motins populares ou militares, políticos como hoje diríamos, nunca, como porventura mereceram, convenientemente punidos pelo poder central sempre contente, contanto que lhe mandassem a importância dos direitos e dízimos (1970:97, grifos meus).

Assim, torna-se evidente o que, segundo Veríssimo, estaria oculto na obra de Raiol. Toda a história do Grão-Pará giraria em torno da disputa das autoridades pelo controle dos índios, a quem pretendiam escravizar. Os poderes centrais não estariam preocupados com

procedimentos ou com desordens na província do Grão-Pará, contanto que recebessem sua contrapartida em “direitos e dízimos”. Esta “frouxidão da autoridade nos tempos coloniais” teria gerado uma população “acostumada ao tumulto”, fazendo com que, no período regencial, a “anarquia” fosse engendrada, devido a esta longa e “fatal educação de desordem” (1970:97).

Este teria sido o meio, a partir do qual, a *cabanagem* teria emergido. Para Veríssimo, o período colonial “foi quase um contínuo motim” (1970:98); e, quando, o país passou por sua maior transformação - a Independência - não seria de se admirar que surgissem os “mesmos efeitos” do período anterior. Trataria-se de uma “lei da herança psicológica”: os espíritos da época da Independência, filhos legítimos do período colonial, teriam lhes herdado as tendências e o temperamento; “o povo que recebera dos seus antepassados a fatal tendência à desordem, se amotinará desde que surjam as mesmas circunstâncias que moveram aqueles a rebelarem-se” (1970:98). Para Veríssimo, não havia por que os paraenses se envergonhassem-se disto (escrevia ele para seu povo), afinal, “o resto do Brasil jazia no mesmo estado” (1970:99). Tais considerações são seguidas por um breve resumo inacabado dos *Motins Políticos*.

José Veríssimo, em sua crítica inacabada aos *Motins Políticos*, concentra-se em destacar que a “anarquia” seria fruto de tendências herdadas do período colonial. Além disso, realiza um interessante e pioneiro trabalho, na crítica à obra de Raiol, ao destacar que a história do Grão-Pará giraria em torno da “luta dos colonos com a metrópole e entre si por causa dos índios que queriam para escravos”. Veríssimo recoloca a questão da escravização indígena em um primeiro plano (algo que Raiol faz apenas no artigo); porém, não faz avançar seu argumento, uma vez que não concluiu seu trabalho. É possível, entretanto, encontrarmos apreciações mais alongadas do autor a respeito dos indígenas e sua condição escrava em seu trabalho *As Populações Indígenas e Mestiças da Amazônia: sua linguagem, suas crenças e seus costumes*, originalmente publicado em 1878.

Neste trabalho, José Veríssimo concentra-se no que seriam as divisões raciais inerentes ao povo paraense; onde, assim como em todo o Novo Mundo, teria havido cruzamentos que teriam originado uma nova face às sociedades da região. O Brasil seria o lugar, por excelência, onde os povos e raças teriam se mesclado, fazendo desaparecer os tipos puros,

que não fariam sentido em qualquer parte de seu território, e ainda menos na região amazônica:

A vasta região amazônica é um exemplo vivo do grande fato, que nela pode ser apreciado em plena realização, se bem que com menos variedade. **A gente brasileira, autóctone ou não, mistura-se em larga escala nas duas províncias banhadas pelo rio-mar.** E à falta de boas estatísticas (...) podemos sem medo de errar e valendo-nos apenas do conhecimento que temos da província do Pará, calcular que aqui **os mestiços formam mais de duas terças partes da população.** Baena, enumerando sete castas de gente que formavam, em 1833, a população da província, diz que de todas elas a menos numerosa é a dos brancos. Segundo ele, na capital do Amazonas, nesse tempo comarca de S. José do Rio Negro, em uma população de 4.188 habitantes apenas 664 eram brancos. A província do Pará, ou antes a região amazônica brasileira, que toda formava a província então, em uma população de 149.854 habitantes, tinha 29.97 escravos e 32.759 índios, o que perfaz uma soma de 62.728 homens de cor; devendo notar-se que Baena classifica aqui somente os índios puros aldeados ou vivendo nas cidades e não os mamelucos (1970:11-12, grifos meus).

Não é o objetivo aqui, neste momento, prolongar a descrição acerca dos critérios e dos resultados da contagem populacional sintetizada por Antônio Ladislau Monteiro Baena em 1833 (*Ensaio Corográfico da Província do Pará*, [1839]⁴). Limitemo-nos, por ora, à reflexão de Veríssimo sobre as “castas” da região amazônica. Note-se que no total de índios e escravos apresentado por Baena, 62.728 indivíduos, de uma população arrolada em 149.854 habitantes, não se computa o número de mamelucos, que, segundo Veríssimo, seria a maior parte da população da província, filha de “pai europeu e mãe indígena” (1970:12). Este seria o “cruzamento” preponderante na região.

Haveria, segundo a classificação de Baena retomada por Veríssimo, sete *castas* na Amazônia brasileira. Três delas seriam puras: “brancos”, “pretos” e “indianos”; as outras quatro seriam os frutos dos cruzamentos: os “curibocas” (branco e índio), os “mamelucos” (curiboca e

⁴ Para uma apreciação mais detalhada da obra da *Corografia* de Baena vide Capítulo V.

branco), os “mulatos” (branco e preto), e os “cafuz, cafuzos ou carafuzos” (preto e índio). Além destas, haveriam ainda outros tipos resultantes de cruzamentos diversos entre os sete tipos. Segundo ele, seria muito comum a confusão entre o primeiro cruzamento de brancos e índios, o “curiboca”, com o “tapuio”, que seria, propriamente, um “filho legítimo da raça americana” (1970:13). Vejamos como o autor classifica a *casta dos tapuios*:

A essa **população que habita as margens do grande rio e dos seus numerosos afluentes**, vivendo a **nossa vida**, contribuindo para a **nossa receita**, trabalhando nas **nossas indústrias**, e que **não é nem o índio puro**, o brasílio-guarani, **nem o seu descendente em cruzamento com o branco, o mameluco, é que, parece-me, cabe o nome tapuia**. Sabe-se hoje que na língua tupi-guarani, a mais espalhada e geral entre os índios do Brasil, a palavra tapuio (tapyia, y igual ai u francês, porém gutural) era, como o bárbaro dos romanos, uma denominação genérica do desprezo, que se davam entre si os indivíduos de outras tribos e que naquela língua **significava não só o hostil, o inimigo, mas o escravo** (1970: 14, grifos meus).

A classificação em sete *castas* é um tanto confusa. Aquele que em certos momentos aparece como *curiboca*, em outros figura como *mameluco*, mesmo que o autor atente o leitor para tal confusão. Além disso, Veríssimo apresenta os *tapuias* como uma nova *casta* no interior das sete. Os *tapuios* seria os indígenas que habitavam as margens do rio Amazonas e seus afluentes, “chamados ao grêmio da civilização e obrigados a partilhar, embora como parias” (1970:14). O *tapuio* seria o índio que contribuiria com aquilo que Veríssimo chama de “nossa vida, nossa receita, nossas indústrias”. O que o distingue do *índio puro* é esta participação “como paria, na civilização”. Trata-se, conforme expresso na própria semântica do termo tupi, de inimigos, ou mesmo, de escravos. O *tapuio* seria o “índio escravizado” observado a partir da perspectiva genérica do desprezo. Para Veríssimo, tanto os *tapuias* quanto os *mamelucos* são “gente profundamente degradada” (1970:16), diferentes em seu caráter dos *índios puros*:

O abatimento a que chegou entre os seus descendentes a arte cerâmica, tão florescente outrora, é uma prova eloqüente que as perseguições, a falsa catequese, todos os crimes que a cobiça baixa engendrava, fizeram de uma raça selvagem, mas

talvez aperfeiçoável, **uma gente abastardada, dissimulada, odiando a civilização ou amando unicamente os vícios que fatalmente ela acarreta consigo: a bebedice, a rapina e a hipocrisia** (1970:16, grifos meus).

Os *tapuias* e *mamelucos*, na perspectiva de Veríssimo, seriam o resultado do que haveria de pior na “civilização”. Por se tratar de “*castas escravas*”, outrora “selvagens”, teriam sido educados para a degradação. Ou odiariam a “civilização” ou apenas compartilhariam seus “vícios”. Seriam eles os “escravos” que trabalhariam para construir a dita “civilização” na Amazônia, da qual não faziam parte. A “civilização” seria “**nossa**” (grifo meu), como reitera o intelectual nascido em Óbidos, no Baixo Amazonas. Os *tapuios* e *mamelucos* seriam “gente degradada” utilizada para serviços úteis. Eles seriam o resultado, fadado ao desaparecimento, da colonização, na qual o “natural, se ele é selvagem, é escravo” (1970:17). Eles seriam o objeto das disputas por parte das autoridades e colonizadores. Eles estariam no centro da história da região, mesmo como *parias*, afinal de contas, a história amazônica, para José Veríssimo, poderia ser sintetizada na máxima afirmada por padre Vieira em carta ao bispo do Japão, quando em sua estadia no Maranhão no século XVII: “quem for senhor dos índios o será do Estado” (*apud* Veríssimo, 1970:19).

Devido à condição de escravos no sistema colonial (que se reproduzira mesmo após a Independência), os índios teriam deixado a floresta para se tornarem *tapuias dos civilizados*, que jamais teriam recebido qualquer educação para as virtudes. A “falta” seria aquilo que caracterizaria seu caráter:

A feição dominante do caráter desta gente é uma falta completa, absoluta, de energia e de ação. Todos os seus defeitos decorrem deste e neste se podem resumir. **Vivem sob uma espécie de fatalismo inconsciente, e falece-lhes a ambição de tentar sequer sair deste estado.** O tapuio, principalmente por ter, ou por seu gênio esquivo e desconfiado ou por motivo de cor, vivido mais afastado da nossa sociedade, ou ainda porque não estivesse apto para a civilização, ou por todas estas causas juntas, chegou a um abatimento moral lastimoso. Para ele não existe o dia de amanhã. O que tem como ou gasta sem cuidar da família, do futuro ou dos dias menos prósperos, com inconsciente incúria, e sem ser de nenhum modo generoso. Não o preocupa a herança. O sentimento de vingança, tão forte

nos seus ascendentes, como em quase todos os selvagens, morreu inteiramente no seu coração, como também no do mameluco, incapaz talvez das grandes paixões. **Têm ambos menos moralidade e menos desse amor-próprio um pouco animal que para o selvagem é a honra.** A virgem tapuia ou mameluca desnuda-se ou mal se cobre à vista de um estranho (1970:21, grifos meus).

A “falta completa” a que se refere Veríssimo seria análoga a um “fatalismo inconsciente”. Não é plenamente claro o sentido pretendido pelo autor para tal expressão, mas, ao que parece, seria como se os *tapuios* estivessem em um estágio pré-reflexivo, no qual seriam incapazes de empreender qualquer plano ou previsão de contingências: “para ele não existe o dia de amanhã”. Sequer teriam o sentimento de “vingança, tão forte nos seus ascendentes”. O *tapuio*, assim como o *mameluco*, seriam tipos incapazes de grandes aspirações ou qualquer senso de virtude ou moralidade. A tristeza dos *tapuios* – ou, a tristeza dos fracos – se realizaria como uma certa indiferença, característica dos “embrutecidos pelo pesar” (1970:22). Qualquer demanda que lhes exigisse “persistência, exercício continuado e energia moral” lhes seriam impossíveis. Para Veríssimo, teriam sido as circunstâncias políticas, mais do que uma “incapacidade absoluta devida aos cruzamentos”, que explicariam o seu “abatimento”; sua “incapacidade absoluta para a civilização” (1970:23).

Os *tapuios* prefeririam, alternativamente à civilização, a preguiça. Em meio à enormidade de rios piscosos, florestas repletas de caça e terras ricas em produtos úteis, teriam optado por uma vida indolente. Apenas se importariam com muito pouco, e não teriam qualquer aspiração ou desejo de ter mais. Por esse motivo, os *tapuios* prefeririam a vida nômade e o serviço intermitente, em detrimento dos “labores pesados, difíceis e quase impossíveis a um indivíduo de raça superior” (1970:23). Estariam satisfeitos com a condição de coletores e remadores.

É apenas nos dois últimos parágrafos deste artigo, dedicado ao caráter do *tapuio* e do *mameluco*, que José Veríssimo tece comentários sobre a *cabanagem*. Neste momento, o autor pretende destacar que, mesmo com tais características, tais tipos sociais seriam “superiores” à raça negra. Veríssimo defende tal argumento ao afirmar que, mesmo degradados, os *tapuios* e *mamelucos* teriam oferecido mais contribuições à língua portuguesa do que os *negros*. Na Amazônia, os *negros* seriam duplamente insignificantes: tanto por serem poucos na região,

quanto por terem contribuído muito pouco na formação de uma sociedade de cruzamentos. Além disso, a “inferioridade” dos *negros* em relação a estes outros, seria plenamente comprovada pelo “ódio” e pela “animosidade” existente entre estes, de um lado, e os *tapuios* e *mamelucos* de outro. Tal ódio, entre estas tais raças *inferiores* teria sido fundamental para que a *cabanagem* sucumbisse:

(...) **O que é certo é que esse ódio – então o era – envolveu para que no sangrento e estúpido movimento revolucionário da Cabanagem, os brancos, e portanto a civilização que eles bem ou mal representavam, não fossem, embora por um momento, suplantados, porque os escravos, furiosamente confundidos com os tapuios e mamelucos cabanos com os seus senhores e com eles atacados, defenderam-nos corajosamente.** Se não fora esta animadversão das duas raças, fácil aliás de verificar ainda hoje, elas se poderiam ter entendido, e então outras haveriam sido as consequências daquele motim, fáceis de avaliar quando se considera que cada senhor de escravo, isto é, cada cidadão, cada família, teria dentro de casa um assassino, pelo menos.

Felizmente para a civilização desta terra, **aquele movimento – represália desgraçadamente lógica dos maus tratos infligidos pelo conquistador à raça indígena – foi dirigido, se direção teve, pelos homens mais incapazes de que a história das duas províncias faça menção.** Parece que é essa a missão dos incapazes – dirigir (1970:25-6, grifos meus).

Aqui José Veríssimo define o que teria sido a *cabanagem* em sua concepção: “uma represália desgraçadamente lógica dos maus tratos infligidos pelos conquistadores à raça indígena”. De um lado estariam os “brancos”, a “civilização, de outro, os “índios”, os “selvagens” e “embrutecidos”. Note-se que Veríssimo coloca a escravidão indígena no centro do problema. Tal condição teria envolvido para o ódio e, então, para a *cabanagem*, um “sangrento e estúpido movimento”.

Veríssimo recai no mesmo impasse vivido por Raiol. Ambos ressaltam que a *cabanagem* teria sido movida pelo *ódio de raças* dos *índios* contra os *brancos*; teria emergido como uma represália nativa aos maus-tratos infligidos pelos conquistadores. Porém, mesmo assim, o intelectual

paraense não deixa de considerar a *cabanagem* um “movimento estúpido”. Afinal, os *tapuios* e *mamelucos* que haviam se rebelado eram “raças degradadas”, incapazes, assim como seus chefes, que teriam sido os mais incapazes da história da Amazônia brasileira.

Assim como em Raiol, a crítica à escravização convive plenamente com uma contundente crítica à *cabanagem*. Mesmo em contradição, note que há uma lógica à qual segue o argumento do autor. Segundo as concepções de José Veríssimo, haveria sete *castas* no sistema sócio-político do Estado do Grão-Pará, fundadas em critérios raciais, hierarquizadas em critérios de superioridade e inferioridade. Os *brancos* estariam no auge do plano superior: seriam, bem ou mal, os representantes da *civilização*, a forma de organização social superior da vida social. Os *negros* estariam na base do plano inferior: teriam contribuído pouco e seriam minoritários numericamente. Os *índios puros* teriam qualidades, porém, estariam fora do campo da civilização. Os *tapuios* e *mamelucos* estariam “degradados” ou fadados ao vício. Os outros *cruzamentos* estariam cada um em uma determinada posição conforme se aproximassem ou da base, os *pretos*, ou do topo, os *brancos*, ou dos afastados, os *índios puros*.

Interessante destacar que, para Veríssimo, na *cabanagem* (movimento, segundo ele, levado à cabo por *tapuios* e *mamelucos*), os *pretos* teriam se aliado ao *brancos*. Teria havido durante a *cabanagem* uma aliança entre os extremos de um gradiente de superioridade e inferioridade orientado a debelar os *tapuios* e *mamelucos*. Durante a *cabanagem*, movida pelo *ódio*, não teria havido uma aliança entre os *inferiores* contra os *superiores*, mas sim uma aliança entre os extremos da superioridade e da inferioridade contra *castas degradadas*. A extensão de tal aliança é amplamente questionável, mas ao que parece, Veríssimo se refere aos escravos negros mais próximos aos seus senhores; aos agregados às suas casas, que, por isso, teriam sido fiéis aos *brancos*. Tal aliança entre os *brancos* e seus *escravos negros* mais fiéis (Veríssimo generaliza à *raça*), teria sido o meio pelo qual as “raças degradadas teriam sido vencidas”.

Note-se, também, que Veríssimo, diferentemente de Raiol, funda sua argumentação no campo da degradação e da moralidade, ao invés, do crime e da política. A *cabanagem*, para ele, é um movimento político, repleto de estupidez é certo, mas mesmo assim no campo da política. Neste aspecto a interpretação de Veríssimo se distingue amplamente daquela de Raiol, que se recusa a reconhecer que os *cabanos* pudessem ter motivações políticas. Porém, Veríssimo mantêm-se em um impasse semelhante ao de Raiol. A *cabanagem* seria uma *decorrência lógica* dos maus-tratos sofridos pelos indígenas nas mãos de seus “*senhores*”. Mas,

mesmo assim, não seria um movimento legítimo, pois que *tapuios* e *mamelucos* seriam incapazes e degradados; a falta lhes seria um atributo característico. Para Veríssimo, os *brancos*, bem ou mal, deveriam governar, uma vez que seriam racialmente superiores e socialmente mais desenvolvidos (os representantes da *civilização*).

V. A positivação da figura do *cabano* no século XX.

Ao final do século XIX, Gonzaga Duque, jornalista e funcionário público carioca, publicou um trabalho panorâmico sobre *Revoluções Brasileiras (Resumos Históricos)* [1898], no qual tece alguns interessantes comentários sobre a *cabanagem*. Seu trabalho versa brevemente sobre diversas revoluções ocorridas na história brasileira⁵. Não é o objetivo, aqui, discorrer sobre cada uma das revoluções descritas pelo autor, ou sobre os critérios utilizados para organizar tão diferentes momentos, eventos e regiões em um único trabalho sobre “revoluções brasileiras”. Foquemo-nos diretamente na *cabanagem*. Note-se, pela própria cronologia proposta pelo autor, que tal período da história amazônica teria se iniciado em 1834 e findado em 1836. Gonzaga Duque não traz novas fontes, nem detalha profundamente os eventos. Para ele, a *cabanagem* teria se iniciado com o governo Lobo de Souza e teria se findado com o governo e Soares d’Andréa. Porém, mesmo sem realizar grandes aprofundamentos ao longo das breves doze páginas que dedicou ao tema, o jornalista carioca produziu uma interessante reflexão sobre os critérios de construção do termo *cabano*. Vejamos:

Esta denominação provém dos bandos de índios, moradores em palhoças e cabanas, rebelados em Pernambuco e Alagoas, por espaço de três anos.

Também chamaram a essa rebeldia – guerra de panelas – por ter sido o lugar onde o maior numero de índios se ajuntou à gente de Vicente Ferreira de Paula, o principal chefe dos cabanos. A repressão desses bandoleiros, que batiam as mattas

⁵ O autor versa sobre: o *quilombo dos Palmares* (Pernambuco, 1630-1695), a *guerra dos Mascates* (Pernambuco, 1710-1713), o *levante de Filipe dos Santos* (Minas Gerais, 1720), a *inconfidência mineira* (Minas Gerais, 1789-1792), a *revolução de 1817* (Pernambuco), as *tentativas republicanas da Independência*, a *guerra de Independência da Bahia* (1821-1823), a *confederação do Equador* (Pernambuco, 1824-1825), o *sete de abril de 1831* (Rio de Janeiro), as *ruínas* (1831-1837), os *cabanos do Pará* (1834-1836), a *sabinada* (Bahia, 1837-1838), a *balaçada* (Maranhão, 1838-1841), *São Paulo* (1842), *Minas Gerais* (1842), a *guerra dos Farrapos* (Rio Grande do Sul, 1835-1845), a *revolta praieira* (Pernambuco, 1849), e a *proclamação da república* (Rio de Janeiro, 1889).

e serras, invadiam engenhos e saqueavam propriedades, custou à província muito dinheiro e não pequeno sacrifício de vidas preciosas. (...).

(...)

Todas as vezes que rebentava uma revolta dava-se-lhe o nome de cabanada, acontecendo que, de parte a parte, se nomeavam por esta alcunha.

A que vamos historiografar não deixa de ter motivos para assim ser designada, pois que grande parte de seus exércitos foi composta de **caboclos, índios, mestiços e negros do interior da província** (1898:155-6, grifos meus).

As páginas que se seguem são pouco originais; porém, esta colocação é pioneira. No campo da historiografia sobre o tema, Gonzaga Duque foi, aparentemente, o primeiro a versar sobre os critérios de construção do termo *cabano*. Provavelmente, a visão panorâmica das “revoluções brasileiras” tenha lhe permitido estabelecer elos entre eventos ocorridos em diversas regiões. Segundo Gonzaga Duque, a expressão “cabano” seria corriqueira entre os membros da corte do Império na década de 1830: as diversas revoltas de *homens de cor*, em diversas regiões do Brasil, eram classificadas como “cabanadas”, de modo pejorativo. Teria sido em Pernambuco e Alagoas, durante a “revolta das panelas ou cabanada”, que a expressão “cabano” teria ganhado importância. Os comandantes militares e as autoridades provinciais denominariam os “bandos de índios” rebelados como “cabanos”. A expressão teria sido transladada aos “rebeldes do Pará” juntamente com o deslocamento de tropas de Pernambuco e Alagoas, que haviam atuado na repressão aos “bandos de índios”, para o Pará, para nesta região atuarem contra os “caboclos, índios, mestiços e negros do interior da província”, na “cabanada” desta região. *Cabano*, no período, era a figura do Inimigo: “de parte a parte se nomeavam por esta alcunha”.

Décadas depois, nas comemorações do centenário da ocupação de Belém pelas tropas comandadas por Soares d’Andréa, a 13 de maio de 1936, Basílio de Magalhães defendeu em conferência intitulada “A Cabanagem” no IHGB no Rio de Janeiro, argumentos semelhantes. Segundo o autor, que retomou a argumentação de Duque, “o apelativo cabano” foi primeiramente observado na história do Império, para designar os insurgentes de Alagoas e Pernambuco, que a partir de 1832 passaram a combater uma força de 6.000 homens

enviada pela Regência. Apenas em novembro de 1835, o Rio de Janeiro teria considerada pacificada tal região. Os conflitos passaram a ser conhecidos como a “cabanada” ou como “a guerra das panelas”.

Para Basílio de Magalhães, “o epíteto menosprezante de cabanos partiu dos soldados da legalidade, que os combatiam, e proveio, certamente, de serem os rebeldes daquela região pobres roceiros, moradores em cabanas ou ranchos de sapé” (1940:207). É no trabalho de Jorge Hurley (*Traços Cabanos*, 1836), que o autor se baseia para defender seu argumento. Com base na documentação apresentada por Hurley, Magalhães destaca que desde 1834 seria possível observar no Grão-Pará *legalistas* se referindo a seus algozes como *cabanos*. O autor ressaltava um documento de Ângelo Custódio Correia, então major comandante de Cametá, ao presidente Lobo de Souza datado de 8 de novembro: “Corre o boato que Muanã está em armas para sustentar a criminosa pretensão dos Cabanos do Acará...” (Hurley, 1936:276 *apud* 1940:207-8). No Maranhão inclusive, pouco depois, passou a ser corrente o uso da expressão *cabanos* de modo inverso. Foram os rebeldes que passaram a designar pejorativamente os grandes fazendeiros e negociantes como *cabanos*. Esta teria sido uma ironia com o uso depreciativo da expressão *cabano* no Grão-Pará e Pernambuco e Alagoas. No Maranhão, inverteu-se o uso da expressão⁶.

Magalhães destaca que nos dicionários, “cabanada” passou a ser a denominação dada tanto para os rebeldes de Alagoas e Pernambuco, quanto para aqueles do Grão-Pará. Afirmar que um ato é um ato “cabano” significa dizer que se trata de ação desprezível, selvagem e atroz; os próprios dicionários definem *cabano* como *selvagem*, ou como *atroz*. O nexo entre Alagoas e Pernambuco e o Grão-Pará não teria sido estabelecido entre os rebeldes de parte a parte, mas sim entre aqueles que os teriam reprimido. Leiamos suas palavras:

É fora de dúvida que os nomes dos partidos em digladição no Pará, desde o ano da abdicação de d. Pedro I, ‘filantrópicos’ ou ‘federalistas’ e ‘caramurus’ ou

⁶ Uma pesquisa séria e aprofunda acerca da noção de *cabano* nas regiões de Pernambuco e Alagoas, Maranhão e Piauí e Grão-Pará ainda precisa ser realizada. Pessoalmente, eu corroboro a sugestão de Magalhães. Acredito que termo *cabano* utilizado pejorativamente pelos *legalistas* para identificar seus contrários tanto em Pernambuco e Alagoas, quanto no Grão-Pará, sobretudo, a partir de 1831 na primeira região e 1835 na segunda, já estava amplamente difundido neste período em diversas regiões justamente como noção pejorativa para qualificar o inimigo. Ao que tudo indica, a partir de meados de 1837 no Maranhão, é bem possível que *patriotas*, índios, negros, mestiços houvessem “devolvido” para os *legalistas* de outras regiões a noção pejorativa de *cabano*. Afinal, no Maranhão foram os grandes proprietários, sobretudo os *adotivos*, que passaram a ser amplamente identificados pejorativamente como *cabanos*. Isto, entretanto, ainda tem o caráter de hipótese.

‘restauradores’, foram substituídos, depois do falecimento do ex-imperador do Brasil (ocorrido em 24 de setembro de 1834), pelos de ‘cabanos’ ou ‘vinagres’ e ‘bicudos’ ou ‘marinheiros’. Quando isto se deu, ainda durava a insurreição sertaneja de Pernambuco e Alagoas, com a qual os revoltosos do Pará e da comarca do Alto-Amazonas não tinham comunhão ideológica. **Assim, tomaram estes o título de ‘cabanos’ (si é que o mesmo não lhes foi dado depreciativamente pelos portugueses), apenas como um nome de guerra, à semelhança de ‘farrapos’,** que se havia de perpetuar (...) (1940:210, grifos meus).

Note-se que nesta passagem Magalhães apresenta com propriedade os elos entre as tropas que reprimiram os rebeldes em ambas as regiões, porém levanta uma dúvida. Teriam os rebeldes do Grão-Pará tomado para si o “título de *cabanos*, apenas como um nome de guerra” ou seria tal expressão apenas utilizada de forma depreciativa pelos seus Inimigos? Proponho que não há, efetivamente, indícios que sugiram que os rebeldes tenham, eles próprios, se auto-intitulado *cabanos*, exatamente pelo caráter depreciativo da expressão. Ninguém parecia querer ser *cabano*. Tal figura é a expressão da perspectiva do inimigo. Não trata da positividade daquele que se auto-define, mas da negatividade daquele que o observa como algoz na guerra.

Os registros novecentistas, que antes foram descritos, apresentam os *cabanos* como desprezíveis exatamente porque estão em continuidade com a perspectiva da repressão. As descrições novecentistas não buscam interpretar o que seria o *cabano*, simplesmente partem da ótica do desprezo e a partir dela constroem suas descrições. Os trabalhos de Gongaza Duque e Basílio de Magalhães, por sua vez, representam um grande avanço compreensivo uma vez que preocupados em compreenderem os critérios de utilização dos termos que pretensamente designariam grupos em disputa. A fecundidade de seus trabalhos está justamente neste aspecto. A condição *cabana*, como ressaltam tais autores, é negativa. Trata-se daquele que questionou a ordem Imperial e que deveria ser reprimido. Tal condição, negativamente qualificada não deve ser imediatamente transladada à identificação de grupos atuantes nas disputas. Ela pode apenas nos fornecer indicações, mas não conteúdos sociais substantivos. Ela é uma identificação depreciativa, uma adjetivação negativa, o avesso do *legal*.

Entretanto, tal corrente interpretativa passou a perder força e destaque entre os estudos historiográficos sobre a *cabanagem*. Diversos matizes interpretativos, sobretudo a partir da década de 1930, passaram a interpretar os rebeldes como um grupo positivado de *cabanos*. É possível que se diga que tal inversão valorativa em relação à expressão, no âmbito da historiografia, tenha se iniciado com o seminal trabalho de Caio Prado Jr. (*Evolução Política do Brasil*, 1933), que pretendeu pioneiramente reabilitar as lutas dos rebeldes de todo o Brasil, amplamente estigmatizados pela memória histórica de até então. Em Prado Jr., a *revolta dos cabanos* é apresentada de forma positiva:

(...). **É ela um dos mais, senão o mais notável movimento popular do Brasil.**

É o único em que as camadas mais inferiores da população conseguem ocupar o poder de toda uma província com certa estabilidade. Apesar de sua desorientação, fica-lhe contudo a glória de ter sido a primeira insurreição popular que passou da simples agitação para uma tomada efetiva do poder (1933:137-8, grifos meus).

Porém, é preciso que se diga que no próprio prólogo de tal trabalho, Caio Prado Jr. destaca que o que se propunha a realizar era um ensaio geral sugestivo sobre a história do Brasil, preocupado em ir para além da superfície dos acontecimentos. Segundo ele, o ensaio estaria repleto de defeitos que ele próprio seria o primeiro a reconhecer. Para Prado Jr. o período regencial ainda se manteria amplamente pouco compreendido. Em relação à *cabanagem* e às demais revoluções do período o autor afirmava que seu objetivo era tentar ir para além de interpretações que “exprimem apenas a explosão de ‘bestiaes’ sentimentos e paixões das massas” (:09-10). Assim, note que o objetivo do historiador era contribuir para a superação de um estigma, mesmo que sua análise fosse considerada, por ele próprio, repleta de imprecisões.

Aos poucos, a proposta de legitimação popular de Caio Prado Jr. passou a ganhar força. Tomou-se como meta positivar a expressão *cabano*; que a figurar nos trabalhos historiográficos, sobretudo, no memorialismo regional, como um grupo popular unido contra a opressão. Passou-se a positivar acriticamente o termo *cabano*. Ernesto Cruz é um caso exemplar deste procedimento. O historiador paraense, em *Nos Bastidores da Cabanagem* (1942), propôs-se a recuperar em seu trabalho tanto a perspectiva sugerida por Basílio de Magalhães, quanto aquela de Caio Prado Jr.. Nos primeiros parágrafos de seu primeiro

capítulo “O sentido sociológico da Cabanagem”, o autor destaca, baseado em Magalhães, que *cabano* seria uma denominação depreciativa partida dos soldados da *legalidade*. Porém, logo em seguida, destaca os *cabanos* como os integrantes de um movimento popular, justamente baseado em Caio Prado Jr..

Há, portanto, explícita em seu trabalho, uma ambigüidade que perpassa diversos autores. Por um lado, destaca-se a negatividade da expressão *cabano* em sua operação no período de ocorrência dos conflitos; por outro, com o fito de legitimar o povo, positiva-se o mesmo termo, com o objetivo de fazer com que o *cabano* seja a figura do povo em luta. É digno de nota que o terceiro capítulo de tal obra de Ernesto Cruz se intitula “A Cabanagem no conceito dos cabanos”, no qual o autor apresenta documentos e proclamações escritas pelos presidentes e principais líderes rebeldes vinculados às disputas pela presidência e o comando das armas da província: Malcher, os irmãos Vinagre e os irmãos Nogueira, sobretudo. Porém, em nenhum dos documentos compilados pelo autor aparece a expressão *cabano*. Os líderes falavam em defesa dos *paraenses*, *patricios*, *brasileiros*, *patriotas*... Eram estes os termos acionados pelos líderes rebeldes. Apenas no discurso do historiador eles são *cabanos*.

Com o passar das décadas, os historiadores e memorialistas, cada vez mais comprometidos com a reabilitação popular, passaram a destacar fortemente o *cabano* como uma figura positivada. O *cabano* passa a ser, sem ambigüidades, a figura da unidade do povo em luta. Porém, tal legítima e necessária proposta se fez sem que fosse realizada uma crítica minuciosa das categorias do período. Desta feita, tais modelos acabam por ser herdeiros da esquematização categorial proposta pela própria repressão *legalista*. Inverte-se os valores atribuídos às noções, mas mantém-se a mesma estrutura argumentativa. Houve uma descontinuidade axiológica, mas uma continuidade do esquema categorial da repressão, que acabou por comprometer tais trabalhos.

Nas comemorações em Belém do sesquicentenário da *cabanagem*, tal inversão valorativa se sedimentou plenamente. Trabalhos como os de Carlos Rocque (1985), Pasquale Di Paolo (1985) e Júlio José Chiavenato (1986) passaram a, definitivamente, reificar a expressão *cabano* como a imagem do povo em luta. Tais autores, entre outros, cristalizaram expressões como “revolução cabana”, “projeto político cabano”, “estratégia cabana”, “ideal cabano”, “presidente cabano”, “cultura cabana”, entre outras. Tais noções positivadas da negação, atualmente, se encontram amplamente difundidas. São a principal fonte de informações

sobre o período para o público mais amplo, sobretudo, se levarmos em conta o memorialismo popular e oficial no Estado do Pará.

O qualificador negativo da repressão imperial passou a figurar como o aspecto unificador do povo em luta no memorialismo regional. Se o *legal* era o que representava, para o Império, a unidade positiva do Estado; o *cabano*, para tais historiadores, passou a representar a unidade positiva do povo em luta contra a opressão. Os *cabanos* passaram a ser um grupo popular unido, contra a opressão e pelo controle justo do Estado. A tentativa de tomada do poder teria malogrado pela falta de um projeto político claro. Mais uma vez é a falta, a ausência, que determinam, ao fim e ao cabo, o ser *cabano*. A positivação da negação acabou, assim, por ser caracterizada com os mesmos atributos formais do *legal*: uma unidade popular, imagem inversa da unidade do Estado Imperial, em busca da tomada legítima deste próprio Estado. As intenções e objetivos dos líderes partidários rebelados, portanto, passaram a figurar como a possibilidade da realização unidade do povo em luta. Há fortes razões, fundadas nas disputas políticas do presente, que fazem com que, na região amazônica, tais autores mantenham tais perspectivas. O *cabano* é a figura central de um mito político, que prescinde de uma análise pormenorizada das categorias dos agentes do período. O *cabano* é preenchido com conteúdos que expressam mais o as intenções do narrador, em seu contexto de enunciação de sua concepção sobre a Amazônia da década de 1830. A memória política é atualizada a cada momento conforme as disputas do presente. A busca pelas categorias e perspectivas dos agentes passa para um segundo plano.

É preciso que se destaque, entretanto, que estudos recentes, tais como os de Balkar Pinheiro e Magda Ricci (1999, 2000, 2002), passaram a criticar as formulações reificadas de tal tradição, que pode ela própria ser um interessante campo de estudos, que legitimamente se propôs a superar o estigma regional com relação à participação do povo na política. Muitos passaram a criticar o caráter monolítico de tais análises, que fazem com que o *cabano* seja ideologicamente uma figura unitária do povo em luta. O foco de tais propostas é enfatizar a diversidade de agentes envolvidos nos conflitos, fazendo com que sejam interpretados sob a perspectiva da multiplicidade de inserções. Leiamos um trecho da interpretação do historiador Balkar Pinheiro, presente em sua tese (*Nos Subterrâneos da Revolta*, 1998):

A Cabanagem foi um canal por onde segmentos diversos buscaram conduzir seus protestos e reivindicações que, por sua vez, derivavam de

situações conflituosas, igualmente diferenciadas. Seu entendimento como um movimento único, indistinto em procedimentos e reivindicações, derivou diretamente da ação repressiva, para quem não importava a existência ou não de distinções internas entre os rebeldes. Visto por este ângulo, o termo "Cabano" - enquanto sujeito genérico que materializava a partir de seus atos uma ação comum contra a ordem - acaba antes como uma construção do poder instituído, que o utiliza indistintamente para identificar e desqualificar os grupos que se lhe apresentavam como adversários, pouco se importando se o recurso as armas entre os rebeldes era feito a partir de suportes diferenciados ou não (:156-7, grifos meus).

Note-se que, neste trecho acima destacado, o historiador ressalta que a pretensa unidade de um grupo de *cabanos* seria derivada da unidade da estratégia da ação repressiva. O autor reconhece que o *cabano*, enquanto “sujeito genérico”, emerge de uma construção do “poder instituído”, que teria se utilizado de tal expressão para “indistintamente identificar e desqualificar os grupos que se lhe apresentavam como adversários”. Para a repressão, com a formulação da noção de *cabano*, seria possível manter como um único e mesmo inimigo, todos os diferenciados sujeitos a quem confrontavam. Porém, a ambigüidade torna a vir à baila. Embora reconheça tal aspecto neste trecho, Balkar Pinheiro não o aprofunda, nem o leva adiante. Ao longo de todo o seu trabalho, mantém noções como as de “presidente cabano”, “revolução cabana”, entre outras. Os *cabanos*, ao longo de sua obra, continuam a ser um grupo, multifacetado é certo, mas um grupo auto-identificado como tal.

A historiadora Ana Renata Rosário de Lima em um sério e recente mestrado sobre a região do Acará (*Cabanagem: uma revolta camponesa no Acará*, 2004), também enfatiza a multiplicidade de inserções de agentes na *cabanagem*. Em balanço sobre a historiografia regional, a autora destaca que o termo *cabano* teria se solidificado, como expressão, entre os historiadores. Ao discorrer sobre a documentação da repressão, Rosário de Lima destaca que as autoridades associavam os *cabanos* à criminalidade e ressalta o caráter depreciativo do uso de tal identificador. A autora apropriadamente afirma que tal associação poderia em muito contribuir para a compreensão de preconceitos contra os rebeldes, expressos nas falas de seus oponentes. Porém seu objetivo, ela afirma, não seria este, mas sim o de reencontrar os

sujeitos históricos. Assim, a autora, em sua séria pesquisa, indicou o impasse, mas apenas esboçou aprofundar o modo como procederia sua busca pelos pontos de vista dos rebeldes. Em seu criterioso trabalho, a busca pelo ponto de vista dos rebeldes continuou a ser mediada pelo identificador *cabano*; positivado e observado a partir da ótica da multiplicidade. O *cabano* continua a ser como que uma categoria dos próprios rebeldes:

(...) a história do movimento cabano não é uma história homogênea. Ao contrário, o que fortemente procuramos enfocar é a sua grande multiplicidade e diversidade, que audaciosamente chamamos de ‘Cabanagens’, com seus diferentes ‘cabanos’.

Para nós, ‘Cabanagens’ não se resumem à discussão sobre como o movimento apareceu de diferentes formas na produção historiográfica até hoje. Procuramos analisar o movimento, como, uma experiência histórica de sujeitos comuns, que com suas próprias noções e ações, foram dando ‘corpo’ e ‘vida’ àquilo que convencionou-se chamar de Cabanagem (2004:43).

A proposta de Rosário de Lima é bastante interessante. A autora ressalta que não basta revisar a bibliografia sobre o tema; é preciso tentar resgatar os sujeitos, suas noções e ações. Porém, pergunta-se: seria mesmo a noção de *cabano* própria dos sujeitos que a autora pretende legitimamente enfatizar? Ou seria ela própria da repressão, tal como ela própria destaca? Seria frutífero para uma interpretação que tem em sua base tal propósito manter o *cabano* como uma noção dos próprios rebeldes? Não traria tal procedimento – a posituação do *cabano* – um grande impasse para a realização de tal intento?

É preciso que se diga que há uma forte tendência convencionada a décadas que faz com que o *cabano* seja interpretado como tal. É como se a crítica que se faz de seu uso, pudesse plenamente conviver com sua utilização corriqueira como expressão já sedimentada. A pesquisa aqui proposta pretende partir dos critérios e das categorias dos agentes. Considera-se aqui este como o único meio de se realizar o propósito, pulsante desde Prado Jr. (1833), de se conhecer melhor aqueles entendidos como *feras*. Até mesmo entre os mais sérios e profundos pesquisadores, observa-se tal uso corriqueiro do termo *cabano*. O antropólogo David Cleary, em seu recente artigo sobre o tema, “Lost Altogether to the Civilized World: Race and the Cabanagem in Northern Brazil, 1750 to 1850” (1998), recupera a

documentação britânica sobre o tema. O autor é extremamente atento às formulações da repressão. É bem possível que se diga que seu artigo é o mais bem acabado sobre o tema. Porém, até mesmo tal atento e criterioso pesquisador britânico recaiu, ao longo de suas páginas, em uma utilização corriqueira do termo *cabano*. Leiamos:

(...) Cônsules e comerciantes estrangeiros, cada vez mais amedrontados, viram bandos começarem a aparecer nas ruas de Belém, todos “Índios” ou “homens de cor” vestindo camisas vermelhas (e não as brancas velhas usualmente utilizadas pelos pobres) chamando a si mesmos de Cabanos. [Trad. Minha]. (...). ***Consuls and foreign traders, increasingly frightened, saw mobs begin to appear on the streets of Belém, all ‘Indians’ or ‘people of color’ wearing red shirts rather than the rough white ones usually worn by the poor and calling themselves Cabanos*** (1998:122, grifos meus).

Nesta passagem de seu artigo o autor coloca que a documentação consular afirma que grupos de *índios* e *homens de cor* começaram a aparecer em Belém em meados do ano 1835. Tais grupos se vestiriam de vermelho e se auto-intitulariam *cabanos*. Este seria o indício decisivo que poderia nos levar a afirmar que os rebeldes, eles próprios, se entendiam como *cabanos*. Porém, em posterior artigo introdutório à compilação da documentação inglesa por ele coletada (*Documentos Ingleses*, 2002), o autor volta atrás: “É altamente significativo (...) que todas as fontes britânicas não usem as palavras ‘cabanos’ ou ‘rebels’ para descrever os combatentes: dizem ‘Indians’” (:21). Segundo o autor, o uso da expressão *índios*, seria parte de uma argumentação fundada no desprezo, na qual os oficiais ingleses da escuna *Racehorse* defenderiam que o Grão-Pará estaria perdido para o mundo civilizado.

É possível, assim, afirmar que há um grande impasse mal-resolvido sobre a utilização do termo *cabano*. É preciso que o leitor atente que tal impasse não é um detalhe, mas sim uma questão central. Este é o fio a partir do qual é possível desenrolar a multiplicidade de perspectivas em movimento durante este complexo de eventos belicosos. Por muito tempo, a pesquisa interessada em evidenciar pontos de vista eclipsados, tomou como meta positivar o termo *cabano*. Porém, tal procedimento gera impasses, ambigüidades e confusões que acabam por nos afastar dos agentes que pretendemos melhor conhecer. Afinal, se *cabano* passou a ser a expressão central da estratégia da *legalidade* para a sua retomada de controle

sobre o território da Amazônia brasileira, o que exatamente ela pretendia obscurecer? Defende-se aqui que a pesquisa sobre a *cabanagem* deve tomar, como já anunciado por diversos pesquisadores, dois caminhos fundamentais. Um é o aprofundamento compreensivo acerca da estratégia da *legalidade*. É aqui que encontraremos os *cabanos*. O outro é a busca por perspectivas e inserções múltiplas eclipsadas por tal estigma. É aqui que encontraremos a vasta multiplicidade dos sujeitos amazônicos, entendidos por seus contrários como *cabanos*. Veremos que por tal viés, será possível encontrar perspectivas e auto-identificações transversais, que existiram no período e no território de ocorrência dos conflitos que nos cabem, mas que extrapolam até mesmo os seus limites. Os sujeitos devem ser compreendidos em seus próprios termos. Uma vez que – *cabano* – se sedimentou como o termo central sobre este período da história da Amazônia brasileira em formação, o primeiro trabalho de pesquisa é o de situar tal noção no período. O *cabano*, figura pejorativa do inimigo, parte da perspectiva da *legalidade*. Assim, o primeiro trabalho de pesquisa é situar o *cabano* em tal perspectiva. Apenas a partir deste trabalho, será possível evidenciar os sujeitos e suas perspectivas, obscurecidos e eclipsados pelo uso corriqueiro de tal noção.

CAPÍTULO II. Os festejos de São Tomé e o ataque de janeiro de 1835 à Cidade do Pará.

I. Descrição dos festejos e visões oculares do ataque de janeiro de 1835.

No período das festas de natal e nos primeiros dias de janeiro, pessoas de diversas localidades se dirigiam à Cidade do Pará. Muitos se mantinham em suas imediações, outros até circulavam pela cidade. A súbita chegada de pessoas do interior não causava, de antemão, alarde ou temor. Isto porque o início do ano era um período em que geralmente muitos rumavam para capital. Desde o natal ocorriam festejos na Cidade. No dia 6 de janeiro, a celebração de Reis, era o dia “consagrado pelas famílias católicas à queimação das palhinhas dos presépios de Natal” (Baena *apud* Cruz, 1942:138). O dia 7 era o derradeiro dia de celebrações. Era o dia em que a festa de São Tomé, criada pelos jesuítas, que reunia os *tapuios* na Cidade, era realizada. O dia 7 também era quando, por regra estabelecida na constituição do Império, os novos vereadores deveriam se apresentar às câmaras⁷. Era formalmente, quando as autoridades retomavam suas atividades políticas após as festas.

No fim de ano se reuniam na Cidade pessoas de diversas localidades, oriundas, sobretudo, das freguesias de Belém distrito: Conde, Beja, Moju, Igarapé-mirim e Capim. Muitos dos que se dirigiam à Cidade eram de fora do distrito, vindos da ilha de Marajó e do rio Tocantins, das habitações espalhadas pelos furos e arquipélagos; da costa do Salgado. Até mesmo do baixo e alto Amazonas chegavam pessoas. Além dos *povos da província* é preciso que ressaltemos também a presença de estrangeiros. Os tripulantes das embarcações de Estados Unidos, França, Inglaterra, Portugal e de outras províncias do Império; e outros, que individualmente, por diversas razões, poderiam estar em Belém. Nos dias dos festejos aos santos, moradores e pessoas de fora se encontravam na Cidade. Todos envolvidos entre si em complexas teias de relações. A capital ficava cheia. Havia muitos festejos religiosos na Cidade do Pará: Nossa Senhora de Nazaré, Corpus Christi, Quaresma... Porém, São Tomé parecia ser especial para os índios.

⁷ Constituição de 24 de março de 1824. Lei de Outubro de 1828. Título I. Art. 17: *No dia 7 de janeiro se apresentarão na Câmara os novos Vereadores, e prestarão o juramento pela maneira seguinte: - Juro aos Santos Evangelhos desempenhar as obrigações de Vereador da cidade, ou villa de tal... de promover quanto em mim couber, os meios de sustentar a felicidade pública – depois do que tomarão posse dos lugares, que lles competirem.*

O dia 7 de janeiro era um dia de celebração, tanto a posse de autoridades quanto a imagem do padroeiro dos índios estavam em destaque. Os festejos, em grande medida, se davam regados a aguardente. Corriqueiramente, no decorrer das celebrações, ocorriam *arruaças*, assim como brigas, intrigas e acertos de contas; que muitas vezes redundavam em mortes. Atos de violência permeavam e surpreendiam os festejos. Porém, em 1835, o que nem mesmo as principais autoridades da província suspeitavam era que grupos do interior, capitaneados por diversos líderes, articulados com moradores da Cidade, haviam arranjado precisamente para o dia dos festejos de São Tomé, um plano de um ataque armado, com vistas a sobretudo tomarem a presidência e o comando das armas.

Muitas perspectivas e elementos simbólicos envolvem a data do ataque; impossível objetivar todos. Afirmemos que, de forma central, são as relações permeadas pelas posições de sujeito das autoridades e dos índios que estavam em relevo no dia dos festejos. Tentemos, porém, evitar simplismos. O 7 de janeiro era uma dia ambíguo; nele se celebrava, simultaneamente, a ordem (a posse de autoridades na casa de câmara), e os germens de sua dissolução (a movimentação de tapuios e índios embevecidos nas ruas). Em todos os anos, era como se a estrutura fosse afirmada pelas autoridades no interior da casa de câmara; enquanto, do lado de fora, os índios comemoravam em festa a inversão das posições, ou mesmo posições que não se relacionassem de nenhuma maneira com aquelas das autoridades. Em São Tomé as ruas eram tomadas pelos índios.

Era um dia com feições de um carnaval. Provavelmente, no dia de São Tomé, os *brancos* deveriam se manter mais ou menos fechados, no interior das casas, observando pelas janelas os *índios* e *bomens de cor*, que pelas ruas estariam a realizar *festejos* e *arruaças*. O dia 7 de janeiro, é possível que se diga, era um dia de afirmação, as autoridades se faziam *senhores* dentro da casa de câmara e nos interiores das propriedades; enquanto que os *índios* se faziam *senhores* fora delas. Ao mesmo momento, num único dia, de perspectivas e lugares distintos, todos eram *senhores* de suas posições. Senão em São Tomé, em todo o restante do tempo os índios deveriam se manter obedientes aos seus *patrões*. Nas casas, os falantes do português; nas ruas, os falantes de nheengatú e outros vernáculos. Sistemas lingüísticos e sócio-cosmológicos distintos, porém imbricados em complexos feixes de relações, se manifestavam ritualmente em diversos espaços da Cidade, ao mesmo momento. É possível que neste dia em especial, as múltiplas dicotomias que perpassavam as relações entre os *brancos* e *índios* se

manifestassem de modo único. Por regra, os *índios* deveriam ser *senhores da Cidade* apenas no dia de seu padroeiro. Só havia São Tomé uma vez por ano.

Em 1848, o naturalista britânico Henry Walter Bates produziu um interessante relato sobre a *feira de São Tomé, padroeiro dos índios*, que continuava a ocorrer nesta época em Belém. Leia-se suas palavras:

(...) **Eles têm o seu santo padroeiro, que é São Tomé, e celebram o seu dia na forma convencional, pois gostam de seguir à risca o protocolo. Não obstante, acham que os festins tem tanta importância quanto as cerimônias na igreja. As máscaras tem uma parte importante em alguns dos festejos, e nessas ocasiões os índios se sobressaem realmente.** Fazem esplêndidas imitações de animais selvagens e do caipora e outras criaturas naturais da selva, representando os seus papéis até o fim com grande habilidade. **Quando se realiza a festa de São Tomé, os índios todos se embriagam, e seus patrões já sabem disso.** Geralmente tímidos demais para pedir a cachaça abertamente, eles se tornam então muito ousados; pedem logo um garrafão de uma vez, dizendo, quando interpelados, que vão tomar uma bebedeira em honra de São Tomé (Bates, 1979:44, grifos meus).

Dizia Bates, que os *índios* faziam questão de seguir “à risca o protocolo, na forma convencional”. Isso indica que, sempre, a festa ocorria exatamente no dia do santo padroeiro; e que, sempre, se iniciava as festividades com os rituais litúrgicos realizados pelos padres. Segundo a descrição de Bates, as festas aos santos em Belém, em geral, se iniciavam com uma procissão. Os festejos de São Tomé já eram aquecidos dias antes; os *tapuios* e *índios* passavam pelos *brancos* com música e o santo em haste, pedindo esmolas em nome do santo. No dia, os festejos se iniciavam no arraial do Bacuri (região da Pedreira), de onde saía a procissão que terminava na Igreja da Sé (centro da Cidade). A “imagem do santo” e uma “bandeira branca” iam à frente, carregadas por pessoas minuciosamente escolhidas. Na sequência iam os “padres e sacristãos, trajando bordadas e abrigados sob magníficos parassóis” (Bates, 1979:44). A *procissão*, de outra perspectiva, era um *sairé* (Bates, 1979:123). Danças ritualizadas, com máscaras e adornos, cantadas em nheengatú, ou outros vernáculos, é que acompanhavam os padres nos festejos de São Tomé. Duas liturgias se entrecruzavam

no decorrer da *procissão-saíre*. O naturalista, no relato de sua observação, sugere que, no dia de São Tomé, não estariam em destaque propriamente os santos, mas sim uma ampla diversidade de entes cosmológicos, minuciosamente performatizados nos ritos. Era o *saíre* que era, propriamente, a *procissão de São Tomé*.

Com o passar do tempo as pessoas se tornavam cada vez mais embevecidas. Muitas vezes, grupos de *tapuios* embriagados ousavam violar o domínio dos *brancos* no interior das casas. Algumas vezes, tais atos eram encarados como meras *arruaças*; em outros casos, maiores consequências poderiam ser desencadeadas. Nada disso, porém, era planejado com afínco. A festa de São Tomé era um espaço de fronteira, com tensões e contradições por todos os lados; muito poderia se desencadear espontaneamente neste espaço. Muitas vezes as coisas escapavam de sua frouxa e tensa estabilidade. Em 1835 é como se tudo que já se entrecruzava se misturasse ainda mais. Os rebeldes de fato escolheram o dia de São Tomé como o dia do ataque às principais autoridades da província. Um dia, em si, repleto de múltiplas recriações emergidas das expressões simbólicas ritualizadas.

É preciso que se ressalte também que havia muitas razões práticas para que os rebeldes escolhessem o dia da festa de São Tomé para a realização do ataque. Os dias de festas religiosas, por muitos motivos, eram comumente escolhidos para a deflagração de insurreições planejadas. Por ocasião das festas, os moradores espalhados nos territórios dos distritos se dirigiam, convencionalmente, às vilas do interior ou à Cidade. Os dias de festas eram dias de encontros já aguardados e de disseminação de notícias. A festa, se já não o era, se tornava um pretexto para outra coisa. Todo o assunto carece de muita seriedade. Para fazer com que estes dias de festa e celebração ritual se transformassem em uma mobilização armada, era preciso que existissem *capitães* capazes de conclamar às armas; e também homens, voluntariamente dispostos a acompanhá-los rumo a um enfrentamento belicoso. Era preciso muito antes espalhar as notícias, tecer articulações, receber adesões, combinar estratégias; tudo em sigilo em relação às *autoridades*, às *famílias e seus agregados* e às *expedições das tropas do presidente*.

Por entre matas, rios, furos e igarapés, os arranjos para o ataque poderiam se prolongar por meses, ou até mais tempo. Não há ou não vieram à tona evidências diretamente específicas sobre o momento a partir do qual o ataque passou a ser tramado. Há, porém, muitos indícios de que os rebeldes tenham escolhido precisamente o dia dos festejos de São Tomé para

promoverem um ataque às principais autoridades do Grão-Pará. Dissemos que, todos os anos, o cortejo seguia uma imagem de São Tomé e uma bandeira branca. Em 1835 a bandeira ganhou os tons avermelhados do urucu e do muruxi. Jamais houve em Belém nenhum outro São Tomé como aquele de 1835. Foi complexo o processo que levou a que o dia do *sairé na Cidade* se imbricasse com a data planejada para a realização de uma revolução política. Porém, é preciso que se ressalte: há muito tempo o estado da Província era tenso e belicoso. Não era este o início da uma sucessão de combates armados; mas sim, um momento crucial em um processo de disputas já em movimento.

Poucos naquela época deixaram testemunhos e relatos escritos sobre a história daquele dia. A narrativa de Domingos Antônio Raiol (1970, t.II:549-554), ao longo de diversas gerações, continua a ser o principal texto a partir da qual novos sentidos sobre o “7 de janeiro” são extraídos⁸. Raiol, em sua narrativa (1970, t.II:549-554), afirma que todos os rebeldes já estavam atentos desde quando, na noite anterior, as “principais autoridades e famílias” haviam se reunido no teatro para assistirem a uma peça, como parte das comemorações do dia de reis. Há quem diga que peça fora mesmo um grande pretexto para encontrar e circular notícias (Di Paolo, 1985:166). Os irmãos Aranha, João Miguel e Germano, eram os comandantes do plano combinado. Em sua casa em Cacoalinho, nas imediações de Belém, reuniram um “grupo de guardas nacionais do Acará e Guama”, capitaneados pelos irmãos Vinagre, Antônio e Francisco. Na região do Nazaré, na casa de um outro da família Aranha, Tenreiro, havia um “*crioulo liberto*”, que se auto afirmava o “*Patriota*”, que reunia gente ao seu redor. No Bacuri (Pedreira), onde era o início dos festejos de São Tomé, onde a maior parte da gente estava reunida, os irmãos Nogueira, Eduardo e Geraldo se destacavam como *capitães*. Por volta das três da madrugada, o ataque foi iniciado por Antônio Vinagre, que, à frente de uma coluna de homens teria cercado o quartel, onde os próprios soldados já estavam à postos à espera do sinal para se insurgirem contra os comandantes. De imediato,

⁸ Leia-se, por exemplo, as narrativas presentes em: Prado Jr. (1933), Jorge Hurley (1836), Ernesto Cruz (1943), A. C. F. Reis (1979 *et. al.*), Vicente Salles (1971), Anderson (1975), Rocque (1985), Di Paolo (1985), Chiavenato (1986), Silveira (1994), Balkar Pinheiro (1998) Cleary (1998) e Ricci (2001, 2002). Para revisões referentes diretamente ao debate “Raiol e a historiografia da *cabanagem*”, sugere-se a leitura de: Balkar Pinheiro (1998), Cleary (1998, 2002) e Ricci (2001, 2002). Na narrativa do barão, entretanto, constam apenas alguns poucos documentos sobre os *principais acontecimentos políticos* deste dia. Entre eles, ofícios e proclamações subseqüentes ao ataque, feitas pelo *presidente aclamado por povo e tropa*; além de uma declaração à corte do Império do Brasil assinada no palácio por um conselho de cidadão. O desenrolar de sua narrativa se dá como uma versão sistematizada de relatos orais a que teria tido acesso (o autor cita utilização do *Ensaio Corográfico sobre o Pará* [1839], de Baena, para versar sobre a festa de São Tomé).

outras colunas cercaram os pontos estratégicos da cidade: o forte, o palácio e o arsenal. Na cadeia, presos comuns e aqueles que haviam sido capturados pelas expedições foram soltos; alguns foram armados. Outros, ainda, passaram a perseguir determinadas pessoas em suas casas. O comandante das armas Silva Santiago, encontrado no palácio, teria sido morto pelo tapuio Filipe Mãe da Chuva e outros, quando tentava fugir pelas ruas. Lobo de Souza teria sido encontrado na casa de sua amante; em fuga pelas ruas, teria conseguido chegar às portas do palácio. Em vão o presidente nomeado tentava mobilizar as tropas a defendê-lo, quando, na escadaria, fora atingido por um tiro que teria sido dado pelo tapuio Domingos Onça. Pela manhã, Félix Antônio Clemente Malcher foi aclamado por povo e tropa presidente da província e Francisco Vinagre, comandante das armas.

Henry W. Bates, com base em relatos colhidos em Belém em meados de 1848, descreveu da seguinte maneira o 7 de janeiro de 1835:

(...). **Os tumultos começaram com o assassinato do presidente e dos principais membros do governo**; a luta foi sangrenta, e o **partido nacional**, em hora de má inspiração, **resolveu chamar** em seu auxílio os elementos fanáticos e ignorantes que compunham **à parte mestiça e indígena da população**. O grito de “Morte aos Portugueses!” logo se transformou em “Morte aos maçons”, na época uma poderosa e bem-organizada sociedade, que incluía a maioria dos brancos da província. O vitorioso partido local conseguiu estabelecer um governo próprio. (...). (Bates, 1979:24, grifos meus).

Detenhamo-nos, sempre, ao modo como cada um dos autores descreve os grupos em combate. Segundo o naturalista inglês, um “partido nacional”, que em outro momento aparece como “partido local”, chamou às armas os *índios* e os *mestiços*. Os “principais membros do governo” foram mortos em uma “luta sangrenta”. A maioria dos *brancos* residentes na província, exceto os estrangeiros de outras nações, estava jurada de morte. O ataque era diretamente voltado contra os *portugueses* e os *maçons*. O “partido local” foi vitorioso e “estabeleceu um governo próprio”. Para Bates, teria sido por “má inspiração” que os *índios* e *mestiços* teriam sido chamados às armas.

O cônsul francês relata que, no dia, “uma porção de homens”, articulados às “tropas”, haviam ocupado a Cidade. Descreve que tomaram o “Arsenal e assassinaram o presidente, o comandante militar, o comandante das forças de mar, os oficiais das tropas que se encontravam nos quartéis, e um certo número de indivíduos brasileiros e portugueses”. Os presos foram libertados; Malcher, retirado da cadeia da fortaleza da Barra (Castelo), havia sido “aclamado presidente”. O representante da França não se mostrava simpático com os acontecimentos. Para ele, Malcher era um homem “da mais baixa classe, sem nenhuma capacidade, que só poderia inquietar as pessoas de bem”. Deveria ele ser responsabilizado pelo “terror”. Havia, segundo ele, um “temor, a todos os instantes, de novas arruaças ocasionadas pelos malfeitores libertados das prisões”. A província, ele conjecturava, poderia se “separar abertamente do Governo Central”⁹.

O vice cônsul britânico em Belém¹⁰ afirma ter observado indícios de “uma conspiração secreta ameaçando nada menos do que a deposição do Governo desta Província”. Um tanto quanto prematuramente, dizia ele, a insurreição já havia começado em outubro de 1834, quando, “no distrito do rio Acará, o comandante de uma patrulha” fora atacado e assassinado. O inglês associa a “insurreição” ao “descontentamento popular” com as “reformas constitucionais do Império” (Ato Adicional). A associação direta se baseia na proximidade das datas: as notícias do Rio de Janeiro haviam chegado do dia 17 de outubro e a *insurreição* ocorrera quatro dias depois. A patrulha atacada no Acará, afirma o cônsul britânico, fora enviada “para prender um certo Vicente Ferreira Lavor Papagaio, condenado pela publicação de papéis sediciosos”. Segundo ele, com as notícias da derrota da patrulha, imediatamente uma expedição foi montada: “três navios de guerra e algumas embarcações

⁹ (...) le 7 de ce même mois une portion d'hommes, auxquels s'est jointe la troupe, se sont emparés de la ville, ainsi que des Arsenaux, ont assassiné le Président, le Commandant Militaire, les Commandants des Forces de Mer, les officiers des troupes qui se trouvaient dans des casernes, et un certain nombre d'individus Portugais e Brésiliens, les prisons ont été ouvertes et tous les criminels et détenus armés. Le même jour a été nommé Président un nommé Malcher détenu à la forteresse de la Barra (...), un individu de la plus basse classe, sans aucune capacité, ce qui ne peut qu'inquiéter les gens de bien (...), la terreur étant à son comble et craignant à chaque instant de nouveaux troubles occasionnés par des malfaiteurs relâchés des prisons (...), et alors cette Province se séparera ouvertement du Gouvernement Central (...) (apud Tiphagne, 1998:106).

¹⁰ John Hesketh, vice cônsul britânico no Pará, redigiu a 24 de janeiro ao ministro britânico no Rio de Janeiro. (Doc. Ing. Cleary, 2002:151-2). Fragmento: (...). No último dia 17 de outubro, as Reformas Constitucionais do Império foram publicadas neste lugar sem que surgissem sinais visíveis de descontentamento popular. Uma conspiração, porém, formava-se secretamente (...). Irrompeu a insurreição um tanto quanto prematuramente no dia 21 de outubro, no distrito do rio Acará, e começou pelo assassinato de um comandante de uma patrulha da guarda municipal, enviada para prender um certo Vicente Ferreira Lavor Papagaio, condenado pela publicação de papéis sediciosos. Imediatamente, enviou-se uma expedição composta de três navios de guerra e algumas embarcações armadas sob o comando do coronel Manoel Sebastião de Mello e, subordinado a ele, o capitão Inglês da corveta brasileira Defensora, tendo sido aquele baleado no primeiro dia de ataque aos insurgentes e este assumindo o comando e conseguindo prender muitos deles, entre os quais o cabeça da insurreição, Félix Antônio Clemente Malcher. (...).

armadas sob o comando do coronel Manoel Sebastião de Mello e, subordinado a ele, o capitão Inglis da corveta brasileira Defensora”. No primeiro dia de combates no rio Acará, o comandante teria sido atingido mortalmente; James Inglis assumira e fizera com que a expedição conseguisse “prender muitos deles, entre os quais o cabeça da insurreição, Felix Antônio Clemente Malcher”. Apenas, então, teria havido a *insurreição de 7 de janeiro*:

(...); **começou às três da madrugada pelos soldados que, de seus alojamentos no quartel, atiraram em seus próprios oficiais; juntaram-se a eles, então, os descontentes do rio Acará e prosseguiram com a abertura de todas as prisões públicas;** e os prisioneiros (muitos confinados por crimes capitais) foram soltos; a cena do massacre que sucedeu foi verdadeiramente horrível.

O supracitado Malcher, foi solto do seu encarceramento e proclamado presidente pela voz do povo e dos soldados; e um certo Francisco Pedro Vinagre, Governador Militar.

No dia seguinte, visitei o novo presidente e pedi que me informasse se as vidas e das propriedades dos cidadãos britânicos seriam respeitadas. Respondeu-me afirmativamente. (grifos meus).

Bates havia se referido a um *partido local* articulado com *índios e mestiços*; o cônsul francês a *uma porção de homens* articulados às *tropas*. Na versão do cônsul britânico, são *os descontentes do Acará* aliados aos *soldados*. Ambos os cônsules afirmam que todos os *presos* teriam sido soltos; muitos teriam sido armados. Na Cidade, “a voz do povo e dos soldados” teriam feito Malcher presidente e Francisco Pedro Vinagre comandante das armas. Toda a situação causava temor nos cônsules. O britânico recebera do novo presidente, um dia após o ataque, garantias de respeito aos “cidadãos e às propriedades britânicas”; tais garantias podem ser entendidas como extensíveis a todas as nações estrangeiras.

Emily Carrey, cronista francês que esteve na região em meados na década de 1850, construiu uma exposição do ataque em um relato ficcional: *Os Revoltosos do Pará* (1862). A ficção se dá como as aventuras de franceses recém-chegados na escuna francesa surta defronte Belém em julho de 1835. Sr. Merry, o comandante delegação francesa em Belém, na canoa, indo com os recém-chegados à Cidade para se encontrarem com o presidente nomeado Manuel Jorge

Rodrigues é o narrador. Tudo, porém, é como se o próprio Emily Carrey estivesse falando por ele próprio. Leiamos a fala do Sr. Merry:

O paiz acaba de passar por uma revolução, e n'este momento [jul.1835] reinam, com a maior violência, as idéias contra-revolucionárias. Como hão-de-ouvir pela cidade clamores, e asserções exaggeradas pró e contra os acontecimentos e os homens, vou explicar-lhes em poucas palavras o que se passou:

Em agosto do anno passado, sessenta homens d'esta província, fatigados das tyrantias dos nossos despotasinhos vilões, pegaram em armas, sem saberem para que, **nas margens do rio Acará.** Foram mandados **contra elles trinta e dois soldados que os dispersaram.**

Dois mezes depois, em novembro, aquelles **sessenta homens, tinham-se tornado em trezentos.** Isto produziu sensação na cidade(...). Armarm-se, oitocentos homens, prepararam-se embarcações de estado, e pozeram-se a caminho contra os insurgentes. A revolução foi vencida segunda vez.

Os victoriosos triumpharam com expansões de tyrania, quando, a 7 de janeiro, às três horas da manhã, entraram no Pará sessenta e cinco homens, despojos da revolta. A cidade tinha dentro dos seus muros cem guardas policiaes, mil e trescentos soldados d'infanteria, mil e duzentos guardas nacionaes, e fundeados no rio dois navios de guerra. Às oito horas da manhã tudo isto estava submettido ou derrotado, e os sessenta e cinco revoltosos, coadjuvados por todos os descontentes do dia, estavam senhores absolutos da cidade (1862:128-9).

Em Carrey, tudo se iniciara em agosto de 1834. “Nas margens do rio Acará, homens da província, fatigados das tiranias dos despotasinhos vilões, pegaram em armas”. Mr. Merry esboça inclusive dados numéricos sobre os grupos. No início, 60 homens teriam enfrentado uma tropa com 32 soldados. Dois meses depois, os 60 se tornaram 300; e os 32, 800. No 7 de janeiro, os 300 haviam recuado para 65 que invadiram uma cidade repleta de tropas; 100 guardas policiaes, 1300 soldados de infantaria, 1200 guardas nacionais e 2 navios de guerra. A cidade foi tomada pela madrugada; sequer houve confronto.

Não há, especificamente, nos testemunhos, relatos e narrativas de observadores novecentistas, quaisquer informações sobre o desenrolar dos festejos naquele dia. Os cônsules, o naturalista, o cronista e o historiador concentram-se em descrever o ataque à cidade e o assassinato das principais autoridades da província. É como se o ataque e a política não estivessem imbricados com os festejos. Os observadores, entretanto, não tinham qualquer pretensão de levar seus relatos para este sentido. É uma questão de perspectiva, descrever os agenciamentos dos índios não era a intenção daqueles que forjaram os relatos. Porém, não há porque descartar o dito pelo não-dito. Muito se pode extrair daquilo que nos narraram. Podemos encontrar em seus textos os guias para que iniciemos o trabalho de situar os agentes em múltiplas redes de relações.

A Cidade do Pará fora rapidamente envolvida. Antes mesmo de o sol raiar, Belém estava tomada. Assim começava o São Tomé de 1835. Retomemos os pontos centrais das descrições do naturalista, do cônsul francês, do vice cônsul britânico, do cronista francês e do historiador paraense; nesta ordem. Quem atacou a Cidade? Um *partido local* (*partido nacional*) aliado a *índios e mestiços*; uma *porção de homens* aliados às *tropas*; os *descontentes do Acará* aliados aos *soldados*; os *homens do Acará*; diversas *colunas lideradas por capitães acaraenses* e *magotes da ínfima classe*. Contra quem? Os *principais membros do governo, portugueses e maçons* (*maioria dos brancos*); o *presidente, o comandante militar, o comandante das forças de mar, oficiais das tropas dos quartéis* e *certos indivíduos brasileiros e portugueses*; os *despotasinhos vilões*; as *principais autoridades e famílias*.

Durante a descrição da festa foi estabelecida uma dicotomia em diversos planos: espaço da rua e o das casas; os senhores e os servos; os festejos de Reis e os de São Tomé; os brancos e os índios e homens de cor. Foi dito que nos festejos de São Tomé os índios e mestiços tomavam as ruas da Cidade em um sairé. E que, no mesmo dia, os novos vereadores e demais autoridades se encontravam em solenidades. Comumente tudo terminava com tumultos imprevistos. Em 1835, porém, havia um plano de ataque às principais autoridades. Era como se aqueles que celebravam São Tomé, que tomavam a Cidade ritualmente apenas naquele dia, tivessem decidido por tomar, em definitivo, o domínio das autoridades e senhores. Entretanto, tudo era mais complexo. Havia um amplo campo de alianças que envolviam diversos segmentos de grupos. O ataque e a tomada da Cidade foram concluídos em apenas uma madrugada. Praticamente não houve combate; foram mortos apenas os inimigos declarados. Tudo foi fruto de uma estratégia bem planejada. Muitos pareciam

querer ocupar a Cidade e derrubar o presidente e o comandante das armas. Jamais saberemos, efetivamente, quantos foram aqueles que queriam seus corpos mortos nas ruas. Todos, porém, parecem ter extraído deles uma grande profusão de sentidos e significados.

II. O ataque de janeiro de 1835 e as múltiplas abrangências do processo de disputas.

É preciso situar o ataque de janeiro à Cidade. Sujeitos, territórios, temporalidades; muitas abrangências perpassam este momento crucial do processo de disputas políticas em movimento na Amazônia brasileira. A história deste dia nos abre para diversos feixes de relações. A descrição pode tomar diversos rumos e sentidos. Muito interessante seria se este trabalho realizasse, por exemplo, uma descrição que minuciosamente articulasse os entes cosmológicos do sairé e as ações políticas daqueles que realizaram o ataque naquele dia em Belém. Entretanto, bastante limitado é o aprofundamento neste sentido; ou seja, pequena é a imersão nas minúcias do ponto de vista nativo. Permanece este trabalho, neste sentido, no campo da sugestão. O que se quer aqui é enfatizar a multiplicidade de perspectivas e posições de sujeito que permeiam a tessitura do ataque. O objetivo aqui é situar os agentes e suas redes de articulações durante os confrontos; é acessar os ditos *cabanos* por outros vieses, a partir de um certo conjunto de fontes primárias exógenas, em busca de destaque às suas posições de sujeito.

O evento do dia 7 de janeiro de 1835 em Belém evidencia o campo de relações fundamental dos confrontos. O que o define é a morte das principais autoridades da província. A Cidade fora ocupada por pessoas do interior, sobretudo da região do Acará, liderados por *capitães*, articulados com diversos segmentos de grupos citadinos. O ataque fora minuciosamente planejado para o dia dos festejos de São Tomé. Não houve suspeitas, foram mortos apenas os inimigos declarados, como atestam os diversos observadores, sobretudo os cônsules estrangeiros. Pela manhã, os *cabanos* eram “senhores da Capital”; Félix Antônio Clemente Malcher fora retirado da cadeia do forte do Castelo e aclamado por povo e tropa presidente da província. Os irmãos Aranha, os irmãos Vinagre e os irmãos Nogueira se destacaram como líderes. Francisco Vinagre foi aclamado comandante das armas. Nas ruas, *homens de cor*, vestidos em vermelho, comemoravam em festejos diversos.

As notícias da ocupação da capital e da morte das principais autoridades rapidamente se espalharam tanto para o interior quanto para o exterior da província. Diversos *magotes*, liderados por *capitães*, partiram em busca de apoio e adesões em todas as vilas, freguesias, povoados e missões no interior. As embarcações marítimas rapidamente corriam a informar as cortes no Rio de Janeiro; as províncias do Norte, sobretudo, Maranhão, Ceará, Pernambuco e Bahia; os Estados europeus e os Estados Unidos. Havia uma ampla rede de comunicações e articulações. Toda a estrutura do Estado e toda a ocupação humana da Amazônia brasileira em formação estava em disputa. O Estado, o território e os sujeitos; tudo estava em questão. Trata-se de um complexo multi-local de confrontos belicosos. A morte das principais autoridades no dia de São Tomé em Belém abriu o caminho para a ampliação da formação de diversos coletivos que se articulavam em torno da figura de *capitães*, ou, chefes que mobilizavam incursões armadas contra seus oponentes.

O ataque de janeiro marca um rearranjo decisivo em um processo já tenso e belicoso. Poucos meses depois, as mais diversas localidades, sobretudo, as vilas e povoações da comarca do Grão-Pará haviam sido tomadas por chefes que afirmavam apoiar os líderes *patriotas* da capital. A tomada da Cidade foi o ensejo para que eclodissem no interior diversas confrontações armadas, articuladas entre si, porém realizadas, cada uma delas, com considerável autonomia. É possível que se diga que todos os sujeitos, em todo o território da Amazônia brasileira deste período, estavam envolvidos nas disputas. É preciso situar, nos confrontos, a ampla rede de relações que entretete a todos. Nada é evidente. As articulações e adesões poderiam se dar com base nas mais diversas razões. Todos haveriam de se posicionar e de estabelecer alianças. Aos poucos as vinculações teriam passado a ser, cada vez mais, reduzidas a dicotomias. Foi aos poucos, justamente a partir dos desdobramentos do ataque de janeiro, que os confrontos passaram a adquirir para a corte, seus enviados e principais aliados na província, os atributos de uma guerra de *ódio de raças*, na qual *brancos e homens de cor*; *senhores e servos*; *civilizados e selvagens*; *legalistas e cabanos* estariam em lados opostos em disputas armadas ao longo de toda a província. Haveria nas mais diversas localidades, duas redes antagônicas de sujeitos cada vez mais evidentes.

Desde os trabalhos de Domingos Raiol e José Veríssimo, produzidos na segunda metade do século XIX, as pesquisas e descrições sobre os conflitos da *cabanagem* se estendem em duas direções distintas. Uma se centra na narrativa da sucessão dos principais eventos políticos e a

outra na busca por aspectos estruturais que caracterizam as disputas. Lembremos que Veríssimo lê a obra de Raiol a partir da crítica ao obscurecimento da escravidão sofrida pelas populações indígenas e mestiças na Amazônia desde o período pombalino; quando passaram a ser, em lei, populações livres a serem norteadas pela civilização. Procurou-se aqui demonstrar que Raiol deliberadamente pretendeu ocultar este problema central da estrutura geral de sua argumentação.

Defende-se aqui, tal como a maioria dos intérpretes, que a escravidão e os processos de captura, tortura e extermínio estão no cerne dos impasses que envolvem a *cabanagem*. A possibilidade de formação de alianças e solidariedades nos confrontos está diretamente relacionada com as inserções dos sujeitos nas estruturas de controle, produção e comércio mantidas pelas autoridades reconhecidas do Estado do Grão-Pará. Por entre todas as vilas, freguesias, povoados, missões, fábricas, pesqueiros e fazendas se ramificava uma estrutura de mando e obediência extremamente violenta, que passou a encontrar resistências cada vez mais articuladas. Em tal estrutura formada na Amazônia, *brancos* e *homens de cor* ocupavam posições distintas, antagônicas e contraditórias. É possível supor com alguma segurança, que na Amazônia deste período, os termos *branco* e *senhor* eram usados, com grande abrangência, como sinônimos. Isso significa que se, por exemplo, um sujeito de pele negra ocupasse coercitivamente uma posição de mando, ele poderia ser nomeado como *branco*. Ser *branco*, mesmo que a pele não o indicasse, estava relacionado às vinculações dos sujeitos às posições de chefia com capacidade de coerção; às posições de autoridade e senhor vinculadas a formas opressivas e militarizadas de trabalho e de comércio.

O que se pergunta, a partir desta sugestão, é se o evento do dia dos festejos de São Tomé de 1835 em Belém está diretamente relacionado com tais questões. Dito de outra maneira: teria o ataque planejado contra as principais autoridades tido como motivação central a ruptura com a estrutura servil de trabalho mantida pelo Estado do Grão-Pará desde os tempos de sua fundação? Para respondê-lo é preciso realizar um esforço de situar os diferentes agentes e suas perspectivas. Para interpretar a morte das principais autoridades, e a formação da figura do *cabano* é preciso estender a descrição em diversas direções, rumo a estruturas e eventos, porém sempre em busca dos sujeitos.

Há uma grande dificuldade nas pesquisas que procuram trazer à tona pontos de vista obscurecidos na *cabanagem*; sobretudo, as perspectivas de *índios* e *homens de cor*. O impasse é

que ao tentar evidenciar a multiplicidade de inserções das populações negras, indígenas e mestiças se acabe por simplificar as definições do Estado e da Nação, bem como a caracterização de seus agentes. É necessário pôr em destaque os processos de disputas pelo controle do Estado do Grão-Pará desde a queda do regime dos capitães-generais (1821) até a presidência de Soares d'Andréa (1836-39). Durante o processo de formação da nação dos brasileiros na Amazônia, as disputas políticas eram profundamente tensas e belicosas. O Estado e a Nação dos brasileiros na Amazônia, e no restante no Império, estavam nos primórdios de sua construção. Facções, que se segmentavam ao longo do processo, se antagonizavam na capital e no interior, com cada vez mais articulação. O ponto é que o Estado do Grão-Pará era amplamente fragmentado e precário; e os acontecimentos em cada região se davam com grande autonomia. As disputas políticas posteriores à independência adquiriram uma enorme complexidade; e um caráter cada vez mais belicoso.

Nos confrontos, parecia haver dois movimentos fundamentais. Um era a tomada dos centros políticos do Grão-Pará: as vilas, centros dos distritos do interior, e a Cidade do Pará, centro do Estado. O outro era o afastamento destes centros. Diversas populações, nesta época, migraram em direção ao alto curso dos rios, para regiões de interflúvio, de difícil acesso. Os conflitos da *cabanagem*, pode-se dizer, perpassam movimentos de *nacionalização* e de *tribalização*; entre a calha dos grandes rios e as áreas de cabeceiras. É possível que se afirme que os grupos que tomaram as diversas vilas pelo interior, tal como a capital, eram misturados; envolviam diversos agentes em torno de algumas lideranças; porém, não é evidente o que pretendiam. Os capitães não pareciam exercer grande influência para além dos momentos de confrontos. Há grandes aprofundamentos a serem realizados em ambos os sentidos.

CAPÍTULO III. Dois momentos prévios de acirramento de disputas armadas.

I. As juntas militares e a perseguição às feras no processo de adesão do Grão-Pará ao Império do Brasil (1821-1824).

A revolução constitucional portuguesa (1820) gerou grandes transformações nas disputas políticas ocorridas em diversas regiões do Império Português. No Estado do Grão-Pará, colônia lusitana administrada independentemente da Estado de Santa Cruz, o regime de capitães-generais terminou formalmente em janeiro de 1821. Até então, tinha havido vinte e oito capitães-generais do Grão-Pará e Rio Negro, entre os quais diversos governos de juntas provisórias. As mudanças da estrutura hierárquica partiam do centro do Império, fracionado entre defensores do antigo regime e defensores das reformas constitucionais. A este tempo, destaca-se a atuação política de Filipe Patroni, paraense, estudante da Faculdade de Coimbra desde 1816, que esteve nas manifestações de Coimbra e Lisboa. Ao ser proclamada a nova constituição portuguesa, Patroni partiu para Belém. Fora ele quem primeiro noticiara, com grande alarde pelas ruas, as mudanças ocorridas em Portugal.

Em Belém, a junta provisória montada em janeiro de 1821, presidida pelo bispo Romualdo de Sousa Coelho, entretanto, continuava a reunir os mesmos grupos de outrora; mantinham-se persistentes na defesa do antigo regime, à espera de novas notícias de Lisboa. Patroni, em seus discursos, fazia eloqüentes críticas ao despotismo. Suas mobilizações se estendiam tanto à capital da metrópole, quanto à da colônia; era um defensor da “mãe-pátria” e da união de Portugal, Brasil e Algarves, baseada nas idéias do “regime livre dos povos”. De um lado, procurava mobilizar aliados no Grão-Pará, sobretudo entre os *cidadãos* de Belém; de outro, discursava nas cortes de Lisboa, como representante do povo paraense. Leiamos um trecho de seu discurso de abril de 1821 no congresso português:

(...) no memorável dia 1º de janeiro se lançou por terra o trono do despotismo na capital de sua província, arvorando-se o troféu da liberdade nos muros, que banha o Guajará. (...). Nos tempos passados, em que a virtude triunfava, os amantes da pátria eram honrados, enriquecidos e imortalizados; entretanto, hoje em que dominavam a ambição, a impostura e o fanatismo, eles eram estrangulados nos cadafalsos, seus corpos eram reduzidos a cinzas e suas

cinzas lançadas ao mar. **Os paraenses no curto espaço de seis horas despedaçaram as algemas, que os manietavam, acalmando no meio da paz e de vivos transportes o soberano congresso, o rei constitucional, a augusta religião de seus maiores, perdoadando ao mesmo tempo aos seus inimigos e confraternizando com eles** (*apud* Raiol:18, grifos meus).

O contundente discurso de Patroni não fora bem recebido no congresso português. Expressões como “lançar por terra o trono do despotismo” e “arvorar o troféu da liberdade nos muros da baía do Guajará” causaram temor. Patroni teria, então, se desiludido com a possibilidade de receber apoios na corte para a efetivação da nova constituição no Grão-Pará. Patroni optou, então, por se articular. Os irmãos Vasconcelos cumprem um papel decisivo neste momento. Por meio destes, enviou proclamação à Belém concitando os paraenses a seguirem o exemplo da revolução de Pernambuco. A junta, porém, ao receber seu texto, em novembro de 1821, decidiu-se por realizar sumários contra a “revolução premeditada”, para que fossem presos todos aqueles que estivessem dispostos a apoiar Patroni, que dias depois seria capturado em Salinas, logo em sua chegada ao continente. Ao chegar à Belém, porém, a junta decidiu por mantê-lo solto, justamente por ser um ilustre luso-paraense.

Uma elaborada denúncia contra Patroni, feita à junta, datada de 2 de novembro de 1821, pode nos aproximar das idéias dos contrários à nova constituição a este tempo em Belém. José Ribeiro Guimarães (*apud* Raiol:20), afirmava que as palavras de Patroni estariam causando “grande choque nos escravos”. Segundo a denúncia, ao ouvirem expressões como: “somos livres”, “acabou a escravidão”, “quebraram-se os ferros”; proclamadas por Patroni, em relação ao Antigo Regime, os escravos acabariam por achar que estariam incluídos na mudança; muitos, segundo o denunciante, estariam a encarar Patroni como seu libertador. O crítico destacava também que “as vozes de independência americana e união à causa de Pernambuco”, idéias novas, deveriam ser um mal sanado em sua origem: “sufoque-se a hidra em seu nascimento; conheçam-se os propagadores da infernal doutrina”. Para ele, o Estado constituído deveria descarregar sobre seus agressores “todo o rigor das leis”. Concluía ele: **“desviem-se de nós; vão habitar entre as feras, ou monstros perturbadores dos homens em sociedade”** (grifos meus).

Ainda em novembro houve rearticulações restritas aos membros da junta; o bispo Romualdo de Sousa Coelho partiu para as cortes em Lisboa. Assumiu o controle da junta o bispo Romualdo Antônio de Seixas. As principais disputas, durante a sucessão, foram realizadas entre coronéis que pretendiam obter o controle militar da província. A gerontocracia foi o critério escolhido; com queixas, sobretudo do coronel Vilaça, o mais velho assumiu, até que o brigadeiro José Maria de Moura, enviado de Pernambuco, onde comandava ações contra os insurgentes, assumisse em abril de 1822. Em meio à isso, Patroni e seus aliados, que haviam comprado e enviado de Lisboa a Belém uma tipografia, a primeira do Estado, começaram a lançar o jornal *O Patriota*, no qual ele e diversos panfletários faziam severas críticas ao despotismo e eloqüentes defesas do “regime livre dos povos”. Era a idéia de uma *pátria livre e justa* que lhes servia de mote central.

É preciso lembrar que esta era uma disputa ainda restrita aos “cidadãos portugueses da América e da Europa”, conforme expressão amplamente utilizada por A. L. M. Baena à época, em seu *Compêndio das Eras da Província do Pará* [1829]. Havia entre os apoiadores e financiadores da tipografia, tanto defensores do antigo regime, quanto defensores das reformas constitucionais. O bispo Romualdo Antônio de Seixas, presidente da junta, e um dos financiadores da tipografia, ameaçou retirar o capital investido e cortar os vencimentos da gráfica, caso não cessassem as manifestações em defesa das mudanças constitucionais e as críticas às autoridades constituídas. Não foi atendido. Um tenente-coronel, Simões da Cunha, foi então designado para amedrontar os participantes. Em maio de 1822, a junta se decidiu por um ataque contra a gráfica, que foi descoberto antes de se realizar. Brito Inglês, que continuaria a atuar decisivamente até a *cabanagem*, comandava as ações. Patroni fora preso e enviado a Lisboa, acusado por sua fala de abril de 1821 no congresso português.

O bispo e seus aliados conseguiram, com isso, retirar Patroni das disputas. Um cônego de nome Batista Campos, nascido em Barcarena, assumiu, então, a direção do jornal que passou a se chamar: *O Paraense*. Note que os coletivos em disputas não constituíam propriamente partidos. Tratava-se, no início, de mobilizações de *portugueses da América e da Europa* em torno dos projetos constitucionais em disputa em todo o Império. Os bispos conseguiam unir em torno de sua figura boa parte dos metropolitanos. O panfletário Filipe Patroni como que trouxe a discórdia para entre as famílias lusas do Grão-Pará. Sua figura passou a unificar diversos *cidadãos* em Belém, partidários do “regime da liberdade dos povos”. A tipografia

trouxe em si a possibilidade de espraio destas idéias. Comunicações foram enviadas para os mais diversos pontos; as casas de câmara de todas as vilas do interior deveriam se posicionar; contra ou a favor.

A junta, como se observa, se mantinha em defesa das “leis do antigo regime”. A prisão de Patroni e a tentativa de destruição da gráfica trouxe ainda mais tensão ao impasse. A junta passou a promover a ampliação das forças militares, através de “alistamentos voluntários”, tanto na cidade, quanto no interior. O coronel Vilaça tentou unificar, sob seu comando, um novo corpo de homens. O comandante das armas, José Maria de Moura, se negou a fortalecê-lo. Havia grande pressão entre os membros da junta, sobretudo daqueles liderados por Vilaça, para que houvessem providências contra os defensores das idéias liberais. Com Batista Campos, porém, as disputas ganharam mais complexidade. Se antes a junta e seus opositores liderados por Patroni debatiam projetos constitucionais, sem questionar a legitimidade da união entre Grão-Pará e Portugal; com o cônego Batista Campos na liderança da gráfica, a oposição passou a questionar a tanto as “leis do antigo regime”, quanto a “união com Portugal”.

A mobilização dos *patriotas* que o jornal reunia passou a ser em defesa dos *paraenses*, unificados em torno dos novos ideais constitucionais. Aos poucos a figura dos *brasileiros* passou a ganhar destaque. A junta não hesitou em contra atacar a disseminação das notícias e das mobilizações. A “hidra” deveria ser “sufocada”. Em setembro de 1822, Batista Campos e diversos de seus aliados foram presos, denunciados como “principais chefes da revolução, que se tramava a favor da independência”, conforme palavras de Raiol (:25). Foi após ser libertado por falta de criminalidade, em outubro de 1822, que Batista Campos publicou n’O *Paraense*, o manifesto em que d. Pedro I pedia aos brasileiros união em defesa da independência. A atitude, porém, fez com que ele fosse novamente preso na fortaleza. Afirmo Raiol (:24), que no momento de sua soltura foi aclamado por uma multidão que com ele caminhou até sua casa. O jornal continuou a ser publicado. Aos poucos crescia a ascendência do cônego Batista Campos sobre os *cidadãos paraenses*. Temerosos, o coronel Vilaça e seus aliados partiram para a intimidação; organizaram uma escaramuça contra o cônego. Durante uma certa noite, o surpreenderam e o espancaram na rua, diante de sua casa. A junta comandada pelo bispo e, sobretudo, os aliados de Vilaça cada vez mais

defendiam atitudes violentas contra os dissidentes. Havia projetos conflitantes de Estado e Nação em disputa.

No início de 1823, já estariam amplamente espalhadas pelo Grão-Pará as mobilizações em defesa da adesão ao Império do Brasil. Havia notícias de que todas as províncias, desde o Piauí, haviam aderido ao Rio de Janeiro, devido, sobretudo, às movimentações da esquadra de Lord Cockrane, marechal britânico que comandava a esquadra militar brasileira. Nas eleições municipais de fevereiro, os mais votados foram os defensores da adesão ao Brasil; o cônego Batista Campos foi o mais votado. Os membros da junta, entretanto, não aceitaram a escolha.

A 1 de março de 1823, tropas comandadas pelo coronel Vilaça, partidário do antigo regime, promoveram um golpe contra os *cidadãos* eleitos em fevereiro de 1823, identificados como partidários da emancipação política do Império. Batista Campos, o principal líder dos independentistas, conseguiu fugir pelas matas. Cerca de 16 membros de altos cargos da junta deposta foram deportados para diversos locais no interior da província: sítios pessoais, a vila de Chaves, São Paulo do Rio Solimões, São Gabriel do Rio Negro, Nova Colônia do Rio Madeira, Macapá, Arroios, Monte Alegre, Araguaia, Maranhão e Joanes (*apud* Raiol:28). O bispo Romualdo Antônio de Seixas assumiu a presidência da junta e Vilaça, o comando militar. Ao assumir, a nova junta rapidamente iniciou “alistamentos voluntários”, sobretudo entre as famílias dos partidários da metrópole, para impedir novas resistências. Além disso, Vilaça tomou o controle da tipografia e passou a publicar o jornal *Luso-paraense*, em substituição ao *Paraense*.

Porém, a mobilização em defesa da adesão ao Império do Brasil já envolvia diversos segmentos de grupos em Belém. Na madrugada de 13 de abril de 1823, segmentos das tropas, partidários da independência, precipitaram um plano de proclamação de adesão ao Brasil. Segundo a descrição de Raiol (:32), durante a madrugada os soldados sublevados, liderados pelo capitão Boaventura Ferreira da Silva, tomaram o arsenal de guerra dando vivas ao Imperador e à independência do Brasil. Durante a manhã, o coronel Vilaça e outro de nome Barata cercaram o arsenal, e solicitaram rendição. Não houve confronto, grande parte dos sublevados foi detida sem resistência; outros conseguiram escapar. Os militares de carreira foram recolhidos à prisão da fortaleza e os paisanos à cadeia pública. No dia seguinte, Vilaça defendeu, em reunião da junta sobre o destino dos presos, a realização de

processos com base nas leis no antigo regime; que previam a execução dos “dissidentes”. A maioria o apoiou. O bispo Romualdo Antônio de Seixas, que presidia a junta, entretanto, defendia medidas de maior cautela, mesmo que considerasse legítima realização das execuções.

As discussões sobre a realização das execuções se prolongaram. Apenas no início de maio, a partir de um pronunciamento do bispo (*apud* Raiol:33-7), a junta provisória se decidiu. Faz sentido expor aqui a fala do bispo Romualdo Antônio de Seixas, do dia 7 de maio de 1823. Suas idéias eram ouvidas com seriedade por todos os luso-paraenses àquela época; era respeitado, era o principal líder político e espiritual do Grão-Pará. Era um defensor da metrópole, porém, um conciliador. Logo na abertura de sua fala dizia ter “sentimentos constitucionais”, amplamente conhecidos. Afirmava ele que seu desejo era: “conciliar os ânimos e de os fazer convergir para o suspirado ponto da união com Portugal, em uma palavra, da salvação do povo, lei e soberania, a que deve submeter-se a inexorável severidade das leis penais”. Note que a “salvação do povo” seria a “união com Portugal”; aqueles que não convergissem neste ponto, deveriam se submeter às “leis penais”. Dizia o bispo que havia culpa formada e que a pena de morte era justa; mesmo que não faltassem “criminalistas filantropos” que a desejassem banida dos “códigos das nações livres, como repugnantes à equidade natural”. O bispo, como se nota, defendia as leis do antigo regime e a união do Grão-Pará com Portugal. Eram repugnantes para ele as idéias de igualdade natural.

O bispo dizia ser justa a pena de morte, porém, solicitava que seus ouvintes, os lusitanos que desejavam prontas execuções aos seus oponentes, considerassem as diferenças entre a “justiça da pena” e a “conveniência da execução”. Segundo ele, a “melhor aplicação do remédio, nas moléstias do corpo humano e do corpo político, deve saber o tempo e o modo de os administrar para que a saúde desejada não acelere a morte do enfermo”. Conviria, pois, para o bispo, presidente da junta, que o Grão-Pará se inspirasse nas “mais ilustradas nações”. Em sua fala, o bispo criticara a conduta de “parte da Convenção Nacional da França, que votou a morte do desgraçado Luís XVI”. Para o bispo, se tivessem se ouvido os “ditames pronunciados pelos mais moderados e sábios convencionais”, que supunham “justa a morte”, porém “imprópria aos interesses da nação”. Em seu ponto de vista, se a França tivesse lhos ouvido “ela não chegaria a ser o teatro de tantas cenas horrorosas”. Seria, então,

pela estrada dos “sábios moderados” que o Grão-Pará precisaria caminhar, na opinião de Romualdo Antônio de Seixas.

O bispo, no entanto, não deixou de ser duro com os partidários da independência. Segundo ele, a “efervescência dos ânimos” havia chegado “a um grau, em que é difícil calcular seus efeitos”. Uns estariam com raiva por não terem conseguido alcançar “seus criminosos intentos”; outros, pela “pungente dor, que os oprime pela desgraça dos seus parentes ou amigos, dor que não lhes permite sentir a enormidade da agressão”; outros, ainda, devido a “antigas prevenções e rivalidades” que a indisciplina de alguns continuava a “acender”. O que haveria em Belém, na cidade do Pará, seria, ao seu ver, uma grande quantidade de combustíveis, que continuavam a ser nutridos, e que “se podem inflamar ateando um incêndio devastador”. O bispo se lamentava sobre a desesperação do “homem que se vê perdido e sem recurso”. Para ele:

(...). bastaria folhear as primeiras páginas dos anais da Sicília, da Suíça, da Flandres e dos Estados Unidos da América, para conhecer quanto são terríveis em tais casos as reações populares provocadas por medidas de rigor ainda as mais justas e coerentes com as máximas da legislação estabelecida (*apud* Raiol:33-7).

Entretanto, segundo o bispo, ainda se tratava de um “crime horroroso e reprovado por todas as leis divinas e humanas”. Para ele, “a vertigem da dissidência coberta com o especioso véu de pretendidos direitos; é uma espécie de frenesi, uma ilusão e um prestígio que seduz e alucina”. Tal vertigem estaria já espalhada por “seis ou sete populosas Províncias”. Trataria-se de um “cisma político, que a toda parte tem levado o facho da discórdia e da guerra civil”; trataria de uma “seita contagiosa, sutil, que todos os dias vai ganhando terreno”. Para o bispo, a dissidência seria, “enfim, a hidra monstruosa, cujas cabeças cortadas parecem continuamente renascer”. O “atentado” de 14 de abril de 1823 seria, então, execrável. Para ele, em uma “unidade política”, onde a “força moral da obediência” se encontra “enfraquecida”, seria um mal dar demasiada ênfase e extensão à “teoria dos Direitos dos Povos”; sem que “a multidão ignorante” se deixasse penetrar pela opinião dos *contestadores*. E quando isso acontecesse? perguntava o bispo, e quando “derramada esta opinião na massa do povo, já muito descontente e predisposta pelas sediciosas práticas em anarquistas?”.

Outro impasse para efetivação da “justa pena de morte”, para o bispo, seria a questão do “Onde é que se faz esta execução?” Afinal, a província jamais teria visto antes semelhante “espetáculo; senão nos escravos mais facinorosos”. Segundo ele, no Pará “sempre se evitou praticá-la”, a pena de morte, “em pessoas brancas pelo perigo de enfraquecer a consideração desta classe dos habitantes no espírito e na opinião da escravatura”. A execução traria graves consequências, assim, ao respeito às autoridades, pois, nivelaria escravos e senhores em sua pena. Como poderiam, então, realizar as execuções “em uma crise, em que a idéia de liberdade fermenta já nas cabeças dos escravos, e parece augurar a fatal catástrofe de S. Domingos?”.

Além disso, o bispo reiterava que as execuções que se pretendia realizar no Pará, não haviam sido praticadas “em outra alguma Província do Brasil”, mesmo em “sedições” igualmente “desastrosas”, como a “de novembro na Bahia”. Não haveria porque realizar a pena de morte prevista na constituição do Império lusitano. Afinal, indagava o bispo, toda vez que fossem encontrados dissidentes, deveriam ser mandados “ao patíbulo oito ou nove cidadãos todos naturais do país? Seremos nós os primeiros em oferecer ao Brasil este espantoso exemplo de severidade no mais melindroso período de sua existência política?” Para Romualdo Antônio Seixas, presidente da junta, em tal situação cumpriria ceder lugar à “prudência”. O bispo, então, considera que, por tais razões, suspender as execuções e mandar os réus para Lisboa seria a melhor escolha; na Capital cumpririam pena, quando muito minorada pela “generosidade do Rei”.

O bispo conseguiu que os presos não fossem executados. Em meados de julho de 1823, 267 independentistas foram recolhido aos porões de duas embarcações, a charrua Gentil Americana e a fragata Leopoldina, onde muitos morreram. Os sobreviventes, então, foram transferidos para os porões da galera Andorinha do Tejo, onde partiram para Lisboa. Segundo Raiol (:37), a maioria morreu durante a viagem, vítimas maus-tratos e epidemias. Não é claro, entretanto, se apenas os presos na fortaleza da Barra, ou também os paisanos presos na cadeia pública foram enviados à Lisboa. Tal informação é relevante uma vez que os paisanos eram, em ampla maioria, *homens de cor*. Ao que tudo indica, os prisioneiros remetidos à Lisboa eram *cidadãos*; eram membros das tropas regulares envolvidos nas disputas políticas. Depreende-se da fala do bispo que os realizadores da sublevação de 13 de abril de 1823 eram em sua maioria *brancos*. Por isso o impasse na realização das execuções.

A fala do bispo é crucial. A execução dos independentistas traria um problema porque igualaria os dissidentes e os escravos em sua pena. Executar *brancos* em território amazônico seria um algo inédito na história, segundo diz. Tal atitude seria problemática porque poderia diminuir a consideração sobre esta “classe dos habitantes” na “opinião da escravatura”.. O impasse seria tomar medidas contra dissidentes políticos *brancos* que, historicamente, eram apenas aplicadas contra *homens de cor*. Realizar execuções de *brancos*, em um momento em que “fermentava na cabeça dos escravos” idéias de “liberdade”, seria, para o bispo, no mínimo imprudente. A feitura ou não de execuções deveria se basear nas conveniências do momento. Defendia o bispo que as idéias dos “contestadores” não penetrassem a “multidão ignorante”. Afinal, caso acontecesse o Grão-Pará se faria um novo “S. Domingos”. O bispo temia profundamente uma aproximação entre *dissidentes* e *homens de cor*. Era por isso que era contrário às execuções em terras paraenses. Tudo, porém, se resolveu no mar. Longe, como se não fosse escutado. Foi na embarcação, no trajeto para Lisboa, que a junta encontrou o meio de executar seus oponentes. Pela lógica disseminada pelo bispo, os *brancos* foram, efetivamente, iguais em sua pena aos *homens de cor*.

No início de agosto de 1823, em meio às crescentes tensões e temores, cada vez mais acirrados, decorrentes das conseqüências do 13 de abril, aporta em Belém o bispo Romualdo de Sousa Coelho, deputado nas cortes pela província do Grão-Pará, com notícias de que o antigo regime havia sido inteiramente restabelecido na metrópole. Um grande conselho composto por todas as “autoridades civis, militares e eclesiásticas” se formou para discutir os rumos que tomariam. Porém, a chegada do brigue de guerra Maranhão, comandado pelo capitão-tenente John Pascoe Greenfell, militar britânico aos serviços de Lord Cockrane, acabou por definir o curso dos eventos.

Ainda à bordo, Greenfell enviou um ofício à junta (*apud* Raiol:40), no qual afirmava que “uma esquadra, sob o comando do almirante **Lorde Cockrane**, chefe das forças navais do Rio de Janeiro, estaria ancorada em águas paraenses”. Greenfell afirmava ter recebido “ordens do almirante, encarregado pelo Imperador do Brasil, de apoiar o partido que se tivesse formado em favor da independência”, e pedia permissão para fundear no ancoradouro da Cidade. O conselho organizado pela junta se alarmou. Deveriam eles, todos defensores da união com Portugal, ponderar se o momento não seria o de se aliar às cortes do Rio de Janeiro. Na ata da reunião (*apud* Raiol:40-1), consta que se decidiram por aderir ao

regime de d. Pedro I, “como meio mais eficaz para salvar dos horrores da anarquia”. O coronel Vilaça e o comandante das armas José Maria de Moura se opuseram à decisão, solicitavam confirmação de que a esquadra de Cockrane efetivamente estivesse ancorada no Pará.

Foram, porém, vencidos. Greenfell desembarcou, ordenou que os coronéis Vilaça e Moura fossem presos, e convocou novas eleições na câmara municipal para a formação de uma nova junta. O coronel Geraldo José de Abreu foi eleito presidente. Entre os outros cinco membros escolhidos, figuram o fazendeiro do Acará Félix Antônio Clemente Malcher (aclamado presidente no 7 de janeiro de 1835) e o cônego Batista Campos, que se encontrava foragido no interior. Diversos *cidadãos* solicitavam que os envolvidos no levante de 1 de março, comandado por Vilaça, fossem punidos; além disso, muitos solicitavam a demissão dos diversos partidários da metrópole. Greenfell se limitou a dissolver dois corpos de tropas organizados pelos membros da junta que realizaram o levante de março. Em meio à isso, descobriu-se que a esquadra era imaginária, conforme expressão de Raiol que se tornou célebre. Ou seja, a esquadra de Cockrane não estava em águas paraenses. Os partidários da metrópole prometeram vingança. Um marinheiro português tentou atacar Greenfell, que conseguiu escapar. O coronel Vilaça, que já se encontravam presos, e outros, foram remetidos à metrópole.

A adesão do Grão-Pará ao Império do Brasil parecia um processo sem retorno. Todos a este momento passaram a jurar adesão ao Imperador do Rio de Janeiro. O dia 12 de outubro, dia do nascimento de d. Pedro I, foi escolhido para as comemorações. Solenidades e festejos foram realizados pelas ruas de Belém. Entre os membros da junta, cada vez mais se acirravam as disputas entre Batista Campos e Malcher, defensores das demissões dos partidários da metrópole e o coronel Geraldo José de Abreu e seus aliados, defensores da conciliação e acomodação entre os grupos. Batista Campos cada vez mais ganhava prestígio na Capital.

Na noite do dia 15 de outubro, segmentos das tropas organizaram, para as badaladas das dez horas no relógio da catedral da Sé, um levante para precipitar as demissões dos partidários da metrópole. Os soldados se reuniram em frente ao arsenal e se dirigiram ao palácio. Alguns entre eles teriam rumado à casa de Batista Campos para solicitar que ele os acompanhasse. Outros teriam se dirigido à casa dos demais membros da junta. Segundo Raiol, talvez “três

mil homens, pela maior parte municidados” (:46) estavam diante do palácio. Solicitavam a demissão do coronel Geraldo José de Abreu, assim como de funcionários contrários à emancipação política do Brasil; além disso, pediam ao cônego Batista Campos que tomasse a presidência. Este, porém, teria realizado esforços para que a manifestação se dispersasse; pedia calma, conforme presente em um opúsculo anônimo em sua defesa [1824].

À este momento, note que as disputas entre os líderes das facções já envolviam, com vigor, toda a população da Cidade do Pará. Não mais as disputas estavam restritas a *portugueses da América e da Europa* ou a *cidadãos*, defensores da independência, e *autoridades*, defensoras da metrópole. Todas as disputas eram públicas e amplamente noticiadas. Teria havido grande adesão da *ínfima classe* nas manifestações deste dia. Leiamos como Raiol os caracteriza:

(...). A **soldadesca** e alguns **homens de baixa condição**, pela maior parte ébrios, cometeram graves atentados contra o sossego público. Quando se retiraram do largo do palácio do governo, na mesma noite de 15, arrombaram a golpe de machado as portas de alguns negociantes portugueses, saqueando o que encontraram nas casas, e disparando tiros ao som dos vivas, que davam ao imperador. Apareceram logo a cavalo, para dirigir aquelas massas, **o músico Maximiano, o cadete Pedro Seabra e outros indivíduos conhecidos por turbulentos** (Raiol:47, grifos meus).

Note que, pela noite, grupos comandados por “turbulentos” teriam realizado atentados contra as casas de “negociantes portugueses”. Este era o maior temor do bispo e seus aptos. Nem bem se sabe a dimensão de tais atentados, porém, qualquer ato seria potencialmente utilizado para certos interesses. Este era o maior objetivo do bispo e seus adeptos. Os clamores contra a “*anarquia dos homens de cor*” voltaram a vir à tona. Muitos correram a Greenfell para que este tomasse providências. Com uma guarnição de marinheiros, quase todos portugueses, percorreu as ruas e as casas prendendo, sem distinções, todos que considerasse suspeitos. Conseguiu desarmar as tropas e recolhê-las aos quartéis. Na manhã de 17 de outubro, após as prisões e o desarmamento, ordenou que as tropas fossem levadas para adiante do palácio e solicitou que lhe disponibilizassem uma peça de artilharia. Os cinco corpos de tropas foram colocados defronte ao palácio. Greenfell ordenou que um pessoa de cada corpo, escolhida à esmo, fosse espingardeada.

Batista Campos, que havia sido preso, foi levado para a frente das tropas desarmadas controladas pelos marinheiros. Greenfell o colocou preso à boca da peça de artilharia acesa e pediu que ele se confessasse culpado pela “anarquia”. As tropas teriam se desesperado, o coronel Geraldo José de Abreu e os outros membros da junta protestaram e Greenfell poupou sua vida. Foi, então, enviado preso ao Rio de Janeiro. Uma anônima *Apologia de João Baptista Gonçalves Campos, Cônego da Cathedral do Pará, Actualmente preso no Rio de Janeiro: para servir de refutação às grosseiras calumnias com que se tem esforçado os inimigos do IMPERADOR e do Brasil à deprimir o bem merecido conceito daquelle virtuozo varão. Feita por hum amante da verdade e admirador do patriotismo Brasileiro devisado constantemente no Clero do Pará* foi escrita em 1824. Nela aliados do cônego defendiam que ele não teria incitado as tropas; uma vez que defensor da manutenção da ordem.

Além disso, Greenfell ordenou que parte das tropas, reunidas diante do palácio, fossem recolhidas aos porões de um brigue denominado Diligente (posteriormente, Palhaço). A junta apoiou sua decisão; em seu ofício, os membros diziam que as prisões seriam incapazes de “conter os celerados” (*apud* Raiol:50). Ao todo 256 homens, entre eles *cidadãos*, foram recolhidos aos porões do brigue, que não tinha espaço para todos. Apenas uma pequena escotilha teria sido mantida aberta. Há suspeitas de que a água oferecida aos presos estaria envenenada, com substâncias preparadas por um boticário. O resultado foi que, poucos dias depois, abertas as escotilhas, apenas quatro homens teriam sido encontrados com vida. Somente um conseguiu sobreviver. Os corpos foram enterrados todos em uma grande vala cavada em um sítio, de nome Penacova, próximo à Belém. As principais fontes sobre os acontecimentos do brigue Palhaço são o depoimento do único sobrevivente (aqui apenas a partir da descrição de Raiol); o *Ensaio Corografico sobre a Província do Pará* de A. L. M. Baena (1839) e um juízo sobre a Corografia Paraense realizado por José Joaquim de Oliveira Machado (IHGB, 1843) e o recente trabalho historiográfico produzido por André Machado (2006).

Após o levante, a junta fundiu todos os regimentos de tropas em apenas um corpo, comandado pelo tenente coronel Francisco Marques d’Elvas Portugal. Para suprir a falta de tropas, posto que a maioria estava presa, solicitou que os *cidadãos* se alistassem. Em proclamação de 18 de outubro concitava: “Cidadãos: A Pátria está em perigo! (...) Alguns dos principais chefes salteadores inimigos da religião já expiraram com a vida seus horrorosos

crimes” (*apud* Raiol:48-9), em referência aos diversos mortos no Palhaço. Para d’Elvas Portugal era preciso ir à luta: **“Sim, corramos às armas; salvemos a pátria oprimida; quando ela chama por seus filhos, todo o cidadão é soldado; portanto urge a segurança pública que sacrifiquemos o nosso descanso à conservação de nossas vidas, de nossas famílias e de nossas propriedades”** (grifos meus). Com suas mobilizações, cada vez mais *cidadãos* se engajavam nos corpos militares.

Em meio aos temores das execuções, a junta publicou uma proclamação em fins de outubro, na qual procurava legitimar o morticínio promovido pelas milícias e das tropas estrangeiras (portuguesas), comandadas por Greenfell. Leiamos:

(...) A pátria comum, a província do Grão-Pará, esteve à bordo da sua total ruína: já mal se podia comensurar o espaço entre ela e o nada. Salvá-la de crise tão violenta era o desejo de todos os corações honrados e virtuosos: redobram-se os esforços, e então **a valorosa tropa de milícias, reunindo-se com alguns cidadãos e estrangeiros à brava força de mar comandada pelo seu digno e valoroso chefe, incitada pelo que há de mais caro sobre a terra, tomou a posição que lhe competia; desarmou a soldadesca, que de defensora se tinha tornado opressora; entregou os principais agentes da anarquia a um castigo como o crime**, pronto, público e violento, entretanto que outros foram privados de uma liberdade, que já não podia servir senão de opressão. Estes **monstros, que já tinham quebrado todos os laços sociais** e lançando uma nódoa indelével na briosá história paraense, **ousaram**, depois de mil gritos, que sem dúvida mostravam a sorte, que eles nos preparavam, **despedaçar também os laços da natureza, sair da esfera de homens e das mesmas feras, para entrarem pelo modo mais violento e inaudito na habitação dos mortos, deixando nos horrores de seu estrago imprimidas as suas malévolas intenções!** (*apud* Raiol:53-4, grifos meus).

Observe-se que a imagem das *feras* e *monstros* é central em seu discurso. Os *monstros* eram a “soldadesca” que havia rompido os “laços sociais” e que ousava “despedaçar também os laços da natureza”. Teriam eles saído da “esfera de homens”; teriam morrido de modo violento porque pretendiam, como *feras*, realizar “malévolas intenções”. Pedia ainda a junta,

em sua proclamação, que os paraenses terminassem “de uma vez com essas distinções, vinganças e ambições”, para procurarem na “união” o restabelecimento da “ordem social” e o fim das “rivalidades”; afinal, se não o fizessem, seriam vítimas de suas próprias paixões, posto que a “*pátria*” se veria, então, como uma “*habitação das feras*”. Trataria-se, assim, de acabar com as “intrigas”, e fazer dos paraenses povos “industriosos e trabalhadores”, em busca da “paz e da ordem pública”.

Após o morticínio do Palhaço, em outubro de 1823, a junta, apoiada principalmente por marinheiros portugueses e pelo almirante britânico Greenfell, conseguiu se manter no controle da Cidade do Pará até meados de abril de 1824. Lembremos que desde o acirramento das disputas, as juntas cada vez mais solicitavam que fossem realizados *alistamentos voluntários* em toda província, para a defesa contra a *disseminação da hidra*. Em março de 1824, em meio a tensões, Greenfell deixou o Pará. Em abril, duas importantes embarcações chegaram a Belém. A primeira delas era a escuna Camarão, enviada de Recife por Manuel de Carvalho Pais de Andrade. A escuna trazia os sobreviventes da Andorinha do Tejo (embarcação de presos acusados pelo 14 de abril de 1823). Segundo Raiol, após serem libertados em Portugal, foram para os Estados Unidos, e dali seguiram para o Rio de Janeiro, de onde partiram para Recife, onde se articularam com os líderes da confederação do Equador. Entre os sobreviventes figuram: “Manuel de Almeida Coutinho de Abreu, Joaquim Antônio Tupinambá, Manuel Lourenço de Matos, assim como José Batista da Silva e Marcos Antônio Rodrigues, já então conhecidos, este último por Mundurucu Paiquicé e aquele por Camecran, nomes que tomaram por ocasião da independência” (:79).

Note que os nomes “Tupinambá”, “Camecran” e “Mundurucu Paiquicé”, não indica que fossem *índios*. Eram *brancos* que tomaram tais nomes para si. Ao chegarem na cidade do Pará, distribuíram exemplares da constituição da Columbia; ordenaram a prisão do coronel Geraldo José de Abreu, presidente da junta, e do bispo Romualdo Antônio de Seixas, entre outros; e proclamaram, com o apoio de Malcher, membro da junta, a adesão do Grão-Pará à confederação do Equador. O projeto não teria tido grande receptividade entre os habitantes de Belém; durou pouco, mesmo porque logo no mesmo mês chegava do Rio de Janeiro a segunda importante embarcação, trazendo o coronel Rozo e o brigadeiro Borges, para assumirem como os primeiros presidente e comandante das armas da província do Grão-Pará, nomeados pelo imperador do Brasil.

As mortes sofridas por *dissidentes* e *ínfima classe* nos porões dos navios Andorinha do Tejo e Diligente (Palhaço), instauraram uma nova fase política na província. No porão da primeira, segundo os números de Raiol, foram duzentos e sessenta e um homens, enquanto que na segunda foram duzentos e cinquenta e seis. Como já dito, poucos destes teriam sobrevivido. Entre abril e outubro de 1823, aproximadamente quinhentos homens foram mortos nos porões destes dois navios, pelos crimes de *dissidência* e *fereza*. Note-se que, a este período, eram poucas as vilas, freguesias e povoados que possuíam, conforme contagem populacional de Baena (1839), quinhentos ou mais habitantes. É preciso destacar, ainda, que não se sabe quantos foram mortos, neste período, sem nem terem sido remetidos aos porões dos navios; tanto na cidade, quanto nos distritos no interior, uma vez que as informações são focadas nas trajetórias de *cidadãos*.

A novidade política dos morticínios realizados nos porões destes dois navios, não foi o fato de se ter realizado extermínios; mas sim o fato de que *brancos dissidentes* passaram a sofrer, a partir de então, uma modalidade de punição que até este momento era apenas utilizada contra *homens de cor*. A mortandade em massa de *dissidentes*, que foram misturados com os *homens de cor*, modificou completamente as formas de se realizar a política na província.

O historiador André Machado recentemente produziu uma séria pesquisa embasada em documentações oficiais sobre este conturbado período de disputas que caracterizam o processo de adesão do Grão-Pará ao Império do Brasil¹¹. Sua análise pode nos auxiliar no desafio de produzir inteligibilidade ao processo que levou a que os conflitos políticos que permeiam a *cabanagem* tomassem as dimensões humanas e territoriais que se observa. Para ele, a queda do antigo regime, em janeiro de 1821, abriu um período de instabilidade interna e externa. A partir deste momento, se abriram diversas possibilidades de organização do Estado do Grão-Pará.

¹¹ Trata-se de sua recente tese: 2006. *A Quebra da Mola Real das Sociedades: A Crise Política do Antigo Regime Português na Província do Grão-Pará (1821-1825)*, FFLCH-USP, São Paulo. [TD]. E de artigos que a precedem, tais como: 2005. "As Esquadras Imaginárias. No Extremo Norte, Episódios do Longo Processo de Independência do Brasil". In: JANCÓS, István (Org.). 2005. *Independência: História e Historiografia*. HUCITEC/FAPESP, São Paulo. Pp: 303-343. Ressalta-se que além de Machado, outros trabalhos, tais como a tese de Geraldo Mártires Coelho, *O vintimismo no Grão-Pará: relações entre a Imprensa e o Poder* [1987] se aprofundam exatamente neste período. Não analisei a obra de Mártires Coelho, esta é uma séria limitação da descrição aqui realizada sobre estes anos. Não foi propriamente o objetivo do trabalho me aprofundar exatamente neste período. Minha limitada leitura das disputas na Cidade do Pará nestes anos se limita a Baena (1828), Raiol (1865) e Machado (2005, 2006) e têm como objetivo destacar certos processos que se iniciam neste momento, mas que são cruciais para se entender o ataque de janeiro de 1835 e seus desdobramentos.

Havia as leis do antigo regime, as reformas constitucionais portuguesas, a carta do Brasil, e as constituições republicanas (tais como a da Columbia). Havia a possibilidade de se manter a união com o império português; a de aderir ao Brasil; a de formar articulações regionais (tais como a confederação do Equador, ou uma confederação com Maranhão e Mato Grosso); ou a de declarar a independência do Grão-Pará como Estado autônomo (algo que, para além de boatos, não se observa documentado). O ponto é que a partir da chegada das primeiras autoridades nomeadas pelo Rio de Janeiro, esta abertura para diversos projetos de futuro passa a perder força. Em Belém, após a posse do primeiro presidente (1824), a adesão ao Império do Brasil não seria seriamente questionada por nenhuma das “facções” de *cidadãos*. A disputa, com a definitiva adesão à carta constitucional do Império de 1824, passou a ser toda permeada por grupos nacionais que se auto-afirmavam *brasileiros* e disputavam com seus oponentes; *natos* ou *adotivos*. Os significados do que seria ser *brasileiro* era disputado por diferentes grupos (Machado, 2006:222). Aos poucos a instabilidade externa, com a definição da adesão ao Rio de Janeiro, diminuiu. Tudo se voltava para o interior da Amazônia.

Se em Belém as juntas governativas se utilizavam de perseguições, prisões e execuções para silenciar seus oponentes; no interior a situação não era diferente. Havíamos ressaltado que os *patriotas* liderados por Batista Campos haviam espalhado notícias e pedidos de adesão ao Brasil pelo interior da província. Em cada região e localidade todos haveriam de se posicionar; as notícias das execuções realizadas na Capital se espraavam pelos rios. Estava em questão a permanência ou não dos portugueses na administração do Estado do Grão-Pará. Na Cidade do Pará e no interior, articulações multi-locais passaram a ocorrer com grande complexidade; envolvendo, em confrontos, os mais variados grupos.

A amplitude territorial dos confrontos que se observa no período da *cabanagem* emerge deste período. Os dilemas da formação de uma nova nação e de um novo Estado trouxeram uma nova complexidade às diversas contendidas nas mais diversas regiões; trouxeram uma decisiva necessidade de definições sobre algo que era sólido e que se desmanchava no ar. Porém, embora falemos aqui sobre as disputas pelo Estado por grupos nacionais que, cada vez mais, se identificavam como *brasileiros*, é preciso atentar para os limites de tais colocações. A formação do Estado na Amazônia deste período era reduzida e precária. As disputas entre *cidadãos* pelo controle de Belém e das vilas do interior não devem ser consideradas como uma espécie de síntese das disputas ocorridas por diversas regiões. Lembremos: a maioria

populacional era indígena e mestiça. É preciso situar a Cidade e seus agentes palacianos em um complexo multi-local de articulações que passou a envolver os mais diversos segmentos de grupos nas regiões das calhas dos grandes rios. O Estado e seus centros na Amazônia devem ser situados em um amplo complexo de relações e formas de organização sócio-políticas.

O controle dos *brancos* sobre os *homens de cor* na Amazônia deste período era tão precário e limitado como o era o da Cidade de Belém sobre os distritos do interior. Em cada região, as disputas e as articulações entre os agentes corriam com bastante autonomia. As juntas e os presidentes e comandantes das armas, alojados em Belém, tinham que conquistar o apoio das mais diferentes localidades do interior; se não por meio de negociação, à força. As articulações tecidas entre segmentos de grupos de diversas regiões da Amazônia brasileira, a partir dos idos do processo de independência, em muito se mantiveram, com constantes transformações, até os conflitos de 1835. Assim, para compreender as dimensões das alianças e articulações tecidas durante a *cabanagem* é preciso evidenciar, ao menos sucintamente, estes processos ocorridos na década anterior, que aos poucos aproximaram, em redes situacionais nos combates, *dissidentes* e *homens de cor*.

A este período, por todas as regiões corriam notícias de diversos levantes, articulados ou não entre si; relacionados ou não com mobilizações de *brasileiros*. Em fins de 1823, diversas câmaras do interior haviam se posicionado a favor da independência e pressionavam por demissões dos portugueses¹². A vila de Muaná (ilha de Marajó) se revoltara em meados de maio de 1823, com a chegada de homens fugidos das prisões decorrentes do 14 de abril em Belém. Entre as demais vilas e freguesias contrárias à Capital se destacam: Baião, Oeiras, Portel, Melgaço, Anapu, Igarapé-miri, Moju, Conde, Beja e Marajó. Em meados de outubro de 1823, Cametá, no rio Tocantins, se apresentava à junta de Belém como centro de uma confederação que envolvia todas estas localidades, acima citadas, dispostas a se oporem à junta e suas decisões (*apud* Raiol:56). Muitos, inclusive, teriam conseguido fugir de Belém para se apresentarem a comandantes rebelados nestes diversos pontos.

¹² Ao dizer frases do tipo: a vila tal apoia tal... , indicando uma certa unidade monolítica no interior da vila, é preciso que se ressalte que se pretende aqui, ao dizê-lo de forma simplificada, destacar um posicionamento que é afirmado em um momento das disputas por aqueles que estão em posição de *senhores* da localidade; seja através de combates, eleições ou nomeações.

A confederação articulada por Cametá, nestes primeiros momentos, reunia freguesias de Belém, povoações do rio Tocantins, da região de furos e ilhas entre o continente e a ilha do Marajó e localidades desta mesma ilha. Com a circulação de notícias e de capitães e seus aliados, se ampliou o campo das rebeliões. Aos poucos, no baixo Amazonas, no decorrer de 1824, Gurupá, Almeirim, Monte Alegre e Alenquer haviam sido tomadas por *dissidentes* e *homens de cor*, que avançavam a partir das localidades confederadas. Monte Alegre passou a ser o centro desta reunião de vilas, no baixo Amazonas. Em meados de agosto, as povoações da costa do Salgado; Turiaçu, Bragança, Ourém, Cintra, Salinas e Colares, também eram noticiadas como revoltadas. A. C. F. Reis afirma que na região Tapajós, em meados de 1824, o *proselitismo* dos rebeldes já era observável em Alter do Chão, Aveiro e Franca (1979:85). A vila de Manaus e o alto Amazonas, ainda se mantinham distantes das contendidas.

No processo de adesão ao Brasil, uma grande confederação de vilas e freguesia rebeladas, passou a ocupar a porção central do território do Grão-Pará. Porém, muito embora Cametá se afirmasse como o centro desta confederação, é preciso que se observe que esta vila não exercia qualquer controle efetivo sobre as povoações e vilas que afirmava liderar. Em Cametá, a mobilização contrária a Belém, que ocorria desde novembro de 1823, partia, sobretudo, dos membros da casa de câmara e dos fazendeiros que exigiam a demissão de funcionários públicos portugueses. Nas demais localidades da confederação, Cametá havia realizado articulações com os *brancos*; sobretudo com as casas e câmara e os clérigos. Em algumas vilas, tais como Melgaço, Portel e Gurupá e Monte Alegre (que aos poucos iam aderiam à movimentação), havia maiores contingentes de *brancos* reunidos em torno das casas de câmara. Porém, nas freguesias e demais vilas, as alianças se davam com os poucos *brancos* proeminentes, tal como a realizada com o vigário de Igarapé-miri, citada por Machado (2006:253). Aos poucos, a situação fugia a qualquer tipo de controle. Nas diversas localidades, os *índios*, *tapuios* e *homens de cor*, que eram propriamente seus habitantes, eram quem protagonizavam os eventos. Não havia qualquer comando efetivo de Cametá com relação às localidades da confederação: Baião, Oeiras, Portel, Melgaço, Anapu, Igarapé-miri, Moju, Conde, Beja e Marajó. As câmaras mais influentes se rebelaram precisamente a favor da independência do Brasil e da demissão dos portugueses dos cargos públicos. Porém, as mobilizações diversas que ocorriam nas várias localidades rebeladas pareciam em muito extrapolar seus propósitos, métodos e lideranças.

A Cidade estava isolada do interior; as mais diversas vilas e freguesias estavam totalmente fora de controle, se é que houve controle em algum momento anterior. A costa oceânica (região do Salgado), a ilha de Marajó, o rio Tocantins, o rio Xingu, e o médio curso do rio Amazonas (até a região da ilha de Tupinambarana). A junta de Belém contava com poucos, porém, decisivos apoios no início de 1824. Em suas imediações, ao norte, contava com a vila de Vigia; e no baixo Amazonas, com as vilas de Santarém e Óbidos. Todas elas reuniam grandes contingentes de portugueses e seus descendentes, dispostos a se oporem a todos que pudessem lhes hostilizar. Tais vilas se armaram para, cada qual, com as condições que tivessem, promover negociações e ataques contra os diversos pontos rebeldes, até que se rendessem às suas ordens. Em fins de 1823 e meados de 1824, diversas expedições foram organizadas para as mais diversas localidades.

Ao norte da Cidade, a vila de Vigia, articulada a embarcações enviadas de Belém, realizou ataques às localidades a noroeste da ilha de Marajó (Machado:246), além de São Caetano de Odivelas, onde um capitão de nome Badalejo, havia reunido homens armados com terçados (Raiol:76). É provável que tenha havido, também, incursões contra as populações de Colares, Cintra e Salinas, que também estavam rebeldas. Na costa do Salgado, em meados de 1824, a junta enviou, por duas vezes, embarcações artilhadas, para que se unissem às tropas e homens fiéis na região, para atacarem as vilas de Bragança e Turiaçu, e suas imediações. Em Turiaçu, segundo o juiz de paz, “um dito Gonçalves” havia sublevado as populações de *índios* e *desertores* que habitavam a localidade. Em Bragança, grupos liderados um *capitão* do rio Arumajó teriam assassinado o comandante militar (*apud* Raiol:95).

A junta de Belém organizou diversas expedições para atacar toda a região das localidades confederadas em torno de Cametá; sua intenção era enfraquecer as comunicações e conseguir rendições. Em meados de outubro de 1823, uma flotilha de embarcações de Belém percorreu diversos pontos realizando ataques até a vila de Cametá onde, em combates, fora derrotada. O bispo Romualdo Antônio de Seixas, natural de Cametá, foi enviado para negociar; pedia calma e tranquilidade e solicitava ao Imperador, em nome de Deus, uma “anistia geral, para acalmar os partidos e as comoções populares” (*apud* Raiol:57). Momentaneamente, a câmara de Cametá aceitou os termos do bispo, até receberem notícias de *atos arbitrários* da expedição em diversas localidades. A câmara de Cametá acusava as barcas que cruzaram a região de terem atacado canoas e destruído as casas plantações e

animais (*apud* Raiol:65). Em meio à isso, em fevereiro de 1824, Malcher, membro da junta de Belém, decidiu aceitar os termos da câmara de Cametá; noticiou a efetuação de 105 demissões de funcionários portugueses, e propôs uma negociação de anistia. O acordo foi aceito pela câmara de Cametá, que cessou sua oposição à junta da Cidade (Raiol:78)

No baixo Amazonas, uma junta militar, centrada em Santarém, e articulada com as câmaras de Faro e Óbidos, liderou os ataques contra as localidades rebeladas que se estendiam, em meados de março de 1824, até a Alenquer; passando por Monte Alegre, Almeirim, Porto de Moz e Gurupá. Os batalhões liderados por Santarém, sob o nome de “Pacificador do Amazonas”, iniciaram em maio de 1824 suas expedições que se iniciaram em Alenquer. Os maiores confrontos e negociações se deram com Monte Alegre, onde a maior parte dos rebeldes passaram a se reunir. Uma primeira expedição enviada por Santarém foi derrotada. A segunda fora comandada por José Coelho de Miranda Leão, que seria, anos depois, um dos comandantes gerais da expedição ao alto e baixo Amazonas, enviada por Soares d’Andréa. Sua expedição conseguiu render a vila de Monte Alegre. Em agosto de 1824, um termo de paz foi acordado entre as vilas, com promessas de não-agressões futuras (Rodrigues dos Santos, 1974:139-44; Reis, 1979:87-89; Machado, 2006:280-87).

Em fins de 1824, os confrontos e acordos de paz assinados entre a junta militar de Santarém e os rebeldes de Monte Alegre e entre a junta de Belém e os rebeldes de Cametá, além das diversas expedições em nas mais diversas regiões fizeram com que, em Belém, as autoridades considerassem, formalmente, o interior pacificado. Observa-se na dinâmica das disputas, que as casas de câmara de todas as vilas, bem como da capital, atuavam com grande autonomia. Havia um amplo e complexo sistema de articulações. Aos poucos, as disputas em torno do sistema político, fizeram com que os membros das casas de câmara passassem a declarar guerra contra seus oponentes. Havia uma ampla mobilização de localidades que se haviam declarado *brasileiras*; e que buscavam adesão das freguesias e povoações de seus distritos, para incursões contra os *portugueses*. Note, porém, que o chamado às armas das populações dos distritos fizeram com que as mobilizações extrapolassem os limites de uma disputa entre autoridades de casas de câmara e passassem a abranger todos aqueles que vivessem, ou tivessem contato com as localidades do Estado do Grão-Pará.

A questão é saber como tal mobilização, emergida das casas de câmara que se afirmavam *brasileiras*, se entrecruzava com as mobilizações de *índios, mestiços e negros*. É preciso deixar

claro que o entrecruzamento das disputas se dava, sobretudo, nos momentos de chamado às armas. O impasse é que, quando as disputas passavam a ganhar corpo, as casas de câmara passavam a perder o controle sobre aqueles que acreditava comandar. Assim, por mais que as casas de câmara, comandadas por *cidadãos*, se decidissem por disputar entre si em armas, o temor da “anarquia dos homens-fera” continuava a operar, fazendo com que em certos momentos, como no das negociações, todos se voltassem para o perigo dos *homens de cor* de seus distritos.

As disputas armadas entre facções de *cidadãos* e *casas de câmara* em um Estado de contornos incertos trouxeram transformações irreversíveis. Tudo estava amplamente fragmentado e em aberto; todos estavam cheios de rugas, rancores e ódios, conforme expressões amplamente utilizadas à época, que aos poucos se potencializariam. Passou a haver uma grande abertura para alianças. Muitos passaram a aderir aos chamados às armas feitos por diversos capitães que circulavam pelos rios. As resistências às capturas, torturas, trabalhos forçados e extermínios aos poucos ganhavam um caráter multi-local. As perseguições, execuções e ataques a *cidadãos brasileiros* trouxeram ainda mais complexidade aos confrontos. A hostilidade contra os *portugueses e seus aliados*, que hostilizavam a todos, passou a ser o centro que amalgamava, em frágeis e tensas redes de alianças situacionais, diversos agentes e segmentos de grupos da Amazônia brasileira em formação.

Lembremos que em fins de 1824, os ataques e combates ao longo dos rios foram dados por concluídos por meio de negociações entre centros de confederações de vilas. No baixo Amazonas, a expedição da aliança lusitana (Óbidos e Faro) comandada pela junta de Santarém, após reconquistar Alenquer, negociou o fim dos confrontos com os líderes de Monte Alegre, que se afirmavam à frente de todas localidades até a vila de Gurupá. Na região da comarca do Grão-Pará, tudo foi dado por encerrado após as negociações da câmara de Cametá com a junta de Belém. Ao norte, a vila de Vigia articulada com a junta de Belém atacou diversas freguesias e povoados. Com o cessar-fogo e com os acordos, nenhum dos centros teria capacidade para modificar efetivamente o curso das disputas em cada localidade. Isso indica que com as negociações para o fim dos confrontos, nenhum dos centros e seus aliados teriam se saído efetivamente vitoriosos. Tanto os *portugueses e seus aliados*, reunidos e articulados, sobretudo, em Belém, Vigia, Óbidos e Santarém, quanto seus

opponentes, conseguiram se manter *senhores* em diversas localidades da província. Os acordos de fins de 1824 não encerraram as contradições e impasses. Tudo estava em aberto.

II. A frustrada tentativa de abolição da servidão indígena no Grão-Pará (1831).

Em meados de julho de 1831, fundeava nas águas da baía de Guajará a fragata Campista, vinda da corte do Rio de Janeiro. À bordo estavam as primeiras autoridades nomeadas pela regência do Império, após a abdicação de D. Pedro I: o desembargador Bernardo José da Gama, mais conhecido como visconde de Goiana, nomeado a presidência da província e o coronel José Maria da Silva Bittencourt, nomeado para o comando das armas. O visconde de Goiana e o coronel Bittencourt tomaram posse no dia 19 de julho de 1831. Ao chegarem, assim como a cada nova chegada de autoridades nomeadas, as principais figuras das *fações* políticas em disputa na capital, se dirigiram ao palácio, para cumprimentar as novas autoridades e para se inteirar sobre suas intenções políticas. O que se almejava era fazer com que as autoridades recém-chegadas na Cidade do Pará pendessem politicamente para seu lado.

No dia seguinte à posse, doze membros da “Sociedade Patriótica, Instrutiva e Filantrópica” teriam se dirigido ao palácio a fim de cumprimentá-lo e para convidá-lo a assistir um Te-Deum, que a mesma sociedade mandara organizar na igreja do Carmo, para felicitar as novas autoridades. Tal sociedade secreta fora criada poucos dias antes da posse de visconde de Goiana, e foi aberta justamente com uma autorização sua, quando ainda nem tinha desembarcado. O ofício redigido pelos membros instaladores de tal *Sociedade* data de 15 de julho de 1831; dez pessoas assinaram o documento (*apud* Raiol:198). O cônego Batista Campos era reconhecido como líder da *Sociedade*¹³, que, segundo eles, teria como finalidade a **“instrução patriótica, constitucional e filantrópica das verdades políticas e sociais, defendendo as liberdades públicas e particulares, e debelando o monstro do**

¹³ Os outros membros que assinam o documento são: Gaspar Siqueira de Queirós, João Maria de Freitas Dantas, Antônio Manuel de Sousa Trovão, José Pereira da Serra, Pedro Henriques Seabra, Jerônimo Roberto da Costa Pimentel, Bernardo Antônio Ferreira Ferrão, Francisco Cândido de Carvalho e João Pedro Gonçalves Campos. Todos eles passariam a ter, nos anos subseqüentes, um papel de protagonismo político nas lutas que envolviam a disputa pela presidência e o comando das armas da província.

despotismo” (grifo meus). Além disso, os membros da *Sociedade* reiteravam no documento que sua intenção não era *se opor à ordem social, e sim mantê-la*.

A aceitação e legitimação da *Sociedade*, por parte do visconde de Goiana, fez com que seus opositores, já se dispusessem de antemão com o recém-chegado presidente. Além disso, Goiana teria, nos dias seguintes, intercedido em favor da soltura de presos políticos que haviam sido encarcerados pelos opositores dos *Filantrópicos*. Porém, a decisão política do recém-chegado presidente que mais ‘inflamou’ a revolta dos opositores dos *Patrióticos* foi a tentativa de efetivar a extinção dos *governos militares* e das *fábricas nacionais e roças comuns* espalhadas pelos diversos distritos do Grão-Pará, que já era prevista por um decreto de 28 de junho de 1830 (Raiol:202). Tal controversa decisão, tomada pelo visconde, oito dias após sua posse, teria sido comemorada pelos *Filantrópicos*. Os insatisfeitos com tal decisão eram justamente aqueles que tinham em tais instituições suas fontes de renda. Nos aprofundaremos, porém, à título introdutório, vejamos como Raiol caracteriza tais *fábricas nacionais e roças comuns*, administradas por *comandantes militares*:

Continuavam ainda nesse tempo as Fábricas Nacionais e as Roças Comuns. Eram estabelecimentos **criados sob a inspiração de alguns especuladores a fim de melhor se locupletarem com o trabalho dos pobres índios**, tendo-os a seu serviço mediante a retribuição de oitenta e até de quarenta réis diários, e estes mesmos pagos a logos prazos de mora, **não havendo nunca o mínimo saldo a favor desses infelizes que, figurando sempre como devedores de seus supostos patronos, se tornavam para sempre servos da gleba, sem poderem contudo gozar de sua liberdade, nem retirar-se desses estabelecimentos, ameaçados como eram com o recrutamento, e sabendo da proteção legal que se dava a semelhantes especuladores** (Raiol:202, grifos meus)¹⁴.

¹⁴ É preciso que se destaque. Na longa obra de Domingos Antônio Raiol, esta é a única passagem em que o autor associa as disputas entre os *partidos* pelo controle da presidência e do comando das armas e a questão do trabalho indígena. Tal passagem é aqui considerada fundamental. É possível que Raiol (que como vimos tinha uma intenção deliberada de não associar as disputas entre *partidos* com a questão da *escravidão indígena*), tenha feito tal associação fundamental justamente porque o próprio visconde de Goiana o fizera. Uma vez que sua obra se baseia, fundamentalmente, nos ofícios presidenciais, seria impossível não apresentar a associação feita pelo próprio presidente nomeado.

Em meio à tal controversa decisão, teriam se iniciado diversas agressões de parte à parte em Belém. Nas noites subsequentes a tal decisão teriam ocorrido diversos atentados¹⁵. Nas noites dos dias 4 e 5 de agosto de 1831, muitas “pessoas gradas”, aos olhos de Raiol, não teriam saído às ruas com receio de ataques. A este momento, os “membros mais proeminentes” da política da cidade estariam sendo procurados por toda parte e “sofriam a vindita de seus desafeiçoados onde quer que fossem encontrados” (Raiol:206). No dia seguinte, alguns *cidadãos* teriam, então, apresentado uma queixa ao visconde de Goiana, reclamando da falta de segurança. Os *Filantropos* e seus opositores solicitavam que o presidente culpasse, cada qual, seus oponentes pelas turbulências em curso na Capital. O visconde teria tentado apaziguar os ânimos de ambos, porém, já estaria fortemente associado aos *Filantropos*. Armou-se, então, rapidamente um plano para sua deposição: Marcelino José Cardoso era o líder de tal mobilização.

Os principais objetivos da trama eram a deposição de Goiana e a prisão de Batista Campos, para que o próprio Marcelino José Cardoso assumisse o governo. No dia 6 de agosto, reuniram os “cidadãos que pareciam necessários” para o intento, entre os quais o tenente-coronel Francisco Marques d’Elvas Portugal, João Henriques de Matos e outros¹⁶. O golpe fora tramado para a manhã do dia seguinte: domingo, 7 de agosto de 1831. Batista Campos, entretanto, fora informado do movimento das tropas de seus adversários ainda na noite do dia 6. Tentou, de sua casa, enviar por intermédio de seu escravo, Torquato, uma carta ao visconde de Goiana. O escravo, porém, fora barrado em seu caminho por homens que já rondavam sua casa (Raiol:209-10). Pela manhã, um corpo de artilharia, sob ordens de Marcelino José Cardoso, teria se colocado em marcha em direção ao Trem, onde estava formada a guarda nacional. Distribuídos os armamentos; marcharam para o palácio. Enquanto isso, o capitão José Coelho de Miranda Leão, que ganharia destaque e autoridade com a chegada de Soares d’Andréa, à frente de cerca de cem homens (segundo Raiol, *um troço*, retirado do batalhão no. 25.), rumou para a casa de Batista Campos para prendê-lo. Cercado, o cônego solicitou que um jovem de treze anos, José Coelho da Mota, pedisse auxílio à fragata Campista, onde tinha aliados.

¹⁵ Raiol, entretanto, isenta todos os *partidos*, afirma que em geral todas as *parcialidades políticas* teriam condenado os ataques como ***verdadeiros desvarios da ínfima plebe de mãos dadas com os soldados de linha, instigados na maior parte por esses espíritos turbulentos (...)*** (:205, grifos meus).

¹⁶ Entre os outros envolvidos na conspiração figuram em Raiol (:207): Marcos Martins, Ambrósio Henriques da Silva Pombo e José de Araújo Roza (primeiro presidente nomeado pelo Império para o governo do Grão-Pará, em 1824).

Seu comunicado teria chegado à fragata, porém, sem tempo de evitar sua prisão e a tomada do palácio. Com a deposição do visconde e a prisão do cônego, Marcelino José Cardoso assumiu a presidência. Goiana administrara a província por apenas dezoito dias. A primeira tentativa de um presidente nomeado pelo Império de abolir, efetivamente, os comandos militares, as fábricas nacionais e as roças comuns malograra rapidamente com a sedição comandada por Marcelino José Cardoso, filho de um coronel proprietário de terras na ilha do Marajó e bacharel pela Universidade de Coimbra.

Cardoso afirmava que, caso não tivesse havido o levante, o Pará seria “o teatro da guerra civil”. As tropas teriam agido para “restabelecer o império das leis e a liberdade legal, que o monstro da anarquia tem pretendido aniquilar”. Segundo ele, o Visconde de Goiana estaria aliado ao “*partido perturbador*”; e estaria pronto a “seguir e determinar tudo quanto lhe ensinava o terrível chefe do partido ambicioso e desorganizador que se achava unido aos negros, e jamais atendia ao que lhe representava o maior número, e a parte mais sã dos cidadãos paraenses”. Para Cardoso, o presidente não atendia às representações que lhe dirigiam os *cidadãos e juizes de paz*, atendendo apenas ao partido que dia a dia, “se engrossava com gente de cor de péssima conduta e qualidades (...)” (*apud* Raiol:217-19).

Ainda neste período, foi editado em Londres um opúsculo político anônimo, denominado *O Pará em 1832* (Soustenance, [1832]¹⁷). Segundo o historiador Moreira Neto, o autor anônimo do texto seria um professor e poeta português denominado José Soares de Azevedo (1988:62). O autor do opúsculo era partidário da sedição de 7 de agosto; é possível, assim, a partir dele realizar maiores detalhamentos sobre o *partido* capitaneado, neste momento, por Marcelino José Cardoso. Segundo ele, haveria no Grão-Pará, à esta época, dois partidos:

(...) o 1. é o da ordem constitucional, composto dos proprietários, commerciantes, grandes agricultores, e da fina flor da mocidade. Com tantos chefes e tem tantos membros, quantos são os homens de bem, interessados pela sua prosperidade e segurança. O 2º. é o da força bruta: tem por capitão o famoso Cônego João Baptista Gonçalves Campos, capadocio muito covarde porem muito atrevido, como são todos os poltrões (Opúsculo, 1832:8-9)¹⁸.

¹⁷ Consegui encontrar este raro documento na coleção de obras raras da Biblioteca Arthur Vianna (Belém, Pará).

¹⁸ Trecho também citado por Moreira Neto (1988:63).

Note-se como o autor do opúsculo inverte os papéis. Em defesa de uma sedição armada realizada para depor o presidente nomeado pela própria regência do Império, José Soares de Azevedo afirma que o “*partido*” que havia realizado a sedição era o partido “*constitucional*”; enquanto que seus opositores seriam os partidários da “*força bruta*”. Note-se, o autor do opúsculo falava em nome dos proprietários, comerciantes e grandes agricultores. Continuemos a observar suas caracterizações. Em relação às ações do visconde de Goiana em defesa da abolição dos comandos militares e fábricas nacionais, vejamos o que defende o opúsculo:

Os scelerados e vadios mandados capturar pelos Juizes de Paz e empregados com proveito em occupaões úteis, eram mandados soltar pelo Presidente e alentados em seus feitos noturnos.

Por entre as senzalas e ajuntamentos dos escravos, quer na capital quer no interior da província, fez-se derramar a doutrina d’um desforço próximo, e **nutriram-se todas as esperanças d’um nivelamento de fortunas, que deviam acabar d’uma vez toda a idéia de ordem social no Brazil** (Opúsculo:24, grifos meus)¹⁹.

Em tal passagem, Azevedo critica a abolição das capturas forçadas de supostos “scelerados” e “vadios” com vistas a empregá-los em “ocupaões úteis”. O autor do opúsculo é extremamente severo com as doutrinas que nutriam nas “senzalas” e “ajuntamentos de escravos”, na capital e no interior, “esperanças de nivelamento de fortunas”. Tal “nivelamento”, defende o opúsculo, seria a derrocada da “ordem social no Brazil”. Segundo tal perspectiva, que fundamentou a “*sedição de 7 de agosto de 1831*”, o Brasil deveria ser governado pelos “*homens de bem*”, que não deveriam ser colocados no mesmo nível que o restante da população. Os *homens de bem*, para o opúsculo, são os “proprietários, commerciantes e grandes agricultores”; a pretensa *finá flor* da sociedade.

Vejamos como o autor caracteriza o dia da sedição: “foi para mim um d’aquelles dias que mais vivos traços me deixou no espírito. Nascido sob o risonho céu do Brazil, e vendo a minha pátria em luta contra as ondas da ambição, e os desmanchos da ignorância, eu não

¹⁹ Último parágrafo deste trecho também citado por Moreira Neto (1988:63).

podia ser indiferente à Victoria da razão, e da ordem (...)” (Opúsculo, 1832:28). Note-se que o lusitano, autor do opúsculo, caracteriza tal sedição como uma luta de sua pátria no “céo do Brasil”, contra a “ignorancia: (...) me sentia possuído pelo entusiasmo dos cidadãos, e por este triumpho pacifico (...) pela prosperidade do Brazil, que com tanta lealdade me franqueou o coração” (Opúsculo, 1832:28).

Marcelino José Cardoso, ao depor o visconde de Goiana, teria tomado três medidas, que segundo o opúsculo, pretendiam “salvar a província de um incêndio geral”: [1] A deportação de Batista Campos, “causa principal de todos os males da província e inimigo da liberdade regradada” para a prisão do Crato (rio Madeira), à bordo do brigue Três de Maio. Seria deportado como “inimigo do sistema jurado e estabelecido”. [2] A deportação de outros membros da *Sociedade Filantrópica*, cinco indivíduos, para a prisão de Marabitanas (rio Negro). [3] A volta do Visconde de Goiana à corte, na fragata Campista, por ter “perdido a força moral” (Opúsculo, 1832:26-7)²⁰.

A intenção dos *caramurus*²¹ de enviarem Batista Campos preso para o Crato eram claras: ele era o vice-presidente do Grão-Pará (deputado com mais votos nas eleições provinciais). Segundo a constituição do Império, em caso de ausência do presidente nomeado, o vice-presidente deveria assumir o cargo interinamente. Porém, caso Batista Campos assumisse, a deposição de visconde de Goiana perderia sentido. Daí a deportação de Batista Campos e de outros cinco membros da *Sociedade Filantrópica* para prisões insalubres no interior.

Ainda em águas paraenses, a fragata Campista, que levava Goiana à corte, foi abordada por quatro homens, membros da *Sociedade Filantrópica*: o coronel Marinho Falcão, o padre Jerônimo Pimentel, Honório José dos Santos e o padre Gaspar Siqueira de Queirós. Eles haviam se escondido na noite de 7 de agosto, e rumaram secretamente rumo à fragata, encontrando-a nas imediações de Bragança. Sua intenção era acompanhar o visconde ao Rio de Janeiro, para protestarem contra a violência de seus oponentes. O pedido foi aceito pelo visconde (Raiol:232). A 30 de agosto de 1831, Goiana redigiu um protesto escrito contra sua deposição. Seu manifesto, porém, só veio à público a 25 de outubro, publicado no

²⁰ Também citado por Raiol (1970:221). A interpretação deste autor sobre os acontecimentos deste período, é preciso que se ressalte, em grande medida são baseadas nas informações contidas no opúsculo.

²¹ O *partido* que realizara a sedição de 7 de agosto, composto conforme o próprio opúsculo nos demonstra por *proprietários, comerciantes e grandes agricultores*, em sua maior parte de origem portuguesa era pejorativamente chamado pelos *Filantrópos* de *Caramurus*, ou de *Facção Lusitana*.

“Farol Maranhense”²². O presidente deposto criticava a censura a seus atos administrativos, sobretudo, a derrota do projeto de abolição das Fábricas e Roças Nacionais. Leia-se trechos:

Saiba todo o Brasil que uma **facção lusitana**, chamando a si o escudo de alguns brasileiros degenerados que venderam o sacrossanto nome da Pátria, tem começado na Província do Pará a quebrar a integridade e a unidade de nosso Império. Esses inimigos jurados da Constituição (porque o são da Independência) tentando de há muito tempo recolonizá-la ao menos nesta porção do Norte, estavam posse de arrastar autoridades sórdidas, bandidas e imorais que se deixava fascinar de ridículas imagens da estúpida união com Portugal.

(...).

A proteção lega com que **logo extingui a barbaresca servidão dos índios, mantida debaixo dos nomes de Pesqueiro de Peixe e de Plantação de Cacao, a que chamavam Fábricas Nacionais, e com os ímpios desfrutadores do Pará se enriqueciam a custa da humanidade oprimida.**

As medidas que eu começava a tomar para a extinção das chamadas Roças Comuns, em que também jaziam os indígenas a preço de 40 réis e mesmo de 20 réis por dia, e disso mesmo por pagar, havia três e quatro anos, até que espancados fugiam ou morriam.

A execução que prontamente dei à Resolução da Assembléia Legislativa de 28 de junho de 1830, pela qual ficavam os comandantes de distritos tolhidos de tyrannizar rústicos e inocentes na penosa extração da salsa até o ponto de expirarem (*apud* Raiol:228. grifos meus).

Ainda em seu protesto, Goiana afirmava que os “miseros soldadinhos” que marcharam para o palácio para depô-lo haviam sido manipulados; pois que, no dia seguinte, boa parte teria aparecido de prontidão diante dele para receber prêmios e recompensas por seus atos (Raiol:229). Goiana afirmava ainda que as prisões estariam cheias de “*patriotas*” que haviam sido presos por “*magotes de taberneiros e sapateiros lusitanos de jaquetas e em camisas*” (Raiol:230).

²² Raiol apresenta este importante documento, que aqui reproduzimos.

Não esperavam os “*caramurus*” que os deportados pudessem voltar vivos de seu degrado. Batista Campos e outros presos, recolhidos à cadeia pública, foram embarcados na escuna Alcântara, comandada pelo 1º. Tenente da armada imperial Antônio Maximiano de Cabedo, a 8 de setembro de 1831, para seguirem até seus destinos. A escuna transportou Batista Campos até Amatari, povoação na margem direita do rio Madeira, onde foi transferido para o tenente Boaventura Bentes, que deveria conduzi-lo até o presídio do Crato. Entretanto, neste último trecho da viagem, Batista Campos fugiu, e conseguiu voltar até a vila de Óbidos, onde se fez reconhecido presidente da província. Sua primeira parada, em seu retorno, teria sido Juruti. Além de Óbidos e Juruti, também foi reconhecido presidente da província na vila Franca, Faro e Alter do Chão, entre outras. Santarém também fora procurada para que sua câmara prestasse obediência ao cônego; o pedido, porém, foi negado (Raiol:248). Nenhum distrito do Alto-Amazonas teria se pronunciado a este respeito. Os outros presos, ao chegaram à vila da Barra (Manaus), tentaram fazer com que o ouvidor-geral não acatasse às prisões em Marabitanas, porém, o pedido fora negado. Durante o curso do rio Negro, entretanto, conseguiram organizar um plano de fuga bem-sucedido de evadirem a escuna²³.

As movimentações e as adesões a Batista Campos e aos “*patriotas*” nos distritos no interior teriam causado grande temor nos “*caramurus*”. No Baixo Amazonas, apenas em Santarém, vila onde residiam muitos lusitanos, o vice-presidente recebera resistência. Além dos distritos da comarca do Baixo Amazonas, chegavam à capital, comandada pelos “*caramurus*”, notícias de que diversas vilas da comarca do Grão-Pará também haviam se rebelado, entre elas, Abaeté, Muaná, Conde e Beja, para onde foram enviados destacamentos.

A caracterização das movimentações de Batista Campos, no Baixo Amazonas, realizada por Azevedo, no opúsculo, é digna de nota. Leiamos:

O padre caminhava de lugar em lugar com um séqüito semelhante ao dos antigos *roitelets* da idade média, composto d’immundos negros e de sinceros índios enganados, a quem se fallava d’um attentado contra a sua liberdade, que elles com razão queriam disputar. Nem uma só pessoa de consideração ou que tivesse que perder ornava esta cruzada de bárbaros nômade (Opúsculo, 1832:44).

²³ Fez aqui, neste parágrafo, uma síntese da síntese que Raiol realizou do opúsculo. Cotejei a narrativa de Raiol com a aquela empreendida por Azevedo no opúsculo. Destaca-se, portanto, que, embora tenhamos citado Raiol, as informações sintetizadas são oriundas do opúsculo.

O autor do opúsculo sugere que Batista Campos andasse entre *índios* e *negros*, quando em sua busca por adesões nos distritos do baixo Amazonas, após ter conseguido fugir da embarcação que o levaria à prisão do Crato (rio Madeira). É preciso destacar que, Azevedo, ao escrever *O Pará em 1832*, tinha um interesse aberto em desqualificar o cônego e seus partidários. Tudo o que escreve em relação aos seus oponentes é em tom de desprezo; muito do que relata é exagerado, deturpado ou inventado. Porém, ao se observar os temas que estavam em questão, quando da eclosão da sedição de 7 de agosto de 1831, é bem possível que Batista Campos andasse a mobilizar *índios* nos diversos distritos que percorreria no baixo Amazonas. Além disso, a própria população de tais localidades percorridas (p. ex. Amajari, Juruti, Óbidos, Franca) era, fundamentalmente indígena.

Assim, é plenamente possível que o cônego Batista Campos, eleito vice-presidente e deportado ao interior pelos *caramurus*, estivesse efetivamente mobilizando os *homens de cor* do interior da província a se insurgirem contra o sistema de comandantes militares, fábricas nacionais e roças comuns que forçadamente capturava *índios*, *tapuios* e *mestiços* para que trabalhassem no que fossem úteis. Assim, nos primeiros anos da década de 1830, havia nos mais diversos distritos da Amazônia brasileira mobilizações que articulavam líderes políticos e *homens de cor*. Os *índios*, cada vez mais, se recusavam a realizar trabalhos que, através das mobilizações, sabiam não ser obrigados.

III. As perseguições ao *magote de Jacó Patachó* (fins de 1832 e início de 1833).

Nos primeiros anos da década de 1830, por todas as localidades da Amazônia brasileira, tornou-se célebre o nome de *Jacó Patachó e seu magote*. Tal homem teria desertado das tropas do comando de infantaria em meados de 1832, nas imediações da Capital. Em fuga, Patachó teria se apoderado de uma canoa na ilha do Queimado que viajava para Belém, para vender produtos no mercado. Patachó e seu fiel aliado, o tapuio Saraiva, teriam atuado inicialmente na baía do Guajará, onde atacavam embarcações, assassinavam *portugueses* e *brasileiros adotivos*

que lhe opunham resistência, e mobilizavam com sucesso a tripulação de índios e tapuios a acompanhá-los em sua expedição.

Da baía de Guajará, o *magote* de Patachó teria rumado para as mais diversas regiões amazônicas em uma trajetória que apenas podemos apurar por meio das confusas e incertas informações dos comandantes militares que tentavam se manter em seu encalço. Em cada distrito por onde passava, o *magote* se articulava com *homens de cor*, *desertores* e *dissidentes políticos*, dispostos a combaterem *brasileiros adotivos* e *portugueses*. As informações que nos restam foram registradas justamente por seus inimigos. O *magote* circulava por locais pouco conhecidos pelas tropas que os perseguiam. Com o tempo, as notícias ‘agigantadas’ aliadas às incertezas sobre seu paradeiro causavam grande temor nos *brancos* de todos os distritos; amedrontados com a possibilidade de serem abordados pelo *magote*.

Acompanhemos parte de sua trajetória, por meio dos ofícios de seus perseguidores.

A 23 de agosto de 1832, João Maximiano Furtado, comandante do batalhão do distrito de Cametá, oficiou ao então presidente nomeado do Grão-Pará José Joaquim Machado de Oliveira (APEP. C. 903. D.58). Segundo ele, na madrugada deste mesmo dia, tal vila situada no rio Tocantins teria sido atacada por “hum punhado de Desertores e pessoas de fora deste districto (que vierão conduzindo alguns destes obrigados) capitaneados pelo desertor Jacob Pataxó”. O *magote* teria entrado de surpresa na vila. Seu primeiro ato teria sido espancar os dois guardas nacionais que estavam em guarda diante das portas da cadeia. Logo depois teriam rumado à casa do juiz de paz, onde o teriam mantido preso. Maximiano Furtado teria, então, rumado à casa do juiz de paz, com intenções de soltá-lo; porém, Jacó Patacho teria lhe dado voz de prisão, e teria lhe feito retornar à sua casa, dizendo que não queria sacrificar nem a ele, nem aos *sens*. Maximiano Furtado informava ao presidente que a intenção de Patachó era procurar algum *adotivo*. O informante alega que apenas teriam prendido três *adotivos* simplesmente porque não haveria mais nenhum em Cametá. Além destes, outros três *brasileiros natos* teriam sido também presos, por razões não explicitadas.

O comandante afirma que estava impossibilitado de agir, uma vez que uma “*guarda*” se mantinha à sua porta, e outra, mais numerosa, à porta da cadeia. Porém, segundo ele, o “*povo da Vila*” rapidamente teria se organizado para expulsá-los. Por volta das duas horas da tarde, teria havido um confronto que teria feito com que o *magote* evadisse a vila. No combate, um homem do *magote* teria sido morto e outros sete teriam sido presos. Do *povo da Vila*, o

delegado Damião Fernandes Valente teria sido morto; o secretário do batalhão e ele próprio, Maximiano Furtado, também teriam sido feridos, este último sem gravidade. Os habitantes da vila, então, teriam organizado diligências contra o *magote*, que ainda não teriam tido nenhum sucesso.

Poucos dias depois, a 27 de agosto, o presidente da província, Machado de Oliveira, oficiou a Diego Antônio Feijó, então ministro e secretário de Estado dos negócios da justiça do Império (APEP. C. 901. D. 50. A.M.), o temor existente na província em relação ao grupo capitaneado por Jacó Patachó. Leiamos fragmento bastante interessante de seu ofício:

Quando o repouso publico ia se restabelecendo nesta Capital, aonde sentio-se alguma agitação por effeito de procedimentos criminaes havidos por parte dos **offendidos pela sedição de 7 de agosto do anno passado**, e contra os factores da mesma sedição, appareceu hum motivo de consternação publica que tem magoado a Capital, e despertado os receios, e temores, que se ião extinguindo. **Hum magote de desertores, e facinerosos rompendo da que embarcado, dirigio-se ao encontro de varias embarçaõens, que do interior conduzem generos de exportação, e cuja navegação he mais frequentada neste periodo, e em a noite de 20 do corrente começou a afastal-as, e a roubal-as, assassinando terrivelmente e alguns Brasileiros adoptivos, e Portugueses que vinhão nas embarcações, e cometendo outros actos horrorosos, em vendicta, e desafronta, desião os malvados, da sedição de agosto**, e por que para esse fim erão mandadas por este Governo.

Prosseguirão elles nestes attentados em trez noites consecutivas, sem se afastarem das agôas desta capital, onde huma immensidade de Ilhas, e esconderijos os punha das tentativas, que mandei emprehender para os capturar, e mais destres, e **conhecedores do rio poderão illudir essas deligencias, e agora se encaminhão para o Amasonas**, continuando a roubar, e a massacrar quanto encontram, e apôr em alarma, e terror todas as Povações que ficão em via (grifos meus).

No momento da redação de tal ofício, Machado de Oliveira ainda não tinha conhecimento dos eventos ocorridos em Cametá. O presidente informa a Feijó sobre as movimentações do *magote* nas águas da baía do Guajará; que, segundo ele, teriam durado três dias. Segundo seu informe, os ataques às embarcações de *brasileiros adotivos* e de *portugueses* eram realizados durante à noite; enquanto que, durante o dia, o *magote* de Patachó, composto por *conhecedores do rio*, mantinha-se escondido em alguma das ilhas do arquipélago próximo à cidade de Belém. Note-se que o próprio Machado de Oliveira reconhece que suas ações tinham um objetivo claro: o ataque a *adotivos* e *portugueses*. Não se tratava, portanto, de ataques, saques e assassinios realizados de forma indiscriminada.

Um outro aspecto da exposição de Machado de Oliveira também chama a atenção. O presidente reconhece que a formação do *magote* estaria intimamente associada às “*agitações*” dos “ofendidos pela sedição de 7 de agosto de 1831”. Segundo ele, os “malvados” se diziam em “vindita e desafronta” contra os realizadores de tal sedição. O *magote* capitaneado por Jacó Patachó, ao que seus próprios opositores indicam, tinha alvos políticos objetivamente declarados: a desestabilização da posição de mando daqueles que haviam tomado o controle da presidência e do comando das armas da província em 7 de agosto de 1831 na capital, bem como a desestabilização dos aliados políticos de tal *partido* no interior. De modo geral, seus inimigos eram *portugueses*, *brasileiros adotivos* e todos aqueles que se afinassem com suas posições. Voltaremos a estas questões, mas antes, voltemos às informações esparsas sobre a trajetória e as ações do *magote* nos distritos do interior.

A 20 de outubro de 1832, Ricardo Vieira de Castro, que comandava uma diligência contra o *magote* enviada pelo comando militar de Breves, ilha do Marajó, oficiou ao presidente Machado de Oliveira (APEP. C. 903. D.71.). Sua expedição estaria a procurá-los no “*Rio Japichana*”. Porém, no curso deste rio, teria recebido informações de “*alguns moradores*” de que o *magote* já teria deixado tal rio. Vieira de Castro destaca três nomes entre os membros do *magote*: “o cabeça Jacob Borges, desertor do Com. Inf., Murico [...], Saraiva, desertor do Batalhão de 1ª. Linha, e o intitulado Hispanhól, ou Cuiabano”. O comandante afirma que os *moradores* teriam lhe certificado de que o *magote* se apresentava “em título de *Negociantes*, vendendo fazendas, e comprando várias couzas”. Segundo ele, seis *Índios*, que lhes serviam de remadores, teriam fugido do grupo. Os informantes de Viera de Castro teriam lhe

informado que o *magote* estaria na direção do distrito de Chaves, onde os *malvados* teriam “algumas pessoas que se comunicam com elles”.

Onze dias depois, a 31 de outubro de 1832, o presidente oficiou novamente ao ministério da justiça do Império as ações do *magote* de Jacó Patachó (APEP. C. 901. D. 66. A. M.). O presidente informava que teria recebido informações de que o *magote* teria se dirigido para o Baixo Amazonas, onde teria se “engrossado com os immensos dezertores, escravos foragidos, e malvados de que estão cheios os districtos”. As informações de que dispunha teriam sido remetidas por autoridades da vila de Santarém. Segundo ele, Jacó Patachó teria colocado em “extrema consternação aquelle território, assolando-o com roubo e incêndio, e cruelmente assassinando a todos os Brasileiros adotivos e Portugueses que encontra, ou vai procurar em seus domicílios”. Além disso, Machado de Oliveira ressalta que Jacó Patachó teria se tornado “hum carnicheiro pirata e humma sequella de monstro”. Segundo as notícias de seus informantes, o *magote*, a este momento, estaria “dominando as águas do Amazonas, com humma fortilha de Canoas bem armadas e equipadas”. Nenhuma das diligências enviadas contra eles teria sido bem sucedida. Ao que parece, o *magote* evitava o confronto e se evadia sempre que as expedições se aproximavam: “desapparecem ao momento que temem algum encontro das forças destinadas para as bater, pondo-se ao abrigo do immenso numero de Ilhas que ha em toda parte deste grande rio, ou escapando-se pelos furos, e igarapés que penetrão o interior”.

O Presidente reclamava do reduzido número da força armada que tinha à sua disposição, que seria suficiente apenas para guarnecer a capital e as fortalezas do entorno. Além disso, parte significativa das tropas estaria em uma “expedição destinada à pacificação da Comarca do Rio Negro”, onde havia ocorrido na Barra (atual Manaus), uma sedição separatista. Em meio à isso, Machado de Oliveira teria oficiado a “todas as autoridades territoriais, que auxiliam esta empresa com a gente de seus distritos”. Porém todos os esforços teriam sido malogrados. O presidente informava que, mesmo em precárias condições, tentaria um novo esforço: o envio de “duas lanchas artilhadas, e com reforçadas guarnições de tropa”.

A 24 de novembro de 1832, Manoel da Costa Fonseca, sargento comandante do ponto de Breves, na ilha do Marajó, oficiou a Antônio Moura de Carvalho, o guarda nacional encarregado da diligência organizada em Breves contra o “magote de Jacó Patachó” (APEP. C. 903. D.79.). O sargento, que estaria à procura do “faciozo Jacob e seus companheiros”

não teria encontrado sequer quem lhe fornecesse notícias. Suas ações estariam voltadas a buscas no “*rio Preguiçar*”. Segundo informações imprecisas que havia coletado, a mãe de Patachó moraria no “*rio Copijó*”. Fonseca, assim, solicitava a seu superior que transmitisse tal informação a Oeiras, para que aquela vila pudesse organizar uma expedição para o perseguir no curso daquele rio. O sargento informava, ainda, que “o dito Jacob e seus companheiros acabarão em o dia 17 do corrente mês de tirar a Vida a dois filhos de Portugal em o Districto da Villa de Macapá”; além disso, segundo ele, teriam feito uma menina de doze anos embarcar com eles.

Em 29 de dezembro de 1832, Machado de Oliveira novamente oficiou ao ministério da justiça do Império o estado das buscas contra Patachó (APEP. C. 901. D. 76. A.M.). Segundo as informações que recebera, o presidente informava que Jacó Patachó teria realizado ações pelo rio Tapajós, além de ter realizado um “massacre” em Aveiro (lugar subordinado à vila Franca). Depois de tais locais o *magote* teria

assaltado varias Povoações da costa de Macapá, e da occidental da Ilha de Marajó, onde cometteu barbaramente seis assassinios, violentando a mulheres, e pilhando as casas, encaminhão-se para o rio Tocantins, (deteriorado) com o intento de evadir-se para a Provincia de Goiaz, ou para assaltar de novo a Villa de Cametá, e as outras Povoações d’aquelle rio, depois de reforçar mais a sua quadrilha (APEP. C. 901. D. 76. A.M.).

Segundo Machado de Oliveira, havia indícios de que, no rio Tocantins, a canoa de Jacó Patachó teria naufragado. “*Gente de Baião*” teria os encontrado em uma jangada, prendendo-os e conduzindo-os a tal freguesia. Apenas Patachó e duas mulheres teriam conseguido evadir-se.

Machado de Oliveira, neste mesmo ofício, destaca ao ministro da justiça as “repetidas expedições de força armada”, que destinara “contra aquelles scelerados”; além disso, ressalta que teria informado aos “Juizes de Paz e mais Authoridades locaes de todos os Districtos da Província, para dar a cabo de semelhante cabilda”. Ao momento da redação do ofício, final de dezembro de 1832, já haveria, em todo o Grão-Pará “tropa suficiente para desbarata-la”; afinal, os *malvados* estariam a produzir o “terror e o susto”. A última expedição que o presidente organizara, ele destaca, seria composta de “homens sertanejos, que se empregão na Captura de escravos fugidos, e ao mando de hum Capitão do Matto, que tem por varias

vezes desempenhado tais empresas; o que se torna agora desnecessário pelo destroço, que tiveram aqueles assassinos”. Porém, no momento em que havia organizado tal nova expedição, havia recebido as notícias de Baião sobre o “destroço, que tiveram aqueles assassinos”. Mesmo, assim, Machado de Oliveira colocou em marcha a expedição comandada pelo Capitão do Mato, uma vez que, segundo ele, havia surgido o “feroz Joaquim Pedro, principal fautor das ordens da Comarca do Rio Negro, e de quem se espera os mesmos attentados, por ter a mesma condição feroz e sanguinária e ser hoje considerado como o maior facinoroso do Rio Negro”. Segundo ele, Joaquim Pedro havia desertado em “Empiranga”, e teria pretensões de “tomar o lugar de Jacob, ou talvez a unir-se a este, se acaso não for apreendido no Tocantins”. As informações sobre Joaquim Pedro, o presidente destaca, seriam “conjecturas”, mas seriam conjecturas que deveriam ser levadas à sério, para que a província deixasse de “sofrer continuamente massacres, roubos, e violências da parte do grande numero de bandidos, desertores, e escravos fugidos, que infestão todos os seus districtos, e trazem os Povos em Continuo alarme”.

Raiol apresenta um ofício de Machado de Oliveira destinado a João Ferreira Cantão, juiz de paz da freguesia Baião, datado de 3 de fevereiro de 1833 (1970:287). Teria sido tal juiz que, a 19 de dezembro de 1832, teria se encontrado com o *magote de Jacó Patachó*. Na ocasião, Machado de Oliveira felicita o juiz de paz por ter conseguido capturar cinco homens, aliados de Patachó. Entre os presos estaria o tapuio Saraiva e outro denominado Cravo. Patachó teria conseguido escapar com duas mulheres, porém, em um estado que, segundo ele, “não lhe permitiria continuar por mais tempo em sua fuga”. Segundo o presidente, devido aos feitos do *magote de Jacó Patachó*, quase toda a província estaria em um “estado de terror e susto”. Machado de Oliveira agradecia ao juiz de paz de Baião, uma vez que a busca por Patachó estaria sendo enormemente dispendiosa, com as tantas diligências organizadas para capturá-los.

Foi apenas em 2 de julho de 1833 que Machado de Oliveira oficiou à regência a definitiva vitória sobre o *magote de Jacó Patachó* (APEP. C. 901. D. 405. A. M.). Segundo ele, após cinco “infructuosas expedições armadas contra Patachó e sua quadrilha sanguinária” e após alertas a todos os distritos, o “digno Povo de Baião” teria conseguido a captura de “hum d'aquelles facinorosos, e da gente que andava ao seu serviço”. Patachó, que teria conseguido fugir, teria retornado à capital para aliciar “novos malvados para as suas empresas”. Ao ser informado,

Machado de Oliveira teria enviado o ajudante de ordens do comandante das armas para capturá-lo. Efetivamente, segundo ele, no dia 17 de maio de 1833 o Alferes de 1º Linha Affonso de Albuquerque e Mello teria conseguido capturá-lo, “quasi a entrada de huma matta para onde corria”. Jacó Patachó fora recolhido a uma “segura prisão no Forte do mar”. Segundo a contagem de Machado de Oliveira, entre junho e dezembro de 1832, Jacó Patachó e seu *magote* teriam assassinado “mais de quarentas Brasileiros adoptivos, e Portugueses”.

Data apenas de 7 de novembro de 1836, a última informação aqui levantada sobre Jacó Patachó. Na ocasião, Soares d’Andréa oficiou à corte o estado dos combates pela vila de Oeiras (AHI. L. 875. M. 01. P. 06. O. 23). No dia primeiro de agosto de 1836, as tropas de Soares d’Andréa teriam conseguido ocupar tal vila; porém, vinte dias depois os *rebeldes* teriam conseguido recuperá-la. Andréa informa que, de tal movimento, teria restado, para a *legalidade*, a vantagem de se ter ficado suspeito o famoso Jacob [Patachó], que teria após o combate morrido em um hospital. Segundo Andréa, Patachó teria atuado em uma matança em frente ao Arsenal da cidade e depois teria seguido pelo rio, “dando cabo de mais de 100 pessoas, só sentia alguma pena ou vislumbre de remorso pela morte de uma criança e pela de um velho, a quem elle abriu pelas costas e lhe tirou o coração”. Não haveria provas contra seus supostos crimes.

Tanto as informações dos comandantes das diligências contra Jacó Patachó, quanto aqueles do presidente Machado de Oliveira à corte têm interesses políticos a defender no momento mesmo de ocorrência dos acontecimentos. Nossos informantes – as fontes que aqui dispomos – são os registros oficiais daqueles interessados em *destruir* o *magote* de Jacó Patachó. É preciso cuidado ao lê-las; é necessário que se faça a crítica de seu ponto de vista.

Ao que pudemos depreender das fontes, Jacó Patachó teria realizado uma longa trajetória entre junho até o final do ano de 1832. Neste período, o *magote* teria inicialmente atuado, por três dias na baía do Guajará, de onde teriam passado para a costa oriental da ilha do Marajó. De lá, teriam subido o rio Tocantins, onde em 23 de agosto, teriam atacado a vila de Cametá. Após serem expulsos, teriam retornado à região dos furos e ilhas ao sul da ilha do Marajó, onde foram perseguidos pelas diligências acima descritas. De lá teriam, então, rumado para os distritos de Chaves e Macapá. Após atuarem no distrito de Macapá teriam então subido o rio Amazonas até o rio Tapajós. Perseguidos, teriam então descido novamente o rio

Amazonas, se escondendo entre furos e igarapés até, novamente, subirem o rio Tocantins até as imediações da freguesia de Baião, onde a canoa que levava Jacó Patachó teria naufragado. É possível que estivessem em fuga para a província de Goiás. Cinco de seus aliados teriam sido presos em tal localidade. Patachó, então, teria fugido de volta à Belém, onde em maio de 1833 teria sido preso e enviado a uma prisão fortificada, no mar. As últimas notícias sobre Patachó datam de 1836 e são oferecidas por Soares d'Andréa. No ano anterior, Patachó teria atuado no ataque rebelde ao Arsenal de Guerra e apenas em agosto de 1836 teria morrido em um hospital, após ter participado de combates contra os *legalistas* em Oeiras.

Na longa jornada de 1832, Patachó teria mobilizado *índios, escravos fugidos, desertores e dissidentes* a atuarem contra *brasileiros adotivos e portugueses*. O primeiro dos ofícios aqui descritos, referente à invasão da vila de Cametá em agosto de 1832 (APEP. C. 888. D.66.), é bastante esclarecedor do modo como agiam. O comandante Maximiano Furtado escreveu seu ofício ao presidente no mesmo dia em que Patachó invadiu a vila; escreveu, portanto, no “calor” dos acontecimentos. Patachó invadira a vila, detivera o comandante e o juiz de paz, e procurara *adotivos e portugueses*. Três foram encontrados, e, além deles, outros três *brasileiros* também foram detidos, por cujos motivos não se sabe. A fala de Jacó Patachó a Maximiano Furtado é bastante esclarecedora; quando aquele deteve este último à sua casa dizia que não queria nem a ele, nem aos seus, solicitando, assim, que não interferisse na questão. Além disso, é preciso de se destaque que o *magote* de Jacó Patachó não assassinou seus algozes; pelo contrário, se limitou a prendê-los. Apenas houve combate com a reação organizada pelo *povo de Cametá*. Houve um morto de cada parte, sete homens do *magote* foram presos, e poucos ficaram feridos. Assim, com o relato do comandante Maximiano Furtado é possível observar que as ações de Jacó Patachó eram politicamente orientadas e que não matavam indiscriminadamente.

Um outro aspecto importante é que, a partir dos ofícios analisados, não é possível saber numericamente quantos homens compunham o *magote*. Os ofícios do presidente Machado de Oliveira dão conta de que Jacó Patachó, a cada região percorrida mobilizava *índios, escravos fugidos, desertores e dissidentes* a se incorporarem ao grupo. Não se sabe, porém, quantos efetivamente compunham o *magote*. Quando da captura da jangada em que Jacó Patachó estava, nas imediações de Baião, a 19 de dezembro de 1832, Machado de Oliveira afirma

terem sido presos apenas cinco homens. Tal prisão teria sido suficiente para que as *autoridades* considerassem derrotado o *magote*, uma vez que Patachó fugira apenas com duas mulheres.

É possível que, com o acirramento das perseguições, o *magote* tenha se dispersado. Afinal, em dezembro de 1832, Machado de Oliveira havia já enviado cinco expedições ao seu encalço, além de ter conclamado todas as *autoridades* de todos os distritos a organizarem expedições contra o *magote de Jacó Patachó*. O alarme contra o *magote* foi fortemente potencializado pelo próprio presidente, que com seus ofícios a todos os distritos colocou todos os *brancos* da província em estado de alerta e terror. As próprias *autoridades* forjaram uma ampla “cultura do terror”²⁴ (Taussig, [1987]). Havia diligências contra Jacó Patachó nas mais diversas regiões da Amazônia brasileira. Um homem não poderia estar em todas partes; mas o temor de sua presença estava. Nenhuma das diversas e dispendiosas diligências armadas organizadas contra Jacó Patachó e seu *magote* conseguiram encontrá-lo; apenas, em Baião o juiz de paz encontrou cinco náufragos, o que foi suficiente para que Machado de Oliveira declarasse a derrota de Jacó Patachó. Sem sucesso em encontrar Jacó Patachó, é possível que as expedições organizadas contra ele, tenham encontrado muitos outros homens e mulheres em

²⁴ Sobre a “cultura do terror” forjada em torno de Jacó Patachó e seus aliados é interessante destacar uma crônica, escrita por Inglês de Sousa, em 1893, intitulada “A Quadrilha de Jacob Patachó” (In: *Contos Amazônicos*). Inglês de Sousa, nascido em Óbidos (baixo Amazonas), foi advogado e literato, foi, inclusive um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras. Seus escritos tinham como temática o homem amazônico. Em tal conto Inglês de Sousa retrata o terror dos *portugueses e brasileiros adotivos* relativos à Jacó Patachó e seus aliados. O conto narra uma escaramuça realizada por Jacó Patachó e seu principal aliado, o tapuío Saraiva, contra uma fazenda de uma família de portugueses no rio Tapajós, a família de Félix Salvaterra. Patachó teria chegado pela noite e teria pedido abrigo na propriedade do português que o teria acolhido. Teria dormido na casa apenas o tapuío Saraiva, que, durante à noite, teria tentado estuprar Anica, filha de Félix. A jovem teria resistido, fazendo com que seu pai, seus irmãos e Jacó Patachó e seus aliados, que estariam dormindo do lado de fora se precipitassem em luta. No conto, Saraiva teria sido morto, espingardeado por Félix Salvaterra, que pouco tempo depois teria, juntamente com seus filhos homens, sido morto pelo *magote*, que teria raptado a jovem Anica. No conto, Inglês de Sousa afirma que a história que relatara teria lhe sido narrada pela velha Ana, a jovem Anica, que teria se tornado, então, uma lavadeira em Santarém. Vejamos como Inglês de Sousa descreve o *magote*: *E por uma singularidade, que a rapariga não sabia explicar, em todos aqueles dramas de sangue e de fogo havia uma figura saliente, o chefe, o matador, o incendiário, demônio vivo que tripudiava sobre os cadáveres quentes das vítimas, no meio das chamas dos incêndios, e, produto de um cérebro enfermo, agitado pela vigília, as feições desse monstro eram as do pacífico tapuío que ela ouvia roncar placidamente no fundo da rede na sala vizinha* (Inglês de Sousa, 1893, grifos meus). Vejamos também como o literato descreve os algozes em confronto: *Os bandidos correram e penetraram na casa. Travou-se então uma luta horrível entre aqueles tapuíos armados de terçados e de grandes cacetes quinados de massaranduba, e os três portugueses que heroicamente defendiam o seu lar, valendo-se das espingardas de caça, que, depois de descarregadas, serviram-lhes de formidáveis maças* (Inglês de Sousa, 1893, grifos meus). Note-se de um lado estariam *monstros e demônios vivos*, com as feições de *tapuíos pacíficos*; de outro, estariam *portugueses* que *heroicamente* partiam para a luta contra *monstros* que tripudiavam dos *cadáveres quentes das vítimas*.

seu caminho. Não sabemos, entretanto, o que teria sido feito por cada uma das expedições para que o dispêndio das buscas não fosse em vão.

O *magote* de Jacó Patachó também foi acusado de realizar pirataria. Segundo as fontes, Patachó e seus comandados estariam roubando as canoas de *brasileiros adotivos* e *portugueses*. Nas localidades, percorridas, além de buscar adesões, Patachó também faria comércio. Um outro aspecto importante é que, conforme as informações da captura de Baião, e das ações no distrito de Macapá, haveria também mulheres no *magote*.

Lembremos também de uma associação estabelecida pelo presidente em sua primeira notificação à corte sobre Jacó Patachó em agosto de 1832. Na ocasião, Machado de Oliveira informou a Diogo Feijó, então no ministério da justiça, que a formação do *magote* guardava íntima relação com a sedição de 7 de agosto de 1831, realizada na capital. Patachó e seus aliados, segundo o presidente, diziam estar realizando uma “*vindita*” e uma “*desafronta*” contra os realizadores de tal levante político. Esta associação é de suma importância, uma vez que articula um *magote* composto por *índios*, *escravos fugidos*, *desertores* e *dissidentes* às disputas políticas em Belém pelo controle da presidência e do comando das armas. Tal associação é de suma importância e plenamente factível, uma vez que, como tentou-se demonstrar, as ações de Jacó Patachó e seu *magote* estavam plenamente no campo da política: os *brasileiros adotivos* e os *portugueses* eram seus inimigos declarados.

CAPÍTULO IV. Perspectivas *legalistas* sobre os contrários e a formação do regime militar de exceção.

I. A Carta de 1824 e sua exceção. O arbítrio legalizado em nome da segurança do Estado.

A Constituição Política do Império do Brasil, promulgada na corte do Rio de Janeiro em 25 de março de 1824, previa em um item de um de seus artigos a sua não aplicação; ou a exceção à sua própria regra. Trata-se do item XXXV, do artigo 179, que dispunha sobre a “inviolabilidade dos Direitos Cíveis e Políticos dos cidadãos brasileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual, e a propriedade (...)”. Leiamos seu conteúdo:

Nos casos de rebelião, ou invasão de inimigos, pedindo a segurança do Estado, que se dispensem por tempo determinado algumas das formalidades, que garantem a liberdade individual, poder-se-á fazer por ato especial do Poder Legislativo. Não se achando porém a esse tempo reunida a Assembléia, e correndo a Pátria perigo iminente, poderá o Governador exercer esta mesma providência, como medida provisória, e indispensável, suspendendo-a imediatamente que cesse a necessidade urgente, que a motivou; devendo num, e outro caso remeter à Assembléia, logo que reunida for, uma relação motivada das prisões, e de outras medidas e prevenção tomadas; e quaisquer autoridades, que tiverem mandado proceder a elas, serão responsáveis pelos abusos, que tiverem praticado a esse respeito (1986:38-9, grifos meus).

Tal artigo, como se lê, trata de situações de conflito que, segundo a Carta, pedem a segurança do Estado. Em outras palavras, trata da guerra, seja contra o inimigo interno (rebeliões) ou externo (nações estrangeiras). A declaração da exceção à Constituição do Império com base em tal dispositivo, em determinada região do Império, teria que ser aprovada pelo poder legislativo (a Assembléia). Porém, os governadores, em situações que eles próprios considerassem de perigo iminente ao Estado, caso a Assembléia não estivesse reunida, ou caso não houvesse tempo de comunicá-la, poderiam realizar ações sem formalidades,

contanto que as relatassem ao Rio de Janeiro posteriormente. Caso a Assembléia considerasse as medidas abusivas, o governador seria responsabilizado. Note que o dispositivo prevê, em si próprio, uma ambígua relação entre a aplicação ou não da Constituição nas diversas regiões do Império; entre o que é lei e o que é arbítrio. O governante de província, em momentos por ele considerados belicosos, poderia atuar sem “formalidades”, contanto que legitimasse suas atitudes e fosse legitimado pela Assembléia Nacional.

O arbítrio poderia se tornar lei, justificado pelo momento e a qualidade dos Inimigos, em todas as ramificações das relações de poder entre superiores e subordinados. No dispositivo constitucional da Carta de 1824 do Império do Brasil, o arbítrio legalizado era aplicado em dois casos em relação aos presidentes e comandantes militares e toda a cadeia hierárquica formalmente subordinada a eles. O primeiro caso era o ato arbitrário realizado pelos governantes nas províncias, que apenas posteriormente era comunicado às cortes do Império; seja pelo próprio governante, seja por seus oponentes. As notificações e denúncias, a depender das articulações políticas entre os agentes na capital do império e da província, poderiam acarretar em processos de responsabilização ou anistia. O segundo caso seria uma declaração, formalizada pela própria Assembléia, sediada no Rio de Janeiro, de um estado de guerra em uma determinada região do Império, seja contra inimigos internos ou externos. Esta segunda possibilidade era, evidentemente, mais complicada de se realizar, e acarretava em estratégias militares mais amplas e complexas. Haveria de haver razões consideradas de enorme gravidade para que as Cortes do Império, elas próprias, decidissem declarar uma legislação de exceção, em certa região, por um determinado período de tempo. Fazê-lo seria trazer para o seu âmbito a responsabilidade sobre a resolução dos impasses. Trataria-se de um momento em que o centro do Império se comprometeria com a exceção da guerra; com a não negociação com aqueles que, ela própria, considerasse seus inimigos até que concluída a estratégia militar.

Toda a estrutura de mando no território do Império do Brasil, em suas duas primeiras décadas de existência, estava permeada por esta ambigüidade entre a obediência às leis do Império e/ou ao líder local capaz de legitimar o arbítrio, reconhecido como tal, perante o Império e seus representantes. Era legalmente considerado arbítrio e excesso todo e qualquer ato extrapolasse a inviolabilidade dos direitos civis e políticos dos *cidadãos brasileiros*.

Veremos, assim, sobre algumas destas garantias constitucionais aos cidadãos da Carta de 1824. Por direito, os cidadãos apenas deveriam estar submetidos às obrigações previstas na Lei. Poderiam comunicar seus pensamentos em oratória e por escrito em Imprensa, desde que se responsabilizassem por abusos. Ninguém deveria ser perseguido por motivos religiosos, desde que respeitassem o Estado e sua moral. As casas deveriam ser consideradas asilos invioláveis. Ninguém poderia ser preso sem culpa formada. A “tortura, os acoites, as marcas de ferro quente e outras penas cruéis” seriam proibidos. É preciso que se destaque que tais direitos, evidentemente, não eram extensíveis aos *escravos*. Além disso, as garantias em relação à culpa em caso de prisões, não eram extensíveis aos recrutas das ordenanças militares, compostos em ampla maioria por *homens de cor*, nem aos exércitos regulares, em maioria *brancos*.

Embora haja uma secular memória oficial, transladada à memória popular, relativa à independência do Brasil que, segundo István Jancsó (2000, *et. al.*), reduz a formação do Estado Brasileiro a uma decisão unilateral do príncipe; há muito os historiadores têm evidenciado o complexo processo de disputas que se desenrolaram nos primeiros anos da formação do Império. Segundo tal autor, é preciso atentar para as várias dimensões tanto do *Estado*, quanto da *Nação dos brasileiros* em formação. Havia no território do Império, neste período, um complexo jogo de identificações e antagonismos políticos, que aos poucos passaram definidos pelos próprios agentes, a partir daquilo que cada coletivo entendia por ser a pertença a uma nação de *brasileiros*, que se manifestavam nas disputas pelo controle do Estado.

Miriam Dolnikoff, em recente artigo, “Elites regionais e a Construção do Estado Nacional” (2003), que recupera a detalhada argumentação de sua tese, chama a atenção para a complexidade das relações entre o centro e as regiões. É preciso que se destaque que, no bojo do projeto de unidade de elites governativas no Império, estava o interesse na preservação de uma sociedade escravista. Segundo a autora, a unidade e a construção do Estado foram possíveis “(...) graças a um arranjo institucional que foi resultado dos embates e negociações entre as várias elites regionais que deveriam integrar a nova nação” (:432). A autora recupera as teses de Ilmar de Mattos (*O Tempo Saquarema*, 1987), para destacar a importância das reformas conservadoras de 1840, que garantiram, enfim, certa estabilidade governativa e união entre diversas elites regionais, que haviam conseguido superar seus

opponentes em conflitos nas décadas anteriores. Porém, para Dohnnikoff, “(...) as reformas liberais da década de 1830 configuraram um pacto federativo que viabilizou a construção do Estado brasileiro, e que não foi essencialmente alterado pela revisão conservadora da década de 1840” (:434). O Ato Adicional, promulgado em 1834, teria possibilitado a formação de elites políticas regionais, integradas às cortes do Império.

A partir da autora, é possível afirmar que tal identidade se dava, em muito, com base na pertença a um coletivo multi-local de portugueses e seus descendentes diretos; ou seja, a corte. A partir da independência, passaram a ser formalmente os *brasileiros adotivos*. Em tempos de colônia, eram os representantes da metrópole; em tempos de Império, continuaram a ter prestígio e poder. Tal entrelaçamento de coletivos eminentemente luso-brasileiros se dava como um pacto governativo que pretendia sustentar a corte e seus aliados regionais em todo o território das antigas colônias. A manutenção e o controle sobre o modo de produção escravista estavam no cerne da unidade política do Império. Até 1840, houve grande instabilidade governativa; a *segurança do Estado*, comandado por tal Corte estava em questão. As disputas entre diversos segmentos, tanto nas províncias quanto nas cortes, criaram, a cada momento e em cada região, as mais diferentes composições e articulações; mesmo que houvesse consenso entre as partes em torno da escravidão negra. Foi através de um longo processo de disputas, que a unidade entre diversos segmentos de elites luso-brasileiras passou a se estabilizar no poder entre diversos coletivos de *cidadãos brasileiros* que compunham a nação e que disputavam o poder de Estado.

O período regencial, ocorrido entre a abdicação de d. Pedro I (1831) e o golpe da maioria (1840), fora o mais tenso e conflituoso dos períodos de toda a história do Brasil. Nas mais diversas regiões do Império houve confrontos armados de grandes dimensões. No nordeste, sobretudo no interior de Pernambuco e Alagoas, nas matas do Tombo Real, a partir de 1832, o Império se viu às voltas com rebeliões, que passaram a ser compreendidas, em sua totalidade, como a *cabanada*. No sul, o Império, a partir de 1835, passou a combater os partidários da república rio-grandense (*farroupilha*). No Maranhão e Piauí, a partir de 1837, o Império passou a combater rebeldes no interior, no processo conhecido como a *balaiada*. No Grão-Pará, o Império passou a combater contundentemente seus dissidentes a partir de 1835, no processo que aqui nos cabe.

É possível que se diga que estas rebeliões foram as maiores ocorridas, neste período, em todo o Império: perduraram por mais tempo, abrangeram uma grande porção territorial e mobilizaram uma grande multiplicidade de agentes. Para muitos, desde Caio Prado Jr. (1933), a *cabanagem* no Grão-Pará foi a maior entre todas elas. Para o inglês David Cleary, a *cabanagem* deve ser pensada como uma das maiores rebeliões de todo o Novo Mundo (1998:135).

Embora tais fossem os conflitos mais amplos, é preciso que se diga que, por todas as regiões do Império, nas décadas de 1820 e 1830, as disputas políticas freqüentemente redundavam em ataques ou enfrentamentos armados. Lembremos: garantias constitucionais, em tempos considerados de exceção, eram formalidades. Pergunta-se, então, em que região e em que momento seria possível dizer que as garantias constitucionais dos cidadãos estariam, efetivamente, garantidas? E o que dizer, então, das ações com relação negros, que sequer tinham garantias previstas? Ou em relação aos índios, formalmente livres e cidadãos? Onde e quando a Carta Lei era exceção e onde era regra? Em tempos de turbulências e indefinição, o que seria considerado arbítrio e excesso e o que seria considerado legítimo? Quem deveria ser responsabilizado e quem deveria ser anistiado? Tudo haveria de depender da composição das alianças e dos interesses dos agentes. A regência do Império foi um período extremamente complexo.

Não é o objetivo desta dissertação versar sobre a situação geral do Império do Brasil em meados da década de 1830. Porém, é preciso que se destaque que os eventos belicosos observáveis no Grão-Pará guardam intima relação com a situação mais ampla das disputas políticas observáveis em todo o território do Império em formação. Na Amazônia brasileira novecentista, os *cabanos* eram encarados por diversos observadores em seus registros escritos como *monstros desprezíveis, inimigos dos Homens de Bem, da Civilização e da Humanidade*. Uma legislação de exceção à Carta de 1824 foi aos poucos sendo construída e legitimada para ser aplicada em todo o território do Grão-Pará. É fundamental, assim, que se pergunte sobre as relações entre a figura desprezível dos *cabanos* observável nos registros novecentistas e a formulação do estado de exceção em toda a Amazônia brasileira aprovado pelas cortes do Império.

Atualmente é bastante difundida e aceita a tese de que a *cabanagem* seria a *revolução política*, que teria se iniciado a partir do dia 7 de janeiro de 1835, quando as *principais autoridades* da província, nomeados pela Regência, o presidente Bernardo Lobo de Souza e o comandante

das armas Silva Santiago, foram assassinadas por grupos que se organizaram na região do Acará e invadiram Belém. Porém, por diversos vieses, é possível demonstrar que a *cabanagem*, enquanto noção que caracteriza um determinado período de lutas políticas na Amazônia brasileira, está intimamente associada a um processo definido no eixo de uma *guerra de ódio racial*, justamente pelos algozes de tal *revolução*. Ao se partir deste registro, o momento que deve ser enfatizado não é a morte pública das principais autoridades da província no dia 7 de janeiro de 1835, quando Félix Clemente Malcher e Francisco Vinagre foram aclamados por povo e tropas da Cidade como presidente e comandante das armas da província; nem sequer as disputas entre as facções lideradas por tais chefes políticos que redundaram no assassinato de Malcher a 22 de fevereiro do mesmo ano, fazendo com que Francisco Vinagre unificasse os poderes civil e militar. Nem tampouco, as disputas entre este e o cametaense Ângelo Custódio Correia, que com apoio de embarcações maranhenses tentou, por meio de negociações e ataque, retomar a Cidade do Pará em nome do Império; ou sequer a posse do nomeado marechal Manuel Jorge Rodrigues, coadjuvada por Francisco Vinagre, a 26 de junho. O momento decisivo, nas disputas na capital que caracterizariam a *cabanagem* seria o dos combates de 14 a 22 de agosto de 1835 na Capital, a partir dos quais o marechal, nomeado pelo Império, se viu obrigado a fugir de Belém para a ilha de Tatuóca, deixando a Cidade, assim, sob a chefia de Eduardo Nogueira Angelim.

A partir deste momento, o Estado do Grão-Pará viu-se definitivamente fragmentado em dois governos, um sediado na ilha de Tatuóca, sob o comando do marechal Manuel Jorge Rodrigues, que se auto-intitulava de *governo legal*, por que tinha apoio da regência do Império; e outro, considerado por aqueles *intrusos* que controlavam Belém, sob o comando de Eduardo Nogueira Angelim. Teria sido, justamente, no contexto dos combates de agosto e da posterior fuga *legalista* para Tatuóca, que os conflitos políticos armados, que há muito ocorriam na Capital e no Interior, passaram a ser definidos pela facção política derrotada em armas e refugiada em Tatuóca como uma guerra fundada no *ódio racial* dos *homens de cor* contra os *brancos*. Tal definição supunha que não haveria mais possibilidades de negociação, acomodação ou anistia entre os grupos em disputa. Os *brancos*, que se afirmavam vítimas do ódio racial iniciado pelos *homens de cor*, passaram a defender uma guerra fundada no mesmo princípio, para, assim, retomarem o controle político sobre toda a Amazônia brasileira.

Embora a *legalidade* tenha passado a definir a totalidade das disputas políticas armadas em curso no Estado do Grão-Pará no registro do *ódio de raças* a partir de fins de julho de 1835, quando se observam os preparativos para a defesa de Belém contra o anunciado ataque de grupos do interior chefiados por Antônio Vinagre e Eduardo Angelim, é apenas no ano seguinte, quando da chegada do general Francisco José de Souza Soares d'Andréa à ilha de Tatuóca em abril de 1836, que a guerra contra os *homens de cor* passa a ser, efetivamente, colocada em prática em larga escala em todo o território compreendido pelo Estado do Grão-Pará. A guerra levada a cabo pelas tropas de Soares d'Andréa foi entendida pela *legalidade*, da qual ele era a figura do Um (para usar a linguagem clastreana), como um processo de *pacificação* da província que seria necessário para que os *selvagens e malvados*, os *cabanos* fossem definitivamente derrotados. Não haveria espaço, a partir do momento em que as disputas passaram a ser definidas no eixo do *ódio de raças*, para qualquer negociação ou acordo. Tudo deveria estar sujeito aos critérios e escolhas do governo militar, seu líder e seus principais aliados nas mais diversas regiões.

A diferença entre o período iniciado em fins de julho de 1835 e as sucessivas disputas anteriores é uma diferença de escala e definição. Até os preparativos para os anunciados combates de agosto de 1835, a Assembléia Nacional no Rio de Janeiro, não havia ainda concluído definitivamente que a *segurança do Estado* estava em risco no Estado do Grão-Pará, a ponto de declarar a guerra formalmente e se engajar decisivamente nas contentas. Até este momento, os *arbitrios*, *excessos* e a extinção das *formalidades* (ou, direitos) eram realizados com base no primeiro caso, acima descrito, referente ao item XXXV, do artigo 179 da Carta de 1824, no qual os governantes locais eles próprios realizavam *arbitrios* que poderiam ou não ser apoiados pelo centro do Império em formação.

A partir de agosto de 1835 em Belém, o marechal Manuel Jorge Rodrigues, seu principal aliado, John Taylor, o almirante inglês contratado pelo Império, e as famílias luso-brasileiras passaram a defender a idéia de que seria efetivamente necessário abolir, em todo o Estado do Grão-Pará, toda e qualquer *garantia constitucional*, uma vez que a região estaria totalmente ameaçada, a ponto de o Império poder se fragmentar. Foi a partir deste momento que o marechal passou a solicitar das nações estrangeiras, que dispunham de embarcações artilhadas surtas defronte a Belém, apoio contra os *homens de cor*, que estariam realizando uma guerra geral contra todos os *brancos* e toda a *civilização*.

Tal estratégia de abolição da Carta de 1824 na Amazônia brasileira se sedimentou aos poucos e apenas se concluiu com a nomeação de Soares d'Andréa à presidência e comando das armas da província do Grão-Pará, que, aos poucos, passou a receber da corte plenos poderes, atuando na província efetivamente como um déspota declarado. No período declarado de exceção, como veremos, as *autoridades legalistas* foram autorizadas a exterminar ou prender qualquer um que considerasse suspeito, sob a alegação de *crime geral de rebelião*, que aos poucos, passou a se caracterizar como o *crime geral de cabano*. Esta mudança semântica, defende-se aqui, trouxe maior especificidade à formulação da estratégia de *pacificação* da Amazônia brasileira. Se o regime militar de exceção foi pensado e estruturado por Manuel Jorge Rodrigues, John Taylor e as *famílias de bem*, conforme seus próprios termos, refugiadas na ilha de Tatuóca, apenas com a chegada da esquadra comandada por Soares d'Andréa, em abril de 1836, que ela foi posta efetivamente em prática. A permissão irrestrita para prender e exterminar todo e qualquer um pelo *crime geral de cabano*, perdurou enfaticamente até 4 de novembro de 1839, com um decreto de anistia restrita e se prolongou até 22 de agosto de 1840, com o decreto imperial de anistia geral. Durante este período, os *legalistas* e seus colaboradores se viram autorizados a perseguir, sem qualquer entrava legal, todo e qualquer um que considerassem culpados pelo crime de *cabano*.

Em abril de 1837, quando já de posse da Cidade do Pará e suas imediações, Soares d'Andréa publicou as “Instruções Gerais” relativas à organização das duas instituições que passariam a estruturar o regime de exceção à Carta de 1824: os *Comandos Militares* e os *Corpos de Trabalhadores*. Em maio de 1838, Soares d'Andréa publicou a “Colecção das Leis Provinciais do Pará”, a partir das quais definitivamente se sedimentou o regime militar de exceção fundado nas duas instituições supra-citadas. Os *Corpos Militares de Trabalhadores* apenas foram formalmente extintos em toda a província mais de duas décadas depois, em novembro de 1859, com decreto do presidente Antônio Coelho de Sá e Albuquerque (APEP, CLPP, 1859 *apud* Sampaio & Erthal, 2006:345).

Embora se possa dizer que a partir de Manuel Jorge Rodrigues, a exceção se tornou a regra, pretende-se aqui argumentar que as duas instituições chave do regime que *pacificou* toda a região da Amazônia brasileira da época, não constituíam propriamente uma exceção, mas sim a própria regra de longa duração de estruturação do Estado do Grão-Pará. De forma simplificada, tal regra se assenta nos termos da máxima do Padre Vieira, proposta no século

XVII, e recuperada por José Veríssimo em fins do XIX: “quem foi senhor dos índios o será do Estado”. É neste eixo que a estratégia da *guerra de ódio de raças*, o *regime militar de exceção* e a emergência da figura depreciativa do *cabano*, como unidade geral dos contrários dos *brancos*, devem ser pensadas. A legislação forjada por Soares d’Andréa guarda íntimas relações com projetos coloniais relativos às populações indígenas; tais como, o *Directório que se deve observar nas Povoações dos Índios do Pará e Maranhão em quanto sua Magestade não mandar o contrário*, formulado pelos Mendonça Furtado em Lisboa em 1755; e, sobretudo, com a *Carta Régia ao Capitão-General do Pará acerca da Emancipação e Civilização das Índios* de 1798, formulada pelos Coutinho e referendada por Maria I.

Neste capítulo, pretende-se apresentar, por meio de análise das comunicações e ofícios das principais *autoridades legalistas*, o processo de construção desta estratégia militar de exceção. Pretende-se aqui descrever e interpretar a documentação produzida pelos *legalistas*, sobretudo seus principais representantes. O objetivo é apresentar o processo de construção de tal estratégia e situar a emergência e sedimentação da figura do *cabano* em seu bojo. Defende-se aqui que o *cabano*, como uma figura depreciativa, circunscrita e característica de um momento único, determinado e ‘fechado’ da história da Amazônia brasileira têm sua gênese no processo de construção desta estratégia militar de exceção.

II. O isolamento *legalista* no palácio e a estratégia para obtenção de apoio militar estrangeiro.

O desembarque da esquadra comandada por Manuel Jorge Rodrigues em Belém a 25 de junho de 1835, com apoio e consentimento de Francisco Vinagre e seus aliados que desde o início do ano comandavam a Cidade, parecia prenunciar, de ambas as partes, um esforço de negociação pacífica. O marechal e seus aliados eram os primeiros representantes da regência do Império a chegarem à capital desde a morte de Lobo de Souza e Silva Santiago a 7 de janeiro do mesmo ano. Desde então, como já mencionado, houve dois momentos de acirramento de confrontos na Cidade do Pará. Em 21 de fevereiro, as disputas entre os partidários de Malcher e Francisco Vinagre, que haviam sido aclamados por povo e tropa, presidente e comandante das armas, acarretaram na morte deste primeiro, fazendo com que Francisco Vinagre unificasse em si próprio tanto o governo civil, quanto o militar. Em meados de abril, uma embarcação enviada pelo presidente do Maranhão, comandada por

Pedro da Cunha, tentou negociar com os rebeldes para que Ângelo Custódio Correia, natural de Cametá, que havia sido o deputado mais votado nas eleições da assembleia provincial (ocorridas no mesmo mês de abril), tomasse a presidência da província. As negociações, porém, foram frustradas, fazendo com que novamente tudo terminasse em confronto. A 12 de maio, Pedro da Cunha e Ângelo Custódio Correa tentaram um ataque à Cidade, com desembarque de tropas, porém, foram vencidos. Já a este momento, a ilha de Tatuóca era quartel e refúgio das famílias dos *legalistas*.

John Taylor, almirante britânico contratado pelo Império que comandava a pequena esquadra de Manuel Jorge Rodrigues, descreveu em ofícios à corte datados de 8 e 9 de julho, os primeiros movimentos das tropas em águas da baía do Guajará (AHI, Lata 875). A esquadra chegou à ilha de Tatuóca, onde diversas “*famílias gradas*” haviam se refugiado e onde Pedro da Cunha e Ângelo Custódio Correa haviam montado quartel, em 19 de julho de 1835, após cinco dias de viagem do Maranhão. Na ilha de Tatuóca, segundo ele, estavam fundeadas três embarcações, a fragata Imperatriz, a corveta Defensora e o brigue Cacique. Todos os feridos e doentes, muitos devido à derrota de 12 de maio, foram embarcados na corveta Defensora, que, segundo relata o almirante, estava em péssimo estado de conservação e só conseguia navegar rebocada por outras embarcações. As embarcações, logo realizados todos os preparativos na ilha de Tatuóca, foram postadas defronte à cidade, em pontos estratégicos para atacar os canhões e artilharias de terra; localizadas na fortaleza e no ponto de Santo Antônio. Segundo Taylor, haveria “um grande numero de gente armada por todas as partes, conforme a mais exata informação que pude obter”. Tal grande número chegaria a 1600 homens, segundo seus informantes.

Quando se prenunciava um novo confronto, relata Taylor que Francisco Vinagre, “acompanhado por pessoas de sua confiança”, teria se deslocado até as embarcações da esquadra para “mostrar a sua boa fé” e para acompanhar os representantes do Rio de Janeiro à Cidade do Pará. Por volta das 11 horas da manhã, o desembarque teria sido realizado. Segundo Taylor, ao descerem em terra contavam com “tropas e marinhagem” das embarcações divididas em duas divisões que totalizavam 460 homens, incluindo os 160 homens, em 17 escaleres, enviados pelo presidente do Maranhão. Ao desembarcarem em terra, Taylor afirma que todos estariam à postos prontos para qualquer confronto, porém, nenhum ataque de parte à parte se observou. Após o desembarque, a primeira providência

do almirante, segundo seu ofício, foi enviar reforços ao interior. A escuna Rio da Prata foi enviada para o rio Arari, na ilha de Marajó, sob o comando de Chermont, a fim de garantir a entrada de mantimentos, sobretudo carne bovina, em Belém e em Tatuóca.

A ilha de Marajó, segundo ele, “estaria perturbada de vários bandos”. O hiate Mundurucu e o patachó Independência foram enviados a Cametá, para auxiliar seus moradores a se defenderem, uma vez que “muitos índios bem armados” estariam rondando a vila, que se mantinha fiel à *legalidade*. A escuna Bella Maria foi enviada ao rio Moju, para “coadjuvar a vinda de mantimentos”. Segundo ele, pouco poderia esperar da guarnição da corveta Regeneração, que era “composta quase toda de negros” que se comportavam “muito mal”. Observe a partir dos primeiros movimentos de John Taylor, que a intenção era, desde o início, mesmo com as negociações com Francisco Vinagre, tomar por meio de tropas e ataques o controle formal da província.

O marechal Manuel Jorge Rodrigues relatou ao ministro da guerra a situação da província no mesmo período (*apud* Raiol:807-9). Segundo ele, o desembarque havia sido realizado sem tiros. Porém, esta não seria razão para que a Regência não enviasse mais homens, necessários para “tranqüilizar a província”. Tais reforços seriam necessários para que pudessem substituir a “*gente*” das fragatas na guarnição e nas rondas da cidade, para que as embarcações pudessem deixar a província. Destacava também o marechal recém-empossado que seu desembarque foi auxiliado pelos serviços do batalhão de caçadores, oferecido pelo presidente do Maranhão, sem ordens da regência. Segundo ele, tal batalhão, com apenas “oitenta baionetas”, se fez respeitável por sua disciplina. Afirma ele que o pôr-do-sol do dia 26 foi o momento acordado por ele e Francisco Vinagre para todos seus aliados entregassem as armas. Na fortaleza, “*rebeldes*” teriam sido “quase todos desarmados”, e sua “*gente*” teria ficado de posse da fortificação. Entretanto, no trem de guerra as tropas o esperavam “com peças assestadas nas ruas com morrões acesos”. O marechal afirmava que teria sido justamente por esforços de Francisco e Antônio Vinagre que os “ânimos” teriam sido “sossegados”. Semelhante estado de defesa teria sido verificado, ao mesmo momento, no forte de Santo Antônio. Enquanto se passava a situação às portas do trem, afirma o marechal que alguns “permanentes” teriam arrombado o quartel de artilharia e tirado três peças; de lá teriam ido até o corredor da casa de Vinagre onde havia uma outra peça. Teriam estes homens colocado as quatro peças de artilharia em um barco, que estava fundeado no Porto

do Sal e partido para o Acará, levando consigo sessenta homens. Segundo o marechal, haveria boatos de que haviam reunido, nesta região, cerca de três mil homens. O marechal teria encarregado Francisco Vinagre para “tirar-lhes a artilharia e fazê-los dispersar”; porém, este estaria a afirmar que não largariam as armas sem anistia; algo que o marechal se recusou a negociar.

O marechal informa que teria levado à província apenas quatrocentas baionetas. À vila de Vigia, Rodrigues afirma ter enviado vinte e duas armas para a reação contra os rebeldes. Mais cem estariam sendo solicitadas por aquele distrito. O marechal destaca que seria difícil conter os “facciosos que depuseram as autoridades” daquela vila em fins de maio, pois estariam estes “de braços com Colares, de onde saíram os revolucionários”. À vila da Cachoeira do Arari o marechal relata ter enviado duzentas e cinquenta armas ao major de guardas nacionais Chermont para que ele pudesse reunir “a gente dispersa e armava-a para restabelecer ali a ordem”, para assim recuperar a ilha de Marajó.

À este momento já haveria notícias de que Chermont já era “senhor da vila”. Jorge Rodrigues afirmava que na ilha de Marajó só a vila de Chaves estaria “tranqüila”, nas demais, os juizes de paz, párocos, oficiais das guardas nacionais, “a gente branca, todos andam ausentes”. O marechal teria dado ordens para que as guardas nacionais de Monsarás fossem se reunir a Chermont. Algumas armas teriam sido, ainda, distribuídas entre os marinheiros, das quais lhe restariam apenas oitenta. Cametá solicitava duzentas e cinquenta armas; o marechal reclamava de tal vila que alegava direitos e não reconhecia deveres, pois que haviam prometido o envio de seiscentos homens, mas não haviam cumprido. O presidente solicitava à Regência o envio urgente de tropas e homens: “As revoluções aqui se sucedem umas às outras, é fato que não se pode negar, e sem força não é possível restabelecer a ordem e a lei”. Em síntese, no tocante ao estado da província, neste período, início de julho de 1835, o marechal relata ao ministro da guerra a seguinte situação:

Oeiras e Portel estão revoltados, e a não ser o Alto-Amazonas, todos os povoados ou existem cercados ou contém em si os germens da rebelião. Tal é o estado miserável desta província, que assim tão cedo não poderá tranqüilizar. Os bons missionários foram causa de tudo isto com as doutrinas que espalharam. Não tenho ânimo de mencioná-las. Alguns já pagaram, outros porém gozam

tranqüilos os frutos de seus trabalhos! Há entre eles certos malvados que até sentem prazer em ver a desordem! (*apud* Raiol: 808).

Note-se que, por mais que o desembarque houvesse sido realizado por meio de negociações com Francisco Vinagre, chefe do que consideravam o “governo intruso”, não havia qualquer intenção de se efetivar qualquer acordo, uma vez que o marechal havia se recusado a discutir qualquer anistia. Havia grandes reticências de parte à parte, poucos depuseram armas. O marechal e o almirante aceitaram dialogar com Francisco Vinagre e receber apoio para o desembarque uma vez que haviam chegado à província com um número reduzido de tropas, o que lhes impediria de realizar qualquer ataque decisivo. Da parte dos enviados da regência e dos *legalistas*, as negociações para o desembarque foram realizadas meramente porque o marechal chegara à província sem forças suficientes para conter os “germens da rebelião” que, como afirmavam, existiam em todos os povoados ou em suas imediações. Antônio Vinagre, logo ao observar os resultados das primeiras negociações, teria reunido peças de artilharia e partido à frente de muitos homens, que não haviam deposto as armas, para o interior.

Os primeiros movimentos das poucas tropas e embarcações comandadas pelo marechal, assim como a recusa à negociação de anistia, teria feito com que houvesse, por parte dos rebeldes um refluxo para a região do Acará, à espera dos futuros desdobramentos do governo de Manuel Jorge Rodrigues. Segundo Domingos Antônio Raiol, as reticências em relação à esquadra enviada pela regência aumentaram logo que souberam que o marechal era português e John Taylor, inglês; além disso, a aproximação do marechal com Brito Inglês, que desde os primeiros anos da década de 1820 comandava expedições em defesa dos luso-brasileiros, aumentou ainda mais o “sentimento de rivalidade” (*apud* Raiol:811). O envio da escuna Bela Maria ao rio Moju, descrito por Taylor, teria tido como objetivo justamente perseguir o grupo que havia se retirado armado para tal região.

Observe que o reduzido número de tropas, embarcações e armas à disposição do marechal e do almirante teriam feito com que a ação da pequena esquadra enviada pela regência se limitasse a poucas e estratégicas localidades, sobretudo, nas imediações de Belém. Embarcações foram enviadas à Cametá, no rio Tocantins, para auxiliar aquela vila *legalista*, que contava com a liderança de Ângelo Custódio Correa e o padre Prudêncio das Mercês

Tavares. Outras foram enviadas à vila de Cachoeira do Arari, para que os *legalistas* mantivessem um ponto estratégico na ilha do Marajó, para o fornecimento de mantimentos à Cidade e às famílias refugiadas. Algumas poucas armas foram enviadas à vila de Vigia, que se encontrava em disputa com populações de suas imediações. A Bela Maria foi enviada ao rio Moju ao encalço aos *capitães* Antônio Vinagre e Eduardo Nogueira.

A estratégia de Rodrigues e Taylor, com número reduzido de tropas, era, na Cidade, manter certa aproximação com Francisco Vinagre para que não sofressem qualquer revés, uma vez que não conseguiriam sustentar qualquer resistência. Nenhuma localidade no baixo e alto Amazonas foi auxiliada pelo governo de Rodrigues. Apenas formalmente o presidente nomeado era o *senhor da província*. Na prática, seus domínios e alianças eram bastante limitados. Para além do precário controle negociado sobre Belém, mantinham relações próximas com a câmara de Vigia, com o quartel da ilha de Tatuóca, com o recém-instalado quartel de Cachoeira do Arari e com a câmara da vila de Cametá. Para além destes locais, não reconheciam aliados fiéis em nenhum outro local. Mantinham-se à espera de notícias e possíveis apoios. As vilas, freguesias e povoações no interior estariam à própria sorte, conforme expressão bastante utilizada à época nas documentações. No interior, tudo se passava sem interferências da Cidade, a não ser nos pontos supra-citados.

Em uma posição precária, o marechal passou enviar diversos ofícios às cortes no Rio de Janeiro e às outras províncias do norte, para que lhes enviassem os apoios que lhe haviam sido prometidos desde sua saída do Rio de Janeiro. Era, sobretudo, do governo de Pernambuco, que estava em vias de concluir a repressão aos *cabanos* no interior do nordeste, na região de Jacuípe e Panelas, que se desenrolava desde meados de 1832, que o Manuel Jorge Rodrigues esperava receber reforços, que jamais chegavam. Cada vez mais o marechal se via enfraquecido e imobilizado.

Em meio à debilidade de seu comando, as disputas ao norte, entre a câmara de Vigia e as populações de seu entorno se acirraram. Por duas vezes, entre maio e julho, os *cabanos* tomaram a câmara da Vila, sendo a segunda de forma mais contundente²⁵. Nos últimos dias de maio, um grupo de homens armados de terçados, capitaneados por Bento Ferrão, morador do igarapé Maracajó, invadiu a vila pela noite, surpreendeu a guarda da casa do juiz

²⁵ Conta-se aqui apenas com a narrativa e a documentação disponível em Domingos Antônio Raiol para discorrer sobre tais eventos (:748-59).

de paz, que também era o depósito do estoque de armas e munições (*trem de guerra*) e a câmara da vila. Em poder das armas e da casa, o grupo capitaneado por Bento Ferrão teria percorrido as ruas da vila, dando diversos *Viva!* aos irmãos Vinagre e Nogueira e aos feitos da Capital. Muitos moradores da vila teriam aderido e se juntado à chefia de Bento Ferrão, que teria exigido que os vereadores e os juizes de paz se reunissem na casa de câmara. Todos reunidos, Bento Ferrão, à frente daqueles que o acompanhavam e de duas peças de artilharia acesas que encontrara na casa do juiz de paz, cercou a casa de câmara, com todas as *autoridades do distrito*. A solicitação do *capitão* Bento Ferrão seria substituir as *autoridades existentes* por outras que apoiassem Francisco Vinagre e seus aliados. As *autoridades*, frente à ameaça, teriam buscado auxílio com o tenente-coronel Álvares, que se encontrava em sua propriedade, afastada da vila, onde os inimigos de Bento Ferrão passaram a se reunir. No dia 6 de junho, a força reunida em torno de Álvares teria invadido de assalto a vila e tomado rapidamente o *trem de guerra* (casa do juiz de paz). Ferrão e outros teriam sido presos, dois teriam ficado feridos; a maioria teria conseguido evadir a vila. Ferrão teria sido enviado para a esquadra, surta na baía de Guajará. As *autoridades depositas* teriam conseguido retomar o controle da vila; cercada por *cabanos* em todo seu entorno; tanto nos arquipélagos quanto no continente. Foi neste contexto que Manuel Jorge Rodrigues, logo ao assumir o palácio em Belém, teria enviado as armas para as *autoridades* de Vigia, para que afastassem a ameaça dos povos de seu entorno.

Entretanto, as notícias se espalharam. Os *rebeldes* se preparavam para novamente tomar a vila. Porto Salvo, um povoado nas imediações da vila, teria sido o ponto de encontro acordado entre os *capitães* para que se reunissem para o ataque. Os pontos de “Benjamin” e do “Pinheiro” teriam sido os que mais se mobilizaram. Em Porto Salvo, em meados de julho, haveria em torno de quinhentos homens, um batelão e canoas de diferentes tamanhos; o ataque seria por água e por terra. As embarcações chamariam a atenção da vila, enquanto se iniciasse a invasão por terra. No rio Curuçá, os grupos se dispersaram para realizarem o cerco à vila. Álvares, sabendo das movimentações, reuniu na casa de câmara as *autoridades e cidadãos*; que se decidiram por fazer resistência ao ataque. No alvorecer do dia 23 de julho, o batelão e as canoas, repletas de gente, teriam aparecido nas águas defronte a vila. Uma coluna comandada por Álvares teria feito fogo contra as embarcações, porém aos poucos os *rebeldes* desembarcavam, bastante próximos da vila. Aos poucos, os *rebeldes*, oriundos do interior do distrito, ocupavam a vila. Portilho, Bonifácio e Roque, que haviam sido soltos em

Belém no 7 de janeiro, teriam se destacado na organização do ataque. Rapidamente, os *legais* foram cercados na casa de câmara, onde após breve resistência, teriam tentado realizar um acordo com os *rebeldes*; que acabaram por invadir a casa. Aproximadamente sessenta *autoridades* e *cidadãos* que estavam na casa teriam sido mortos pelos *rebeldes*. Após o ataque, muitos teriam evadido a vila.

Esta segunda e mais dramática derrota *legalista* em Vigia, em fins de julho de 1835, causou grande temor na Cidade. A diminuta esquadra imperial, comandada por Manuel Jorge Rodrigues, teria se alarmado ao receber as notícias. O assassinato das *autoridades* de Vigia, que há muito hostilizavam em armas as populações do entorno, passou a ser considerado um ataque aos *brancos* e à *civilização*. O enviado da regência, diante do ataque de Vigia, dos avanços de *cabanos* em diversas regiões e da falta de tropas teria, então, decidido, juntamente com Taylor, Brito Inglês e outros, por construir uma nova estratégia de combate, baseada em tal argumento.

Em 27 de julho, o marechal tomou duas atitudes. A primeira foi mandar que Taylor prendesse os irmãos Vinagre, Nogueira e Aranha e todos os *chefes revoltosos* que estivessem na Capital. Francisco Vinagre, Leal Aranha e mais outros, em torno de duzentos, foram remetidos aos porões da Defensora. Os demais *chefes* já haviam se evadido para a região do Acará e para diversas outras regiões para buscarem apoios e adesões. A segunda atitude, diante da falta de tropas, foi tentar convencer os cônsules e comandantes das embarcações de guerra estrangeiras, surtas defronte a Belém para defender seus próprios *cidadãos*, a se engajarem nas disputas. O marechal enviou ofícios com conteúdos semelhantes às duas embarcações de guerra. Destaquemos aqui seu argumento em apenas o ofício, enviado ao vice-cônsul inglês Hersketh, solicitando ajuda militar da escuna Racehorse:

As repetidas denúncias que o governo tem tido acerca dos planos tenebrosos que os malvados perturbadores da Ordem publica que vem reproduzir nesta desditosa Província o tem tornado vigilante e cautelosa; porém tendo nestes últimos dias recebido algumas participações de toda a veracidade que bem inculcam os fins sinistros com que **os desordeiros projetaram aniquilar todos os elementos da associação paraense, mui principalmente dos brancos em geral, me vejo forçado a comunicar a V. Exa., que se pretende envolver nos movimentos anárquicos todos os pretos, com o especioso pretexto de que finda a luta**

serão livres, e já em alguns pontos tem obrigado a uns; e seduzido a outros para semelhante fim, e nesta Capital onde existe o foco de **seus agentes premeditam, brevemente levar a morte, e o roubo até a mais pequena choupana**, em vista das quais do expendido o Governo se vê obrigado a declarar com a maior franqueza a Va. Sa. que não tem forças suficientes para repelir a facção. Sem meios para garantir a vida e propriedades dos Habitantes quer Nacionais como Estrangeiros, recorre a Va. Sa. como representante de uma Nação das mais aliadas do Brasil. **Em nome de Sua Majestade Imperial o Senhor Dom Pedro Segundo; haja de lhe prestar as forças, aqui existentes, de sua Nação, para que unidas as deste Governo, se salve esta malfadada Província dos horrores da carnificina**, e nenhuma duvida me resta que, nas circunstâncias aflitivas em que me acho; pela longitude em que existe o Governo Central, encontrarei aquela proteção e apoio que essa crise arriscada reclama a salvação comum (*apud* Doc. Ing. Cleary, 2002:177, grifos meus).

Note em seu pedido às embarcações estrangeiras, que o marechal afirmava ter recebido informações “verídicas” de que os “*desordeiros*” pretendiam “*aniquilar os brancos em geral*”, inclusive os estrangeiros. Afirmava o marechal que os líderes rebeldes estariam a prometer liberdade a “*todos os pretos*”, quando terminadas as disputas. O marechal defendia, ainda, que as intenções dos rebeldes eram o “roubo” e a “morte”. Diante das ameaças, Manuel Jorge Rodrigues reconhecia que estaria sem forças para “repelir a facção” e solicitava, em nome do Imperador, apoio militar para salvar a província dos “horrores da carnificina”. Após receberem os pedidos de ajuda; os ingleses e portugueses enviaram ao presidente nomeado suas posições.

Em conselho, Hersketh e os comerciantes britânicos decidiram no mesmo dia, por unanimidade, apoiar as tropas do marechal, uma vez que o objetivo dos rebeldes seria “uma guerra de extermínio contra os habitantes brancos da cidade” (*apud* Doc. Ing. Cleary:176). No dia seguinte, Isidoro Francisco Guimarães, comandante da corveta portuguesa Elisa, após saber da decisão dos ingleses, também declarou apoio ao marechal. Afirmava Guimarães que estava acompanhando as “circunstâncias aflitivas do governo e os atentados praticados pelos facciosos nos diferentes lugares por onde andam errantes, matando,

roubando e devastando tudo, como fizeram na desventurada vila da Vigia”; além disso, afirmava concordar com o argumento de que o objetivo dos “facciosos” seria o de “assassinar todos os brancos inclusive as mulheres” (*apud* Raiol:819).

Os fragmentos da documentação do consulado francês, divulgados por Tiphagne (1998), nos auxiliam a pensar as razões pelas quais os franceses não ofereceram ajuda militar ao marechal²⁶. A 1 de agosto de 1835, o cônsul relatava à França o ataque à vila de Vigia. Em sua interpretação das notícias, afirmava que os “brancos haviam sido todos massacrados” e que “nem mesmo as crianças teriam sido poupadas”. Porém, o cônsul francês não parecia corroborar o argumento defendido pelo marechal de que os conflitos, em geral, tinham este caráter. Em 24 de agosto, em seu relato dos combates de 14 a 22 de agosto, nos quais a aliança entre a esquadra imperial e as embarcações inglesa e portuguesa foi derrotada, o cônsul francês afirmava que o marechal, justamente por falta de tropas, havia dado ao “partido” que pretendia derrotar “a coloração de um levante geral de escravos aliados aos índios afim de ser secundado pelas forças inglesas e portuguesas”²⁷. A 8 de setembro, quando novamente oficiou à França, o cônsul reiterou seu argumento; afirmava a este momento que “todos os portugueses e alguns brasileiros” estavam jurados de morte e que a maioria entre aqueles que atacaram as tropas do marechal, secundadas pelas embarcações Elisa e Racehorse, eram “Tapuios (índios) de fora e poucos brancos”. Segundo ele, havia escravos misturados entre os insurgentes, porém, afirmava que a maior parte teria sido

²⁶ O ofício de 8 de agosto de 1835 do marechal à regência indica que, efetivamente, foi solicitado apoio a todas as nações estrangeiras com embarcações na província, França, Inglaterra, Estados Unidos e Portugal. Não foi ainda divulgada e estudada a documentação norte-americana. Leia-se fragmento do ofício: *Confirmando o que em meus ofícios anteriores tive a honra de escrever a Vossa Excelência para subir ao alto conhecimento da Regência em nome do Imperador o Senhor Dom Pedro Segundo, cumpre-me o doloroso dever de continuar a magoar o paternal coração da mesma, noticiando-lhe que efetivamente me acho com as armas na mão à espera da agressão com que o partido de Vinagre ameaça a esta cidade propalando planos horríveis de guerra à gente branca. (...). Tomando na devida consideração e no seu verdadeiro aspecto esse estado crítico da província, convencido do perigo desta; achando-me sem forças e circunscrito a uma defesa passiva, sem poder acudir aos povos que a cada hora imploram socorro; vendo que neste perigo também se envolvem os estrangeiros por ser a guerra feita aos brancos, recorri aos cônsules estrangeiros pedindo-lhes, a bem da salvação pública e do serviço e da honra da Nação e do Império, a cooperação dos súditos de suas respectivas nacionalidades no caso de agressão, e somente se prestaram a corveta portuguesa Elisa com oitenta a cem homens, e a inglesa com a setenta a oitenta. Estes com os marinheiros da esquadra e as praças do Maranhão formarão toda a força com que devo repelir os sediciosos* (*apud* Raiol:829, grifos meus).

²⁷ Fragmento acima citado de ofício do cônsul francês de 24/08/1835: (...) *Le gouvernement instruit de ce qui se tramait se décida enfin à sévir contre ce parti. La première mesure qu'il prit fut de faire arrêter toutes les personnes connues pour y avoir quelque influence, et connaissant sa faiblesse, et le peu de courage des gens qui le secondaient, il a cherché à donner à ce parti la couleur d'un soulèvement general d'esclaves avec des indiens afin d'être secondé par les forces Anglaises et Portugaises, qui se trouvaient sur rade, et c'est ce qui eut lieu* (*apud* Tiphagne, 1998:107, grifos meus).

capturada à força, para servirem como carregadores. Afirmava ainda que eram maltratados e que muitos teriam sido fuzilados. Diante de tal situação, afirmava que o suposto levante de escravos negros aliados a índios não passava de um pretexto que jamais teria existido²⁸.

As argumentações do cônsul francês que negou apoio de sua embarcação a Manuel Jorge Rodrigues oferecem uma importante contribuição às reflexões aqui propostas sobre a *guerra de ódio de raças*. Segundo ele, o argumento de um levante geral de *homens de cor* contra os *brancos* não passava de um pretexto que tinha como principal objetivo incluir as embarcações estrangeiras nas disputas, uma vez que o marechal não havia sido atendido em seus pedidos por mais tropas e armas às cortes e às demais províncias. O objetivo do marechal e seus aliados seria trazer às disputas, que sabiam não poder vencer, as feições de uma guerra entre *civilizados* e *selvagens*. A defesa da *civilização* justificaria a entrada nas nações estrangeiras nos combates. As observações do cônsul sobre o *partido dos insurgentes* indicam uma aliança entre *poucos brancos* e muitos *tapuios de fora da Cidade*. Haveria *negros* entre os insurgentes, porém, sugere que os líderes não tinham qualquer intenção de libertá-los, uma vez que também os escravizavam.

Entretanto, é preciso dizer que o francês compartilhava tanto com o marechal, quanto com Hersketh e Guimarães, um modo de classificação dos agentes que os reduzia a blocos raciais, na qual os brancos eram os superiores a todas as demais raças. Era com desprezo que o francês também observava os insurgentes. Era como se brancos, índios, e negros, em tal consenso, fossem, em si mesmos, enquanto *raças*, classes monolíticas e coesas de sujeitos que tomassem suas decisões univocamente e em bloco. Neste simplificado sistema classificatório, os brancos estariam no ápice da superioridade, os índios ocupariam uma posição intermediária, e os negros escravos estariam na base do sistema.

Ao que parece, tal rígido sistema de classificação racial era mais operante entre os *legalistas* do que entre os ditos *cabanos*; uma vez marechal e seus aliados se consideravam os *brancos*, os representantes da *civilização*, que deveriam vencer a *selvageria* dos *homens de cor*. Entretanto, tal sistema, que serviu estrategicamente aos propósitos dos *legalistas*, eclipsa a complexa

²⁸ Fragmento do ofício do cônsul francês de 08/09/1835: (...) *Tout ce qui a le nom de Portugais ent la sentence de mort (...). (...) sans le pretexte de ce soulèvement d'esclaves joints aux Tapuios (indiens), soulèvement qui n'a jamais existe (...). Il est bien vrai que quelques esclaves étaient mêlés avec eux (les insurgés), mais la majeure partie était retenue par force, et les insurges s'en servaient pour faire transporter soit de munitions ou tout autre chose, tout en les maltraitant. Plusieurs furent même fusillés (...).* (apud Tiphagne, 1998:108, grifos meus).

multiplicidade de sujeitos classificados como *índios*, *negros* e *mestiços*, como *cabanos* pelos *legalistas*, uma vez que é de antemão, antes mesmo da observação, em um conjunto de estigmas e preconceitos calcados na raça e na inferioridade, que seus propósitos são classificados.

O ponto salutar desta estratégia é que ela versa mais sobre as intenções dos representantes do Rio de Janeiro e das *famílias de bem* da Cidade e distritos do interior, do que sobre as intenções do complexo amalgama de sujeitos que tomavam como inimigos. Há que se duvidar de que os *negros* fossem meramente carregadores, porque os contrários da *legalidade* não dispunham de um centro coeso e unitário. Muitos grupos de *negros escravos* atuavam com autonomia com relação aos principais líderes do *partido rebelde* que pretendia governar a província, tanto na capital, quanto no interior. O que as observações do cônsul francês indicam é que os líderes do *partido rebelde*, voltado à disputa do controle do Estado do Grão-Pará com as forças do marechal, não defendiam a liberdade dos *negros escravos*. Sua aproximação maior era com os *índios*, *tapuios* e *mestiços* que já eram, desde 1755, formalmente livres.

Assim, a estratégia de Manuel Jorge Rodrigues, fundada no argumento de uma *guerra de aniquilação dos brancos*, obscurece grandes complexidades. A primeira delas era justamente esta: os líderes do *partido rebelde* eram defensores da manutenção da escravidão negra, o primeiro dos critérios do Império para que qualquer senhor local ou grupo regional fosse legitimado em posições de mando nas províncias. Além disso, os representantes do *partido cabanal* se entendiam defensores da *civilização*. Além disso, tais líderes, que haviam chamado às armas para o ataque à Cidade do Pará, diversos segmentos de grupos indígenas do interior, se entendiam como *brancos*, tinham fazendas, engenhos e escravos. Eram sujeitos que se entendiam como *cidadãos brasileiros*. Assim, ao ocultar suas intenções, e suas auto-identificações, na mobilização daqueles que juravam de morte os *portugueses* e certos segmentos de grupos *brasileiros*, o marechal tinha como objetivo lhes retirar qualquer legitimidade política; afinal, se não houvesse nenhum *branco* entre os seus contrários, não haveria ninguém que pudesse legitimamente governar o Estado do Grão-Pará.

Nesta estratégia de obscurecimento, os muitos *brancos* que existiam entre os contrários da *legalidade* eram “mais sujos que os próprios pretos”, para retomar as palavras do literato Gomes de Amorim. Foi na formação desta estratégia que todos os contrários da *legalidade*

passaram a ser definitivamente caracterizados como *cabanos*, figuras ferinas e desprezíveis, entre a natureza e a sociedade, que poderiam ser legitimamente exterminadas ou escravizadas. A este tempo, meados de agosto de 1835, a própria expressão *cabano* já era bastante utilizada e disseminada entre os *legalistas*.

Em 8 de agosto de 1835, às vésperas do ataque à Belém, John Taylor enviou ao ministério da marinha, no Rio de Janeiro, um relato sobre os motivos pelos quais estariam à postos na Cidade à espera de um ataque organizado no Interior (AHI, Lata 875). Segundo ele, desde o momento da posse, o marechal passou a acolher no palácio *Eduardo Ceará* e *Francisco Vinagre* com o objetivo de, com o auxílio destes *capitães* locais respeitados, “dissolver reuniões de Cabanos armados”. O almirante afirmava que tais líderes afirmavam “a cada hora os seus desejos de harmonia e pacificação”. Tal aproximação, descreve Taylor, teria sido realizada, por parte do marechal, por dois motivos: falta *de forças para os bater* e porque eles eram os que mais “tinham a confiança dos Cabanos”. Desde os primeiros dias, Taylor afirma que tentou persuadir o marechal de prender todos os “cabeças”, uma vez que, durante a aproximação, todos estavam na Cidade. O almirante afirmava que, às vésperas do combate anunciado de agosto, todas as forças da esquadra estariam circunscritas à defesa da Cidade; solicitava tropas e dizia ser impossível organizar expedições para “bater os cabanos”, que calculava em torno de 3.000, que aos poucos cercavam Belém. Segundo ele, o isolamento do marechal e da Cidade em relação ao interior era tamanho que, “nem mesmo dos districtos que se acham pacíficos tem podido obter gente, já porque alguns se recusam com desculpas de verem a Legalidade pouco segura, já porque são precisos nestes mesmos districtos para se defenderem da sorte que teve a grande villa de Vigia”. Até mesmo a vila de Cametá, também comandada por *legalistas*, estaria em “observação ou neutralidade”.

Às vésperas dos combates, nenhum distrito do interior auxiliou as forças comandadas por Manuel Jorge Rodrigues, que contava apenas com as tropas estrangeiras, os soldados do Maranhão e os voluntários das famílias *legalistas* da Cidade. Em relação aos presos que haviam sido recolhidos à corveta Defensora, o almirante afirmava que em sua opinião “os principais deles já teriam sido punidos de morte, para pagar os seus crimes e para servir de exemplo”, tal como fizera Greenfell em 1823. Para realizar as mortes, porém, seria necessário que houvesse mais tropas, para que o Grão-Pará não fosse perdido em definitivo. Leiamos um trecho com as posições de Taylor a este respeito:

Tudo isto, porém, nada será a vista do futuro se não vierem com brevidade forças suficientes para **aniquilar esses lobos esfomeados ou ferozes inimigos da humanidade porque se esta peste içar o Tocantins e Amazonas (sic) então está perdido o Pará e será preciso de novo conquistá-lo, e não será já com dous nem com três mil homens, nem com as facilidades dos primeiros indígenas ou aborígenes que fugirão de um pequeno tiro, e estes atrevidos encararão com balas** (AHI, Lata 875, grifos meus).

Observe que para Taylor, os Vinagre e os Nogueira, que lideravam as sucessivas tomadas de controle do palácio, não eram *cabanos*; mas sim aqueles que maior influência exerciam sobre eles. O ponto, porém, é que eram chefes “malvados” e, em sua opinião, deveriam ser exemplarmente mortos para que servissem de exemplo a seus liderados. Todos os contrários da *legalidade*, em sua opinião, eram “lobos esfomeados ou ferozes inimigos da humanidade” e, caso conseguissem atingir o Tocantins e o Amazonas, seria necessário novamente “conquistar” a Amazônia, uma vez que os “atrevidos encaravam com balas”, à diferença dos “primeiros aborígenes ou indígenas”. Deste modo, é possível observar que toda a estratégia *legalista* da “guerra das diversas castas combinadas contra os brancos”, para utilizar as palavras de Taylor, já havia sido montada e anunciada a diversas nações, províncias e à capital do Império antes mesmo dos combates de 14 a 22 de agosto de 1835 em Belém, nos quais foram derrotados.

O marechal e o almirante, circunscritos à Cidade do Pará no início de agosto, sabiam que não poderiam vencer os diversos segmentos de grupos que se articulavam no interior e que se preparavam para atacá-los. Note que foi a este momento, com a falta de apoio dos distritos do interior e dos governos das demais províncias do Império, que os representantes da regência passaram a defender o argumento de que apenas com tropas externas ao Grão-Pará, de outras províncias ou de outras nações, seria possível reconquistar o controle regencial sobre a Amazônia brasileira. Aos poucos, com as derrotas e o isolamento nos quartéis da ilha de Tatuóca e de cachoeira do Arari, comandado por Chermont, principal fazendeiro e tenente-coronel da ilha, os *legalistas* passaram a operar, com apoio português e inglês, uma *guerra* contra os *cabanos* e seus *capitães*. Seus contrários eram entendidos por eles como *homens-féra*, inimigos dos *homens de bem*, da *civilização* e da *humanidade*.

III. *A guerra geral contra os brancos e as guerras justas coloniais.*

É de suma importância destacar a formulação *legalista* de uma *guerra geral contra os brancos* no momento dos preparativos para o aguardado e anunciado ataque rebelde a Belém, iniciado em 14 de agosto de 1835. Um aspecto fundamental é que tal formulação, construída de antemão, foi a base dos relatos de Manuel Jorge Rodrigues e John Taylor acerca da derrota por eles sofrida na Cidade, assim como de toda a argumentação posterior de Soares d'Andréa e Frederico Mariath. Assim, é possível destacar que suas justificativas sobre a derrota nos combates, bem como as descrições acerca das atitudes dos *cabanos*, já estavam previamente definidas e caracterizadas. O antropólogo Moreira Neto, ao observar tal estratégia, ressaltou que, para os “legalistas, (...) a repressão à cabanagem assumiu, desde o início, o caráter de uma cruzada civilizatória de forças coloniais, nacionais e estrangeiras, contra os nativos rebelados” (1988:76). Para ele, desde este momento, o movimento das forças *legalistas* adquiriu “o caráter de uma guerra colonial” (1998:76). David Cleary também retomou tal argumento. Segundo ele, tal estratégia se estruturou com base na formulação de que todo *não-branco* era um suspeito. A ampla presença de *tapuios e índios*, formalmente livres, teria feito com que as autoridades reconhecidas pela Corte passassem a buscar artifícios para que fossem legalmente capturados e escravizados (1998:113). O objetivo era o de formular uma estratégia para que fosse legitimada uma *guerra justa* de amplas dimensões; que envolvesse a *reconquista dos braços e do território*. É neste âmbito que a idéia de uma *guerra de homens de cor contra os brancos* emerge a partir de agosto de 1835, na Cidade do Pará.

Em uma recente e bem-acabada síntese acerca da legislação colonial portuguesa sobre as *guerras justas* e as possibilidades de sua efetivação, Beatriz Pérrone-Moisés afirma:

A guerra justa, conceito jurídico construído no contexto da ‘guerra santa’ contra os mouros, foi objeto de debate e reformulação ao longo do século XVI, para poder-se aplicar aos povos indígenas americanos. As causas legítimas de guerra justa reconhecidas na tradição jurídica era a recusa à conversão ou o impedimento da propagação da Fé, a prática de atos hostis contra vassalos e aliados dos portugueses (especialmente a violência contra pregadores, ligada à primeira causa) e a quebra de pactos celebrados. Como precursor da doutrina da guerra justa em Portugal é sempre mencionado o franciscano Álvaro Pais que, no século XIV, a havia

definido em função de vários fatores: **só haveria guerra justa se preexistisse uma injustiça do adversário, se fosse conduzida com boas intenções (não seria justa a guerra movida por ambição, ódio ou vingança), se fosse declarada por uma autoridade competente (um Príncipe ou a Igreja)** (2000:154, grifos meus).

Como destaca a autora, para promover uma *guerra justa*, desde os tempos remotos de sua formulação no século XIV, seria preciso que “preexistisse uma injustiça do adversário, que houvessem boas intenções e que fosse declarada por uma autoridade competente”. Era decisivo que aqueles que pretendiam mover a guerra acusassem as populações indígenas de “ataques não-provocados”, que pudessem por em risco a “sobrevivência da colônia”; além disso, era preciso que as acusações reiterassem que não haveria chances de negociação e que seus inimigos eram “inimigos declarados”. Por isso, observa a autora que “nos documentos relativos às guerras encontram-se longas séries de fatos, relatados pelos colonos, que tratavam de comprovar a ‘fereza’, ‘crueldade’ e ‘barbaridade’ dos ‘contrários’, que nada nem ninguém podia trazer à razão ou à civilização” (2000:154). Nos processos de legitimação das *guerras justas* são sempre os contrários quem primeiro atacam e provocam.

É preciso destacar que a interpretação de Pérrone-Moisés sobre as *guerras justas* é parte de uma argumentação mais ampla sobre os lugares dos índios – *aldeados, aliados, inimigos e escravos* – na legislação portuguesa para o Brasil. Os lugares vêm no plural porque jamais houve uma concepção unificada sobre nativos. No projeto colonial, que se expressa na legislação e nos ofícios, os indígenas eram compreendidos entre dois lugares, no duplo sentido do termo: os *aldeamentos* e a *fronteira*. Os índios dos *aldeamentos*, transferidos de diversas regiões, eram aqueles submetidos a ensinamentos que visavam civilizá-los; estes eram a principal reserva de mão-de-obra. Os índios das *fronteiras*, por sua vez, eram aqueles que não deixavam seus territórios originais; quando considerados *aliados* pelos portugueses, destaca Pérrone-Moisés, com base no trabalho de Nádia Farage (1991), representavam uma espécie de defesa contra invasões estrangeiras e de inimigos selvagens; eram como *muralhas dos sertões*.

Destaca a autora que o princípio da liberdade natural orientou a legislação indigenista de toda a colônia. Tanto *aldeados* como *aliados* eram formalmente livres. Para além destes, nas regiões dos *sertões*, havia os *gentios*, que não eram nem *aldeados*, nem *aliados*. Mesmo sem

estarem sujeitos a uma legislação específica, os *gentios* eram considerados livres, uma vez que entendidos como *aldeados* e *aliados* em potencial. Toda a legislação indigenista colonial se baseou no princípio de liberdade natural dos índios. Este era formalmente o seu *lugar*, que convivia lado a lado com um não-lugar, que era o da escravidão, ou, o destino dado aos “inimigos declarados da colônia” (2000:148). Pérrone-Moisés ressalta que idealmente, no plano das leis, a escravização não era um objetivo, mas uma contingência indesejada. A *persuasão* e a *brandura* eram, invariavelmente, os métodos recomendados para o convencimento dos índios, à exceção dos que fossem considerados hostis.

No itinerário ideal de inserção *branda* dos índios na colônia tudo se iniciava com os *descimentos*. Os *gentios* e *aliados* de diversas regiões do interior deveriam ser convencidos, sem qualquer violência, por tropas acompanhadas de um missionário, a se instalarem próximos aos estabelecimentos portugueses, para sua própria proteção e bem estar. O objetivo era torná-los *vassalos úteis*, que pudessem trabalhar em prol da colônia. No que concerne ao governo dos aldeamentos sempre houve divergências em relação ao papel dos administradores religiosos e leigos. A Lei de 1611 instituiu a jurisdição espiritual dos jesuítas, porém criou a instituição dos *capitães de aldeia*, que eram moradores encarregados do poder temporal. A Lei de 1655 para o Estado do Maranhão criou a instituição dos *principais*, em lugar dos *capitães*, que eram chefes indígenas que deveriam governar juntamente com os missionários (2000:150). Pérrone-Moisés destaca que nas aldeias, a legislação colonial sempre definiu o trabalho dos índios como assalariado e temporário. Em síntese este era o projeto positivo ideal da colônia; que tinha na figura no inimigo e na guerra a sua negação.

Desde a Lei de 1611 as *guerras justas*, nos territórios das colônias, apenas seriam legítimas em casos de guerra, rebelião e levantamento. Para tentar barrar o ímpeto dos colonos e para conter a depopulação, apenas os reis de próprio punho poderiam declará-la. Porém, quando legalmente declarada, Pérrone-Moisés destaca que vinham acompanhadas, sobretudo entre os séculos XVII e XVIII, de recomendações de “destruição total dos inimigos”. Falava-se em uma guerra “‘rigorosa’, ‘total’, ‘veemente’, a ser movida ‘cruamente’, fazendo aos inimigos ‘todo o dano possível’, de preferência até a sua ‘extinção total’” (2000:155). Como dito, aqueles que sobrevivessem deveriam se tornar escravos, legalmente reconhecidos como tais. Na legislação da colônia, a *guerra justa* era o último recurso. A escravização deveria ser empregada apenas contra os *bárbaros hostis*. Além da *guerra justa*, o *resgate* era a outra figura

jurídica da colônia que previa a escravização dos indígenas²⁹. Neste caso, os inimigos dos inimigos, quando resgatados da condição de prisioneiros de guerra destinados à antropofagia, poderiam ser escravizados, em nome da salvação de sua vida. Entretanto, por mais que houvesse limitações relativas às possibilidades de escravização, nada impedia que a legislação fosse burlada e transgredida; tanto nas *aldeias* quanto nas *fronteiras*. Segundo Pérrone-Moisés, “nos próprios textos de lei, há vários indícios de que muitos desses inimigos foram simplesmente inventados pelos colonos cobiçosos de obter braços escravos para suas fazendas e moradias” (2000:156). A legislação colonial se fundou sobre a diferença irreduzível entre os *índios* e *gentios*; *dóceis* e *bravos*; *aliados* e *inimigos*; *paz* e *guerra*; *liberdade* e *escravidão*. A história dos projetos de *civilização* das populações indígenas foi toda permeada por contraditórios e ambíguos movimentos de *brandura* com relação aos *dóceis* e de *força bruta* com relação aos *hostis*.

Os argumentos defendidos por Beatriz Pérrone-Moisés (2000), em relação aos lugares dos índios na legislação colonial, e, especificamente sobre os procedimentos de legitimação das *guerras justas* (e de escravização por meio delas), nos ajudam a compreender a estratégia de Manuel Jorge Rodrigues, John Taylor e seus aliados. A propalada *guerra geral de diversas castas combinadas contra os brancos* deve ser entendida no eixo das estratégias de legitimação das *guerras justas coloniais*. A partir de sua argumentação é possível observar que, desde a fundação da colônia, a razão central para legitimar a *guerra justa* era a hostilidade prévia dos selvagens. Além disso, era preciso demonstrar *boas intenções*; tais como a defesa dos *brancos* e da *civilização*. A estratégia dos *legalistas* contém todos estes elementos. Antes mesmo do ataque à Cidade já estava dado que os ditos *cabanos* visavam apenas o *roubo* e o *assassinio*, que pretendiam *aniquilar os brancos*, *destruir a civilização* e a própria *humanidade*. Na argumentação de Manuel Jorge Rodrigues e John Taylor, assim como no padrão da colônia, foram os *homens-féra* quem provocaram as hostilidades, e portanto, era legítimo o extermínio e a escravização. A estrutura dos argumentos é integralmente homóloga. É por esta razão que os antropólogos que se debruçaram sobre a *cabanagem*, tais como Moreira Neto (1988) e David Cleary (1998), enfatizaram os elos entre a *guerra contra os cabanos* e as *guerras justas coloniais*.

²⁹ A autora destaca que também a servidão voluntária, mais rara, era uma possibilidade.

IV. A guerra contra os cabanos e a suspensão das formalidades.

Nesta dissertação, é a concretude da *guerra contra os cabanos* que é o foco. A estrutura das *guerras justas coloniais* nos oferece um guia interessante para sua interpretação. Porém, é preciso cuidado para não enrijecer o evento na estrutura, que nos auxilia a elucidá-lo. A singularidade da *guerra contra os cabanos* excede a generalidade da estrutura das *guerras justas coloniais*. Entre elementos gerais, observáveis desde a formação da colônia, e a singularidade da Amazônia brasileira de meados de 1835, há muitas mediações que ainda carecem de ser estabelecidas. É preciso fazer um esforço de situar tais questões estritamente na história do Grão-Pará, a partir das singularidades das questões que nos cabem. É preciso buscar na própria época os termos e os guias para a interpretação, para que não caiamos no risco de reduzir os fenômenos históricos a generalizações ou abstrações.

Embora as estruturas sejam homólogas, as situações são diferentes. A síntese de elementos fundamentais sobre a *guerra justa*, acerca das mais diferentes regiões da colônia entre os séculos XVI e XVIII, produzida por Pérrone-Moisés, nos auxilia decisivamente a pensar as questões relativas à especificidade da *guerra contra os cabanos*, que passou a ser formulada em meados de agosto de 1835, na Amazônia brasileira. A partir de sua argumentação, é possível afirmar que a estratégia *legalista* para com seus contrários se insere em uma estrutura de longa duração, que perpassa diversas épocas e regiões do território que veio a se tornar o Brasil. Entretanto, é preciso cuidado ao estabelecer conexões entre a situação singular, que aqui nos cabe, e tal estrutura geral. O modelo típico-ideal, sintetizado pela autora, não esgota as singularidades dos eventos, e nem pretende fazê-lo. É possível dizer que ele nos oferece eixos de transversalidade entre a generalidade da estrutura e a singularidade das situações.

No item anterior, discorreremos sobre os preparativos para os combates de 14 a 22 de agosto na Cidade. Pretendeu-se demonstrar que foi exatamente a este momento que Rodrigues e Taylor passaram a caracterizar as disputas como uma *guerra geral de castas combinadas contra os brancos*, com o fito de receber apoio das embarcações militares estrangeiras, surtidas defronte a Belém. Reiteramos que o ataque que aguardavam, era um ataque oficialmente declarado por Antônio Vinagre, comandante dos rebeldes que se encontravam na região do Acará. Leiamos a ameaça de Antônio Vinagre ao marechal:

Ilmo. Exmo. Snr. ~ Tenho a honra de levar à respeitável presença de V. Exa. que à minha notícia chega de achar-se preso o meu irmão, o Major José Bernardino,

Meninéia e outros patrícios, mais que até parece impossível pela honra da palavra de V. Exa. que segurou toda fidelidade que não vinha satisfazer paixões, tais procedimentos. Tenho ignorado a franqueza com que V. Exa. tem-se posto a campo nada mais tenho a expor senão que logo o receber deste no mesmo momento haja logo e logo mandar soltar o meu irmão e todos os mais patrícios, e quando V. Exa. assim o não faça terei o arrojo com as minhas forças soltá-los obrigando-se V. Exa. responsável pelos prejuízos, percas e danos da Província, **torno a dizer que acho-me com um exército de quatro mil homens quando V. Exa. assim o não atenda, e mandar-me a resposta das solturas pelo mesmo embaixador logo, que se eu chegar a entrar não ficará pedra sobre pedra.** ~ Deus Guarde a V. Exa. Acará, 2 de agosto de 1835. ~ Ilmo. Snr. Presidente Manuel Jorge Rodrigues. ~ Antônio Pedro Vinagre. Tenente-Coronel Comandante (*apud* Raiol, 1970: 826).

Note que a ameaça formal de Antônio Pedro Vinagre se baseava em um pedido de soltura de seu irmão, Francisco Vinagre, e “outros patrícios”, que haviam sido presos. Assim como Manuel Jorge Rodrigues, Antônio Vinagre também se baseava no argumento de que a hostilidade prévia havia partido de seus oponentes. Segundo ele, caso não soltasse os presos, o marechal deveria ser responsabilizado por “males, perdas e danos da Província”. Observe também que a ameaça de Antônio Vinagre em nenhum momento menciona qualquer intenção de *aniquilar os brancos*. Seu propósito, oficialmente declarado, era o de *libertar seu irmão e todos os mais patrícios*. Note, a partir de sua própria ameaça, que os conflitos são dificilmente redutíveis à lógica proposta pelos *legalistas*. Há muitas complexidades que a estratégia de Rodrigues e Taylor obscurecem. Porém, continuemos aqui o esforço de trazer à tona seus pontos de vista.

Considera-se aqui que tal trabalho é decisivo para que posteriormente possamos nos aprofundar nas lógicas e pontos de vista daqueles entendidos como *cabanos*. Como já dito, o marechal não aceitou a proposta de libertação dos presos que havia capturado na Cidade após as notícias da morte dos vereadores da vila de Vigia. O fato de toda a estratégia de uma *guerra contra os brancos* já ter sido montada antes mesmo dos confrontos e da derrota de agosto, nos oferece um guia fecundo para a leitura dos relatórios *legalistas* que o sucedem.

As atitudes e ações bárbaras dos *cabanos* na Cidade já estavam definidas como tais, antes mesmo de eventualmente terem ocorrido. Os *legalistas*, e nesta definição se inclui aqui os estrangeiros envolvidos, já de antemão sabiam como reportar aos governos e, sobretudo, à Corte, o tipo de ação realizada por seus inimigos. Todos os relatórios enfatizam a *maldade* dos *cabanos* e a *fereza* de suas intenções. Retomemos, assim, tais argumentos posteriores à derrota nos combates de agosto na Cidade, para retomar, a partir de seus próprios termos, as intenções da *legalidade*.

No que concerne à derrota de agosto em Belém, o relatório de 13 de outubro de 1835 do vice-cônsul Hersketh, que se refugiou no Maranhão, nos oferece uma interessante síntese do desenrolar dos preparativos e dos combates, que é possível dizer, era compartilhada por todos os *legalistas*:

(...) no dia 25 de julho, ocorreu um massacre geral dos habitantes brancos no vilarejo da Vigia, o primeiro povoado de alguma importância ao entrar no rio do Pará.

No dia 27, recebi uma carta do Presidente da Província, (...), em que solicita a ajuda das forças britânicas lotadas aqui para repelir as tentativas da população de cor. (...).

No dia 28 de julho, o Presidente mandou que o ex-Presidente Francisco Pedro Vinagre, juntamente com outros de seu grupo, fossem apreendidos por suspeita de conspiração contra o Governo. Como consequência desse procedimento, o irmão do acima citado Vinagre escreveu para o Presidente Manuel Jorge Rodrigues exigindo a soltura dos prisioneiros, senão, ele atacaria com uma força de 4 mil homens.

Após vários boatos, os rebeldes invadiram a cidade ao meio dia do dia 14 de agosto e, tomando de posse aos poucos a maioria das casas e matando barbaramente os brancos que eles encontravam, mantiveram-se até o dia 23 do corrente contra as forças do Presidente que dominavam dois pontos, justamente o Arsenal Militar e o Palácio do Governo, ajudadas pelos canhões do Racehorse, a corveta portuguesa Eliza e a esquadra brasileira. Os residentes britânicos embarcaram no dia 14 de agosto ao receberem as primeiras informações sobre o avanço dos rebeldes.

No dia 23 de agosto, o Presidente, já tendo embarcado na noite anterior, juntamente com todas as suas tropas, a bordo da esquadra brasileira, todos os navios no porto levantaram ancora e desceram o rio fora do alcance de fogo, abandonando assim a cidade aos rebeldes (*apud* Doc. Ing. Cleary, 2002:184-5).

Na continuidade deste seu ofício ao ministro britânico no Rio de Janeiro, Hersketh ressalta que Eduardo Nogueira Angelim, que estava à frente da Cidade, havia realizado todos os esforços para se mostrar amigável aos súditos britânicos e demais estrangeiros. O vice-cônsul destaca que **“ele conseguiu salvar toda a propriedade dos comerciantes britânicos”** (grifo meu). Observe em sua descrição que a hostilidade prévia, dos Vinagre e Nogueira e seus aliados, teria sido o “massacre geral dos habitantes brancos de Vigia”. Porém, estes não se afirmavam responsáveis por tal massacre (desfecho dos combates entre a câmara de Vigia e as populações de seu entorno) que se deu com enorme autonomia com relação aos eventos da Cidade. Note que o evento a ser destacado como o início das hostilidades era tema de debate; porém, o que importa é ressaltar que a hostilidade prévia tenha partido do outro.

Os *legalistas* efetivamente deixaram Belém em fuga, após oito dias de combates, para se refugiarem à bordo das embarcações da esquadra e, sobretudo, na ilha de Tatuóca, que desde meados de abril de 1835 já servia como quartel e refúgio *legalista*. Segundo estimativas de Raiol, aproximadamente 8 a 9 mil pessoas (entre nacionais e estrangeiros) se refugiaram em Tatuóca e Arari (t.III:861)³⁰. A este momento, o marechal dispunha de comando apenas sobre as embarcações da esquadra, sobre a referida ilha de Tatuóca e as ilhas de Cotijuba e Arapiranga, bem como do quartel de cachoeira do Arari, comandado por Chermont, que garantia o fornecimento de alimentos para as tropas e os refugiados.

Foi nesta situação que os *legalistas* se mantiveram até meados de 1836, no aguardo de tropas, em busca de apoiar vilas que pudessem lhes apresentar apoio, tais como efetivamente o fizeram as de Abaeté, Cametá, Gurupá, Macapá e Óbidos. Na ilha de Tatuóca e à bordo das

³⁰ A grande maioria das *famílias* identificadas com a *legalidade* deixou Belém. Segundo as estimativas de Baena (*Corografia* [1833]), Belém à época contava com uma população que variava entre 12 e 20 mil habitantes. Em Tatuóca e Arari se refugiaram não apenas *legalistas* de Belém (nacionais e estrangeiros), mas também de diversos pontos do interior. Note-se que a evasão *legalista* da Capital para o Rio-mar foi maciça. Enquanto isso, diversos grupos do interior (região do Capim) passavam a ocupar a Cidade. No ano de 1835 houve enormes variações na ocupação de Belém, disputadas pelos *legalistas* que detinham o controle de embarcações de grande porte (poder marítimo) e os *patriotas* que eram capazes de obter o apoio dos índios, gentios e misturados do interior (poder terrestre).

embarcações, Manuel Jorge Rodrigues manteve-se como *presidente legal* e continuava, juntamente com Taylor, a despachar ofícios e relatórios a diversos pontos no interior e no exterior da província, em busca de uma estratégia de reconquista *legal* da Amazônia brasileira. Foi neste contexto que a estratégia de *pacificação* do Grão-Pará, levada a cabo por Soares d'Andréa foi forjada. Aqueles que estivessem fora do consenso *legalista*, cada vez mais concentrados em poucas localidades entre fins de 1835 e início de 1836, eram considerados por eles como participantes do pacto para *aniquilar os brancos*.

É interessante recuperar aqui algumas das colocações de John Taylor, neste intervalo em que se mantiveram refugiados em ilhas e embarcações na foz do rio Pará. Em fins de agosto, no relatório dos combates (AHI. L.875. M.01. P.02. O.05), o almirante se referia à vitória dos ditos *cabanos* como, “o bárbaro triumpho dos malvados que, sem religião ou moral, tem a seu bel praser cometido toda a casta de barbaridade que a compreensão humana conceber póde”. Dizia ele que a Cidade estava “entregue aos ferozes caboclos que andão agora esquartejando alguns brancos que por desgraça não se poudé evadir”. Além disso, afirmava que os *caboclos*, que haviam “declarado guerra aberta às pessoas não de sua raça”, estariam inclusive desarmando e atacando os “pretos escravos, à pretexto de serem os senhores da Cidade”.

Em ofício de início de setembro (AHI. L.875. P.02. O.06), Taylor se referia a canibais na Cidade: “Os ferozes canibae que nesta província tantos horrores commetem, desconhecendo todos os princípios de moral, de virtude e de religião só se nutrem em commeter **malvadezas contra a espécie humana, com a qual apenas leves parecenças exteriores tem**” (grifo meu). Note que, em sua concepção, os rebeldes apenas guardariam “leves parecenças exteriores” com a espécie humana. Para vencê-los, na concepção de John Taylor seria preciso realizar grandes esforços militares:

(...) **diga-se por uma vez que com raríssimas excepções toda a raça de caboclos, tapuios e cafuzes são unânimes em sentimentos e só uma grande tropa de força regular de duas mil bayonetas para cima, com experimentados officiaes, artilharia de campanha, dois bons engenheiros e muitas munições de guerra e boca, acompanhado tudo de suspensão de garantias, de muita energia e de autorização de abreviar processos e dar immediata e exemplar punição**

aos crimes, é que o Pará poderá ser reconquistado, porquanto todo ele existe contaminado do mesmo mal da Capital (...) (AHI. L.875. P.02. O.06, grifos meus).

O esforço militar de reconquista do Pará proposto por John Taylor à regência deveria envolver apenas tropas regulares, bem armadas, recrutadas fora da província do Grão-Pará. Todos os procedimentos militares deveriam ser acompanhados de “suspensão de garantias” e de “autorização de abreviar processos e dar imediata punição exemplar aos crimes”. É no item XXXV, do artigo 179, da Carta de 1824, que o almirante inglês se baseia para fundamentar sua estratégia. A suspensão das garantias constitucionais deveria ser aplicada contra todo e qualquer contrário da *legalidade* considerado suspeito pelas autoridades reconhecidas, sem que fossem realizados processos.

Por mais que os *legalistas* acentuassem estar combatendo não-*brancos*, a proposta de exceção era muito mais abrangente, uma vez que qualquer um (fosse *cidadão branco*, *índio*, *negro* ou *mestiço*) poderia ser preso sem formalidades, uma vez que considerado culpado do *crime geral*. Deste modo, a *guerra geral contra os cabanos* instaurou uma exceção completa às garantias constitucionais dos *cidadãos brasileiros* presentes na Carta de 1824 em todo o Estado do Grão-Pará. Há uma contradição bastante reveladora na própria formulação do regime de exceção. Afinal, se se tratava de realizar a guerra contra os *homens de cor*, porque estender a suspensão das garantias aos *brancos*?

A supressão completa da legislação do Império do Brasil no Estado do Grão-Pará, empreendida a partir da estratégia formulada por Manuel Jorge Rodrigues e John Taylor, é mais complexa do que aparenta. A estratégia *legalista* de um regime de exceção visava tanto a guerra contra os *cidadãos dissidentes*, quanto contra os *homens de cor*. Porém, evidenciar a disputa contra *cidadãos* seria evidenciar a existência de projetos de nação e de Estado conflitantes em relação àqueles defendidos pelos representantes da *legalidade*. A ênfase na luta contra os *homens de cor* teria justificativa uma vez todas as suas ações poderiam ser mais facilmente desqualificadas. Neste sentido, o relatório de meados de novembro de 1835 de Henry Stephen Fox, ministro britânico no Rio de Janeiro à época, aos seus superiores em Londres (recuperado por Cleary) é bastante esclarecedor. Leiamos:

(...)

A facção vitoriosa, ou seja, a tropa de selvagens que agora domina o Pará, consiste principalmente de índios (deles existe uma numerosa população entre as províncias do Pará e Maranhão) **e de várias raças mestiças entre índios e negros, classificadas com a denominação geral de Cafuzos, estando, creio eu, entre as variedades mais sem valor da espécie humana.** Se derem liberdade aos negros africanos e os receberem como seus pares e camaradas, ou eles os retiverem de fato como escravos em seu próprio serviço, não temos como sabê-lo, mas **uma união entre as duas raças de cor, com a finalidade de cometer violências contra os seus donos em comum,** parece ser o resultado mais provável. **Os índios, acima descritos, nunca foram legalmente mantidos em escravidão, mas talvez tenham sido os mais cruelmente oprimidos e** estão num estado de grande degradação moral, dotados ao mesmo tempo de uma coragem e força pessoal que, com sua enorme superioridade numérica, torna agora o contraste de força física aterrorizador para a raça branca considerar. A perda do Pará, sob quaisquer circunstâncias, seria um golpe severo contra a prosperidade do Brasil, mas o exemplo, para o resto das províncias, do sucesso de tamanha insurreição como está, terá conseqüências muito mais terríveis. **Não há, entrentes, nenhuma probabilidade de que os índios ou negros venham a estabelecer qualquer coisa parecida com um governo ou uma forma regular de sociedade.** São, eu creio, muito menos adiantados em relação a uma civilização do que os negros de Santo Domingo logo que se libertaram. **Se a revolução não for dominada agora, a grande e fértil província do Pará pode ser considerada totalmente perdida para o mundo civilizado** (*apud* Doc. Ing. Cleary, 2002:187, grifos meus).

Note que o representante britânico no Brasil manifesta em seu ofício a Londres um contundente repúdio à “tropa de selvagens” que estaria dominando o Pará. Tais “tropas selvagens” seriam compostas por “*índios, negros e mestiços*”, entre os quais os “*cafuzos*” (descendente de *índios e negros*), que estariam entre as “variedades mais sem valor da espécie humana”. O britânico coloca que a “escravidão” e a “opressão cruel” sofrida pelos “índios”, legalmente livres, como centro da *guerra contra os brancos*. Estas seriam, em seu argumento, as

hostilidades prévias que originaram “tamanha revolução”, que caso não fosse “dominada” rapidamente, faria com que “a grande e fértil província do Pará” pudesse ser considerada “totalmente perdida para o mundo civilizado”. Na opinião ministro britânico no Brasil, que buscava legitimar a participação de suas embarcações na “reconquista”, os *homens de cor* da Amazônia seriam “muito menos adiantados em relação uma civilização do que os negros de Santo Domingos logo que se libertaram”. A ameaça concreta seria que seu “domínio” traria a derrota da “civilização”, uma vez que considerava não haver “nenhuma probabilidade de que os índios ou negros estabelecessem qualquer coisa parecida com um governo ou uma forma regular de sociedade”.

O governo *legal* é defendido por ele como o governo dos *brancos*, superiores, representantes da *sociedade e da civilização* na Amazônia. O regime de exceção, assim, é colocado como um processo legítimo de reconquista, tanto do território quanto de suas populações, consideradas incapazes de “qualquer forma regular de sociedade”. Os *legalistas* do Grão-Pará, e toda a rede de apoiadores de fora da província, consideravam não só que a *segurança do Estado* estava em risco, mas também a *civilização* e a própria *humanidade*. A disputa contra os *cabanos* seria contra *feras*, que, nas palavras de Taylor, teriam apenas “leves semelhanças exteriores com a espécie humana”.

Na formação do consenso da *legalidade* a partir de agosto de 1835, todas as informações relativas ao fim da escravidão e o desmembramento da província do Grão-Pará do Império do Brasil não passavam de boatos e temores, sobre os quais, conforme as palavras do ministro britânico, “*não temos como sabê-lo*”. Toda a proposta concreta do regime de exceção foi moldada com base em uma conjectura amplamente disseminada na documentação: *a união como pares e camaradas das duas raças de cor contra os brancos*. No decorrer do processo esta conjectura ganhou o caráter de realidade naturalizada. De antemão, os *cabanos*, ou a *união das duas raças contra os brancos*, estavam para além dos limites dos *homens de bem*, da *civilização e da humanidade*, eram *monstros desprezíveis*. Em tal visão de mundo, os *brancos* são ontologicamente superiores aos *homens de cor*. A superioridade dos *brancos* deveria se realizar no governo da *sociedade*, uma vez que os *homens de cor* seriam incapazes de fazê-lo.

Note que o sistema de classificação por *castas raciais*, sistematizado por Baena (1839), e recuperado analiticamente por José Veríssimo (1878), Moreira Neto (1988), David Cleary (1998), e outros autores, era efetivamente operante no período. Tal como exposto no item

sobre José Veríssimo, as três “raças puras”, os *brancos*, *índios* e *negros*, ocupariam posições ontologicamente distintas com relação à superioridade ou à inferioridade. Os *brancos* estariam no pólo da superioridade, os *negros* no da inferioridade, e os *índios* em uma posição intermediária e ambígua. No sistema de posições *raciais* na *sociedade* defendida pelos *legalistas*, os *brancos* eram, sem questionamentos, *senhores* e, os *negros*, *escravos*. Os *índios*, porém, conforme reconhece o ministro britânico no Brasil, “nunca foram legalmente mantidos em escravidão, mas talvez tenham sido os mais cruelmente oprimidos”.

A posição dos *índios* era ambígua, uma vez que, no plano jurídico eram livres, estatuto que compartilhavam com os *brancos*; porém, no plano prático, eram escravos, estatuto que compartilhavam com os *negros*. A questão se torna ainda mais complexa quando se inclui na reflexão as misturas entre as “três raças puras”: os *curibocas* (*branco* e *índio*), os *mamelucos* (*curiboca* e *branco*), os *mulatos* (*branco* e *preto*), e os *cafuz*, *cafuzos* ou *carafuzos* (*negro* e *índio*). É sintomático que o ministro britânico afirme que as “várias raças mestiças entre índios e negros, classificadas com a denominação geral de Cafuzos”, estariam “entre as variedades mais sem valor da espécie humana”. Os *cafuzos* eram a mistura que dava corpo à temida *união das duas raças contra os brancos*. É apenas com o acréscimo valorativo de atributos pejorativos, tais como o de serem os “mais sem valor da espécie humana”, que os *cafuzos*, assim como os *índios*, pendem decisivamente para o pólo dos inferiores, por excelência, que seriam passíveis de escravidão.

Manuela Carneiro da Cunha, em *Legislação Indigenista no Século XIX* (1992), defende que no século XIX, nas mais diversas regiões do território do Império, a ‘questão indígena’ havia se convertido essencialmente em uma questão de terras (:04). Na região amazônica, entretanto, onde a ‘penúria de capitais’ dificultava a compra de negros escravos, a escravidão indígena continuou a ser fundamental. Nas argumentações *legalistas* se observa que as duas questões são centrais; tanto a reconquista do território, quanto de suas populações. Em relação à conquista do espaço, a autora evidencia, para o Império, tentativas de controle dos *bravios* por meio de *aldeamentos* populacionais concentrados, que, caso malograssem, dariam margem a tentativas de *desinfestar* as terras pretendidas. Os processos de aniquilação e expropriação de terras seriam o recurso último, quando malogradas as tentativas de se realizar *aldeamentos*, que pudessem *civilizar* e disciplinar para o trabalho. Manuela Carneiro da Cunha destaca que “a idéia da bestialidade, da fereza, em suma da animalidade dos índios, era comumente

expressa” na arena de discussões políticas e científicas do Império (:05). A autora destaca que as discussões sobre a *humanidade* e sobre a *capacidade para a civilização* tinham amplas consequências políticas; afinal, delas decorriam argumentos que pendiam ou para o extermínio sumário de populações indígenas ou para a atração, educação e inclusão na sociedade civil.

Assim como entre os século XVI e XVIII, aqui sintetizados a partir de Pérrone-Moisés (2000), Carneiro da Cunha afirma que no século XIX havia duas grandes categorias de nativos, os *bravos* ou *gentios* e os *mansos* ou *domésticos*. Note-se, a autora destaca, que a própria terminologia expressa noções de animalidade e errância (:07). A domesticação estaria associada à sedentarização em aldeamentos, nos quais haveria leis. Todos aqueles povos aos poucos encontrados nas regiões limítrofes do Império, por exemplo, os afluentes do Amazonas, o rio Araguaia, o rio Madeira, o rio Purus, entre muitos outros, eram classificados no registro dos *gentios bravos*. Em tal classificação, os tupis e guaranis, já amplamente exterminados ou virtualmente assimilados, foram incorporados ao imaginário da nação como emblemas da brasilidade; tratar-se-ia do índio bom, convenientemente morto, sem proporcionar grandes impasses à construção do Império. Os Botocudos de Minas Gerais, ou os Mura do rio Madeira, índios vivos, seriam o exemplo dos *bravos* contra os quais deveria se realizar a guerra; sua reputação seria de ferocidade e de animalidade.

A questão indígena foi debatida exaustivamente durante o processo de construção da Carta de 1824. A autora destaca que pelo menos cinco projetos de deputados brasileiros teriam sido submetidos às cortes portuguesas, quando da preparação da Constituição de 1822. No entanto, embora o governo imperial houvesse solicitado às províncias informações sobre a *índole* dos índios e recomendações sobre os melhores meios de *civilizá-los*, nenhum item da Carta de 1824 tratou especificamente das populações indígenas. Não foi realizado um *Plano Geral de Civilização dos Índios*, fazendo com que, na formação do Brasil, se mantivesse, em relação às populações indígenas, um verdadeiro “vazio legislativo”, conforme expressão da autora. Entre as propostas de lei, Carneiro da Cunha destaca os *Apontamentos para a civilização dos índios bravos no Império do Brasil* (1823), de José Bonifácio, que defendia os *meios de brandura* para com os *bravos*.

Em sua proposta, Bonifácio defendia que as dificuldades da “cathequese e civilização dos índios bravos” decorriam de duas causas: da “natureza e estado em que se acham esses

índios” e o modo como “sucessivamente Portuguezes e Brasileiros os temos tratado” (*apud* Carneiro da Cunha, 1992:347). Na proposta de Bonifácio, “o homem primitivo não he bom, nem he mão naturalmente, he um mero autômato, cujas molas podem ser postas pelo exemplo, educação e benefícios” (:350). O político defendia que os *índios bravos* eram plenamente humanos, que poderiam ser civilizados por meios *brandos*; e criticava as posições, segundo ele, difundidas entre os portugueses, de que o “índio só tem figura humana, sem ser capaz de perfectibilidade” (:350). Os *meios de brandura* deveriam ser inspirados nos primeiros jesuítas, que para Bonifácio, desde o século XVI evitavam o recurso à força para a edificação das *aldeias*. A *brandura* faria com que os *índios bravos* desejassem aceder à *civilização*; que se tornassem cristãos, sedentários e industriais. A proposta de Bonifácio fazia recomendações de que os *índios* não fossem tratados com desprezo; defendia que cessasse o “roubo contínuo de suas melhores terras, os serviços a que os sujeitamos, (...) para o serviço do Estado, e dos particulares; e por fim enxertando-lhes todos os nossos vícios, e moléstias, sem lhes communicar nossas virtudes e talentos” (:348). Bonifácio defendia que apenas por tal meio a depopulação e a escravidão indígena seriam evitadas. Leia-se um trecho de Bonifácio sobre este impasse:

(...) Segundo nossas Leis, os Índios devião gozar dos privilégios da raça Europêa; mas este benefício tem sido illusorio, porque a pobreza em que se achão, a ignorância por falta de educação, e estímulos, e as vexações contínuas dos Brancos os tornão tão abjetos e desprezíveis como os negros. (...). (*apud* Carneiro da Cunha, 1992: 351, grifos meus).

Em sua crítica às *vexações dos Brancos*, às *guerras justas* e à *escravidão indígena*, José Bonifácio afirmava que eram as próprias atitudes dos *brancos* que faziam com que os *índios* se tornassem “tão abjetos e desprezíveis como os negros”. Porém, como dito, os projetos de *brandura*, sintetizados na proposta de Bonifácio, não foram incorporados à Carta de 1824. A proposta de *civilização dos índios bravos*, baseada na *brandura dos jesuítas*, continuou a rivalizar com as propostas dos defensores da *força bruta*. Não havia qualquer plano geral, as decisões em relação aos projetos de *civilização* se davam em âmbito local. Segundo Manuela Carneiro da Cunha, apoiada nos *Apontamentos*, os adeptos da *força bruta* haviam se fortalecido politicamente com a chegada de d. João VI. ao Rio de Janeiro (1808), quando, sem sequer

formular qualquer retórica de legitimação referente a hostilidades prévias, o rei autorizou uma *guerra ofensiva* contra os povos genericamente denominados como Botocudos, no território de Minas Gerais. Desde então, nas mais diversas regiões, os defensores da *força bruta* se viram autorizados a realizarem expedições de extermínio (para o controle das terras) e de captura (para trabalhos escravos), uma vez que se consideravam legitimados pelo Rei e pelo Estado.

Os trabalhos de Manuela Carneiro da Cunha (1992) e de Beatriz Pérrone-Moisés (2000), focados na legislação indigenista da colônia e do Império, evidenciam a longa duração das disputas entre adeptos da *brandura* e adeptos da *violência*; e nos auxiliam a trazer inteligibilidade aos impasses aqui trabalhados. O próprio “vazio legislativo”, relativo à questão indígena, no âmbito da Carta de 1824, nos indica que é, efetivamente, no plano provincial, ou mesmo em cada ramificação e relação específica entre *senhor* e *subordinado*, entre *branco* e *homem de cor*, que tudo se passava. Em meio à ambigüidade legal com relação aos projetos de *civilização*, os adeptos da *brandura*, tendiam a aproximar os *índios* e os *brancos*, na condição de *homens livres*; enquanto que os adeptos da *violência* tendiam a aproximar os *índios* e os *negros*, na condição de *escravos*. É preciso ressaltar que, entre estas tendências conflitantes de *civilização*, havia o compartilhamento de um campo de debate. Todos acordavam com o fim de que os *brancos* deveriam nortear, por meio da Igreja e do Estado, a todas as outras *raças*; bem como todos concordavam com o ponto de que os *negros* eram naturalmente escravos. As discordâncias residiam no estatuto que seria dado aos *índios*; se *livres* ou se *escravos*; se próximos dos *brancos* ou dos *negros*.

Com base nos relatórios dos principais representantes do Império do Brasil no Estado do Grão-Pará, assim como nas comunicações estrangeiras, pudemos observar que a regência, em meados de 1835, apoiava para tal região um projeto baseado na *força bruta*. Os *legalistas*, que se auto-denominavam desta forma por serem legitimados e reconhecidos pelo centro do Império (e não por respeitarem a constituição), passaram a receber cada vez mais respaldo para agirem sem qualquer *formalidade* contra seus contrários; os não-brancos, os *cabanos*. Os nexos aqui estabelecidos entre as *guerras gerais* e a reação *legalista* contra a *guerra geral contra os brancos* são evidentes à luz da comparação entre os relatórios dos *legalistas* e seus apoiadores externos. Porém, é preciso que se destaque que as conexões não são óbvias, nem mesmo

para os mais atentos antropólogos, tais como Manuela Carneiro da Cunha, que propriamente aprofundou e trouxe inteligibilidade a tais lógicas.

Em sua “Introdução” à *Legislação Indigenista do Século XIX* (1992), da qual aqui nos valem, a autora versa sobre a *cabanagem*; entretanto sem estabelecer conexões claras entre as disputas entre adeptos da *brandura* e da *violência*. Mais ainda, a *cabanagem* não é interpretada diretamente no eixo de sua argumentação mais ampla. Manuela Carneiro da Cunha versa sobre a *cabanagem* em tópico relativo aos ofícios dos índios, sobretudo, nas tropas e na marinha. Entre diversas situações de recrutamento forçado ou voluntário, a autora destaca a *cabanagem* como um caso excepcional de “uso revolucionário de índios e tapuios” em combates entre facções. Leiamos:

(...). Um caso excepcional foi o uso ‘revolucionário’ de índios e ‘tapuias’ (termo genérico para designar índios igualmente genéricos que formavam a base da população amazônica do século XIX) na *cabanagem* que sacudiu o Pará e o atual Amazonas, da Independência até 1840, aproximadamente (R.Anderson 1985, C. Moreira Neto 1988). Neste vasto movimento, índios e tapuias foram primeiro usados pelas elites como bucha de canhão para as suas querelas faccionais que opunham os conservadores aos ‘philantrópicos’ ou liberais. Mas os cabanos revoltosos apoiaram-se nos despossuídos e acabaram por fazer eclodir uma revolta de que nenhum dos líderes iniciais parecia ter mais controle. Várias guerras particulares parecem ter-se travado no bojo da *cabanagem*, sem que se formasse realmente um movimento revolucionário identificável, nem entre as elites nem entre as suas tropas. Entre essas guerras figuram revoltas de índios, com os Maués, por exemplo, tomando para o lado cabano a vila de Luzéa, a atual Maués, ou os Mura combatendo os habitantes de Manaus, em Autazes (1992:29-30, grifos meus).

É preciso destacar que o objetivo da pesquisa de Manuela Carneiro da Cunha não era especificamente uma pesquisa sobre a *cabanagem*. Sua interpretação se baseia nas pesquisas de Robin Anderson (“Cabanagem: uma interpretação da luta de raças e classes na Amazônia, 1835-6”, 1975) e Moreira Neto (*Índios na Amazônia*, 1988). Em recuperação da argumentação de Anderson, a autora afirma que os *índios e tapuias* foram utilizados como “buchas de canhão para suas querelas faccionais que opunham os conservadores aos ‘philantropos’”. Porém, os

“revoltosos cabanos”, apoiados nos “despossuídos”, acabaram por perder qualquer controle sobre as mobilizações. A partir deste momento, que podemos situar em meados de agosto de 1835, a autora destaca “várias guerras particulares (...), sem que se formasse realmente um movimento revolucionário identificável”, nem sequer entre as “elites” e as “tropas”.

A leitura da *cabanagem* de Manuela Carneiro da Cunha revela dificuldades e impasses centrais que permeiam a escrita sobre o tema, tanto no âmbito da antropologia, quanto no da historiografia. Em tal trabalho, a autora se propõe a estudar as idéias das elites e o quadro institucional do indigenismo no século XIX, a partir de sua legislação, para assim, impactar a legislação indigenista atual, por meio do aprofundamento histórico. Para Carneiro da Cunha, a legislação pertence à ordem da representação, é fruto de uma realidade de poder e de uma tradição ideológica, é parte constitutiva da realidade e realimentadora da ideologia (1992:02-3). O esforço da autora é o de observarmos com acuidade a unidade de idéias do pensamento das elites do século XIX, por meio dos textos legislativos.

Sua proposta visa se aprofundar nas perspectivas de tais elites da época. Manuela Carneiro da Cunha, efetivamente, cumpre sua tarefa à risca e com maestria. Porém, é digno de destaque que, ao versar sobre a *cabanagem*, a autora tenha se distanciado da proposta de discorrer sobre as perspectivas das elites acerca das populações indígenas, para tecer comentários sobre a multiplicidade de perspectivas e inserções dos agentes indígenas no seio de “várias guerras particulares”; tais como as dos Maués, na região de Luzéa, e os Mura, na região do lago Autazes. É possível dizer que o esforço da antropóloga talvez fosse o de dar ênfase ao ponto de que a disputa pelo controle do Estado não era a única questão em jogo. A intenção da autora parecia ser a de evidenciar que na Amazônia, o Estado em formação não era a única forma de organização social existente e possível; e, mais ainda, que entre estas diversas formas de organização, não se poderia depreender a existência de qualquer centro ou totalidade.

Porém, ao tentar dar destaque à existência de perspectivas tais como as dos Mura e Maués, na região do rio Madeira, a autora realizou um trabalho diferente ao proposto no corpo da obra que era o de destacar o pensamento das elites com relação aos índios. Neste ínterim, com vistas a recuperar as populações indígenas, a autora produz um rebaixamento tanto das “querelas faccionais que opunham os conservadores aos ‘philantropicos’” em Belém e nas vilas, quanto das inserções de *índios e tapuios* em tal dinâmica. No “vasto movimento”,

reproduz a autora a partir de Anderson (1985), os líderes, “cabanos revoltosos”, se apoiaram nos “índios e tapuios” como “buchas de canhão”, e acabaram por eclodir uma “revolta” sem centro, nem controle. A perspectiva de que os *índios e tapuios* fossem meramente “buchas de canhão”, no que tange às disputas pelo controle do Estado, lhes coloca em uma posição em que não aparecem, efetivamente, como sujeitos, que pensam e fazem sua história a partir de seus próprios termos.

Observa-se que há uma certa recusa, por parte da autora, de reconhecer articulações entre as ações sem centro das “guerras particulares” e o “movimento dos cabanos revoltosos” em busca de controle das vilas e da Capital; os centros do Estado. Afinal, sequer teria havido um “movimento revolucionário identificável”. É como se tudo se passasse entre extremos, sem entrecruzamentos efetivos. Ao tentar dar o devido destaque às posições de sujeito dos povos indígenas que guardavam distância das querelas das elites do Estado, a autora acabou por desqualificar, de antemão, diversas e complexas dinâmicas das regiões de fronteira e recriação, tais como as vilas e a Cidade do Pará. Há, em sua interpretação sobre a *cabanagem*, um esforço para que se dê ênfase à multiplicidade de perspectivas; porém, na tessitura de seu argumento, talvez por um esforço de se afastar do memorialismo em voga na época (Di Paolo [1985]), a autora acabou por simplificar diversas posições e relações referentes à disputa pelo controle do Estado. Além disso, a autora, no momento em que versou sobre a *cabanagem*, em meio a seu trabalho acerca da legislação indigenista do XIX, se afastou da proposta central desta sua obra em questão.

A partir dos impasses da interpretação de Manuela Carneiro da Cunha, é possível destacar as dificuldades que há para se situar, com o devido cuidado, as diversas perspectivas e posições de sujeito que perpassam o complexo de confrontações belicosas englobadas pela noção de *cabanagem*. A antropóloga, diante de afirmações simplistas de que os *cabanos* eram um grupo revolucionário unido contra a opressão em um território de maioria indígena, esboçou uma hipótese de simplificação diametralmente oposta: tratar-se-ia de várias “guerras particulares”, sem articulação, controle, ou centro. Observe que o esforço proposto nesta dissertação, de situar os *cabanos* nos termos, perspectivas e posições de sujeito da época, oferece efetivamente um ganho metodológico. Constatar que a expressão – *cabano* – foi forjada pelos *legalistas* e seus apoiadores, para desqualificar seus contrários, nos abriu caminho tanto para aprofundamentos em suas perspectivas, quanto para a busca pelas próprias perspectivas dos

seus contrários, de modo mais objetivo. O interessante é que o modo como a figura do *cabano* se insere na formulação da reação *legalista* à pretensa *guerra geral da união das raças de cor contra os brancos*, nos trouxe conexões evidentes entre tal processo e o processo de produção das *guerras justas*, tanto na colônia, quanto no Império. Por este viés, foi possível situar e trazer inteligibilidade, no próprio período, a tendências de longa duração, relativas às disputas entre adeptos da *brandura* e da *força bruta*; evidenciados pela própria Manuela Carneiro da Cunha (1992) e Beatriz Pérrone-Moisés (2000) para outros eventos, regiões e épocas, mas não especificamente para a *cabanagem*.

Com a análise da documentação do processo de estruturação da *guerra contra os cabanos*, foi possível observar que os *legalistas*, completamente enfraquecidos em fins de 1835, eram abertamente adeptos da *força bruta*; ou seja, defendiam a feitura de uma reação contra os *cabanos*, na qual fosse legítimo o extermínio e os trabalhos forçados. Lembremos que em sua estratégia, ao obscurecer as disputas entre as *facções*, a *legalidade* passou a considerar que estaria combatendo *feras*, que teriam *apenas leves parecenças exteriores com a espécie humana*. Os *legalistas* se viam como *brancos*, representantes da *sociedade*, da *civilização* e da *humanidade*. Todos os seus contrários, os *cabanos*, estariam unidos em um grande pacto contra os *brancos* e a *humanidade*, e seriam inferiores e desprezíveis. Tais posições já extremamente radicais se acentuariam ainda mais com a chegada do marechal Francisco José de Sousa Soares d'Andréa e sua esquadra. Aos poucos, no bojo de tal estratégia, a figura desprezível do *cabano* passava a ganhar destaque. O *cabano* representava a unidade *ferina* dos contrários da *legalidades*, a serem – todos – atacados e perseguidos durante o período em que todo e qualquer direito seria visto como formalidade. O *cabano* é a figura que passa a dar contornos objetivos, concretos e específicos aos inimigos de um certo pacto, que poderiam ser legitimamente exterminado, uma vez que para além dos *homens de bem*, da *sociedade*, da *civilização* e da *humanidade*. Não era especificamente o *negro escravo*, o *tapuio degradado*, o *cafuzo desprezível* ou o *cidadão branco dissidentes*, mas sim todos estes juntos, como uma figura única e criminosa de antemão, caracterizada pela *fereza* a ser destruída.

V. A chegada da esquadra de Soares d'Andréa e o cerco a Belém.

O marechal Francisco José de Souza Soares d'Andréa³¹, posteriormente barão de Caçapava, foi o militar nomeado pela regência do Império para colocar em prática o projeto de *pacificação* do Grão-Pará, idealizado pelo marechal português Manuel Jorge Rodrigues, pelo inglês John Taylor e pelas *famílias* refugiadas em Tatuóca. D'Andréa, lisboeta, migrou para o Brasil juntamente com a corte em 1808. Era militar, engenheiro de formação e atuou ativamente em diversas regiões, ocupando diversos postos de destaque até meados de 1858. Entre 1817 e 1822 ocupou diversos cargos na província de Pernambuco. Em 1822, foi nomeado encarregado da defesa da província de Santa Catarina. Entre 1830 e 1831, foi enviado pela corte pela primeira vez ao Grão-Pará, onde ocupou o cargo de comandante das armas da província. Seu retorno à província se deu em abril de 1836, onde ocupou a presidência e o comando das armas e atuou com plenos poderes até meados de 1839, quando foi nomeado presidente de Santa Catarina. Em 1840, foi nomeado presidente da província do Rio Grande. Em 1841, retornou à província de Santa Catarina, onde foi nomeado comandante das forças de restauração da ordem imperial. Em 1843, d'Andréa foi nomeado presidente da província de Minas Gerais. Em 1844, foi transferido para a Bahia, para ocupar também o cargo de presidente da província. Em 1848, foi novamente nomeado presidente do Rio Grande; e em 1856, retornou à corte no Rio de Janeiro, onde foi nomeado conselheiro de Estado, para, no ano seguinte conduzir as demarcações dos limites entre o Brasil e o Uruguai.

Como se observa a partir de sua trajetória, Soares d'Andréa era um dos principais quadros políticos do Império. Ocupou os principais cargos de diversas províncias, sobretudo, em momentos de conflito armado. Soares d'Andréa foi um dos, senão o principal, agente da *força bruta* do Império, entre as décadas de 1830 e 1850.

O militar lisboeta, em sua primeira passagem por Belém, ocupou o cargo de comandante das armas, ao lado de José Felix Pereira Burgos, também português, agraciado com o título de barão de Itapicuru-Mirim, que ocupava pela segunda vez a presidência da província. Soares d'Andréa assumiu o comando militar do Grão-Pará em novembro de 1830 e em pouco tempo, segundo Raiol, passou a ser criticado por “atos arbitrários” (:141). Logo após assumir

³¹ Informações de sua trajetória política extraídas da pasta “Manoel Barata” do Arquivo do IHGB, Rio de Janeiro.

o cargo, teria autorizado todas as patrulhas de soldados a prenderem indivíduos, tanto militares quanto civis, sem processos. O cônego Batista Campos questionou neste período os procedimentos de Andréa e defendeu no conselho provincial que os comandantes militares, desde resolução de 1825, não teriam autorização para atuar despoticamente. Segundo suas críticas, Soares d'Andréa atuava no registro das leis do antigo regime, sem respeitar as cláusulas da constituição de 1824. As desavenças relativas à atuação despótica de Andréa, como comandante das armas no Grão-Pará, chegaram até Rio de Janeiro. Os debates sobre a exoneração se acirraram em fins de maio de 1831, quando uma embarcação americana trouxe ao Grão-Pará as notícias da abdicação de d. Pedro I. Batista Campos e seus aliados no conselho provincial criticavam Andréa e seus aliados de defesa da *causa portuguesa* e de *absolutismo*³² e solicitavam sua exoneração, que se realizou apenas em julho de 1831 (Raiol:164). Durante sua primeira passagem pelo Grão-Pará, Andréa pôde conhecer os grupos políticos em disputa e pôde se posicionar. É possível dizer que Soares d'Andréa tenha sido nomeado pela corte para a *pacificação* da província em fins de 1835, justamente por já ter atuado na província, por defender o absolutismo, por conhecer pessoalmente as *famílias* refugiadas em Tatuóca e por ser um antigo e conhecido inimigo de Batista Campos (já morto) e todos os seus aliados. A nomeação de Soares d'Andréa era uma indicação clara a todos, de que o processo de *pacificação* seria realizado com grande contundência e sem qualquer negociação. Soares d'Andréa, como veremos a partir de seus próprios ofícios, era um déspota declarado e um defensor contundente dos regimes militares. Assim como no caso de Manuel Jorge Rodrigues, o principal aliado de Andréa era um mercenário inglês, Frederico Mariath, que substituiu John Taylor no comando da esquadra. Nestas páginas, destacaremos alguns aspectos de suas ações e posturas, a partir de suas próprias documentações emitidas à corte. O objetivo aqui é destacar suas visões de mundo na construção do processo de efetivação das ações militares, bem como a inserção da figura do *cabano* em seus discursos.

³² Leia-se fragmento da crítica formulada por Batista Campos, José Batista Camecran e Antônio Manuel de Sousa Trovão contra Soares d'Andrea: *O comandante das armas, Francisco José de Sousa Soares de Andréia, nomeado pelo ministro da guerra (o conde do Rio Pardo, hoje convencido de promotor do absolutismo e como tal demitido do ministério e talvez já processado) é absolutista teórico e prático, conforme proclamam os jornais da corte com referência a atos de despotismo e tirania praticados contra brasileiros em outros comandos d'armas que exerceu, tendo sido sectário do execrável Luís Rego em Pernambuco no ano de 1817, não desmentindo seu caráter despótico e senhorial pela sua conduta nesta província, onde tem tratado os milicianos com castigos bárbaros de carregamentos de armas, prisões continuadas, grosserias e incivildades com os oficiais (...)* (apud Raiol:152). Os três críticos eram líderes e fundadores do *partido patriótico e filantrópico* e atuavam em defesa da independência, das reformas liberais e da expulsão dos absolutistas desde meados de 1822.

Frederico Mariath (AHI, L. 875., P.05.³³), comandante das forças navais de Soares d'Andréa, oficiou à corte, em meados de abril de 1836, os primeiros movimentos das tropas recém-chegadas ao Grão-Pará. Mariath destaca que a esquadra deixou o Maranhão com treze embarcações a 1 de abril de 1836. Nove destas embarcações eram de guerra e quatro para o transporte de tropas, mantimentos e utensílios de guerra. A expedição aportou na ilha de Tatuóca dias depois e a 11 de abril, o presidente nomeado marechal Manuel Jorge Rodrigues e o comandante das forças navais João Taylor entregaram seus postos.

A primeira operação coordenada por Mariath, segundo seu relato, foi a tomada da ilha de Uarapiranga, próxima à cidade. Cinco embarcações de guerra foram utilizadas e duzentos homens desembarcaram na ilha no dia 12 de abril. Conforme as explorações da tropa, não teriam encontrado ninguém no local. No dia 14, Mariath comandou uma expedição composta por quatro escunas pelos arquipélagos próximos a Belém para desembarcar outros homens. O objetivo era que as tropas, posicionadas em diversas ilhas nas proximidades de Belém, impedissem as comunicações e a entrada de mantimentos na cidade. No mesmo dia, três *gambarras* foram encontradas na ilha de Carnapijó, desembarcando gado. Segundo Mariath, faziam “vivo fogo de fuzil e de uma peça das mattas”, mas foram derrotados. O militar apenas menciona dois feridos de sua expedição. Após o combate, ainda no dia 14 de abril, Mariath relata que teria retornado à ilha de Tatuóca e de lá partido com o restante das embarcações e tropas para a ilha de Uarapiranga, mais próxima a Belém, onde a esquadra fixou acampamento e quartel.

Em ofício de 2 de maio de 1836, Mariath relata ao ministro que no dia 24 de abril teria avançado ainda mais as tropas em direção à Cidade. No comando do patacho Januária e outras cinco embarcações de guerra atravessou o Guamá e passou pela frente da cidade do Pará. De cinco diferentes fortificações de terra, teria havido fogo de artilharia contra a expedição. Segundo o almirante, não teria havido nenhum dano às embarcações, que foram posicionadas em diversos pontos, seguramente distantes da linha de tiro dos canhões das

³³ Não consta a data exata do ofício, foi redigido entre 14 de abril a 2 de maio de 1836. Não tive acesso a estudos mais aprofundados acerca da vida e da trajetória de Soares d'Andréa. Sua trajetória de vida se confunde com a história das expedições militares de *pacificação* de diversas regiões do Império do Brasil. Este trabalho, focado na Amazônia brasileira se limita, neste âmbito, a destacar a presença decisiva e central de Soares d'Andréa em diversas expedições nas quais o Império optou pelo uso da *força bruta*. Ao que tudo indica, uma pesquisa aprofundada sobre sua trajetória é um trabalho a ser ainda realizado.

fortificações da Cidade. Nestes dias, a escuna Porto Alegre, com cem homens, foi enviada para *atacar diferentes logares no rio Bojarú*. Mariath retornou a Uarapiranga.

Após quatro dias de bloqueio, Mariath afirma que “princiaram os parlamentarios dos inimigos com propostas da parte dos chefes rebeldes”. No rio Bojarú, “gambarras armadas do inimigo” estariam ao encalço da escuna Porto Alegre. Duas escunas teriam sido enviadas para o auxílio da Porto Alegre, o resultado da expedição era desconhecido até o momento. Toda a esquadra, no início de maio de 1836, estava concentrada no bloqueio à cidade, que já durava oito dias. O cerco pretendia bloquear as comunicações da cidade com seu entorno e impedir a entrada de mantimentos. “Diferentes embarcações com estes gêneros” já teriam sido capturadas.

Em 2 de maio de 1836, os vinte e um navios da “divisão da Pará”, comandada por Mariath, encontravam-se posicionados da seguinte maneira: em Vigia, o patacho Maranhão. Na ilha de Uarapiranga, a corveta Defensora e a charrua Carioca. Na baía do Guamá, no entorno da cidade, a corveta Regeneração, o patacho Januária, a escuna Fluminense e o hiate Vinte e oito de Julho. Na Pedreira, a escuna Pelotas e a Dezenove de Outubro. Na boca do Carapijó (cidade), a escuna Rio da Prata. Na ilha das onças, a escuna Bella Maria. Na baía do Sol, o brigue Dous de Março. No rio Bujarú, a escuna Porto Alegre. No rio Moju, a escuna Leal Cametaense. Em Igarapé-mirim, a barca Independência. No rio Guamá, a escuna Rio Grandense. Em Abaeté, a escuna Mundurucu. Em Cametá, o brigue Cacique. O hiate Jaguarary como volante, e o hiate Guajará, no Alto Amazonas.

A 4 de maio de 1836 (AHI, L. 875., P. 05.), Soares d’Andréa relatou à corte, do Acampamento de Uarapiranga, os movimentos das embarcações da esquadra. O general relata ter recebido notícias das revoltas em Santarém, Monte Alegre, Óbidos e outros pontos no baixo e alto Amazonas. Uma escuna seria enviada à região, porém, teria sido destacada para acompanhar uma expedição organizada pelo tenente João Luiz de Castro que teria reunido, na barca Independência e em *uns* dois batelões, cerca de trezentos homens para atacar as freguesias de Sant’Anna de Igarapé-mirim, “que os rebeldes defendiam com pertinácia”. Andréa reforçou a expedição, ainda, com cem homens do 2º. Batalhão de Pernambuco. Andréa relata, também, ter enviado a escuna Porto Alegre ao rio Guamá, com mais de vinte homens e um oficial de caçadores, para proteger a entrada de mais de trinta moradores do distrito do Bujarú, “que se ofereceram-me para neles irem levantar gente e

fazer guerra aos rebeldes”. Andréa expõe ter recebido notícias de que escuna estava sendo perseguida por canoas armadas, contra as quais enviou reforços. Tal expedição foi a mesma que seguiu pelo Igarapé-mirim, conforme o ofício de Mariath.

Andréa confirma as informações de Mariath relativas ao posicionamento das embarcações e expõe sua estratégia. O cerco tinha como objetivo, primeiramente, interceptar as comunicações entre o forte do Castelo e o lugar da Pedreira, no rio Guajará; local através do qual as seriam realizadas as comunicações entre cidade e os rios Guamá, Capim e Moju. Andréa afirmava que o bloqueio seria completo se outras embarcações pudessem fechar “a saída para a cidade pelos furos ou igarapés que atravessam a ilha das Onças”. Além disso, outras forças de mar e terra deveriam estacionar, ainda, em Magoré junto à ponta do Pinheiro, por onde seriam realizadas as comunicações com ilha de Marajó (estratégica para o fornecimento de mantimentos). Andréa solicitava à corte mais homens (cerca de duzentos marinheiros e oficiais da marinha) e embarcações, que seriam necessários “porque os troços do Corpo dessa Hydra tomarão vida própria e será indispensável esmagar cada um per si”. Aos poucos a capital era isolada do interior da província. Eduardo Nogueira Angelim e os seus aliados, *senhores da Cidade* no momento, cada vez mais se viam impossibilitados de garantir mantimentos, bem como de manter comunicações com as diversas localidades do interior, que lhes ofereciam apoio. A conquista e a entrada das tropas de Soares d’Andréa em Belém ocorreriam dias depois. Houve da parte dos líderes *patriotas* tentativas de negociação de anistia; porém, Andréa se recusou a empreender qualquer acordo.

VI. Propostas de anistia dos *patriotas* e a recusa de Soares d’Andréa a qualquer acordo.

Em meio ao cerco a Belém, o bispo sugeriu a Eduardo Nogueira Angelim que evitasse qualquer hostilidade e que propusesse a Soares d’Andréa uma proposta de anistia geral³⁴. Em 26 de abril, Angelim enviou a Andréa, por intermédio do bispo, um documento assinado por ele e por todos os seus comandantes, que guarneciam diversos pontos da cidade, uma proposta de negociação (*apud* Raiol:949). No documento, Angelim e seus aliados propunham uma “anistia geral, (...), pondo em liberdade todos os presos a bordo e lançando um véu sobre os males passados”. Solicitavam garantias de não agressão a “pessoa alguma que esteja

³⁴ Utilizo-me, para compor este tópico, da documentação disponível nos *Motins Políticos* de Domingos Antônio Raiol e em documentos do Arquivo Histórico do Itamaraty (Lata 875, Maço 01, Pasta 04).

comprometida na presente revolta”, uma vez que tinham o apoio de todo o “baixo e alto Amazonas”. Segundo o documento, este “rasgo de humanidade”, que os levava à negociação, teria nascido de “corações de brasileiros que sabem apreciar sua pátria”; porém, caso Andréa e seus aliados se recusassem a negociar eles deveriam ser considerados “responsáveis pelos males que se seguirem”. O bispo em sua comunicação a Andréa (*apud* Raiol:949), encaminhada juntamente com a de Angelim, afirmava que uma “boa e generosa anistia” poderia trazer o “mais firme sossego e estabilidade desta importante província, sem efusão de sangue que tanto horroriza a humanidade”. A anistia seria possível, em sua opinião, uma vez que em Pernambuco tal medida teria trazido as melhores conseqüências.

Entretanto, Andréa em sua resposta enviada a Belém dois dias depois (28 de abril) se recusou a negociar (*apud* Raiol:950). Afirmou o marechal [1] que não estava autorizado a publicar qualquer anistia, uma vez que a assembléia geral não havia o autorizado para tal; [2] que sua palavra era a melhor garantia; [3] que pelo mesmo motivo de não poder publicar anistia não poderia soltar os presos; [4] que era “amante do rico Império” [do Brasil], ao qual servia desde seus primeiros anos, e que não poderia ser responsabilizado por nada.

Diante da negativa, Angelim novamente reuniu seu conselho e enviou a Andréa uma nova proposta em 30 de abril. As tentativas de negociação, como se observa, eram diárias. Em sua carta a Andréa (*apud* Raiol:952; AHI, L.875. M.01. P.04.), Angelim afirmava que para ele seria uma glória se a entrada das forças de Andréa na Cidade fosse realizada “sem um tiro de parte a parte”; ressaltava que os “Paraenses” estavam obedientes a ele, que não os desacompanharia, e que uma vez que se encontravam “escarmentados não se querem confiar de ninguém mais, e dizem que é melhor morrer combatendo do que serem enganados segunda vez”, tal como ocorrera com a posse de Manuel Jorge Rodrigues. Angelim afirmava que todos prestavam obediência a S. M. Imperial e que inclusive havia recusado vantagens que estrangeiros teriam lhe feito para proclamar a independência do Grão-Pará. Angelim afirmava que ele e os “paraenses” defendiam um “Governo Livre e filantrópico, rodeado de amor”. Além disso, destacava que teria realizado todos os esforços para “manter a ordem e desterrar a anarquia”. Segundo ele, suas atuações estariam pautadas nas “leis da humanidade” e, por isso, muitas vezes teria “punido com o fusil alguns malvados” que o acompanhavam. Angelim afirmava que sua intenção era

plantar a paz e a concórdia n'este imenso país do Amazonas, que por todos os princípios dever-se-hia ter constituído a Republica do Grande Mestre de Aristóteles a terem sido manejadas por philosophos as rédeas do Governo: porém infelizmente aqui o suborno, o peculato, a descarada venalidade, o vicio, a libertinagem, a irreligião, o crime enfim ergue um pódio magestoso (*apud* Raiol:952; AHI, L.875. M.01. P.04.).

Além disso, afirmava que se preciso fosse o interior estaria disposto a apoiar a capital em caso de combate e afronta. Em sua resposta no dia seguinte (*apud* Raiol:953; AHI. L. 875), Andréa afirmava que sua tarefa era “cumprir ordens e não fazer reflexões sobre elas”; que fora enviado à província para “restituir a ordem e a paz à província”. Segundo ele, não haveria como “ter lugar a suspensão das hostilidades”, uma vez que ainda havia desobediência e além disso, reiterava, não se tratava de um diálogo de Nação a Nação. Em sua resposta, Andréa exigia que se quisessem obter “um perdão da Assembléia Geral” deveriam mostrar um desejo claro de retornar à ordem. Além disso, solicitava que abandonassem a Cidade e procurassem uma posição qualquer para esperarem a resposta da Assembléia.

Em resposta enviada em 3 de maio (*apud* Raiol:954-5; AHI. L.875), Angelim reiterou seus esforços de conter a anarquia e afirmou que se retiraria da Cidade com seus subordinados, uma vez que não queria “ver mais sangue derramado”; além disso, destacava o seu amor à “pátria” e à “humanidade”. Angelim solicitou vinte dias para se retirar e destacou que sua intenção era marchar para o Amazonas, onde pretendia se manter à espera de uma decisão da Assembléia Geral. Propunha ainda que os “pontos da Legalidade” não o hostilizassem, uma vez que não era sua intenção hostilizá-los. Além disso, juntamente com o ofício, e em demonstração de suas “boas intenções”, Angelim enviou a Andréa todas cédulas vindas da província, que estavam encaixotadas e que ele manteria em segurança.

No mesmo dia, Andréa lhe enviou sua resposta (*apud* Raiol:955; AHI L.875). Afirmava que não autorizaria sua retirada para o Amazonas, uma vez que tal ponto poderia lhe servir de base para novas tentativas. O marechal afirmava que não pretendia tratar de qualquer partilha da província. Sua proposta era que Eduardo Angelim e as pessoas que desejasse serem perdoadas se retirassem para a fazenda que ele (Angelim) tinha na região do Carnapijó. Andréa exigia que Angelim lhe enviasse uma relação de todas as pessoas que o

acompanhariam e que deveriam se conservar no interior da fazenda, sem passarem para além do rio Barcarena. Caso aceitasse, todos aqueles presentes na relação seriam deixados em paz até que houvesse uma decisão da corte. Além disso, Andréa afirmava que para tal operação não seria necessário vinte dias. Andréa, neste ínterim, enviou de volta as cédulas a Angelim, afirmando que apenas deveria entregá-las, caso aceitasse sua proposta.

No dia seguinte, 4 de maio, Angelim recusou a proposta de Andréa e reafirmou suas posições (*apud* Raiol:956; AHI L.875). Segundo ele, as condições propostas eram “pesadas e duras para um povo, que se considera triunfante, em o qual ora falecem valor e coragem para defender a sua liberdade, quando esta seja agredida”. Afirmava que ainda havia tempo para que os males fossem remediados, contanto que fosse permitida sua passagem para o Amazonas, que, caso não fosse pacífica, seria feita em disputa. Para ele, Andréa pretendia “abusar do Povo Paraense” e que os procedimentos sugeridos eram uma covardia. Angelim afirmava que sua fazenda não tinha recursos, que não poderia acomodar mais do que cinco homens e que era muito próxima da Capital. Por tais motivos, Angelim afirmava a Andréa que se mantinha firme em tais *princípios*, a menos que Andréa mudasse suas posições. Andréa, entretanto, respondeu-lhe prontamente (*apud* Raiol:956; AHI L. 875) que não poderia aceitar os termos propostos pelo “chefe das forças da Cidade” e que, sendo assim, seria melhor que as coisas ficassem como antes; ou seja, sem qualquer acordo ou negociação.

Com o fim das comunicações entre Andréa e Angelim, no mesmo dia o bispo tentou, mais uma vez propor a Andréa que negociasse (*apud* Raiol:957), pois caso contrário o “povo da cidade” passaria a incendiar e destruir a capital, como fizera a legalidade no Igarapé-miri, o que ele muito tem sentido”. Além disso, o bispo solicitava de Andréa “prudência e sabedoria” pelo “interesse da humanidade oprimida”. Andréa, entretanto, recusou seus pedidos. Em sua resposta ao bispo (*apud* Raiol:9578), o marechal afirmava que não havia porque o bispo lhe dar conselhos e rogativas, uma vez que “ainda” não havia cometido “maldade alguma”, e nem estaria dando ordens para que se cometesse. Segundo ele, aqueles que pretendiam ser anistiados deveriam se dobrar na presença da lei e se sujeitar ao que seria justo. Em seu ofício ao bispo afirmava que não era pouco o fato de ter recebido e respondido as comunicações vindas de terra.

Com a falência das possibilidades de diálogo, Angelim optou por se retirar da Cidade. Antes disso, porém, deixou com o bispo os 1.831 réis que havia anteriormente enviado a Andréa,

para que pudessem ser incluído nas receitas do Estado. Antes de deixar Belém, no dia 10 de maio, Angelim ainda enviou um novo ofício a Andréa (*apud* Raiol:959-60) no qual afirmava que se retiraria para o Guamá, onde, segundo ele, pretendia manter as promessas de boa ordem até uma resposta da Assembléia Geral. Além disso, afirmava que manteria na Cidade uma tropa armada para conter “pessoas mal intencionadas”, até que Andréa e suas tropas desembarcassem. Angelim solicitava, ainda, que caso Andréa desejasse “poupar o sangue brasileiro”, que afastasse as embarcações de guerra para que ele e seus aliados pudessem se retirar sem confronto. Tal procedimento, segundo ele, seria justo uma vez que já teria dado suficientes provas de “obediência às leis”. Andréa, porém, em sua resposta enviada ao palácio no dia seguinte (*apud* Raiol:960), manteve os termos de sua proposta de que Angelim se retirasse com seus aliados próximos para sua fazenda no Carnapijó. Toda e qualquer outra atitude ou proposta, segundo ele, não seria aceita ou discutida; além disso, o marechal se recusava a retirar qualquer embarcação das posições por ele defendidas.

Como se observa, Soares d’Andréa recusou toda e qualquer possibilidade de acordo ou negociação efetiva com Eduardo Angelim e com o bispo Romualdo. Não haveria possibilidade de acordo caso o representante da Corte não se dispusesse a discutir uma anistia. Em nenhum momento, durante a troca de comunicações, foi debatida uma anistia geral e irrestrita. O máximo que Soares d’Andréa propôs foi poupar Eduardo Angelim e seus aliados próximos, caso se mantivessem isolados em sua fazenda no Carnapijó (região de Barcarena). Durante as comunicações, o marechal lisboeta afirmava que qualquer negociação ou acordo de anistia não haviam sido autorizados pela Assembléia, e que, por isso, não poderia discuti-los. Porém, como veremos com mais clareza no próximo tópico, que versa sobre as comunicações de Soares d’Andréa com o Ministério da Justiça do Império, era propriamente ele que fazia pressões contundentes para que não apenas não houvesse qualquer negociação. Em sua doutrina, as *leis brandas* eram inúteis e não deveriam ser respeitadas em situações e regiões como a amazônica. Como veremos, era ele propriamente que defendia e pressionava a Corte por uma abolição completa da Constituição do Império no Grão-Pará. Para Andréa, em todos os planos, apenas execuções e prisões poderiam fazer com que o Grão-Pará retornasse à ordem.

VII. O *crime geral de cabano e a brandura das leis inúteis* no contexto das primeiras expedições e prisões (1836).

A 17 de abril de 1836, Soares d'Andréa oficiou ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Justiça, Antônio Paulino Limpo de Abreu (APEP 1039, D.01). Em tal ocasião, o presidente nomeado informava o envio à corte de cinquenta e nove presos, supostamente envolvidos nas “desordens”. Segundo o general, tais homens teriam sido recolhidos sem se ter clareza de sua culpa. Para Andréa, poucos entre tais homens seriam inocentes. Todos, entretanto, foram presos acusados do “crime geral de serem do partido dos rebeldes”; alguns deles estariam com armas na mão no momento em que foram capturados (não se sabe que tipo de armas). Segundo ele, tais homens não poderiam ser devidamente processados, não por serem inocentes, “mas unicamente pela sua insignificância, que ninguém os conhece”. Tais homens, considerados perigosos por Andréa, jamais deveriam retornar ao Grão-Pará, e deveriam ser utilizados em trabalhos diversos pela Corte, em qualquer outra região (“úteis em outras, ou trabalhando pelos seus officios, ou como Grumetes, com tanto que aqui não voltem, ou forçados a trabalhos públicos”). Tal medida, para ele, não poderia ser vista como injusta. Na relação de culpas consta a seguinte afirmação em praticamente todos os casos: *ignora-se o crime*. Dentre os presos remetidos à corte pela fragata Campista nesta remessa, Andréa destaca a presença de Francisco Antônio Nogueira, “prezo pelo único crime de ser Irmão do Eduardo, ultimo chefe dos revoltosos”.

No dia 27 de maio de 1836, Soares d'Andréa, já de posse da Capital, oficiou novamente ao Ministro da Justiça (APEP 1039. D.04). Em tal ocasião Andréa afirmava que seria preciso principiar a realização de sumários que serviriam de base ao processo dos réus da província. Para Andréa, **“todos os Chefes dos rebeldes, e os mais encarniçados bebedores de sangue que se tem distinguido nesta época, são huma e a mesmíssima coiza, só tem as formas exteriores diversas”** (grifos meus). Para Andréa, todos seriam igualmente monstros criminosos, sem qualquer exagero. Diante de tal situação, Andréa afirmava:

ou esses Códigos Criminal e do Processo hão de illiminar-se e ser substituídos por Leis úteis, e em que todos vejamos garantidas as nossas honras, nossas vidas, e nossos bens; ou esta Província hade pertencer a Tapuios, e o resto do Brazil a negros (APEP 1039. D.04).

No dia 31 de maio, em ofício ao mesmo ministro (APEP 1039. D.06), Andréa expõe o caso de *hum indivíduo*. Segundo ele, não seria excesso de zelo expor à regência apenas um caso, pois tal seria representativo da qualidade dos “criminosos” da província. Trataria-se, conforme descreve o general Andréa, de um rebelde, o capitão Manoel Joaquim Pereira Féis, comandante do distrito de Moju, que teria sido preso com armas nas mãos, juntamente com alguns outros. Segundo ele, tal homem, ao saber que os filhos de D. Joana de Oliveira Pantoja teriam retornado da Cidade para seu sítio, quando da fuga de Eduardo para o interior, teria invadido o local, trancado a porta da casa do sítio e queimado a casa com tais sujeitos dentro. Ainda na mesma ocasião, teria conseguido dominar um grupo de “oitenta pessoas do partido legal”. Ao fazê-lo, teria sentado em uma cadeira e teria mandado fuzilar um a um de tais homens em sua presença. Para ele, leis grandes seriam aquelas que levariam homens como este ao Patíbulo. Tal caso seria exemplar daquilo que para Andréa seria a medida mais adequada à região. O caso seria representativo de uma proposta de suspensão das garantias constitucionais no Estado do Grão-Pará. Todos deveriam ser reprimidos baseados neste exemplo, uma vez que Andréa desconhecia a “criminalidade” da ampla maioria daqueles que considerava inimigos.

No dia 4 de junho (APEP 1039, D. 08), Andréa acusava ao ministro da justiça o envio de uma nova remessa de presos para a corte. Nesta data, vinte homens foram remetidos ao Rio de Janeiro por meio do brigue Trez de Maio; entre eles constam sete capturados na Cidade do Pará, três em Cametá, um em Parijós, quatro em Vila Nova Rainha, um de Igarapé-mirim, um de Cintra, dois capturados no Guajará, e um oriundo da Bahia. Tal lista, assim como a de 17 de abril, apenas informa os nomes, os locais de captura e as culpas de cada um dos presos. Todos são acusados, nesta lista, do “crime geral de rebeldia”; alguns por terem sido encontrados em regiões consideradas suspeitas, outros por terem relações com pessoas consideradas suspeitas, outros por terem acompanhado pessoas consideradas suspeitas. Porém, em nenhum caso consta qualquer criminalidade para além do *crime geral*.

No dia 17 de junho, em ofício ao mesmo ministro (APEP 1039, D.09), Andréa reclama que a corte não teria enviado mais homens ou vãos de guerra, “nem das outras Províncias, nem da Europa, nem da América do Norte”. Para ele, tal falta de apoio externo dificultava a *pacificação*, pois que teria que manter as tropas na conservação da Capital, o que impedia o envio de mais homens ao interior. Em tal ocasião, Andréa informava que estava publicando

a *lei da Suspensão das Garantias*, que seria de fundamental importância até que a província estivesse completamente restituída à ordem. Segundo ele, mesmo assim muitos homens deveriam ser expulsos da região “para nunca mais voltarem”, e, além destes, haveria também aqueles que não poderiam, em sua opinião, estar em qualquer lugar na terra.

No mesmo dia 17 de junho (APEP 1039, D. 10), Andréa oficiou o envio de mais um grupo de presos ao Ministro da Justiça, para que este lhes desse o destino que considerasse conveniente. Em tal remessa, vinte presos, descritos com idades entre 18 e 26 anos, foram enviados à corte por meio do paquete Patagônia. Neste caso, Andréa não apontou o distrito em que cada um deles teria sido capturado, porém apontou uma classificação baseada na *cor*. Na ficha o militar apontou as “cores” de dezesseis dos vinte presos. Consta quatro mamelucos, dois tapuios, três índios, um pardo, três pretos, três brancos, um cafuzo e um mulato. Assim como nas listas das remessas anteriores, as acusações são vagas e recaem no *crime geral de rebelião*. Tais homens enviados à corte teriam sido capturados em diversos pontos da província.

No dia 18 de julho (APEP 1039, D. 11), Andréa enviou, por meio da charrua Carioca, uma nova remessa de presos à corte, às ordens do Ministro da Justiça, para que fossem encaminhados ao que fossem úteis. Tal lista é a mais detalhada deste códice. Nela consta: nome, cor, naturalidade, emprego, local da prisão, agente que realizou a prisão e culpa. A única demanda do general em relação ao destino dos presos era que eles jamais retornassem ao Pará. Entre os deportados Andréa destaca a presença de Maria Amália, que estaria infiltrada entre os *legais*, enviando informações para Eduardo Nogueira Angelim, que se encontrava em fuga pelo interior. Andréa autorizou que ela carregasse consigo seus escravos e outras propriedades pessoais que lhe interessassem.

A lista geral de presos compõe-se de cento e quarenta e nove homens com idades entre treze e sessenta anos, a ampla maioria deles é arrolada como tendo entre vinte e trinta anos de idade. Posteriormente, quatro dos homens arrolados foram retirados da relação. Analisemos, porém, a lista integral de arrolados presos. Segundo a lista, a grande maioria, cento e vinte e nove, era natural da província do Grão-Pará. Os outros vinte são apresentados como oriundos de diversas regiões: quatro pardos seriam da Bahia, um branco seria de São Paulo, um pardo de Alagoas, dois pardos do Mato Grosso, um tapuio e um negro seriam do

Maranhão, um branco seria de Minas Gerais, um branco seria de Portugal, dois pardos, um tapuio e três índios seriam de Pernambuco e um marinheiro branco seria de Buenos Aires.

Os presos arrolados nesta lista teriam sido capturados, sobretudo, em Belém e em regiões em seu entorno, pelas embarcações artilhadas comandadas por Andréa que passaram a percorrer os diversos rios da região, após a conquista de Belém. Entre as localidades onde as tropas capturaram consta: Vigia, Cintra, ilha de Uarapiranga, rio Capim, Bujarú, Igarapé-mirm, Mojú, Cametá, ilha de Tatuóca, Vila Nova, Bituba, Muaná, Carnapijó, Maguary, Boa Vista, Turiassú, Marajó, ilha dos Bragas, baía de Santo Antônio, Odivelas, Macapá e até mesmo no mar. Entre os locais de captura de presos, destaca-se a casa do bispo em Belém, onde as tropas teriam capturado dezoito homens de diferentes cores.

No que se refere aos empregos descritos na lista, não é certo se o que se descreve se constitui, efetivamente, como uma profissão, ou como uma sugestão de Andréa relativa à “utilidade dos presos”. Destaca-se na lista o ofício de lavrador, que teria sido atribuído à grande maioria. Além deste, figuram também alfaiates, carpinteiros, marinheiros, pescadores, fogueteiros, seringueiros, oleiros, taberneiros e sapateiros. Alguns poucos foram arrolados como escrivãos e negociantes.

A lista também apresenta uma classificação racial dos presos. Dentre eles, oito são descritos como *pretos*, quarenta e oito como *tapuios*, trinta e sete como *pardos*, dez como *mamelucos*, cinco como *cafuzes*, quatorze como *índios* e vinte e sete como *brancos*. Note-se que, embora a *pacificação* fosse caracterizada, em suas linhas gerais, como uma *guerra de ódio de raças*, na qual *brancos* e *homens de cor* estariam em lados opostos, havia também uma expressiva quantidade de homens brancos entre os *inimigos da legalidade*. As listas de presos, nas quais se observa a presença de homens classificados como *brancos*, contradizem a em ampla medida a argumentação geral defendida pelos representantes da *legalidade* do *ódio de raças contra os brancos*.

Um outro aspecto de extrema importância, no que se refere a tal lista, diz respeito às culpas atribuídas aos presos. Nas remessas anteriores, acima descritas, destacou-se que Andréa não detalhava qualquer culpa a qualquer preso. Na lista da remessa do dia 17 de abril de 1836, Andréa ressaltava que ignorava os crimes daqueles que enviava à corte. Segundo ele, em tal situação, não se conhecia os crimes, não por tais homens serem inocentes, mas por serem insignificantes. Nas listas de presos dos dias 17 e 18 de julho, Andréa também não destacou

qualquer crime em específico; todos os presos enviados à corte eram acusados do “crime geral de rebelião”. Para Andréa não havia porque detalhar culpas, uma vez que “Chefes Revoltosos” e “bebedores de sangue” eram “huma e a mesmíssima coiza”. Tais criminosos indistintos teriam apenas suas “formas exteriores diversas”. Porém, se nestas três primeiras remessas de homens à corte Andréa apresentava argumentos para que os rebeldes fossem indistintamente culpabilizados, na remessa do dia 18 de julho Andréa passa a não mais apresentar qualquer argumentação neste sentido. Afinal, já havia conquistado plenos poderes com a *Suspensão das Garantias*, e já era claro em suas comunicações com o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Justiça, que estaria procedendo em relação aos presos sem formular qualquer processo de culpa, a não ser o *crime geral de rebelião*.

Na lista de presos do dia 18 de julho de 1836, diferentemente das anteriores, Andréa deixa de utilizar tal expressão – *crime geral de rebelião* – para descrever a culpa dos homens que enviava à corte. Neste momento, o general passou a adotar uma nova expressão. No item **Culpas** desta lista de 18 de julho passa a figurar o termo ***Cabano***. Ou seja, aqueles, presos que foram culpabilizados nas listas anteriores pela suspeita de *crime geral de rebelião*, passaram, a partir deste momento, a ser culpabilizados pelo crime efetivo de serem “cabanos”, ou “coniventes com cabanos”, ou “cabanos turbulentos”, ou “turbulentos e ladrões”. Assim, nas listas de presos deportados por Andréa, ser *cabano* foi culpa encontrada por Andréa para pronunciar a todos que considerasse suspeitos. *Cabano* foi a expressão passou a unificar todos aqueles indistintamente remetidos aos porões dos navios pelo *crime geral de rebelião*. Note que nas listas anteriores não havia culpa formada, o crime era o crime geral. Em meados de julho de 1836, Soares d’Andréa, em busca de dispositivos para legitimar suas ações contra toda a província, passou a utilizar-se da expressão *cabano* como o designador indistinto para um crime coletivo. Se antes apresentava suspeitas de crime nas listas, com o uso da expressão *cabano* era como se o crime passasse a ser caracterizado concretamente. Em sua lógica, qual era o crime geral? O crime de ser *cabano*. E o que seria ser *cabano*? Ser alguém apenas com *parecenças exteriores com a espécie humana*, sem nenhuma motivação outra que não o assassinio e ao roubo. A noção de *cabano*, trouxe lógica e concretude à sua prática.

No dia primeiro de agosto de 1836 (APEP 1039, D.13), Andréa oficiou novamente ao ministério da justiça uma nova remessa de homens. Mais uma vez Andréa solicitava que os deportados jamais deveriam ser remetidos de volta ao Grão-Pará; além disso, sugeria que

fossem enviados ao Sul, como praças ou soldados. Além disso, informava que teria ainda presos à ferros, no porão da corveta Defensora, algo em torno de trezentos e quarenta homens. O número de presos, segundo ele, aumentaria conforme o sucesso das expedições pelo interior, sobretudo, quando enviasse as tropas para o Amazonas. Ressaltava o general que, conforme chegassem homens capturados às suas mãos, seriam remetidos ao porão da Defensora, coubessem ou não coubessem ali. Estimava que em breve os presos chegariam ao número médio de seiscentos.

Para Andréa tais homens mereceriam a morte “pelos seus enormes crimes”; mas reclamava que a “matança” não poderia ser realizada devido à “brandura das leis”. Sua intenção era que morressem asfixiados “por falta de ar bastante para respirarem”, ou que adquirissem moléstias, para que acabassem “seus miseráveis dias no Hospital”. Embora houvessem muitos homens no porão da Defensora, Andréa considerava que aqueles que estavam presos eram “os menos criminosos”. Segundo ele, “os monstros cheios de crimes como Vinagre, Minicá, Aranha, Justo Feio e outros, quazi nada sofrem”. Para Andréa, as providências corretas ao trato com os “monstros” estariam impossibilitadas pelas leis. Leiamos:

Huma Comissão Militar procedida de hum Processo feito por algum Magistrado hábil teria feito fuzilar talvez vinte ou trinta dos mais criminozos e teria dado distino a todos os outros. Seria isto huma coiza muito repugnante, e opposta à brandura das nossas Leis, ou nos seria menos bárbara, menos atroz do que ter por annos e mezes tantas victimas em hum flagelo continuo, e menos bárbara e menos atroz do que ter já conduzido a sepultura alguns trezentos destes infelizes que tem acabado os seus dias n’aquella Corveta sem terem culpas correspondentes ao tempo que tiverão de prisão. Pode-me V.Exa. responder a tudo os metta em processo; mas independente de eu ainda me julgar seguro nesta Cidade pelos poucos meios que tenho de a defender de perto, e ao mesmo tempo de longe atacando todas as reuniões, não sei com que justiça hão de estes Réos ser entregues a Juizes que ou são correós com elles; ou lhes são partes(...). **Não he por tanto com as nossas Leis e com esta gente, que se pode fazer o processo destes criminozos, em huma Província devastada, roubada, seus homens mais notáveis mortos barbaramente, suas famílias aviltadas e obrigadas a bailarem e a rirem em roda de seus Pais e Maridos,**

Meninas de sete anos e pouco mais? infame barbaridade! pedem alta justiça; e a humanidade e a exemplo pedem promptas execuções (APEP 1039, D.13, grifos meus).

Observa-se que, para Andréa, deveria se formar uma comissão militar na qual um magistrado hábil identificaria “os mais criminosos”, para assim, fuzilá-los em número expressivo, de vinte a trinta homens, para assim se dar um destino útil aos demais presos. Porém, Andréa reclamava que tal procedimento seria considerado “repugnante”, “bárbaro”, ou mesmo “atroz”, e, mais do que isso, oposto à “brandura das Leis”. Entretanto, tal procedimento, segundo ele, pouparia vidas, uma vez que em torno de trezentos homens já teriam morrido no porão da Defensora. Para ele, não haveria como basear-se nas leis, pois que os juízes também eram considerados por ele criminosos. Além disso, não teria porque confiar em um Júri de Paz estabelecido com homens da província, uma vez que poderiam ser nomeados “revolucionários” ou “algum pobre homem que nem sabe ler” que adotariam medidas de brandura. “Esta gente” e “estas nossas leis” seriam os motivos pelos quais não faria sentido fazer processos contra os “criminosos”. Em uma província devastada, na qual “seus homens mais notáveis foram mortos barbaramente”, não haveria a quem confiar os processos. Além disso, diante de tal situação as “famílias” estariam pressionando por “alta justiça”. Tal pedido das “famílias”, segundo Andréa, seria o pedido da “humanidade”. O que deveria ser feito neste caso eram “promptas execuções”. A justiça, para Andréa e para as “famílias” que o pressionavam, não estaria nas Leis, mas na realização de execuções e prisões sem processo.

Em fins de novembro de 1836 (APEP 1039, D.22), Andréa enviou ao Ministro da Justiça uma longa exposição de suas operações no Grão-Pará. Segundo ele, desde que chegara à região em abril, teria havido operações contínuas das tropas, mas, mesmo assim, ainda não seria possível afirmar “coiza alguma com o cunhe de estabilidade”. Em tal documento, Andréa discorre sobre o modo como entendia a “rebelião desta Província” e sobre o estado em que encontrou a província quando de sua chegada³⁵. Para Andréa, a “janeirada de 1835”,

³⁵ Leia-se um longo e esclarecedor fragmento: *Qualquer que fosse a verdadeira cauza do assassinio das Authoridades desta Província, em que talvez entrarão pessoas hoje soltas e até livres de accusação, he certo que há muitos tempos está esta gente no uzo e posse fé fazer todos os annos huma ou duas revoltas, sem receber por isto o mais piqueno castigo, excepto em 1823 que o Commandante Greenfell fez fuzilar sem processo (como muitas vezes se precisa) ao mais criminozo de cada hum dos cinco Corpos que havia, e com isto ficarão quietos por alguns annos; e se não fosse a oppozição que estes mesmos Paraenses fizeram ao justo suplicio do Cônego Baptista, autor de quasi todos os*

na qual as principais autoridades da província foram assassinadas, não foi o início das disputas, já que a tempos poderia se observar uma ou duas revoltas por ano na Cidade. Para ele, em 1835 a revolta teria adquirido maiores proporções, pois, nos anos anteriores, os *revoltosos* passaram a se acostumar com a “falta de castigo”. Na visão de Andréa, a única política efetiva realizada na província nos últimos anos teria sido realizada por Greenfell, em 1823, quando ordenou que revoltosos fossem executados sem processo, e quando, acrescento, duzentos e cinquenta e seis homens foram presos no porão do brigue Diligente (Palhaço), onde morreram asfixiados (apenas quatro teriam sido retirados do porão com vida). Andréa afirma, ainda, que o grande erro cometido pelas autoridades nos últimos anos teria sido o não fuzilamento (sem cerimônia) de Batista Campos, por Greenfell, na mesma data. Para ele, Batista Campos seria o culpado que quase todos os males da província.

Desde o período da Independência, segundo o general, todas as “dezordens” teriam sido motivadas unicamente pelo roubo, pelo assassinio e pela satisfação de ódios pessoais. Os rebeldes não teriam, em sua visão, qualquer motivação para além do crime. Para ele, embora os principais agentes das mortes das principais autoridades em janeiro de 1835 pudessem ter outros projetos em mente, teriam realizado “excessos” que teriam permitido que “a canalha” imperasse rapidamente e livremente no Grão-Pará. A “canalha” teria vontades brutais: a morte por divertimento, o roubo de tudo que encontrassem, e a destruição daquilo que não quisessem ou não se interessassem.

*crimes que se tem cometido no Pará, quem Greenfell queria fuzilar com a mesma sem cerimônia, o Pará estaria talvez ainda hoje sem nos ter dado tantos exemplos de ferocidade. Passados tempos o Padre arruinado pelos Despachos que obtinha em recompensa de suas perversidades, tornou a meter a sua gente a caminho e lhe toca aboura de ter dado impulso à Janeirada de 1835, apesar de deixar a terra livre da sua presença poucos dias antes. **Em todas estas dezordens nunca houve outro fim político que o roubo, o assassino, ou a satisfação de Ódios particulares;** assim ainda que os verdadeiros autores das mortes de Lobo, Santiago, e Inglês não tivessem aqueles crimes em projecto, e sim empolgarem alguns dos Empregos destas victimas, a tendência para aquellos excessos foi tão rápida que elles senão atreverão apparecer em campo, cedendo os lugares a Malcher e Vinagre; e **a canalha imperou livremente.** Como senão tratava senão de matar por divertimento; forçar mulheres e crianças à satisfação da vontades brutaes; de roubar quanto apparecia, e de queimar, ou destruir tudo quanto não querião, ou não podião levar; foi muito rápida a revolta; e a excepção da **Praça de Macapá, Commandanda ainda hoje pelo Major Monterrozo, da vila de Cametá, revoltoso de sua natureza, mas contida e abafada pela energia do Padre Prudêncio,** e do 1.º Tenente Lisboa Commandante do Cacique; de **Gurupá onde se reunio agente fugida do Amazonas, e aonde hum velho João Urbano poud meter as coizas em Ordem, e em estado de deffeza;** e finalmente de **Abaeté, cujos moradores nunca se corromperão, antes concorrerão muito para o ataque de outros pontos, todos as mais villas, lugares, fazendas, cazas e choupanas desta Província, ou ficarão habitadas por Cabanos, se seus donos o crão; ou seus donos, senão fugirão, forão mortos, e a caza ficou occupada por cabanos,** conservando-lhes em algumas as mulheres e filhas dos proprietários, e muitas das quaes forão obrigadas a vir ebailar arroda dos Cadáveres: de seus parentes. Quanto cheguei aesta Província já o Marechal Manoel Jorge Rodrigues tinha tomado Vegia na terra firme e Muaná na Ilha de Marajó; e já o Presidente do Maranhão tinha feito occupar Turiassú com as Tropas vindas do Ceará* (APEP 1039, D.22, grifos meus).

Ao decorrer do processo, a revolta teria se espalhado rapidamente por toda a província. Segundo as informações que possuía, alguns poucos pontos teriam se mantido fiéis à legalidade, desde que a “janeirada” foi realizada: a Praça de Macapá, comandada pelo major Monterrozo, a vila de Cametá, unificada em torno da figura do padre Prudêncio, a vila de Gurupá, onde pessoas fugidas do Amazonas teriam se refugiado em torno da figura de um velho chamado João Urbano, e, Abaeté, onde os moradores jamais teriam se corrompido. Atente-se para o fato de que Andréa não menciona qualquer localidade para além de Gurupá. À exceção de tais pontos fiéis, “todos as mais villas, lugares, fazendas, cazas e choupanas desta Província, ou ficarão habitadas por Cabanos, se seus donos o erão; ou seus donos, senão fugirão, forão mortos, e a caza ficou occupada por cabanos”. Aqui a figura do *cabano* retorna ao discurso de Andréa. Note-se que muitos pontos já seriam ocupados por *cabanos*, outros teriam sido conquistados por eles. Em Andréa, o domínio dos *cabanos* era o domínio da *canalha*; o domínio no qual os *brancos* estariam ausentes.

Descreve ele que, quando de sua chegada, Manuel Jorge Rodrigues já teria reconquistado a vila de Vigia e a vila de Muaná (ilha de Marajó). Além disso, o Presidente do Maranhão já teria ocupado a região de Turiassú, com tropas vindas do Ceará. Segundo ele, ao tomar posse, teria imediatamente se ocupado de bloquear a Cidade. Após fazê-lo, teria realizado um ataque a Igarapé-mirim que teria confundido os projetos rebeldes. No rio Guamá teria realizado operações que teriam deixado os “intruzos da Cidade” inquietos. Além disso, teria enviado uma expedição pela costa para que fosse ao encontro da expedição de praças do Ceará enviadas do Maranhão. Tal procedimento teria feito com que a Costa do Salgado, até o Maranhão, tivesse sido a primeira região a ser conquistada. Aos poucos, teria controlado também Igarapé-mirim, e com o bloqueio à Cidade, teria se tornado *Senhor* de toda esta área.

A ilha de Marajó, a este momento, teria passado a ser o local de refúgio e retirada da maioria dos rebeldes que se encontravam nas regiões acima mencionadas. Ao momento em que escrevia o ofício, a expedição enviada a tal região estaria realizando suas operações para que a Ilha fosse reconquistada. Feito isso, as tropas seriam enviadas a outro destino. Segundo Andréa, em Breves (Marajó), estariam reunidos “os chefes e malvados mais notáveis que não tem sido presos”; muitos estariam organizando fugas para diversas regiões; mas, dizia ele, “como ainda não forão investidos estão arrogantes”. Para ele, a Expedição de Marajó deveria

realizar plenamente o “serviço de limpar estes lugares dos rebeldes”, para assim serem enviadas ao auxílio à restauração do Amazonas.

No que concerne, às outras regiões a *pacificação*, comandada por Andréa, ainda não passava de um plano em novembro de 1836. Dizia o general: **“O Amazonas e todo o caminho por água desde Cametá até entrar neste Rio precisa ser limpo, e tem de custar algumas vidas”** (grifos meus). Note-se Andréa fala explicitamente em *limpeza dos rios*. A este tempo Andréa teria enviado para o Amazonas apenas uma expedição comandada pelo capitão de fragata Petra, que estaria à frente de três escunas.

Andréa, em novembro de 1836, já se afirmava à regência “Senhor da Província”. Segundo ele, de todas os pontos de resistência, o mais notável neste período seria Breves, que ele acreditava poder ver “livre dos seus hospedes” em princípios de 1837. Destaca o general, que as disputas em toda província teriam desencadeado grandes migrações: muitos estariam a optar por uma vida errante “pelos matos”, e poderiam, neste ínterim, aceitar proteção de qualquer “Nação Poderosa” que pudesse lhes oferecer acolhimento. Muitos teriam já emigrado para a Guiana Francesa, que teria feito avançar uma tropa do rio Oiapoque para o rio Araguari. Os ingleses, segundo ele, ainda não teriam “se intrometido”, porém, caso suas tropas não agissem poderiam realizar ações mediante qualquer pretexto. Devido à isso, as operações não deveriam sofrer reveses, e a reconquista do território deveria ser rápida, para evitar que outros países se engajassem nas disputas.

No que se refere à conquista da paz, Andréa, mais uma vez, critica a “brandura das leis”. Para ele, os “criminosos” deveriam ser punidos sem demora; todas as “formalidades inúteis e altamente opostas à segurança publica” deveriam ser “desprezadas”. Andréa, a este momento, esboça uma reflexão acerca do que seria uma Nação, em seu entendimento. Segundo ele, há o “Governo” e a “massa do Povo dividida em hum certo numero de Soldados, Marinheiros, Magistrados, Sacerdotes, Artistas, Lavradores, Negociantes e etc.”. Todas estas “coisas” teriam uma certa relação entre si; algumas destas relações se arranjariam “entre si mesmas”, as outras, deveriam ser reguladas pelo “Governo”. No caso do Exército, as forças deveriam ser fixadas, não com base no “capricho dos legisladores”, mas a partir das “precizoens de cada província”. O Exército deveria se fazer preponderar mesmo em tempos de paz, uma vez que esta só existiria porque a população seria “cioza”. O militar dá um exemplo concreto, para justificar seu argumento: “A Guarnição de Gibraltar he a Guarnição

mais inútil que há no Universo; pois que ninguém pensará em tomar aquella Praça; mas retirem-lhe a Guarnição, que não haverá poltrão que se lhe não atreva”. Note-se que Andréa atribui ao Exército grande preponderância na formação de uma “Nação”, e, note-se também que, segundo ele, a paz só existiria no medo que a “massa do Povo” teria do Exército. No caso de uma “província rebelde” como o Grão-Pará, apenas uma Administração Militar conviria. Somente desta maneira o Governo poderia evitar as desordens, as fugas e as rebeldias. Em regiões como a Amazônia brasileira, a paz só poderia ser conquistada com a força das armas.

Ao que parece, é apenas a este momento, após a conquista de Belém e seu entorno, da Costa do Salgado e de parte da ilha do Marajó, que Andréa passa a esboçar um plano mais amplo para a retomada de todo o interior da província. Tal plano que Andréa apresenta à corte, em novembro de 1836, seria, em abril do ano seguinte, formalizado com os Comandos Militares, aos quais toda a administração da província deveria estar submetida. Vejamos o esboço do projeto apresentado ao ministro da justiça:

A Guarnição desta Província deve ser de hoje em diante composta de cinco Batalhões de 400 praças cada hum; de hum Corpo de Artilharia tão bem de 400 praças, e de hum Esquadrão de Cavallaria de cem praças. O Serviço que tem a fazer he o Seguinte. **Hum Batalhão destacado no Amazonas, Rio Negro e Fronteiras do Norte. Hum Batalhão guarnecendo Marajó e Macapá. Hum Batalhão guarnecendo a costa do Salgado e alguns pontos interiores como Ourem bocas do Acará e Cametá. Dois Batalhões na Capital, o Corpo de Art. quarnecendo a Capital e dando destacamentos para as fortalezas e pontos fortificados.** O Esquadrão com o seu Quartel em Marajó e destacando para a Capital os Soldados precizos e para qualquer diligencias. Parece à primeira vista que a Capital ficará com mil e duzentos homens; mas os Batalhões devem ser reunidos todos os annos, e para isto se fazer estará sempre hum Batalhão em marcha. Por exemplo. No primeiro anno principião-se a render os Destacamentos de Bragança Salinas Vigia Collares Ourem Bocas do Acará Cametá e S. João do Araguaia. O Batalhão reunido passa a Marajó e rende todos os destacamentos desta Ilha, e o de Macapá aonde se deve reunir o Batalhão que sahe de Marajó. Esta operação da troca dos dois Batalhoens, levando mezes, he provável que esteja

concluída em julho ou Agosto, e então o Batalhão que sahe de Macapá sobre o Amazonas e vai rendendo todos os **Destacamentos do Baixo e Alto Amazonas**; e finalmente retira-se para a Capital o ultimo Batalhão reunido (APEP 1039, D. 22).

Segundo o plano arquitetado por Soares d'Andréa, a província do Grão-Pará necessitaria para que a paz fosse restaurada de uma guarnição permanente de 2.500 homens. Os batalhões teriam sido organizados com 400 homens cada um para que a disciplina interna fosse conservada. Deveriam tais corpos ser sempre destacados integralmente; jamais deveriam ser dispersados. No que tange à estratégia de guerra, Andréa sugeria que um ataque a Caiena fosse realizado, mas apenas depois que os corpos estivessem bem treinados. O general ressalta que as tropas estariam conservadas sem rebeldia: “Ninguém me desobedece; e quazi todos, ou todos estão persuadidos que me heide fazer obedecer em todos os cazos”. Além disso, Andréa destaca que estava em plena harmonia com os comandantes militares. Para ele, tal situação era bastante produtiva para que a guerra alcançasse os objetivos por ele desejados: *a limpeza dos rios* e o Império de sua ordem.

VIII. A estrutura formal dos comandos militares e dos corpos de trabalhadores.

As instruções definitivas para a criação dos comandos militares datam de 4 de abril de 1837, quando Soares d'Andréa já estava no controle de Belém (CRL, Soares d'Andréa, 1837). Trata-se de um documento composto por vinte e nove artigos, a partir dos quais d'Andréa detalha as ações que pretendia que os comandantes realizassem. Antes de atacar, os comandantes militares deveriam se colocar em defesa, para conservarem o distrito em que lhes servisse de base de operações, a partir da qual poderiam ser realizadas operações para se restabelecer os locais do entorno que estivessem “perdidos”. A partir do momento em que a base de operações estivesse consolidada, o comandante deveria, então, realizar um “alistamento geral de todas as famílias existentes dentro dos districtos do seu Commando”. O comandante deveria tomar providência para conhecer quem eram, do que viviam, se possuíam agregados, para que fossem, cada qual, alugados e encaminhados para um “gênero

de vida útil”. Feito o alistamento e conhecidos os moradores dos distritos, o comandante deveria fazer com que os “vagamundos e desconhecidos no paiz” se “arranchassem”. Caso se negassem, deveriam ser “remetidos presos a esta Capital”. As “mulheres inquietas e perturbadoras do socego publico” deveriam ser entregues aos juizes de paz para que fossem empregadas em “trabalhos de utilidade publica dos seus distritos”, que elas pudessem desempenhar.

Uma vez consolidado o quartel, o comandante militar deveria formar uma “Guarda Policial”, composta por todos aqueles que fossem capazes de “pegar em armas”, sem exceção, entre 15 e 50 anos. Tal “Guarda Policial” deveria ser recrutada, sobretudo, “entre as pessoas mais abastadas, ou de maior representação, e sobre tudo os Officiaes das antigas Milícias, e Ordenanças”. Feito o alistamento da Guarda, o comandante militar deveria enviar a d’Andréa uma proposta com nomeações, que teriam como maior graduação o posto de major, quando não houvesse homens de 1ª e 2ª linha. A “Guarda Policial” deveria adquirir a forma de regimentos, ou de batalhões de infantaria pesada, dos quais participariam todos, exceto aqueles que seriam enviados aos corpos de trabalhadores. Ela deveria ser conservada na “mais rigorosa disciplina”, devendo ser também rigorosamente castigados os “insubordinados ou insolentes”. Nunca qualquer punição realizada por um comandante militar seria reputada como excessiva.

Uma vez que organizada a guarda, o comandante deveria fazer com que fosse construído um quartel, para servir de depósito de armas, de prisão do corpo, e de centro de defesa da ordem. O comandante militar deveria realizar a maior vigilância na “prisão dos desertores, seião de mar, ou de terra”. Além disso, deveria publicar nos distritos sob seu comando que “todos os actos de autoridades intruzas” seriam ilegais, e que, portanto, todos deveriam se apresentar às ordens do comandante em um certo prazo de tempo, conforme as circunstâncias locais. Todos os que não se apresentassem no estipulado prazo deveriam ser encarados como desertores. Os comandante militares deveriam sempre atentar para que os postos oficiais do Exército fossem oferecidos a praças retirados de “famílias de mais representação, para que os postos de Officiaes possam recahir para o fucturo em pessoas bem educadas, e de sentimentos nobres”. Além destes, o comandante militar deveria se atentar para que o recrutamento fosse regular, sucessivo e sem violência. Para as guardas deveriam ser recrutados os “mancebos bem constituídos e de boa conducta”. Além disso, o

comandante militar deveria procurar também “homens próprios para o serviço de mar”, que deveriam ser enviados para o governo, para assim serem distribuídos entre os navios da esquadra.

O comandante militar deveria ser o único responsável pela segurança e conservação da ordem nos distritos subordinados ao seu comando. Sua autoridade deveria ser integral, sem sujeição a qualquer conselho, a pareceres de outrem ou a “requiziçoens populares”. Os ataques contra “pontos rebeldes” deveriam ser realizados conforme medidas que assegurassem o melhor resultado; todas as forças deveriam ser empregadas em um só ponto, para que não houvessem “novos insultos”. O comandante militar deveria apenas distribuir armas e munições a pessoas com quem estabelecesse “relações exatas, e a pessoas conhecidas”. Exceto em tais casos, todas as armas e munições deveriam ser conservadas no Quartel.

O comandante militar deveria empregar as armas em continuadas e ativas explorações; toda a força disponível, que não fosse indispensável à segurança da base, deveriam ser plenamente empregadas. À medida que a ordem fosse restabelecida, as expedições poderiam ser diminuídas. As “partidas exploradoras” deveriam ser municadas com 20 cartuchos cada praça e a ração deveria ser planejada para o maior número de dias possíveis. Enquanto os “Rebeldes offerecerem rezistência as partidas” deveriam ser “fortes”, e poderiam ser diminuídas à medida que enfraquecessem e debandassem. As “partidas” não deveriam nunca pernoitar duas vezes em um único lugar, salvo casos excepcionais. As expedições deveriam indagar as pessoas que encontrassem sobre os locais onde poderiam encontrar rebeldes.

Deveriam utilizar tais pessoas como guias, e deveriam persegui-los até onde fosse possível, “matando os que rezistirem, ou recuzarem entregar as armas, e prendendo aos que se renderem, ou forem surprehendidos”. As mulheres e filhos menores dos “Rebeldes fugitivos”, as solteiras e os “velhos decrépitos” deveriam ser deixados em suas moradas. As expedições não deveriam lhes tomar qualquer coisa que não fosse petrechos bélicos ou utensílios que fossem reconhecidamente roubados. Todos os petrechos bélicos encontrados seriam de posse do Estado, e todos os objetos apreendidos deveriam ser colocados em depósito. O comandante militar deveria notificar a d’Andréa sobre o estado de cada depósito, para que determinasse aquilo que considerasse justo. As artilharias, armas e

munições que estivessem dispersas e sem utilidade para o comandante militar deveriam ser enviadas para a capital.

O “incêndio e a violência feita a mulheres, a menores, aos velhos e aos prisioneiros” deveriam ser crimes rigorosamente punidos. O comandante militar ficaria responsável pela punição a tais crimes; caso os agressores não fossem presos, a situação deveria ser imediatamente notificada a d’Andréa. Os comandantes das “partidas exploratórias” deveriam empregar “meios de brandura” com as famílias encontradas em terrenos rebeldes, para que fossem “persuadidas a se desassombrarem do terror” e se apresentarem ao Governo de Sua Magestade Imperial, que deveria ser apresentado como um governo paternal. As famílias dispostas a colaborar deveriam ser protegidas.

Os presos “reconhecidamente malvados por seus crimes”, depois de desarmados deveriam ser empregados em serviços públicos considerados úteis pelos cidadãos de confiança, para que não fossem empregados nas guardas. O comandante militar deveria formular sumários relativos aos presos por “crimes notáveis”. Além disso, o comandante militar deveria cuidar para que a cobrança dos “Direitos Nacionais” fossem realizados, os coletores deveriam ser protegidos em tudo. Nenhuma canoa conduzindo gado, carnes, ou quaisquer outros gêneros deveriam sair dos distritos sem que fossem apresentassem guias aos coletores; caso não apresentassem tudo deveria passar ao controle do coletor. A autoridade dos comandantes militares não compreenderia os chefes de expedições de mar e terra que, por ventura, possam ser enviados por d’Andréa a cada região sob seu comando.

As instruções Francisco José de Souza Soares d’Andréa aos Corpos de Trabalhadores apenas foram formalizadas a 8 de agosto de 1838 (CRL, Soares d’Andréa, 1838). O documento compõe-se instruções gerais e de um regulamento de dez artigos. A organização dos corpos ficaria a cargo de oficiais que fossem nomeados para essa finalidade. O oficial encarregado deveria proceder o alistamento de “todos os indivíduos existentes no distrito” que fosse de sua responsabilidade. Ao ato do alistamento, deveriam ser separados para a “Guarda Policial todos os homens brancos capazes de pegarem em armas”. Depois disso, os “homens de cor” que tivessem algum estabelecimento e que fossem tratáveis, deveriam também ser incorporados às armas. Feito isto, “todo o resto da população” deveria ser arrolado em listas nas quais deveriam constar todos os “homens de cor de dez annos para cima”. Tais *homens de cor* deveriam ser organizados em esquadras de mais ou menos força, que pudessem ficar

sujeitos à administração de um homem que seria nomeado cabo, que deveria ser escolhido dentre “as pessoas mais capazes do lugar”. Tal posto deveria ser entregue a pessoas que estivessem livres da “Guarda Policial”; e, caso não fosse possível, os cabos poderiam ser membros das “Guardas Policiais”.

Em cada vila ou freguesia deveria ser nomeada uma pessoa das de mais consideração, com preferência para oficiais reformados ou oficiais das extintas milícias, para o comando de todas as esquadras organizadas no distrito da vila ou freguesia. O conjunto das esquadras de uma vila ou freguesia deveria ser intitulado “Companhia de Trabalhadores da Villa de... ou da Freguesia de...”. Em cada localidade deveria ser nomeado um substituto para o comandante da companhia, que deveria ser nomeado sargento e que teria todas as atribuições do comandante em caso de ausência e em sua presença deveria trabalhar como um fiscal do corpo, encarregado do engajamento dos trabalhadores. Todas as companhias das vilas e freguesias de um comando militar formariam um Corpo, que teria por título “Corpo de Trabalhadores do Comando Militar de...”. O comandante militar seria também o comandante do corpo de trabalhadores dos distritos sob seu comando. O comandante militar deveria nomear uma pessoa hábil para fiscalizar o cumprimento de suas ordens que teria o cargo de “Fiscal do Corpo de Trabalhadores de...”. Tanto o fiscal como os comandantes das companhias seriam considerados oficiais e poderiam usar distintivos; os fiscais seriam maiores e os comandantes de companhias seriam capitães.

O oficial encarregado da organização dos corpos de trabalhadores, uma vez estabelecidas as companhias, deveriam enviar ao governo uma lista geral do corpo, na qual deveria constar as companhias, as esquadras, os distritos, os nomes, as idades, as filiações as moradias, e quaisquer circunstâncias de cada um dos indivíduos que fizessem parte da composição. A lista deveria ser anual, para que o governo pudesse administrar as alterações. Os cabos deveriam passar suas esquadras em revista todos os meses; os capitães de seis em seis meses; e os comandantes militares de ano a ano, para que as alterações fossem verificadas, para que fossem informadas aos seus superiores. Os “soldados” dos Corpos não seriam obrigados a utilizarem quaisquer uniformes. Os fiscais, os comandantes das companhias, os sargentos e os cabos deveriam utilizar uma “Jaqueta de Policia” inteiramente azul e um boné, que identificassem as suas respectivas posições.

Segundo o “Regulamento dos Corpos de Trabalhadores”, tal organização teria como finalidade, sobretudo, evitar que houvessem “vagamundos” e “homens ociosos” a partir de um sistema que detalhasse a “gente para os serviços públicos”. Todo indivíduo que tivesse um ofício, ou estabelecimento de sua própria propriedade, do qual subsistisse, deveria ser excluído dos corpos. Tais homens não deveriam ser chamados a qualquer serviço público ou particular, “a título de vadio”, a menos que o “bem geral” exigisse. Todos aqueles homens que já estivessem empregados também não deveriam ser compelidos a qualquer trabalho ou emprego pessoal. Todos os “mestres de ofícios, feitores ou administradores de fazendas”, bem como *vaqueiros* que estivessem empregados em fazendas também deveriam ser excluídos dos Corpos. Todos os “patroens de canoas ou barcos e remeiros” que estivessem empregados a mais de seis meses também deveriam ser excluídos. Por outro lado, todos os “homens de cor” que aparecessem em algum distrito, sem guia ou motivo conhecido, deveriam ser presos e enviados ao governo, para que este lhes desse um destino, quando sua culpa fosse apenas esta.

Todos os indivíduos de cada distrito que não estivessem empregados em qualquer “trabalho útil” deveriam ser enviados para as “Fabricas do Governo” ou alugados a qualquer particular que precisassem; caso ainda se esquivassem ao trabalho, deveriam ser remetidos ao arsenal da marinha, para trabalharem por “simples razão” até quando fosse julgado preciso. Quando não houvessem “empregos para os vadios de hum districto”, por não terem sido solicitados, nem por particulares, nem pelo governo, o comandante militar deveria escolher um terreno devoluto, aprovado pelo governo, para que fossem utilizados em “trabalhos comuns; e neste terreno serão forçados a trabalhar, debaixo de guarda, todos os que assim o merecerem”.

Quando os “vadios” fossem empregados nas fabricas e arsenais deveriam receber os pagamentos previstos pelo governo. Quando fossem alugados a particulares, estes deveriam solicitar autorização do comandante militar do distrito, que deveria enviar o fiscal, curador dos trabalhadores, perante o juiz de paz, para ajustar com o alugador o preço da razão, a qualidade do trabalho e quaisquer outras obrigações. Feito o acordo deveria ser feito um Termo que deveria ser entregue ao comandante militar; e, só então o trabalhador ou os trabalhadores deveriam ser entregues ao alugador. Caso o trabalhador abandonasse o trabalho antes do final do acordo deveria ser preso e enviado ao governo para que este lhe desse qualquer destino que lhe fosse conveniente. Caso o trabalhador cumprisse sua parte no

acordo, o alugador deveria realizar o pagamento acordado perante o juiz de paz, caso se negasse poderia ser inclusive preso até que pagasse o trabalhador tudo aquilo que tivesse sido ajustado.

IX. Ilha de Marajó. Sobre a atuação das tropas, a partir de uma região.

Na ilha de Marajó, Andréa estabeleceu o comando geral de suas operações contra os *cabanos* na cachoeira do Arari, que havia sido reconquistada, ainda em 1835, por tropas comandadas pelo fazendeiro local e tenente-coronel Chermont. Manuel Jorge Rodrigues, ainda em meados de 1835, havia estabelecido tal localidade como estratégica para a *legalidade* no Marajó e apoiou Chermont com o envio de armas e homens. O quartel montado na fazenda de Chermont no lago Arari era fundamental à *legalidade*. Afinal, a partir de 22 de agosto de 1835, após a derrota *legal* em Belém, Manuel Jorge Rodrigues, que ainda despachava com as nações estrangeiras e com a regência do Império como presidente, mantinha o controle militar apenas da ilha de Tatuóca, de partes das ilhas de Cotijuba e Mosqueiro e do quartel militar do lago do Arari. Era a partir do Arari que os refugiados de Tatuóca conseguiam obter mantimentos, sobretudo carne bovina.

D'Andréa ao organizar suas expedições militares, a partir maio de 1836, manteve o lago Arari como ponto estratégico e como centro de suas operações para reconquista da ilha do Marajó. Andréa nomeou o tenente-coronel Joaquim José Luiz de Souza como chefe da expedição ao Marajó, no comando de tropas de Pernambuco e de voluntários que já se encontravam sob o comando de Chermont. Segundo ofício de 1º. de janeiro de 1837 de Antônio Fernandes de Andrade, tenente comandante da vila de Soure a Andréa (APEP. C. 853. D.115.), o comandante geral da expedição teria desertado de tal posto ainda no final de 1836. É provável que o próprio Soares d'Andréa tenha solicitado que Joaquim José Luiz de Souza desertasse para que pudesse ser enviado à expedição que a este momento era organizada para a retomada do baixo Amazonas. O major João Raimundo Carneiro Junqueira oficiou a Andréa a 29 de dezembro de 1836, como chefe do comando geral do Marajó (APEP, C. 853, D. 111). A 14 de dezembro (APEP, C. 853, D.103), Junqueira informou a Andréa que quartel de Itacum, no Arari, estaria sofrendo com um surto de varíola. Os soldados do batalhão de Pernambuco, devido a isso, estariam sendo enviados de

volta à capital. Este foi o momento em que Joaquim José Luiz de Souza deixou as operações no Marajó.

É possível averiguar na documentação deste códice que em Chaves, Francisco Joaquim Ferreira de Carvalho, tenente do 4º. batalhão de caçadores, comandava interinamente a expedição em meados de 1836 (APEP, C. 853, D. 88, 89, 90, 91, *et al.*). Em Soure, como já dito, o tenente Antônio Fernandes de Andrade estava no comando do quartel da vila (APEP, C. 853, D. 115, 116, *et. al.*). Em Muaná, Antônio Manoel Nicollini era o comandante do quartel (APEP, C. 853, D. 119, 126, *et. al.*). Conforme as informações de tais comandantes militares, a ilha do Marajó estava, neste período, em um estado de guerra. Todas os comandantes narram a Andréa estarem em combate nas mais diversas regiões da ilha.

Antônio Fernandes de Andrade (APEP. C. 853. D.115), estaria em um ponto fortificado no *Garapé-grande* da vila de Soure, no comando de sessenta e quatro homens, quando redigiu suas comunicações de janeiro de 1837 a Soares d'Andréa. No entorno do quartel, segundo suas informações, haveriam “Cabanos que refugiarão-se quando entrou a Expedição sem nunca quererem apresentar-se por serem socorridos pelas famílias dos mesmos e agora he de supor que elles se em Corporam e queirão exforçar-se em vingar-se”. Afirma ele que teria “frequentes notícias de averem nesta ilha diferentes Quadrilhas de Cabanos, Desertores, e Escravos fugidos, e muito tem-se verificado”.

Em meio a tais notícias, Andrade teria organizado duas patrulhas, composta cada uma por dez homens, para confirmar as informações. Uma foi enviada a Monsarás, a partir de um pedido do comandante daquele distrito, com o objetivo de “prender alguns moradores que os não querem obedecer ao chamado para o Serviço como até baterem algumas matas que constavão averem alguns Desertores a Mucambados”. A outra teria sido enviada a Joanes, porém teria regressado após ter sido atacada, no dia 26 de dezembro de 1836, ao final da tarde, em um igarapé denominado Jubim. Um “índio” que acompanhava a tropa como guia teria sido morto e dois outros teriam sido feridos. Segundo Andrade, a patrulha teria sido perseguida até as matas contíguas a Salvaterra. Com as notícias do ataque, uma expedição mais numerosa teria sido organizada, mais dez homens foram destacados, além daqueles que haviam sido enviados a Monsarás.

No distrito de Joanes, a tropa teria encontrado em uma casa, seis homens, que, segundo o comandante, teriam participado do ataque; quatro deles teriam sido mortos, e dois teriam fugido em direção a Monsarás, para onde a tropa, então, se deslocou (e onde estaria até o momento da redação do ofício). Além disso, Andrade afirma ter recebido “denúncias por um preto” de que em uma fazenda denominada Conceição haveria uma patrulha de homens armados, todos montados, que excedia a trinta homens, que transitavam pelos caminhos de “Tacumau, e Guarajá”. Ao segui-los, tal “preto” teria observado que o grupo teria descido para Joanes, onde haveria muita gente armada. Segundo Andrade, a “gente da Costa” estaria cada vez mais se incorporando ao grupo de Joanes. O grupo que teria atacado a patrulha no igarapé Jubim, segundo suas investigações, seria composto por vinte homens comandados por um desertor dos corpos de primeira linha. Segundo suas informações, estaria no comando da vila de Joanes “hum Índio de nome José Botelho, não sabe ler, e nem Escrever, e tem dado provas de ser a Poiador de tudo quanto he malvado”.

No dia 11 de janeiro de 1837, Andrade oficiou novamente a Soares d’Andréa (APEP, C. 853, D. 120). Em seu quartel, a este momento, haveriam cinquenta e quatro praças. Vinte e cinco homens estariam em Monsarás, onde perseguiam “malvados” no lugar de Santa Maria. Uma *pequena partida* estaria na defesa de uma fazenda de propriedade do coronel Joaquim Ângelo, onde haveriam reunidos “alguns moradores, por terem desanparado suas Abitações atemorizados das Quadrilhas que vagão por diferentes lugares”. O comandante Andrade solicitava a este momento reforços urgentes a Andréa, para que a “reunião de Joanes” fosse atacada. A “partida” de Salvaterra teria sido atacada nestes dias. Segundo ele, “Desertores e Cabanos vagão por diferentes lugares, e destas existem alguns montados em Cavallos, vindos da Costa, que assim se apresentarão-se 10 na Fazenda de D.Antonia Ferreira de Góy”. Para Andrade, sem reforços seria impossível persegui-los. Relata o comandante também que “da parte de Chaves tem vindo alguns malvados”. Andrade conclui dizendo a Andréa que apenas noticiou diretamente a ele, pois suas comunicações estariam bloqueadas com o comando geral de Cachoeira do Arari.

Consta no código 853 do APEP, as comunicações de Francisco Joaquim Ferreira de Carvalho com Soares d’Andréa, datadas de setembro a dezembro de 1836. Em 16 de setembro (APEP, C. 853, D.88), o comandante informa a Andréa que, seis dias antes, o chefe dos rebeldes de Muaná, o tenente-coronel das guardas nacionais Manoel Pedro dos

Anjos teria se apresentado ao seu quartel, porém teria saído antes de sua chegada; nada teria feito até o momento, o comandante afirmava aguardar instruções de Andréa. Ferreira de Carvalho informa que estaria mantendo um ponto fortificado no rio Cajuuma, comandado por Lourenço de Almeida; no final de outubro, treze “pessoas armadas com cinco granadeiras e oito lazarinas”; sete destes seriam “pais de família” e o grupo todo seria formado por cinquenta e sete pessoas, que teriam se evadido da vila por falta de farinha. Além desta, haveria também uma expedição no rio Janacú, sobre a qual até o momento não haveriam notícias.

No dia 23 de setembro (APEP, C. 853, D.89.), Ferreira informa a Andréa que a expedição de Manoel Pedro dos Anjos teria sido capturada em Cajuuma; trataria-se de uma expedição composta por quatorze homens e suas famílias, que estariam dispostos em três igarités. Com eles teriam sido apreendidas uma peça de bronze, três armas “reúnas”, dois bacamartes, oito lazarinas, doze canos de granadeiras. Todas as armas estariam carregadas, porém, não disporiam de mais munição. A expedição da ilha de Janacú teria se retirado do ponto uma vez que os “rebeldes”. Segundo ele, os “cabanos” de tal ilha teriam fugido para o rio Amapá, onde “existem os Francezes com hume fortificação”. No dia seguinte, Ferreira de Carvalho (APEP, C. 853, D.90) informou a Andréa em seu quartel em Chaves haveria apenas duas barcas com vinte e quatro praças; tais “miseráveis”, segundo informa, “além de não vencerem soldos estão totalmente nus: e quaze em estado de não poderem fazer serviços”. Além disso, informa que oito “rebeldes” estariam sendo enviados à capital. No dia 27 de outubro de 1836 (APEP, C. 853, D. 91), Ferreira de Carvalho informa a existência em seu comando de apenas 23 praças. No dia 10 de novembro (APEP, C. 853, D. 92), informa que a galera francesa Phocéén, que teria ido a Chaves para negociar gado, teria capturado o rebelde Francisco Xavier e teria o entregado às suas ordens. No dia 16 de novembro de 1836 (APEP, C. 853, D. 95), Ferreira de Carvalho informa a Andréa que um “escravo evadido de Portel e Melgaço” teria lhe denunciado que os “rebeldes” de tais distritos pretendiam atacar a vila de Chaves.

Dois dias depois (APEP, C. 853, D. 96), temeroso do ataque, o comandante teria embarcado toda sua “miserável” tropa na escuna Pelota e teria evadido a vila rumo ao comando militar geral de Itacuam no Arari, para requisitar mantimentos e tropas a Joaquim José Luiz de Souza, que ainda era o comandante geral do Marajó. No dia seguinte (APEP, C. 853, D. 97),

Ferreira de Carvalho enviou à capital o “rebelde” que lhe fora entregue pela embarcação francesa; segundo ele, seria impossível mantê-lo em seu controle uma vez que um “bando” do rio Aramá estaria disposto a atacar sua embarcação para libertá-lo. Francisco Xavier teria conseguido fugir da embarcação que o levaria a Belém; porém, a 9 de dezembro de 1836 (APEP, C. 853, D. 102), teria sido novamente capturado. Ferreira de Carvalho oficia também a captura de um outro “rebelde”, o soldado Simplício Dias da Costa, que havia desertado do segundo batalhão da brigada de Pernambuco. A captura teria sido realizada no rio Cajuna.

O comandante militar do quartel de Muaná, Antônio Manoel Nicollini, também descreve nesta região um estado de guerra permanente. No dia 10 de janeiro de 1837 (APEP, C. 853, D. 119), o comandante oficia a Andréa sobre suas operações neste distrito. Nicollini teria feito marchar uma expedição aos “Rios Paracu-uba, Guajarás e outros que cruzão neste Districto, a fim de huma vez expurgar dalli os nossos inimigos”. A expedição teria conseguido “penetrar os interiores de taes Rios”, sem sofrer prejuízos. Teriam conseguido prender apenas “hum e outro” que tentavam recuar dos pontos em que se mantinham “emboscados”. Com o avanço da tropa, “inimigo em brenhouce de huma vez” pelas matas, deixando para trás suas posições. Com isso a tropa teria encontrado e destruído “Cinquenta e tantas Cabanas aonde se asilavão”, além de terem destruído também “alguns fornos de fazer farinha; tudo se destruiu”, afirma Nicollini, afirmando de que não tivessem nenhum abrigo e se apresentassem. Além disso, foram apreendidas 4 armas da nação, 4 pacotes de munição, 19 montarias pequenas, que foram divididas entre a tropa. Além disso, teriam apreendido também alguns “retalhos de fazenda”, que também teriam sido divididos entre a tropa. Após destruir tal aldeia, Nicollini afirma a Andréa que sua intenção era enviar uma “força exploradora” para o rio “Taperucuára”, onde o grupo teria possivelmente se asilado.

Treze dias depois, a 23 de janeiro, Nicollini oficiou novamente a Andréa (APEP, C. 853, D.126). O comandante afirma que o capitão Manoel Theodoro Ferreira Ribeiro, que havia sido autorizado por ele a ir aos campos, teria constatado a existência de “hum grande clube de inimigos em hum lugar denominado Cahissara no mesmo Rio Anabejú, onde tem o mesmo Capitão suas fazendas”. Segundo o capitão e fazendeiro, tais “rebeldes” pretendiam atacar o “Ponto do Paravio ou Mundo Novo”. Nicollini teria, então, enviado uma força de trinta praças comandadas pelo alferes Manoel João [...], para acompanharem Manoel Theodoro que teria conseguido reunir outros homens. Para Nicollini a força “rebelde” não

seria fraca, uma vez que haveria notícias de que estariam reunidas “desde a Villa de Joannes, seus subúrbios, Villas vizinhas”. Com as perseguições, os “rebeldes de Joanes” estariam cada vez mais divididos entre os distritos. A derrota de tais “rebeldes”, para Nicollini, seria decisiva ao “princípio da Emancipação do Sollo Brasileiro”, que teria que se ver livre de “malvados”.

CAPÍTULO V. Territórios e populações do Grão-Pará. *Cabanas e casas telhadas e seus moradores, a partir de óticas legalistas.*

I. Sobre a abrangência territorial dos confrontos.

O território internacionalmente reconhecido do Estado do Grão-Pará, no início da década de 1830, se encontra bem delimitado em uma carta de Brué, publicada em 1834³⁶. Na carta, a leste, o geógrafo da Academia Real de Ciências da França traça uma linha imaginária azul que se inicia na foz do rio Gurupi, e segue o curso deste rio ao sul até suas cabeceiras. Dali em diante, a linha continua seu contorno imaginário até a embocadura entre o rio Tocantins e o Rio Araguaia, onde no período se situava estrategicamente São João das Duas Barras (ou São João do Araguaia): uma pequena fortificação para o controle do trânsito de pessoas e

³⁶ Veja Fontes. Cartografia do Século XIX.

mercadorias entre as províncias e também uma prisão, para onde eram evadidos presos políticos de Belém. A linha azul, então, sobe o curso do rio Araguaia (sentido sul) até abaixo (norte) da Ilha do Bananal, onde então ela deixa de seguir o curso dos rios para cortar longitudinalmente, em sentido oeste, as cabeceiras dos grandes rios (Xingu e Tapajós) e seus afluentes até o início das cabeceiras do rio Madeira, na altura do rio Machado, onde então termina, deixando um vazio a ser conhecido e delimitado. A oeste, uma linha convexa em rosa claro, que corta o alto Solimões e o alto Japurá, delimita a fronteira com a Colômbia e o Peru. De volta à foz do Gurupi, no Oceano Atlântico, vemos a linha rosada se estender a oeste pelo litoral, passar pela ilha de Marajó, margear o atual Estado do Amapá até a foz do rio Oiapoque e seguir para a região das Serras do Tumucumaque, onde encontra seus limites ao norte com a Guiana Francesa, o Suriname, a Barbice, o Demerari e o Essequibo (Baena, 1839:01). Daí em diante, a linha rosada segue seu curso a oeste, pelas Montanhas Acarai, depois as Montanhas Pakaraima, para então delimitar suas fronteiras ao norte com o território da Caribana Espanhola (Baena, 1839:03) nas Serras de Curupira, onde se situam o Pico Tamacuarí e o Pico da Neblina. Todo o território compreendido entre tais linhas forma o Estado do Grão-Pará.

As localidades pretendidas e reconhecidas pelo Estado do Grão-Pará em meados da década de 1830 situavam-se no curso dos grandes rios – Amazonas, Tocantins, Xingu, Tapajós, Madeira, Solimões e Negro –, em suas proximidades, na costa oceânica, nas áreas próximas ao rio-mar da ilha de Marajó (ou Joanes) e nas imediações da Cidade (interflúvio Mojú-Guamá). As linhas imaginárias traçadas por Brué para formalmente delimitar as fronteiras político-geográficas do Grão-Pará com demais província do Brasil e com nações limítrofes estavam, em grande medida, distantes do território das localidades reconhecidas, distribuídas ao longo do rio Amazonas e seus principais afluentes. Baena em sua *Corografia* se referiu às fronteiras formais como “términos puramente voluntários” (1839:02). Segundo sua síntese, o rio Turiassú fazia a fronteira com o Maranhão. Pelo rio Tocantins, na altura de São João do Araguaia, se fazia a fronteira com Goiás. Pelo rio Tapajós com Cuiabá e pelo rio Madeira com o Mato Grosso. Conforme os Tratados concluídos em 1777, os rios Solimões, Cumiari e Negro delimitavam os limites com as regiões de colonização hispânica. Ao norte, o rio Branco delimitava o território do Grão-Pará com os territórios de colonização espanhola, inglesa e holandesa. Se nos contornos, as linhas imaginárias cortavam longitudinalmente os

grandes rios; no processo de formação das localidades do Estado, os europeus seguiram os seus cursos e neles se fixaram.

O *Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará* ([1833]1839) nos auxilia a pensar as dimensões do Estado luso-brasileiro na Amazônia na década de 1830, delimitados na carta de Brué [1834]. Antes, porém, é preciso situar seu autor. Antônio Ladislau Monteiro Baena, nascido em Lisboa em 1782, militar de carreira, mudou-se para o Pará com vinte anos, “na qualidade de ajudante de campo, ao governador e capitão-general Dom Marcos de Noronha, conde dos Arcos, que assumiu o governo do Pará em 22 de setembro de 1803” (Vianna, 1969:05). Desde então, o militar português passou a exercer inúmeros cargos na Província, exercendo grande influência no curso da administração pública e na *pacificação dos Povos*. Baena, como militar, realizou inúmeros trabalhos práticos de campo em diversas regiões da província que embasaram a construção de seu quadro populacional. Baena era o historiador do Estado do Grão-Pará.

Além da *Corografia*, e de artigos publicados pelo IHGB (vide. Bibliografia), produziu também o *Compêndio das Eras da Província do Pará*, publicado pela primeira vez em pequena escala em 1829. Tal obra narra a sucessão das administrações da colônia, em seqüência cronológica linear, de 1615 a 1823, quando da adesão da província ao “Pacto da Monarquia Constitucional do Brasil”, conforme seus termos (1969, *pass.*). No *Compêndio*, ao discorrer sobre o processo de adesão do Grão-Pará ao Império do Brasil, o militar afirmava ter atuado em defesa do “Reino Unido de Portugal, Brazil e Algarves” (1969:324), governada pelo recém retornado D. João VI. O “novo systema Constitucional” iniciado em Portugal seria a única transformação política defensável; a única legítima. A “União dos Portugueses da Europa e da América” era o “Pacto” que traria o Grão-Pará à “Ordem”. As movimentações pela independência eram totalmente infundadas. Eram obra da “Seita de desorganizadores”, contrária à “vontade dos Povos”. A resistência ao “Pacto” era um crime, o “crime da rebelião”; que desrespeitava os desejos coletivos, e que era “punível em toda e qualquer sociedade civil bem ordenada” (1969:354). Baena, em sua atuação no processo de independência, defendia a formulação de “Devassas Gerais” em toda a província, para punir todos os contrários ao “Pacto dos Portugueses da Europa e da América”, movidos pelo “espírito anárquico”.

A *Corografia* de Baena, como a chamarei, foi produzida para fornecer ao próprio Estado e seus agentes (sobretudo aos membros do *pacto legalista*) um quadro descritivo acerca de diversos aspectos da região amazônica: fronteiras, riquezas, territórios, navegação, população das vilas, populações *gentias*, clima, minerais e etc., com vistas a incrementar os projetos de civilização e comércio. Trata-se da visão de um oficial luso-brasileiro do período. Desde meados de 1833, embora ainda não publicada, a *Corografia* foi utilizada pelos presidentes e comandantes das armas nomeados pela Corte (estrangeiros à província), para fundamentar suas decisões e ações. Ela foi produzida como um subsídio aos debates na Assembléia Provincial em torno da aplicação dos novos Códigos do Processo, que estabeleceriam na província uma nova divisão política e judiciária das comarcas, termos, vilas, freguesias, lugares e missões reconhecidas do Estado.

A *Divisão das Comarcas e Termos* criada pela Assembléia da província do Grão-Pará em 1833 (CRL, Lessa, 1833) apenas menciona os nomes das localidades, enquanto que a *Corografia* apresenta pequenos verbetes relativos à fundação, à quantidade de habitantes (classificadas com base nas categorias das *sete castas*), à organização social (quantidade de casas, ruas, materiais de construção), à produção e o comércio, às riquezas e possibilidades não exploradas, bem como às posições geográficas de cada uma das localidades do Grão-Pará. É preciso destacar que a *Divisão* aprovada pela Assembléia não é idêntica à proposta de Baena. Na *Divisão* aprovada as vilas, lugares e freguesias retomariam seus nomes indígenas, a despeito dos nomes lusitanos instituídos a partir do Diretório (1777). Santarém, por exemplo, voltava a se chamar Tapajós, Óbidos Pauxís, Vila Nova Rainha Tupinambarana, Borba Araretama, e assim por diante. Baena era contrário a tais mudanças. Além disso, algumas das localidades, umas foram “elevadas à categoria de vila” e outras “rebaixadas à categoria de freguesias ou lugares”.

Tais mudanças nos predicamentos das localidades tinham por base alterações em suas composições populacionais. Para compor suas estimativas Baena se utilizou das *taboas* produzidas em 1749, 1788, 1801 e 1825, além de informações paroquiais, relatos de militares, fazendeiros, comerciantes e clérigos e observações de suas próprias viagens. Baena reconhecia que as informações nas quais se baseava não poderiam ser julgadas exatas. Era uma estimativa baseada em informações esparsas e pouco criteriosas, que abrangiam apenas parcela da população. O autor destacou, com base nas *taboas*, que em todas as regiões, apenas

a Cidade de Belém, e as vilas de Vigia, Bragança, Santarém, Cametá e Óbidos teriam tido *progressos* com relação aos projetos de *civilização*; mas mesmo suas populações, nos últimos anos, decresciam ou se mantinham estáveis. As vilas com *progressos de civilização* eram aquelas que haviam ampliado as construções feitas de cimento, com teto de telha, habitadas em grande medida por *brancos*.

Em sua *Corografia*, apresentada à Assembléia em 1833, Baena defendia que os *projetos de civilização* iniciados com o *Diretório* (1777) haviam falido. O militar e historiador lusitano defendia que a *civilização* na Amazônia não encontrava *progressos*. A Cidade do Pará e as vilas de Cametá, Macapá, Óbidos, Santarém, Vigia são apresentadas como os principais enclaves nos quais havia germinado a *civilização* em toda a província. O restante das localidades, construídas em “casas palhaças”, estariam em “desanimamento” ou a caminho da “desaparição” (1839:6). Fugas para regiões afastadas; epidemias; expedições de captura e prisões arbitrárias; mortes em disputas; tudo contribuía para a falência dos *projetos civilizatórios*. Muitas vilas, freguesias e lugares haviam desaparecido, ou estavam em vias de.

Em comparação entre as *taboas* de 1788 e 1825, a *Corografia* (:6-7) apontava o desaparecimento de diversas localidades. **Grão-Pará e Baixo Amazonas.** No Alcobaça e S. Bernardo da Pederneira no rio Tocantins; Redonho nas imediações de Bragança; Tentugal nos afluentes do rio Caité; Castanhede entre o rio Caité e o Guama; Serzedelo no rio Gurupi; Porto Grande acima da vila de Ourém; Penacova abaixo da Cidade; Porto Salvo e Pennalonga no distrito de Vigia; Fragoso no rio Jarí; MadreDeus no rio Anauarapucú ao sul de Macapá. **Alto Amazonas.** São Marcelino, Conceição, São Felipe e São Martinho no rio Branco; São José do Javari no rio Solimões. Para Baena, a queda populacional e mesmo a extinção de localidades deveria ser atribuída a dois fatores principais: as comoções violentas, graves perturbações da ordem publica e as epidemias graves (bexiga e sarampo, entre outras). O início da década de 1830, no Grão-Pará, era um período turbulento, repleto de penúrias e mortes. Foi neste contexto que a *Corografia* foi composta.

A maior parte das localidades foi descrita por Baena no registro da estranheza com relação à *civilização*. Assim, se as próprias localidades reconhecidas do Estado eram locais habitados por *moradores de casas palhaças*, o que dizer das regiões afastadas? Afinal, há grandes distâncias entre as margens e proximidades dos grandes rios - nas quais os auto-identificados agentes da *civilização* pretendiam sedimentar seu controle - e as linhas imaginárias convencionadas

nos tratados de limites, que delimitavam as fronteiras formais do território do Grão-Pará com os Estados vizinhos.

Para Baena, as “Cabildas da Gentilidade”, que habitavam grandes e ricas porções do território do Grão-Pará, deveriam ser conquistadas para a “civilização”, assim como outrora Roma fizera com os Bretões e Franceses – povos “bárbaros” à época – mas que posteriormente se tornaram “as mais civilizadas nações” (1839:14). Os “brancos boscarejos da Província” não teriam noções de bondade e sabedoria, uma vez que não teriam conhecimentos sobre o “Ente eterno”. Eram inferiores aos “bárbaros”, fazendo com que estes fossem como uma “média proporcional” entre o “homem civilizado” e o “selvagem”. Baena distinguiu seu pensamento em relação ao de Rousseau, que caracterizou de “sofista perigoso do seu século mas profundo nas palavras, que pretendeu inculcar as imaginações ardentes (...) para apoiar as suas vãs e criminosas declarações contra a Ordem Social”.

Para ele, o “gentio amazônico era um homem segregado da grande árvore da civilização”; uns eram “cruéis”, traziam à mão suas flechas envenenadas que atiravam ao toque dos trocanos; outros “agriophagos ou comedores de animais ferozes”; outros, “acessíveis”; outros ainda, “melancólicos e desconfiados”, que cultivavam pequenos sítios recônditos para depois abandoná-los. Estes últimos eram para ele os “conservadores da liberdade”, os que não assentavam moradas em que pudessem “se prender o grilhão da dependência”. Em vista de tais características, a “índole moral dos Sylvícolas” permitia sua “fácil agregação na Sociedade dos Paraenses”; à semelhança das relações com os Mundurucu, Mura, Juruna e *Purupurús*, que coletavam drogas, trabalhavam na salga de peixe, na extração do azeite de ovos de tartaruga e na equipagem das canoas mercantes (1839:15).

Deste modo, antes das fronteiras com os Estados vizinhos, a *Sociedade dos Paraenses*, gerida pelos *civilizados* e conhecedores do *Ente eterno*, encontrava seus limites nos territórios ocupados pelas *Cabildas da Gentilidade*, *sem lei* e *sem rito*. Segundo seu levantamento, os *gentios* ocupavam as terras *fendidas* entre os seguintes rios:

(...) **inúmeros bandos destes homens sem lei, sem rito, que habitam uma não pequena e rica porção territorial fendida pelos rios**, Gurupí, Tocantins, Matapi, Anauarapucú, Jarí, Parú, Xingu, Tapajós, Trombetas, Uatumá, Jatapú, Anibá, Urubu, Topinambaranas, Maué-assú, Abacaxis, Canumá, Madeira, Purus, Tefé, Juruá, Jutahi, Comatiá, Aucruhi, Jandiatiba, Javari, Iça, Tunamtins, Japurá, Anauéne

ou Anavilhana, Maiuuxi, Meriá, Curiuriaú, Cubuti, Cuniabú, Canumau, Mapuuau, Ucuriaú, Cauaboris, Uajauná, Marie, Yaupiri, Ucayari ou Uapés, Içana, Xié e Branco (1839:8, grifos meus).

Os *gentios* que circundavam a *Sociedade dos Paraenses* deveriam ser agregados como trabalhadores. O “progresso” do Estado na Amazônia, para Baena, se realizaria com distritos e vilas repletos de *gentes* das *sete castas* governadas pelos *brancos*, que seriam os únicos conhecedores da *civilização* e do *Ente eterno*, os únicos detentores de *bondade* e *sabedoria*. As sete “castas” (1839:7-8), lembremos, eram os *brancos*, *índios* e *pretos*; e as misturas: os *curibocas* (*branco* e *índio*), os *mamaluco*s (*curiboca* e *brancos*), os *mulatos* (*branco* e *preto*), os *cafuzos* (*preto* e *índio*). O *tapuio*, “filho legítimo da raça americana” para retomar Veríssimo (1970:13), era o *índio* agregado ao sistema das *vilas* e seus *Senhores*. Não era isoladamente uma das *castas* do sistema de posições sistematizado por Baena; eram os *gentios domesticados* há uma ou mais gerações, em maioria falantes de Nheengatú, conforme destacou p. ex. Bessa Freire (2003).

Baena, ao produzir a *Corografia*, dispôs seus pequenos verbetes em ordem alfabética distribuídos entre a Cidade de Belém, a ilha de Joanes (Marajó), o Pará e o Alto Amazonas. A *Divisão* de 1833 distribuía as localidades em três comarcas: Grão-Pará, Baixo Amazonas e Alto Amazonas. Na década de 1830, as disputas pelo controle da Cidade e das vilas entre *patriotas* e *legalistas*, as epidemias, as fugas para as áreas de interflúvio e os ataques liderados por *capitães* das *castas de cor* trouxeram uma total indefinição com relação ao modo como o Estado se estruturaria na Amazônia. Quem seriam os *senhores* da Cidade e dos distritos? Em quem se apoiariam para assegurar sua posição de autoridade?

Afinal, as confrontações envolveram e entrecruzaram todos os sujeitos, em todas as regiões da Amazônia brasileira de meados de 1830. A *Corografia* (1839), com todas as suas limitações, nos auxilia no esforço de apresentar com concretude a composição populacional das vilas, freguesias, lugares e missões do Grão-Pará. Tais núcleos, pode-se dizer, eram “zonas fronteiriças”, no sentido dado por Hannerz (1997). Tais zonas se constituem como locais de produção de misturas, encontros, trocas, fluxos e redes; dos quais emergem os “deslocamentos situacionais” e as “combinações inovadoras” (1997:22). A reflexão sobre as “zonas de fronteira” colocam em cheque as noções convencionais das fronteiras políticas. Há que se realizar para a Amazônia desta época, para a região do vale dos grandes rios e seus

entornos, tal como Leach [1962] o fizera para a Alta Birmânia, uma descrição abrangente que contemple as regiões e a ocupação das vilas a partir das interpenetrações culturais, sociológicas, econômicas e lingüísticas, forjadas entre e a partir das próprias populações.

A *Corografia* é um documento descritivo que emerge justamente do esforço de construção de fronteiras políticas que permitiriam aos *brancos legalistas*, aos conquistadores, pensarem, classificarem, controlarem e sujeitarem as populações das diferentes regiões. A partir de Boccara, sustenta-se aqui que as diferentes populações das diferentes regiões – classificadas em *castas* por Baena – não podem sem descritas a priori como “uma entidade homogênea funcionando em equilíbrio estável e inscritas em um espaço de fronteiras étnico-políticas bem delimitadas” (2001:08). Antes disso, o espaço das vilas e seus entornos aparece, antes, como composto por entidades culturais e políticas altamente segmentadas e não centralizadas, que não habitavam rigidamente um território, que incorporavam segmentos falantes de diferentes línguas, com variadas instituições políticas, sócio-culturais e cosmológicas. Tais segmentos, formados das misturas, trafegavam entre diversos registros, conforme as situações que se lhes apresentavam. É preciso, assim, decompor e situar as unidades sócio-políticas. Faz-se necessário um esforço de evidenciar a multiplicidade de inserções para assim propor, com propriedade, afirmações de caráter mais geral. O espaço das *vilas* se apresenta como um campo privilegiado para se pensar tais formações; para se pensar a composição dos diferentes grupos de contrários dos *legalistas*.

Este capítulo se propõe a ser uma contribuição neste sentido. O ponto de partida é a *Corografia* de Baena, produzida para subsidiar a reafirmação da administração *legalista* a partir de uma descrição oficial do Estado do Grão-Pará e seus (reivindicados) núcleos populacionais. A síntese de informações da *Corografia* sobre as vilas, freguesias, lugares e missões apresentada a seguir se encontra sistematizada em áreas geoestratégicas de influência dos enclaves, em regiões maiores que os distritos e menores que o território integral das comarcas. Leia-se a relação: Belém e entorno; Costa do Salgado; Marajó; Rio Tocantins, Margem direita do Amazonas, entre o rio Tocantins a ilha de Gurupá; Costa da Oyapokia; Rio Amazonas, entre a ilha de Gurupá e o rio Parú; Rio Xingu; Rio Amazonas, entre o rio Parú e a ilha de Tupinambarana; Rio Tapajós; Ilha de Tupinambarana; Rio Madeira; Região de Manaus (embocadura); Rio Negro; Rio Solimões; [...].

A distribuição analítica das informações da *Corografia* em regiões, ao contrário da disposição alfabética apresentada pelo autor, tem como objetivo facilitar o cotejo com outras fontes e registros que versem sobre as populações de uma mesma região: arrolamentos prisionais e de trabalhadores, relatos de cronistas e viajantes, ofícios de autoridades locais e etc. É notório que ao elencarmos regiões amazônicas para fins de pesquisa, a partir da disposição territorial dos núcleos reivindicados pelo Estado, as áreas de inter-flúvio dos grandes rios sequer são mencionadas. Os *índios, negros e misturados*, em cada vez maior número nas regiões dos *sertões*, mantinham, em grande parte, relações com as vilas e seus moradores. Estas articulações definitivamente pesaram de forma central nas disputas pelas posições de *senhor* nas vilas, que bem poderiam ser reivindicadas por diversos *capitães (índios, negros, mestiços, brancos...)* aglutinados todos em certas situações de combate contra *legalistas*, mas que se dispersavam ou se segmentavam sem constituir, efetivamente, um corpo com um centro que o unificasse. Era a lógica do Múltiplo, e não a do Um, que parecia reger a maioria dos grupos de contrários dos *legalistas*, conforme nos indica a antropologia política desde Pierre Clastres [1974].

II. Os núcleos reivindicados pelo Estado na calha dos grandes rios.

A população total arrolada da província do Grão-Pará, sistematizada por Baena, compunha-se de 149.854 pessoas; 119.877 *moradores livres* e 29.977 *escravos*. Na Comarca do Pará foram arrolados 91.307 *moradores livres* e 26.975 *escravos*; na de Marajó, 10.689 *moradores livres* e 2.040 *escravos*; na Comarca do Rio Negro (Alto Amazonas), 17.881 *moradores livres* e 962 *escravos*. Como se nota, as populações indígenas e mestiças foram arroladas no cômputo geral como *livres*. A própria Comarca do Pará era o local onde a maioria populacional foi arrolada; a grande maioria dos escravos negros, inclusive, encontrava-se em seu território. É notável também o número extremamente reduzido de *gentes* arroladas na região do Alto Amazonas. Suas vilas e povoações são reportadas em estado de desanimamento; boa parte das populações havia deixado o território dos distritos.

Uma vez que a intenção aqui é oferecer, a partir das informações da *Corografia*, um quadro comparativo acerca das populações envolvidas pelos confrontos englobados pela noção de *cabanagem*, acredito ser possível excluir – para fins de análise – as regiões do Alto Amazonas,

sobretudo as localidades do rio Negro³⁷ e do Solimões³⁸. Com isso não se quer dizer que tais regiões não tenham sido envolvidas. Pelo contrário, houve confrontos e formação de *magotes* (sobretudo aquele formado pelo mercenário *legalista* Ambrósio Ayres, na povoação de Bararuá, rio Negro). Além disso, muitas populações das regiões do Baixo Amazonas e do Grão-Pará perseguidas pelos *legalistas* migraram para tais regiões. Há muito a se resgatar na documentação do APEP acerca das movimentações da *Expedição ao Alto Amazonas*, enviada a tal região por Soares d'Andréa em meados de 1837.

A descrição que aqui se propõe pretende chegar apenas até o lugar da Barra, atual Manaus. O motivo é que os conflitos, ao que as fontes analisadas indicam, parecem ter se adensado justamente entre a costa litorânea (Costa do Salgado) e a região da Barra, na região da embocadura entre os rios Madeira, Solimões e Negro. No processo de *pacificação* comandado por Soares d'Andréa, o principal enclave do Baixo e Alto Amazonas, no qual o comandante geral se baseava, era a vila de Santarém, na embocadura do Tapajós com o Amazonas. À esta época, é possível dizer, Santarém era o último dos enclaves no curso do Amazonas.

Ao que as informações indicam, a área da ilha de Tupinambarana, no curso do Amazonas (Tapajós-Madeira), entre o lugar da Barra e Santarém, habitado por *gentios* – Mura, Maué, Mundurcú, Juma, Abacaxi, entre outros (Ménendez, 1981) – era a principal “fronteira” a ser superada pelo Estado na década de 1830. Afinal, as populações *gentias* eram vistas como entraves que *embaraçavam* a navegação fluvial, e, conseqüentemente, a comunicação, integração, utilização e povoação do Alto Amazonas. Sendo assim, a *limpeza* (tal como expressão corriqueiramente utilizada por Soares d'Andréa) da região da ilha de Tupinambarana, entre o Santarém e Manaus, era o principal objetivo estratégico para que a *civilização* e o *comércio* avançassem rumo à futura Manaus e aos rios Negro e Solimões e todos os seus tributários. Deste modo, por tal razão, a pesquisa se fecha na ilha de Tupinambarana por ser esta a principal área de adensamento de confrontos para além do rio Tapajós.

³⁷ Assembléia 1833: **Rio Negro (Alto Amazonas)**. *Marniá (Vila) [Barcelos], Itarendana [(Moura) antiga Vila, Freguezia], Bararná [(Thomar), antiga Vila, Freguezia], Aracari [(Carvoeiro), Freguezia], Caboquema [(Moreira) Freguezia], Carmo (Freguezia), Santa Izabel (Freguezia), Marabitanas (Freguezia), Poiars (Freguezia suprimida), Lamaloaga (Freguezia suprimida), Santa Maria de Bethlem (Freguezia suprimida)*

³⁸ Assembléia 1833: **Rio Solimões (Alto Amazonas)**. *Tefé (Vila) [Ega]; Janari [(Oliveira) antiga Vila, Freguezia], Guari (Freguezia), Fonte Boa (Freguezia), [Amaturá] (Freguezia), Tabatinga (Freguezia).*

Belém e arredores (Grão-Pará)³⁹. A Cidade de **Santa Maria de Belém do Grão-Pará** (1839:231) foi construída em 1616 às margens da baía de Guajará, na altura de sua embocadura com os rios Guamá e Acará. Em meados de 1830 se distribuía em duas freguesias, Sé e Santa Anna, separadas por uma área de praia e terrenos alagadiços denominada Piri. A primeira, fundada em 1616, compunha-se de 699 domicílios, e a segunda, fundada em 1727, por 1236 casas. A partir da costa, a Cidade, (como à época a freguesia da Sé era chamada), tinha 35 ruas cortadas por 31 travessas e 12 largos (5 grandes e 7 pequenos), com diferentes Igrejas. Diferentes fortificações, em péssimo estado de conservação, defendiam a Cidade de ataques navais. À época os principais eram: a Fortaleza do Castelo, o Forte de São Pedro Nolasco e a Bateria de Santo Antônio. Um sistema de sinais comunicava a chegada à Cidade de embarcações oriundas de Vigia. Os sinais eram transmitidos na seguinte seqüência: Vigia-Ponta de Pinheiro-Ilha de Tatuóca-Forte de Nolasco-Castelo. Havia 3 jornais em circulação; 2 médicos; 4 cirurgiões; 9 boticários; 20 negociantes matriculados; 16 negociantes estrangeiros; 62 lojas de fazendas; 126 tavernas; 5 lojas de ourives; 8 botequins; 5 bilhares; 15 lojas de sapateiros; 8 lojas de barbeiro; 10 ferrarias; 9 lojas de marceneiro; 2 relojoeiros; 3 penteiros; 1 candeeiro e picheiro e 1 funileiro (:273-4). Nas ilhas do entorno, Baena destaca a existência de roças, olarias (Reduto de São José, sítio Tapaná), poucas habitações *palhaças* de *indianos*, um engenho de açúcar e de arroz (Val-de-Caens). Na Ponta de Pinheiros, próxima à ilha de Mosqueiro, a população estaria vivendo pobremente, segundo ele, devido à escassez de peixes ocasionada pela pesca com timbó. A freguesia de **Beja**, situada na entrada do rio Abaité, ao sul de Belém, foi arrolada com a presença de 886 *índios e mamelucos*, que habitavam a localidade e seu entorno (1839:293). Havia na freguesia 39 *casas palhaças* construídas em torno de um largo em cujo centro estava uma Igreja. Nas roças cultivava-se, em pequena escala, mandioca, maniva, café, arroz, cacau. Seus moradores efetuavam trocas em Belém. Baena destacou a venda esporádica de couçoeriras, estacas de Anapú e “algum arroz”. A freguesia do **Conde**, próxima ao furo Atituba, pelo qual se estabelecia comunicação com o rio Carnapijó e o Amazonas, foi arrolada (1839:299) com uma população de 261 *indianos*, 43 *mamelucos* e 86 *mestiços*, que produziam farinha de mandioca e pescavam. A freguesia, na descrição da *Corografia*, se constituía de “uma pequena corda de casas

³⁹ Assembléia de 1833: *Santa Maria de Bethlem (Cidade)*, *Acará (Freguezia)*, *Capim (Freguezia)*; *S. Domingos (Freguezia)*; *Igarapé merim (Freguezia)*; *Mojú (Freguezia)*, *Conde (antiga Vila, Freguezia)*, *Beja (antiga Vila, Freguezia)*, *Bojarú (Freguezia)*, *Benfica (Freguezia)*, *Barcarena (Freguezia)*, *Abaité (Freguezia)*.

palhaças em torno de uma Igreja, de excelente construção”. Baena afirma que a freguesia, enquanto ainda era aldeia, foi composta por “Topinambás” e “Poquiguaras”. O lugar **Barcarena**, situado nas margens no rio Cupijó, próximo ao canal de Carnapijó e à baía das Onças, era habitado, segundo a *Corografia* (1839:290), por 445 “indivíduos”, dos quais 130 eram *escravos*. Antigamente, o lugar era uma fazenda dos padres da companhia de Jesus. No lugar de **Benfica**, situado às margens do rio Mauari, a aproximadamente 30 km da Cidade, a população arrolada era de 985 *vizinhos*, que cultivavam mandioca e pescavam para o próprio sustento. A *vila* de **Collares**, ao norte de Belém, foi arrolada com 43 *brancos*, 18 *escravos*, 119 *mestiços*, 165 *índios* e 129 *mamelucos*. A pesca e a plantação de maniva são as principais atividades produtivas. A exceção de três casas, todas eram construídas em palha.

Marajó (Grão-Pará)⁴⁰. A *vila* de **Marajó**, nas imediações do rio Arari, passou a ser em 1816 a *cabeça de termo* da ilha. Entretanto Baena destaca que a povoação não era povoada: “fincaram um mourão de pau chamado Pelourinho, ponde adquirir nem ao menos aquelle numero de habitantes, que se enxerga no lugar mais tenuemente povoado da Província” (1839:361). A freguesia de **Cachoeira do Arari**, nas proximidades da *vila* de Marajó, possuía uma população arrolada de 130 *brancos*; 2802 *indianos* e *mestiços* e 519 *escravos*. A maior parte da população vivia dispersa pelas terras do *distrito*. A freguesia, propriamente, era composta por “uma centena de casas em renque à borda do rio quase todas telhadas, e uma pequena Igreja no centro” (:362). A *vila* de **Monsarás**, criada em 1757, era também conhecida como aldeia de Caiá. À exceção de três casas e da Igreja, todas as habitações eram *telhadas com folhagem*. Sua população foi arrolada em 857 pessoas; 88 *brancos*, 11 *pretos*, 190 *indianos*, 130 *mamelucos*, 67 *curibocas*, 43 *cafuzes* e 249 *escravos*. Baena destacou que a maioria da população vivia dispersa pelo entorno e apenas raramente procuravam a *vila* (1839:364). O lugar de **Condeixa**, nas proximidades de Monsarás, também conhecido como aldeia dos Guajarás, foi arrolado com uma população de 86 *vizinhos indianos*. O lugar era composto por 10 *casas telhadas com palha* ao redor de uma Igreja. A *vila* de **Chaves**, no noroeste, criada em 1758, era até então conhecida como aldeia dos Aruans. Sua população foi arrolada em 1853 pessoas; 44 *brancos*, 1362 *indianos* e *mestiços* e 447 *escravos*. Todos os domicílios tinham *teto de palha*, menos a Igreja

⁴⁰ Assembléia de 1833: *Monsarás (Vila)*, *Monforte (Freguezia)*, *Soure (Freguezia)*, *Salvaterra (Freguezia)*; *N. S. da Conceição da Cachoeira (Vila, antes freguesia)*, *Villa Nova de Marajó (antiga Villa, Freguezia)*, *Distrito do Rio Caracará (Freguezia, desanexadode Monsarás)*, *Conceição da Ponte de Prata (Freguezia)*; *Muanã (Vila, antes freguesia)*; *Ecuador [Chaves] (Vila)*.

(1839:363). O lugar do **Rebordelo**, antiga aldeia de Piyé, próximo às ilhas de Caviana e Mexiana, subordinado a Chaves, com uma população de 279 *moradores indianos* (1839:366). A vila de **Monforte**, criada em 1757, era também conhecida como aldeia de Joannes. Sua população foi arrolada em 33 *brancos*, 31 *mamaluco*s, 367 *indianos*, 109 *mestiços* e 124 *escravos* que habitavam 138 casas *colmadas de palha e dispostas em ordem regular* (1839:365). A vila de **Soure**, criada em 1757, antiga aldeia dos Marauanazes, foi arrolada com uma população de 26 *brancos*; 44 *indianos*; 83 *mamaluco*s; 40 *mulatos*; 7 *curibocas*; 11 *cafunzes* e 155 *escravos*. A vila se compunha de 42 *casas telhadas* (1839:367). O lugar de **Mondim**, nas proximidades de Soure, antiga aldeia São José, com uma população de 230 *moradores* que habitavam *casas de palha*. No interior de seu *distrito*, havia um pesqueiro imperial, criado em fins do século XVII e desativado em 1827 (1839:365). O lugar de Ponta de Pedra com uma população contabilizada em 815 *moradores* e 102 *casas palhaças* (1839:366). O lugar de **Villar**, próximo ao lugar de Ponta de Pedra, também conhecido como aldeia dos Goianazes. Sua população foi arrolada em 95 *indianos* (1839:370). A freguesia de **Muaná**, no sudeste, com uma população de 3021 *vizinhos livres* e 503 *escravos* (1839:365). A vila de **Salvaterra**, antiga aldeia dos Saracás, tinha uma população arrolada em 46 *brancos*, 296 *indígenas*, 71 *mamaluco*s, 11 *mulatos*, 16 *curibocas*, 26 *cafunzes* e 13 *escravos*. A vila se constituía de 102 *casas palhaças* dispostas ao redor de uma Igreja *telhada* (1839:367).

Região do Salgado (Grão-Pará)⁴¹. A vila de **Vigia**, na foz do rio Pará, foi registrada na *Corografia* com uma população de 2120 *brancos*, 329 *escravos* e 2618 *mestiços* (1839:339). O cultivo de mandioca e café, a pesca e o fabrico do sabão e da cal de sernanbi eram as principais atividades da vila. Duas localidades em suas proximidades, **Porto Salvo** e **Penha Longa**, habitados somente por indígenas, estariam *reduzidos a ermos*. Habitavam estes lugares, respectivamente, 200 *índios* e 14 *casais de índios, mestiços e mameluco*s. O lugar de **Odivellas** (1839:316), também conhecido por São Caetano, era parte do distrito de Vigia. Sua população foi registrada em 335 *indivíduos que vivem da pesca*. Havia no lugar cafezais, arrozais e outros plantios em pequena escala. As casas eram de palha. A população de **Cintra** (1839:295) foi arrolada em aproximadamente 4768 “visinhos na maior parte Indianos, os quaes poucas vezes buscão a Villa”. Havia na vila uma praça e quatro pequenas ruas, com 123 casas, “oitenta e duas

⁴¹ Assembléia de 1833: *Vigia, Marapaná (Villa Nova d'el Rei), Collares; S. Caetano de Odivellas, Porto-Salvo, Penha Longa, Cintra, Santarém-Novo, Salinas, Bragança, Peria, Gurupi, Vigen, Ourém, Irituia, S. Miguel da Cachoeira, Turi-assú.*

telhadas e quarenta e uma de palha”. Dentre as atividades produtivas, a *Corografia* destacava a manufatura de farinhas e o fabrico de sabão e cal de sernambi. No lugar de **Santarém-Novo** (1839:330), sujeito a Cintra, a *Corografia* apontava a existência de 292 *Indianos* que habitavam *sessenta casas palhaças*. A pesca e o cultivo de mandioca eram as principais atividades econômicas. O lugar de **Salinas** (1839:329), também parte do distrito de Cintra, é descrito com uma população de 25 *brancos*, 30 *escravos* e 460 *indianos*, que se sustentavam da pesca e de pequenas roças. No lugar de Salinas, segundo a *Corografia*, sempre residiram os *práticos* que realizavam a navegação até a Cidade. A população da vila de **Bragança** (1839:291-2), situada na margem esquerda do rio Caité, foi arrolada em 1408 *brancos*, 482 *escravos* e 1885 *índios* e *mestiços livres*. A vila, segundo a *Corografia*, se constituía de três ruas paralelas ao rio, contornadas de casas telhadas. Havia fazendas de criação de gado e cultivo de mandioca, algodão e café. Ao norte desta vila havia uma aldeia conhecida como Vimioso que, segundo Baena, contava com uma pequena população. Baena destaca que em meados de 1750 migraram para vila, a pedido do governador, *famílias* e *homens solteiros* ilhéus *angrenses* e *michaelenses*. No interior, às margens do rio Guamá, situava-se a vila de **Ourém** (1839:316-20), cuja população foi registrada em 232 *brancos*, 60 *mestiços*, 194 *índios*, 23 *mamelucos* e 160 *escravos*. A vila, segundo a *Corografia*, era composta de cinco ruas em cujo centro figurava o pelourinho e a matriz. Havia cinquenta *casas telhadas*, incluindo a cadeia e a câmara. Eram produzidos na vila: algodão, arroz, tabaco, aguardente de cana, mel, açúcar, farinha, milho, feijão, café, cacau e polvilho. Na margem esquerda do rio Gurupi, situava-se o lugar de **Viseu** (1839:337), cuja população foi registrada em 172 *índios*, que plantavam maniva, pescavam e caçavam para a subsistência. O lugar de **Piriá** foi arrolado (1839:325) com uma população de 53 *indianos* e *mamelucos*, que pescavam e cultivavam para o próprio sustento. O lugar de **Gurupi** foi arrolado (1839:304) com uma população de 223 *indianos*, que pescavam e plantavam para o próprio sustento. O rio Gurupi no início de 1840 passou a ser o limite territorial entre o Grão-Pará e o Maranhão. A vila de **Turiassú**, na margem esquerda do rio Turiassú, próxima ao oceano, foi arrolada (1839:336-7) em 987 *brancos*, 1000 *escravos* e 566 *mestiços*. Havia na vila duas pequenas ruas paralelas circundadas por “casas palhaças, e de algumas com teto de telha, e uma pequenininha casa telhada com folhagem chamada de Igreja”. Havia lavoura, “um tanto lucrativa”, de algodão e de arroz. Anualmente, segundo a *Corografia*, o distrito exportava ao Maranhão 3000 sacas de algodão e 12000 alqueires de arroz. Destacava o autor que desde fins do século XVIII, seus moradores reivindicavam que o território do distrito fosse transferido para a província no Maranhão.

Margem direita do Amazonas. Da foz do Tocantins à ilha de Gurupá (Grão-Pará)⁴².

Na baía dos *Bocas*, em uma ilha situada na embocadura dos rios Cupijó e Puruaná, próxima à margem centro-sul da ilha de Marajó, situava-se a vila de **Oeiras**. A vila, criada em 1758, segundo a *Corografia* (1839:320-1), era até então um complexo de três *aldeas* de missão jesuítica: *Araticu*, *Aricuru* e *Arucará*, que, segundo Baena, eram denominadas “vulgarmente de aldeas dos Bocas”. Em meados de 1830, sua população arrolada era de 1944 *indivíduos*; 192 *brancos*, 323 *escravos*, 630 *mestiços*, 1826 *indianos* e 973 *mamaluco*s. Segundo Baena, “os melhores domicílios eram os do Vigário e dos moradores Brancos”. As “casas dos indianos”, na opinião de Baena, desmereceriam o nome de “casas”. Dizia o autor que eram “palhoças abertas, feias e nada limpas”, além de pouco utilizadas, uma vez que “elles” viviam “embrenhados pelos matos”. Baena afirmava que os índios diziam que moravam afastados para “escapar às portarias de serviços”. Subindo o curso do Amazonas (direção oeste a partir de Oeiras), encontram-se as vilas de Portel e Melgaço, cada qual em uma margem do rio. Antes de ser “elevada à categoria de vila” em 1758, **Portel** fora uma aldeia formada pelo padre Vieira, com *Ingaibas* (oriundos do Marajó) e *Arucuarás* (1839:325). A população arrolada de seu distrito na *Corografia* era de 2170 *brancos*, *indianos* e *mamaluco*s, com 80 *escravos*. No centro da vila havia uma Igreja com duas naves, pintada no teto e nas paredes, em torno da qual havia uma ala de *casas*, algumas de *giraus* e *outras diformes, negras e arruinadas*. Baena destacou que a maioria da população de Portel vivia “embrenhada pelos matos” e que, por isso, o levantamento estava aquém da população. É digno de nota que aqui Baena criticou as autoridades da vila por deixarem os índios “abandonados à natureza”, sem que fossem empregados. A vila de **Melgaço**, na outra margem do rio, entre a terra firme e a ilha de Marajó, foi criada em 1758. Antes fora a aldeia jesuítica *Aricurú*. Sua população arrolada (1839:307) era de 5719 habitantes; 1021 *brancos*, 1140 *escravos*, 1078 *mestiços*, 1440 *índios*, 1040 *mamelucos*. No que concerne à organização Baena afirmava: “as moradas desta gente na Villa são informes, irregulares, e desmantelladas”; segundo ele, as melhores *casas* construídas em meados do XVIII, estavam destruídas. A maior parte da população do distrito apenas freqüentava a vila sazonalmente ou raramente. Tanto em Melgaço quanto em Portel a mandioca e o algodão eram os principais cultivos. Além disso, muitos índios eram utilizados como remadores.

⁴² Assembléia de 1833: *Oeiras (Vila)*; *Melgaço (Vila)*, *Portel (antiga Vila, Freguezia)*.

Rio Tocantins (Grão-Pará)⁴³. No rio Tocantins, **Cametá**, situada em sua margem esquerda, era a principal vila. Sua população registrada, conforme a *Corografia*, (1839:297-8), era de 8068 *vizinhos* e 1382 *escravos*. Segundo a descrição de Baena, a vila era composta por *três ruas paralelas ao rio, e dous largos, o da Matriz e o das Mercês*. A maior parte população apenas procurava a vila durante a *semana santa* e *outras festividades maiores*. Durante a maior parte do tempo, os habitantes viviam dispersos em cacauais e roças, onde eram produzidos: mandiocas, algodão, arroz, tabacos, urucu, cana de açúcar, azeite de andiroba para os candeeiros e fabrico de cal a partir de conchas fósseis. A caça e a pesca também eram extensamente praticadas. Baena destacava o trabalho das mulheres na produção e pintura de *cuias, tamaris, bacias* e *gomis* a partir argila branca. Nas pinturas, segundo o autor da *Corografia*, as mulheres pintavam animais: *Jabutis, Pombas, Tartarugas* e *Tatus...* A aproximadamente 5 km da vila de Cametá, em direção ao interior, havia o lugar de **Azevedo**, habitado por *indianos* e *mamaluco*s; onde, segundo a *Corografia*, havia uma Igreja e 73 *fogos*. O *logar* de Azevedo também era denominado de *aldea de Parejó*. Afirma Baena que muitos procuravam tal localidade. Seus moradores eram considerados os de *melhor préstimo para o serviço de vagar canoas*. A vila de **Baião**, na margem direita do Tocantins, se encontrava acima (pelo curso do rio), do distrito de Cametá. Na contagem (1839:292), foram arrolados 1500 *vizinhos* e 308 *fogos*. Havia cultivo regular de cacau, arroz e mandioca e algumas fazendas de gado. As mulheres, destaca a *Corografia*, realizavam trabalhos semelhantes aos que eram realizados por aquelas que habitavam a vila de Cametá. Na embocadura entre o rio Tocantins e o rio Araguaia, situava-se o registro de **São João do Araguaia**, criado em 1791 para controle da fuga de escravos, regularização da navegação fluvial e como degredo prisional. Havia no registro *casas palhaças* dispostas sem regularidade, habitadas pelo comandante, os soldados o cirurgião e o capelão. O registro era circundado por *Timbiras, Carajás* e *Apinajés*.

Costa da Oyapokia (Baixo Amazonas)⁴⁴. Na calha da margem direita do Amazonas, na altura do rio Xingu, as localidades reconhecidas pelo Estado eram Arraiolos, Espozende e Almeirim. A vila de **Arraiolos**, no rio Tocré, próximo ao Amazonas, foi criada em 1758. Sua

⁴³ Assembléia de 1833: *Cametá (Vila)*, compreende a mesma Villa, e seus respectivos Districtos, e toda a ilha de Tamandoá, e as que ficam d'ahi para baixo; *Tocantins (Vila)*, [antiga Freguezia de Baião]; *Arroios (Posto Militar)*; *S. João do Araguaia (Posto Militar)*, servindo de limites a esta Villa, e a de Cametá o rio Tauaré da parte de baixo, principiando do sítio Mucajuba, e do outro lado, do sítio de São João da Silva Tavares; e ficando-lhe pertencendo a ilha de Sant Anna, e todas as mais d'ahi para cima.

⁴⁴ Assembléia de 1833: *Arraiolos, Espozende, Macapá, Mazagão, (Santa Anna, Fragozo)*..

população foi arrolada (1839:284-5) em 425 *vizinhos*, 203 *brancos*, 20 *escravos*, 182 *índios* e 20 *mamaluços*. A vila se constituía de uma *praça orlada de 28 moradas*, com uma Igreja *sem teto de telha*. No centro da praça havia um *esteio de Acapu*, chamado de *Pelourinho* pelos moradores. Seus habitantes plantavam mandioca e coletavam castanha, estopa e salsaparrilha nas serras do rio Jarí, acima das cachoeiras. Tais empreendimentos eram *ajustados* com *mercadejantes*. À esta vila se dirigiam, sobretudo, compradores de Macapá, Mazagão e Gurupá. Próxima a Arraiolos, no tortuoso rio Aramucú, antiga aldeia missionária de mesmo nome, situava-se a vila *de índianos* de **Espozende**. Havia na aldeia, segundo a *Corografia* (1939:300-1), “umas 25 casas palhaças postas em renque aos dois lados da Igreja também coberta de palha, e na face de tudo isto um pau a prumo”, chamado de *Pelourinho*. Segundo a estimativa, haveria 363 moradores em seu distrito, que plantavam maniva, pescavam, coletavam castanha e estopa nas proximidades e salsaparrilha em expedições às serras do rio Jarí. As trocas eram ajustadas com os regatões. Para Baena, eram “mais ativos que os de Arraiolos”. Duas outras localidades, **Santa Anna** e **Fragozo**, são apontadas nas cartas de Brué [p.ex. 1834 e 1839], como existentes na mesma região. A população vila de **Macapá**, situada na margem esquerda do Amazonas próxima à foz oceânica, foi arrolada (1839:308-12) em 2558 moradores; 1238 *brancos*, 242 *índianos*, 341 *pardos* e 713 *pretos escravos e livres*. Havia na vila uma Igreja e uma casa de câmara, financiadas pela Fazenda Real. Foi criada na vila uma olaria, para que os telhados de madeira pudessem ser substituídos por telhas. Na olaria era fabricados também “ladrilhos, louças de cozinha e potes” para água e manteiga. Havia na vila 348 casas distribuídas em 10 pequenas ruas e duas praças; 24 eram *casas telhadas* e 324 cobertas de *Bossú*. Havia na vila 13 lojas de mercadores de retalhos e 18 tavernas. O distrito de Macapá exportava, tanto para fora da província quanto para outros distritos, os seguintes produtos: cacau, cravo, algodão, arroz, sabão, feijão, panos de algodão, azeite de andiroba, milho, couros de boi, veado e cutias, sola, toras de Macacaúba, castanha, galinhas, patos, tartarugas, manteiga de tartaruga, arguarente e gado (vacas e cabras). A Fortaleza de São José de Macapá se situava à direita da vila; segundo a *Corografia*, estava sem manutenção, mas com 86 praças de artilharia. Os moradores da vila mantinham roças, fazendas e engenhos de cana nos rios do interior e nas ilhas do entorno. Ao sul de Macapá, às margens do rio Mutuacá, situava-se a vila de **Mazagão** (1839:312-13), fundada em 1770. Seus primeiros moradores, conforme a *Corografia*, foram 114 famílias evacuadas de uma praça de nome Mazagão, na região do estreito de Gibraltar (sul da África). Seus moradores eram responsáveis por apoiar a Fortaleza de Macapá. Sua população foi arrolada em um total de 1152 moradores; 498 *brancos*, 325 *escravos*,

181 *mestiços* e 148 *indianos*. Vendiam arroz, algodão, cacau silvestre e outros produtos coletados nas ilhas e nos rios Anauarapucú, Maracá, Jarí e Cajari.

Rio Amazonas: Da Grande Ilha de Gurupá à foz do rio Paru (Baixo Amazonas)⁴⁵. A vila de **Gurupá**, situada ao sul da Grande Ilha de Gurupá, divisora das águas do Amazonas, foi criada como fortificação em 1639, após vitória contra os holandeses. A população da vila arrolada na *Corografia* (1839:304-5) era de 828 *brancos*, 248 *escravos*, 117 *mestiços*, 183 *indianos* e 80 *mamaluco*s. Havia na vila 37 *casas palhaças* e 7 *telhadas* distribuídas entre duas ruas. Havia duas praças, uma a do *Pelourinho* e a outra, a da *Aldea*, denominada de *Mariocay*, na qual habitavam os *indianos* desde os tempos da formação da Fortaleza de Gurupá. Havia no distrito, segundo Baena, os *lavradores*, que cultivavam maniva, arroz, milho, café, algodão e tabaco e os *comerciantes* que vendiam salsa, cravo, café, cacau, pirarucu e castanha doce. Apenas o café e o cacau eram produzidos no distrito para o comércio; a salsa era oriunda dos distritos de Almeirim e Arraiolos; o cravo do rio Xingu e das demais vilas citadas; o pirarucu era oriundo de Monte Alegre e a castanha de Arraiolos e Espozende. As ilhas do entorno da vila, segundo Baena, eram repletas de pacas, veados, porcos e cacau “espontâneo”. A antiga construção da fortificação, pouco conservada, era utilizada para registro da navegação. Havia no distrito de Gurupá três outras localidades reconhecidas: Cerrazedo, Vilarinho do Monte e Boa Vista. O lugar de **Cerrazedo**, até 1786 *aldeia de Arapijó* de missão capuchinha, foi arrolado na *Corografia* com uma população de 401 *indianos*. Suas casas eram *palhaças* e a Igreja era telhada com *folhagem*. O lugar de **Vilarinho do Monte**, criado em 1758, era até então a aldeia *Canhiana*, administrada pelos capuchinhos. Sua população arrolada (1839:339) foi de 566 pessoas; 340 *brancos*, 48 *escravos*, 10 *mestiços*, 133 *indianos* e 35 *mamaluco*s. Havia no lugar uma Igreja com teto de telha e um largo, em torno do qual haviam dois semi-círculos de *casas palhaças*. O lugar de **Boa Vista**, situado em águas que correm para Vilarinho do Monte, com fácil navegação para Porto de Mós e o rio Xingú, foi arrolado (1839:294) com uma população total de 395 pessoas; 218 *brancos*, 13 *escravos*, 23 *mestiços*, 59 *índios* e 82 *mamaluco*s. A vila de **Almeirim**, situada na margem esquerda do rio Amazonas, próxima à embocadura com o rio Paru, fundada em 1759, era até então a *aldeia do Parú*. Sua população foi arrolada (1839:286-7) em 305 *indivíduos*. No que concerne à organização o autor descreve “um semi-círculo de palhoças, e no centro uma pequena Igreja de pedra e cal coberta de telha”. Foram transferidos para esta vila, no passado (não especificado), índios do *rio*

⁴⁵ Assembléia de 1833: *Gurupá (Vila)*, *Cerrazedo (Logar)*, *Villarinho do Monte (Logar)*, *Boa Vista (Logar)*, *Almeirim*.

Uacarapi. No que concerne à produção Baena destacava: “estes Índios de Almerim são fartos de peixe, de boa farinha e de caça: tem cacáo sem cultivo: e nas serras bastante produção de salsa, cravo e breu”.

Rio Xingu (Baixo Amazonas)⁴⁶. No rio Xingu, figuram na *Corografia*, 4 distritos e um lugar (Taparó, na jurisdição de Porto de Mós). A população de **Porto de Mós** (1839:326), situada na margem esquerda do rio Xingu, próxima à embocadura com o Amazonas e o *logar* de Boa Vista (distrito de Gurupá), são contabilizada em 151 *brancos*, 336 *índios*, 281 *mamelucos*, 53 *escravos*, que habitavam em *casas palhaças*. Segundo Baena, a produção *não vai além do mesquinho necessário para as primeiras necessidades da vida*. A população do lugar de **Taparó**, no interior do distrito de Porto de Mós, é totalizada em 18 *brancos*, 69 *índios*, 42 *mamemlucos* e 10 *escravos*. Baena ressalta que tanto este lugar como Boa Vista, sofriam forte influencia de Porto de Mós. A população do distrito de **Veiros** (1839:340-1), situada entre os distritos de Souzel e Porto de Mós, era de 2 *brancos*, 66 *mestiços*, 371 *índios* e 36 *mamelucos*. No que concerne à organização afirmava: “tem só uma rua orlada de 13 casas de sebe sem esboço, e de 23 tujupares, tudo telhado com folhagem: igual tecto tem a casa da Câmara”. Nas ilhas adjacentes à boca do rio Maxipana, o autor salientava que desde 1821 residiam muitos índios; e em torno dos *tujupares* plantavam “milho, maniva e algum café: outros fazem plantaçoens dentro do indicado rio, e nelle não assentão morada receosos do Gentio Mundurucú e Juruna, que de quando em quando apparecem para trucidar e roubar”. A população do distrito de **Souzel** (1839:331) foi arrolada em 6 *brancos*, 173 *mestiços*, 399 *índios*, 100 *mamelucos* e 3 *escravos*. Sobre a organização da vila a *Corografia* destaca: “duas ruas desfalcadas de casas, que apenas tem 14 tujupares e 10 casas de sebe sem emboço telhadas com folhagem”. Baena apontava para a existência de Jurunas e Mundurucús no entorno da vila. A mandioca era o principal alimento produzido. Também coletavam drogas. A população do distrito de **Pombal** (1839:327), na contagem da *Corografia*, consistia-se de 1 *branco*, 629 *índios*, 176 *mamelucos* e 8 *escravos*. No que concerne à organização da vila a *Corografia* afirma: “a apparencia desta Villa offerece um largo nominado do Pelourinho com nove casas palhaças e treze tujupares e uma Igreja (...) também com tecto de folhagem”. A mandioca era o principal bem produzido. Além dele cultivavam também café. Os gêneros ali produzidos eram trocados com *mercadejantes* de Gurupá, Mazagão ou Macapá, por panos de algodão, ferragens, pólvora e outros artigos de consumo.

⁴⁶ Assembléia de 1833: Porto de Moz (Vila), Veiros (antiga Vila, Freguezia), Pombal (antiga Vila, Freguezia), Souzel (antiga Vila, Freguezia).

Rio Amazonas: Da foz do rio Paru à ilha de Tupinambarana (Baixo Amazonas)⁴⁷. A *vila* de **Monte Alegre**, antiga aldeia de Gurupatuba, situada na foz do rio Gurapatuba com o Amazonas, foi criada em 1758. Sua população foi arrolada em 1780 *vizinhos brancos e indígenas* e 290 *escravos* (1839:314). As casas eram quase todas telhadas com folhagem. Os proprietários desta vila dedicavam-se à criação de gado e ao plantio. Segundo Baena, “os Indianos são de préstimo na extração da salsa e do cravo, na pesca e noutros trabalhos”. As mulheres custuravam e fiavam o algodão, além de fabricarem e pintarem “com graça delicadeza bacias e gomis de argila branca, cuias e tacuaris”. Nas proximidades da *vila*, a foz do rio Curuá, havia um sítio chamado **Barreiras de Cuçari**: “tem moradores Indianos, e as suas mulheres são dotadas do mesmo curioso engenho das da Villa para fabricar e pintar louça, cuias, tacuaris” (1839:315). Em Barreiras do Cuçary havia uma fabrica de serrar cedros para o Arsenal da Marinha, desativada, que se antes mantivera em atividade por trinta anos. A vila de **Alenquer**, situada na margem oriental do lago Surubiú, próximo ao rio Amazonas, foi fundada em 1758. Na contagem foram arrolados: 1208 *visinhos* e 440 *escravos* (1839:289-90). Sobre as construções: “todas as casas dos moradores, a Cadêa, e a casa da Câmara, são cobertas de folhagem, dispostas com regularidade, e aceadas, em três ruas”. Os moradores cultivavam principalmente mandioca e cacau. Havia também algumas fazendas de criação. O lugar de **Outeiro**, também Urubucuára, situada nas imediações do rio Parú e o Amazonas, foi criado em 1758. Era submetido à jurisdição de Monte Alegre. Sua população foi arrolada em 194 *pessoas livres* e 20 *escravos* (1839:322). As casas eram “todas caiadas, colocadas em terreno limpo, e telhadas com folhagem”. Eram organizadas expedições para o alto Parú e nas proximidades colhia-se cacau e salsaparrilha. A vila de **Óbidos**, também Pauxis, situada na foz do rio Trombetas com o Amazonas, foi criada em 1758. Sua população foi arrolada em 2987 *pessoas livres* e 1294 *escravos* (1839:323). A *Corografia* elogiava a *vila*: “os moradores da Villa habitão casas arruadas; e supposto que algumas sejam colmadas de folhagem, com tudo tem seu alinhio, o que tudo com uma boa praça, que tem, faz uma vivenda agradável”. O cultivo extensivo de cacau e a pecuária eram as principais atividades produtivas. Havia também plantações de café, maniva, algodão, milho, e feijão, em pequena quantidade. Havia, ainda, resquícios de uma fortificação erigida em meados de 1750. A *missão* de Juruti, situada no lago de mesmo nome, próxima à ilha de Tupinambarana foi fundada em 1818. Sua população: 385 “indianos Mondurucús e Maués

⁴⁷ Assembléia 1833: Prainha, Monte-Alegre (Vila), Outeiro (Logar), Franca (Vila); Pauxis (Vila) [Óbidos], Juruti (antiga Missão, Logar); Faro (Vila).

de ambos os sexos debaixo da direção de um missionário” [Sanches de Brito] (1839:307). No próprio lago Juruti, residiam também *alguns brancos* envolvidos na produção de guaraná, farinhas de mandioca, algodão, salsa e cravo (id.). A **Vila Franca**, situada nas proximidades da foz do rio Tapajós no rio Amazonas, a oeste de Santarém, foi criada em 1758. Antes era *aldeia Cumaru*. Sua população foi arrolada em 2736 *brancos, índios e mestiços* e 152 *escravos* (1839:302-3). Destaca-se o cultivo de maniva a cacau, há também alguns proprietários de pequenas fazendas de criação. Havia um pescueiro, descrito como lucrativo e também um Cacoal, plantado nos limites com Óbidos. A Igreja, a casa de câmara, e a cadeia eram as únicas edificações *telhadas* do *disitrito*. A *vila* de Faro, também *aldeia de Nhamundá*, na foz do rio Nhamundá no rio Amazonas, foi criada em 1758. Sua população foi arrolada em 1989 *brancos, índios e mamalucos* e 93 *escravos* (1839:303). Todas as casas eram *palhaças*. A cadeia, a casa de câmara e a Igreja eram *telhadas*. Cultivava-se cacau, café e maniva, além de “mediócras fazendas de criação”. Havia pesca de beixe-boi, tartarugas e pirarucu.

Rio Tapajós (Baixo Amazonas)⁴⁸. No rio Tapajós havia três distritos: Santarém, Alter do Chão e Pinhel. A vila de **Santarém** (1839:333), situada na embocadura do rio Tapajós com o rio Amazonas, segundo a *Corografia*, se consistia de três ruas paralelas ao rio, cruzadas por três travessas: “todas contornadas de casas de alvenaria e de bom exterior; e algumas de dous pavimentos ao estilo da Cidade”. A população arrolada era de 3985 *vizinhos brancos, índios e mamelucos* e 1270 *escravos*. Baena se indignava pela falta de outras construções *civilizadas* nesta estratégica vila do baixo Amazonas (do ponto de vista militar e comercial): “em uma Villa, que he o empório do commercio do Rio Negro e do Mato Grosso, nunca construirão Casa de Câmara e Cadea, um Chafariz, nem poços de água”. No que concerne à produção, a *Corografia* salienta o trabalho das mulheres (notório a seus olhos pelas possibilidades comerciais): “distinguem-se aqui certas mulheres pela industria, com que fazem boas esteiras de palhinha fina e pacarás, os quaes são uns pequenos bahús de folhetas de madeira leve cobertas por dentro e por fora de palha do grelo de Inajá tecida e pintada de diversas cores, cujo matriz he donoso”. Os principais gêneros produzidos eram: cacau, café, tabaco, algodão, milho, feijão e maniva. Apenas o cacau era produzido em larga escala para o comércio. Havia também fazendas de gado nos arredores da vila, mas que, na visão de Baena, eram pouco expressivas. A

⁴⁸ Assembléia 1833: *Tapajós (Vila)* [antiga Santarém], *Alenquer* (antiga Vila, Freguezia), *Alter do Chão* (antiga Vila, Freguezia), *Boim* (antiga Vila, Freguezia), *Pinhel* (antiga Vila, Freguezia), *Azeiros* (Logar), *Curi* (Logar), *Capella de Uxiúba* (Logar).

Corografia destacava a existência de uma epidemia de lepra no distrito da vila. A vila de **Alter do Chão** (1839:286), situada na margem direita do rio Tapajós, fora criada em 1758. Sua população, em meados de 1830, era arrolada em 818 *brancos e índios* e 10 *escravos*. Segundo Baena, “as casas, a Cadea, e a casa da Câmara, tudo tem telhado de folhagem”. Seus moradores se dedicavam principalmente ao plantio de mandioca. Na vila de Boim (1839:294), situada na margem esquerda do rio Tapajós, a *Corografia* totaliza a presença de 780 *índios e mamelucos*, cuja atividade produtiva era a caça, que em na interpretação de Baena, eles realizavam para produzirem não mais do que o necessário ao próprio sustento. Segundo a *Corografia*, a vila de **Pinhel** (1839:328-9), situada na margem esquerda do Tapajós, acima de Alter do Chão, foi missão jesuítica antes de ter sido *graduada a vila* em 1758. A população da vila, arrolada no início da década de 1830, era de 865 *indivíduos livres* e 16 *escravos*. Nas palavras do autor, “as casas desta gente são todas telhadas com folhagens e todas uns mesquinhos habitáculos”. A lavoura foi destacada como a principal atividade produtiva. Porém, na avaliação da *Corografia* a produção era reduzida, devido ao fato de que sua população supostamente se recusava a produzir excedentes: “submetidos em languidez só della os arranca o pungente estímulo da fome”. Na exposição da situação desta vila, o autor salientava a existência de terminologias identitárias referentes aos povos do Tapajós: “os indianos, que morão no Alto Tapajós, apellidão-se mutuamente Hiápiruára, que quer dizer = Gente do Sertão =: e os que habitão a parte inferior do mesmo rio denominão-se Canicarús para se distinguirem d’aquelles”. Outras três localidades, também às margens do Tapajós, estavam formalmente submetidas à jurisdição da vila de Pinhel: Aveiro, Itaituba e Santa Cruz. O lugar de **Aveiro**, segundo a *Corografia* (1839:288), foi assentado e reconhecido pelo governador-general em 1781. Na contagem populacional figuram 273 *índios e brancos* e 40 *escravos*. Nas palavras do autor: “os Índios que fazem a maior força numérica da população”. No que concerne às habitações: “nenhuma das casas dos habitantes tem o tecto coberto com telha: só na Igreja se divisa este material”. A lavoura foi destacada como principal atividade econômica. Na margem direita do Tapajós, o lugar de **Itaituba** (1839:307) também fazia parte da jurisdição de Pinhel. Segundo a *Corografia*, sua população era inteiramente indígena, 398 na contagem. No que se refere às habitações o autor coloca: “as casas são todas umas palhoças, e collocadas sem mais alinhamento, união ou medida, que a que ensina o gosto desta gente” (*Idem*:307). Acima de Aveiro, situava-se a *missão* de **Santa Cruz** (1839:336). Sua população, arrolada na *Corografia*, era de 4 *brancos*, 536 *índios* e 14 *escravos*, *todos habitando palhoças*. No que se refere ao trabalho o autor

afirma: “os Indianos desta Missão extrahem salsaparrilha, cravo, e guaraná tanto no districto da Villa de Pinhel como nas terras ulteriores da mesma Villa”.

Rio Amazonas e Madeira. Região da Ilha de Tupinambarana até Manaus (Alto Amazonas)⁴⁹. A vila de **Serpa**, criada em 1759 às margens do rio Saracá, próxima aos rios Amazonas e Nhamundá, era também conhecida como aldeia dos *Abacaxis*, ou como *Itacoatiara*. Sua população foi arrolada em 114 *brancos*; 169 *mamelucos*; 381 *índios*; 65 *mestiços livres* e 79 *escravos*. Os moradores produziam e comercializavam peixe seco, café, guaraná, tabaco e manteiga de peixe boi e de tartarugas (1839:447). A vila de **Silves**, situada às margens do rio Amazonas na altura do lago Saracá foi criada em 1759. Sua população foi arrolada em: 140 *brancos*; 266 *mamelucos*; 1202 *índios*; 17 *mestiços livres* e 167 *escravos*. A maior parte dos moradores raras vezes procurava a *vila*, composta por casas de palha dispostas no entorno da Igreja e da casa de câmara. Havia na *vila* produção de peixes salgados e farinhas de mandioca; bem como plantações de arroz, algodão, cacau e café, estas últimas em maior número, controladas pelos *brancos* (1839:446). A missão de **Vila Nova Rainha**, sujeita à jurisdição de Silves, era também conhecida como *Tupinambarana*. Situada na embocadura dos rios Amazonas e Madeira, nas proximidades da ilha de Tupinambarana, foi descrita como composta de 306 *fogos*, todos com *telhados de palha* distribuídos ao redor de uma Igreja. Sua população foi arrolada em 152 *brancos*; 161 *mamelucos*; 970 *índios*; 66 *mestiços livres* e 90 *escravos*. Sua população cultivava café, mandioca, cacau, guaraná, tabaco e algodão. Os Maué e Mundurucu foram as populações descidas que, a partir de 1803, passaram a formar a missão (1839:452). A missão de **Maués** no rio Maué-assú, nas proximidades da ilha de Tupinambarana, foi criada em 1798. Subordinada a Silves, foi fundada por *capitães* que reuniram índios Mundurucu e Maué. A população arrolada na *Corografia* totaliza: 118 *brancos*; 158 *mamelucos*; 1242 *índios*; 46 *mestiços livres* e 63 *escravos*. Perto da *missão*, além das habitações dos Mundurucu e dos Maués, havia também uma *Capella*, com uma população de 118 “vizinhos brancos, índios e homens de mesclada espécie, além de escravos” (1839:417-8). A vila de **Borba**, situada às margens do rio Madeira, foi criada em 1756. Era também conhecida como *aldeia do Trocano*. Baena destaca que sua população era constantemente

⁴⁹ Assembléia de 1833: *Luzéa (Vila)* [antiga missão], *Arararetama [(Borba) antiga Villa, Freguezia]*, *Tupinambarana [(Villa Nova Rainha) antiga Vila, Freguezia]*, *Canumã (antiga Missão, Freguezia)*. *Manãos (Vila)* [Logar da Barra do Rio Negro], *Saracá [(Silves) Freguezia]*, *Aturiã [antiga missão, Freguezia]*, *Amatari [antiga missão, Freguezia]*, *Jabúí [(Airão) Freguezia]*.

“hostilizada por sylvicolas Muras e Jumas”. A população arrolada compunha-se de: 59 *brancos*; 153 *mamaluco*s; 149 *índios*; 47 *escravos* e 49 *mestiços livres*. A *vila*, arrolada em suas fundações com 650 *fogos*, foi descrita em 1824, por seu informante, com apenas 33 (1839:405). A missão de **Canumá**, às margens do rio Canomá, nas proximidades do rio Madeira, foi fundada em 1802 com índios Mundurucu sob a jurisdição de Borba. Compunham sua população arrolada: 57 *brancos*; 94 *índios*; 72 *mamaluco*s e 8 *escravos*, distribuídos em 180 “casas de pau e barro cobertos de telha” (1839:408). O lugar de **São João do Crato**, na margem esquerda do rio Madeira, dependente da *vila* de Borba, foi fundado em 1798 com famílias do rio Negro, como uma prisão para portugueses. Em meados de 1830, encontrava-se abandonado (1839:439). O lugar da **Barra**, atual Manaus, em meados de 1830 era mantido sob a jurisdição de Serpa. À exceção da olaria, do hospital militar, dos armazéns da provedoria e de algumas casas, todas construções eram feitas com *ramagens* e *palha*. Além de tais construções, havia no lugar o palácio dos antigos governadores, a provedoria, o quartel, pequenos edifícios dedicados à construção de canoas e batelões; todos distribuídos ao longo de onze ruas e uma praça. Sua população foi arrolada em 3.809 *livres* e 379 *escravos*. Os *livres* se dividiam entre: 674 *brancos*; 865 *mamaluco*s; 1839 *índios*. No forte era mantido um contingente total de 270 *homens*, que eram destacados para diversos pontos do Alto Amazonas, sobretudo as regiões limítrofes.

III. Os *brancos*, as *casas telhadas* e o sistema dos *distritos*.

As informações sobre os núcleos populacionais produzidas por Baena, em meados de 1833, são fundamentais para se compreender as confrontações armadas ocorridas em toda a região amazônica acima descrita, neste mesmo período. A *Corografia*, produzida para auxiliar os *projetos de civilização*, é assim um importante instrumento para os estudos histórico-antropológicos. Com ela, as pesquisas ganham um quadro descritivo e estatístico sistemático que abrange todo o conjunto dos núcleos populacionais reivindicados pelo Estado lusófono na Amazônia, na própria década de 1830. Trata-se de uma síntese comparativa, construída de forma metódica (com informações esparsas que se contavam à época), a partir dos objetivos de um agente político do próprio período. Para contabilizar a população dos *distritos*, Baena utilizou-se do critério de distribuição em torno daquilo que chamou de *sete castas* de bases raciais. Para descrever as localidades, Baena se fundamentou em três critérios: [1] a

quantidade de construções *telhadas* e *palhaças*; [2] a forma de disposição das construções: *casas dispersas* ou em *arruamentos*; [3] existência e qualidade de instituições *civilizadas*, sobretudo, prédios de *Igreja*, *Casa de Câmara*, *Cadeia* e outras edificações, tais como *tabernas*, *lojas* e etc. Como dito anteriormente, Baena, a partir de sua descrição, pretendia demonstrar para as *altas autoridades* a principal causa que comprovava que os *projetos de civilização* no Grão-Pará, em meados de 1830, estavam *falidos*. Os próprios núcleos – as *vilas*, *freguesias*, *lugares* e *missões* –, ele defendia, eram locais de estranheza com relação à *civilização*.

O militar pretendia destacar que o Estado do Grão-Pará, afora poucas exceções, era um mundo de *casas palhaças* dispostas *sem alinhamento* nas redondezas de uma *Igreja*, no mais das vezes também *palhaça*, defronte à qual se mantinha fincado no chão um grande *tronco de pau*, o *Pelourinho*, utilizado para a aplicação de castigos corporais às *castas de cor*. Baena pretendia demonstrar que nas mais diversas regiões, todas as *castas*, inclusive os *brancos*, habitavam *casas palhaças*. Tanto as formas de *habitação* como de *alinhamento*, em sua argumentação, eram marcadores centrais que indicavam ou não *progressos* com relação à *civilização*. É de suma importância destacar que em nenhum momento o português utiliza a palavra *cabana* para se referir às habitações: são sempre *casas palhaças*. Com isso, Baena talvez pretendesse estabelecer uma dissociação entre as habitações *palhaças* – inclusive a maioria das Igrejas e casas de câmara, por exemplo – e as *cabanas*, a partir das quais seria possível falar em *cabanos* propriamente ditos; ou seja, em *homens de cor*, identificados de imediato com a *selvageria*.

O sistema classificatório proposto por Baena efetivamente parte de uma lógica dicotômica que reúne e sobrepõe uma série de atributos a partir de uma divisão estanque entre *civilização* e *selvageria*. No primeiro eixo, os *brancos*, habitantes de *casas telhadas* dispostas em *arruamentos*, em posição de *autoridade* e *senhor*. No segundo, as *castas de cor*, habitantes de *casas palhaças*, em posição de *escravos* e *servos*. Porém, no Grão-Pará, mesmo os *brancos* em muitos casos habitavam *casas palhaças*. No *distrito da Cidade*, apenas a *freguesia* da Sé dispunha de arruamentos e habitações telhadas; Beja, Conde e Benfica, por exemplo, eram locais de *casas palhaças* habitadas por *indianos* e *mamalucos*; o *lugar* de Collares, com 43 *brancos*, possuía apenas 3 *casas telhadas*. Na ilha de Marajó, todas as *vilas*, *freguesias* e *lugares* eram construídas em palha; a *freguesia* de Cachoeira do Arari foi o único local que o autor destacou a presença de uma centena de *casas alinhadas quase todas telhadas*; as *vilas* de Chaves e Salvaterra, por exemplo, tinham apenas a Igreja construída em *telha*. Muana, com uma grande população relativa de

brancos, não foi destacada pelo autor. Na Costa do Salgado, apenas as *vilas* de Vigia, Bragança e Ourém dispunham de um conjunto de *casas telhadas* que a abrangiam inclusive a Igreja, a casa de câmara e a cadeia. No rio Tocantins, apenas Cametá foi descrita com *casas telhadas*. Na margem direita do Amazonas (interflúvio Tocantins-Xingú), Baena destacou que as melhores *casas* eram as dos *brancos* e a do *Vigário*; em Portel apenas a Igreja era *telhada*; em Melgaço, o autor destacou o péssimo estado das poucas *casas telhadas* construídas ainda no século XVIII. Na Costa da Oyapokya, o autor destacou um conjunto de 24 *casas telhadas* em Macapá. No Amazonas, entre Gurupá e o Parú, apenas a *vila* de Gurupá possuía um conjunto de 7 *casas telhadas* e 37 *casas palhaças*. No rio Xingu, Baena destacou que em nenhum dos núcleos havia *casas telhadas*, embora houvessem 151 *brancos* em Porto de Mós, por exemplo. No Amazonas, entre o Parú e a ilha de Tupinambarana, apenas a *vila* de Óbidos e o *lugar* de Outeiro reuniam um conjunto de *casas telhadas*; em Vila Franca, por exemplo, apenas a Igreja, a casa de câmara e a cadeia eram *telhadas*. No rio Tapajós, apenas a *vila* de Santarém tinha *casas telhadas*, dispostas em três ruas e três travessas, algumas de *dois pavimentos ao estilo da Cidade*. No rio Amazonas, entre a ilha de Tupinambarana e o *lugar* da Barra, apenas a *vila* de Silves tinha a Igreja e a casa de câmara *telhadas*; na Barra, à exceção da olaria, do hospital e dos armazéns da corregedoria, todas as construções eram de *ramagens* e *palha*.

Deste modo, é possível observar que em meados de 1830, diversas regiões inteiras (p. exemplo, rio Xingu, ilha de Tupinambarana) não possuíam nas *vilas*, *freguesias*, *lugares* e *missões* quaisquer habitações feitas de alvenaria. Todas as habitações e construções eram feiras de palha e madeira. Um ponto importante a se ressaltar é que a grande maioria dos moradores de todos os distritos, tanto *brancos* como *castas de cor*, moravam nas imediações dos núcleos ou bastante afastados delas. Boa parte apenas freqüentava os núcleos em períodos de festejos, ou por ocasião de trocas comerciais. Os *brancos*, que habitavam as regiões de entorno, moravam em fazendas e sítios, mais ou menos prósperos, que bem poderiam ser construídos com *telhados*. No tocante às construções das grandes propriedades, destaca-se aqui a fazenda São José, situada às margens do rio Capim, de propriedade de Sr. Calixto, português, destruída em meados de 1835. Esta fazenda foi descrita pelo naturalista A. R. Wallace [1853] como a mais moderna de todo o Estado:

Ele [Sr. Calixto] havia, pouco antes [de ser destruída], concluído ali a instalação de um engenho para beneficiar arroz, bem como a construção de grandes armazéns, que são os melhores e as mais modernas construções, que já vi nesta região.

Tudo era feito de pedra, e o moinho, ligado às outras construções por meio de arcos, estava situado no centro, ficando a um lado dele os armazéns e oficinas, e do outro lado a residência do proprietário.

Havia uma galeria ou varanda ligando as duas alas do edifício no andar térreo, dando, aos fundos, para o moinho, que se via dali com a sua grande roda de água e janelas de pedra, em toda a extensão do edifício.

Era tudo solidamente construído, tendo-lhe custado milhares de libras todos estes melhoramentos.

O Sr. Calixto possuía cerca de cinquenta escravos, de todas as idades, e cerca de outros tantos índios, que trabalhavam nas lavouras de cana e de arroz, nos moinhos e a bordo das canoas.

Ele fabricava açúcar e cachaça, de preferência esta última, que oferece maior margem para lucros.

Ali mesmo, realizava ele toda sorte de serviços: - tinha sapateiros, alfaiates, carpinteiros, ferreiros, construtores de canoas, pedreiros, quer escravos, quer índios, alguns dos quais sabiam mesmo fabricar boas fechaduras para portas, malas e caixas e vários utensílios de folhas-de-flandres e de cobre (1938-9:139).

A fazenda São José, nas margens do rio Capim (região da *Cidade*), possuía os engenhos, os grandes armazéns, as oficinas, o moinho e a casa do proprietário todas construídas em alvenaria. Wallace calculava que os “melhoramentos” deveriam ter custado ao proprietário “milhares de libras”. Além de aproximadamente 50 *escravos negros*, o Sr. Calixto possuía ainda “cerca de outros tantos índios” que trabalhavam para ele em diferentes ofícios. No prosseguimento do relato, Wallace destacou que o Sr. Calixto defendia que os *negros* e *índios* trabalhassem juntos, para que fosse obtido o maior rendimento dos últimos, que não se “submetiam à disciplina” do trabalho de “sol à sol”. Ao final do dia, todos os trabalhadores

deveriam se aproximar do *senhor* para lhe dizer “boa noite e benção”. Os trabalhadores, para se ausentarem da fazenda, mesmo ao domingos, deveriam carregar uma autorização por escrito do *senhor*, sem a qual poderiam ser criminalizados (1939:139).

Um outro exemplo de uma fazenda de *brasileiros adotivos* (de origem lusitana), destruída à época dos confrontos, é a fazenda Maniquerí, às margens do rio Solimões, pertencente ao Sr. Brandão, também descrita por Wallace:

A casa era uma enorme choupana coberta de folhas de palmeiras, na metade da qual estava instalado o engenho de cana, e era cercada, ao invés de paredes, por paus-a-pique, de madeira roliça.

A outra metade tinha paredes barreadas, mas bastante arruinadas, e janelas pequenas, tapadas com folhas de palmeira.

O assoalho, em vez de ser de madeira, era só de terra batida, porém muito desigual, cheio de altos e baixos.

E, todavia, ali morava o sr. Brandão, em companhia de sua filha, que eu fiquei conhecendo em Barra.

O que é fato é que, há uns dez ou doze anos, durante a revolução, um grupo de índios assaltou-lhe a propriedade, queimando a casa, destruindo o jardim e as árvores frutíferas, além de matar-lhe vários escravos e o gado.

E os malfeitores ter-lhe-iam matado também a esposa e os filhos, si estes não tivessem tido aviso no momento, fugindo ainda a tempo para a floresta, onde permaneceram três dias, passando a milho e frutos silvestres.

O sr. Brandão, nessa ocasião, achava-se na cidade, e ali permaneceu, enquanto durou a revolução, que se prolongou por vários anos.

(...).

Desde algum tempo, fora nomeado delegado de polícia, cargo esse que exerceu alguns anos, e há pouco tinha justamente voltado a residir na fazenda, em companhia de uma filha solteira (1938:220-1).

Neste caso, as construções da fazenda eram todas de paus-a-pique cobertos com folhas de palmeira e assoalho de terra batida. O Sr. Brandão, analfabeto, delegado de polícia do *distrito*, possuía em meados de 1835, um engenho, algum gado, árvores frutíferas e alguns escravos. Os índios do entorno, “durante a revolução”, segundo o naturalista, atacaram e destruíram a propriedade, mataram vários escravos e roubaram o gado. Note que a posição de *senhor* que o português Brandão exercia no rio Solimões não era prejudicada, aos olhos dos observadores, pelo fato de que suas construções não eram feitas em alvenaria. De modo algum, meramente por habitar uma *casa palhaça*, o Sr. Brandão poderia ser classificado como *cabano*. Como dito, deveria haver uma sobreposição de atributos para que certos sujeitos fossem vistos como tais, pelos moradores das *principais habitações telhadas*.

O que se destaca é que em muitas regiões sequer havia *casas telhadas* que pudessem ser contrapostas às habitações *palhaças*. É neste sentido que as *vilas* com *progressos* com relação à *civilização* – Vigia, Cametá, Macapá, Gurupá, Óbidos e Santarém – ,segundo os critérios utilizados por Baena, podem ser vistas como “enclaves” meio a um mundo de *estranheza* e *selvageria*. Bates, em fins de 1840, ao se referir à sociabilidade entre as *famílias* de Óbidos afirmou:

Eu geralmente passava as noites na companhia dos moradores do lugar, que se reuniam socialmente à maneira européia (ao contrário dos costumes brasileiros); as famílias se juntavam ora numa casa, ora em outra, e como diversão organizavam jogos simples nos quais geralmente todos tomavam parte, tanto casados quanto solteiros (1979:103).

Em relação a Santarém:

(...) Os brancos – brasileiros e portugueses – são ali relativamente mais numerosos do que em outras cidades; constituem os comerciantes e os donos de lojas do lugar, os que tem escravos, fazendas de gado e plantações de cacau, e eles gostam de aparentar que são altamente civilizados. Entre as principais figuras do lugar devem ser mencionadas também as autoridades civis e militares, geralmente homens inteligentes e bem-educados, vindos de outras províncias (...). As maneiras da classe mais alta (copiadas das do Pará) são muito rígidas e formais (...). São muito cerimoniais as relações entre as pessoas mais importantes do lugar, bem

como com os estrangeiros. (...). Todos os cavalheiros, e de fato a maioria das senhoras, usam relógio de ouro preso a uma corrente (1979:140-1)

Os *brancos*, habitantes das principais *casas*, eram os principais comerciantes e proprietários, além das autoridades civis e militares nomeadas, oriundas de outras províncias. As maneiras da “classe alta”, aos olhos de Bates, eram rígidas e formais. Tal “classe alta”, Bates observara em outro trecho, não era afeita às misturas em nenhum plano. A todo momento cuidavam de ressaltar traços diacríticos e costumes que os identificassem diretamente à *civilização*. Tais características da socialidade das “classes altas”, descritas por Bates e Wallace nas fazendas e principais vilas, podem ser estendidas às demais fazendas, vilas (todos os enclaves).

Outro caso exemplar descrito por Bates é aquele do comerciante João da Cunha, cametaense, meio-irmão de Ângelo Custódio Correia, o mais votado nas eleições de 1835, que liderou, com auxílio da esquadra maranhense de Pedro da Cunha, o frustrado ataque à Belém comandada por Francisco Vinagre em abril daquele mesmo ano. João da Cunha era proprietário de seu próprio barco, que tinha capacidade para 40 toneladas. Bates, que pegou carona em seu barco, produziu uma descrição sobre sua tripulação, composta por 12 pessoas. Leiamos:

Uma delas era um rapaz português da província de Trás-os-Montes, o qual constituía um bom exemplo do tipo de imigrante que Portugal manda para o Brasil. Tinha pouco mais de vinte anos, fazia dois que estava no país. **Vestia-se como os índios, aos quais evidentemente era inferior quanto às suas maneiras.** Não sabia ler nem escrever, ao passo que pelo menos um de nossos tamoios sabia fazer as duas coisas. Trazia consigo uma imagem de madeira de Nossa Senhora, guardada em sua tosca mala de madeira, recorrendo a ela sempre que havia ameaça de temporal ou a embarcação encalhava na areia. Outro de nossos marinheiros era um **rapaz branco e curtido ao sol, de Cameté; o restante era composto de índios à exceção do cozinheiro, que era cafuzo**, ou seja, mestiço de índio e negro. Muitas pessoas dizem que, entre todos os variados tipos de mestiços existentes no Brasil, o cafuzo é que possui a pior índole; entretanto, Luis era um sujeito simples e de bom coração, sempre disposto a ajudar os outros. O piloto era um velho tapuia do Pará, de rosto oval e feições regulares. (...) **reinava entre eles um clima de grande camaradagem. Havia um que era**

um belo espécime da raça indígena – um homem com quase um metro e noventa de altura, de ombros largos e peito musculoso. **Seus companheiros chamavam-no de comandante, pelo fato de ter sido ele um dos líderes dos rebeldes quando os índios e outros tomaram Santarém em 1835.** A seu respeito diziam que, quando as forças legais chegaram, com uma flotilha armada [out. 1836], para recapturar a cidade, ele foi um dos últimos a bater em retirada, tendo permanecido até o final na pequena fortaleza que dominava o lugar, fingindo carregar os canhões, embora a munição já tivesse acabado fazia muito tempo. Eram esses os nossos companheiros de viagem (1979:94, grifos meus).

A tripulação do barco de João da Cunha, descrita por Bates, é bastante elucidativa de certas relações e distinções. Entre os doze tripulantes da embarcação havia 1 *rapaz português*, 1 *rapaz branco e curtido ao sol, de Cametá*, 1 *cafunço* e 9 *índios*, dentre os quais um que era chamado de *comandante* pelos outros, que havia sido um dos líderes dos combates em Santarém. É digno de nota neste caso, à diferença dos *brancos* das *classes altas*, que os *brancos* da tripulação se encontravam amplamente misturados com os *índios* e com o *cafunço* em um “clima de grande camaradagem”. Neste caso, Bates – tal como procedimento corriqueiro justamente entre os *brancos* que não se misturavam – tratou de rebaixar a posição de *brancos* dos membros da tripulação. O *rapaz português*, analfabeto, apegado à imagem da Santa, que *vestia-se como os índios*, foi descrito como inferior aos próprios *índios*. Em relação ao *rapaz branco* de Cametá, o naturalista ressaltou que era *curtido ao sol* para ressaltar sua pertença a uma comunidade de *homens de cor*, potencialmente inferiorizável. A *camaradagem* com *índios* e *cafunços*, inclusive um *comandante* que havia atacado Santarém, aproximava tais *brancos* a formas de solidariedade estranhas àqueles que se reconheciam como representantes da *civilização*. Estes sim poderiam ser classificados como *cabanos*.

A partir de tais indícios, e de outros apresentados ao longo da dissertação, pretende-se demonstrar que as *classes altas*, sobretudo os luso-brasileiros, efetivamente se utilizavam da categoria *branco* para se auto-definirem, com exclusividade, em um amplo campo de identificadores sócio-raciais. Mesmo alguns *portugueses* (tal como o *rapaz de Trás-os-Montes*), *camaradas* de *homens de cor*, eram excluídos da pertença à comunidade dos *brancos*. Para retomar as palavras do literato Gomes de Amorim, os *brancos* misturados com os *homens de cor* eram

“mais sujos que os próprios pretos”, para novamente retomar Gomes de Amorim. O opúsculo anônimo de 1832, atribuído por Moreira Neto (1988:62) ao português José Soares de Azevedo, sintetiza o que seria a pertença ao *partido* que ele afirmava como *constitucional* que reunia os *brancos*. Tratava-se de: “proprietários, comerciantes, grandes comerciantes, e a fina flor da mocidade. Com tantos chefes e tem tantos membros, quantos são os homens de bem, interessados pela sua prosperidade e segurança” (1832:8-9).

É evidente que tal *partido* era composto por aqueles que tinham condições e que pretendiam se distinguir do restante da população a partir da habitação em *casas telhadas*, às quais outros atributos eram sobrepostos. O *branco curtido ao sol* e o *português de Trás-os-Montes*, descritos por Bates em fins de 1840, sem dúvida, seriam classificados pelos habitantes de *casas telhadas* como *cabanos*. O exclusivismo da posição de *branco*, na prática, era uma defesa do exclusivismo da pertença aos *homens de bem*, à *civilização* e à *humanidade*, que trariam, por consequência, o exclusivismo na ocupação de posições de *autoridade* e *senhor*. Além destes, uma série de outros atributos complementavam tais classificadores, tais como a capacidade para se expressar e escrever na norma culta do português; e o uso de certos vestuários e outros elementos diacríticos. O que se nota é que aqueles que em meados de 1835 se afirmavam como *legalistas*, se afirmavam também como os únicos *brancos* existentes na província. *Branco*, *civilizado* e *legalista* eram sempre acionados em contigüidade por aqueles que se auto-definiam como tais. É notório, assim, que o termo *cabano*, potencializado por tal *pacto* para desqualificar a totalidade de seus contrários, era amplamente inclusivo. Todos aqueles que não habitassem *casas telhadas*, ou que se “misturassem” em *camaradagem* com as *castas de cor*, poderiam ser identificados como tais.

A guerra coordenada por Soares d’Andréa (1836-1839) pretendia explicitamente reafirmar a posição de mando dos auto-identificados *brancos* em todo o território Amazônico. Tal propósito dependia primeiramente do controle sobre as *vilas*, cuja sustentação militar se baseava na rede de apoio entre-*vilas*, que operava por meio de expedições de embarcações artilhadas no curso dos grandes rios, a partir dos quais seriam organizadas *partidas* para o interior. O sistema de apoio mútuo entre os comandos regionais era imprescindível, uma vez que no interior do *distrito* a intenção não era obter aliados propriamente, mas sim *braços*, recrutados entre as diferentes *castas raciais*, que deveriam forçadamente *servir* aos interesses dos *brancos* e da *civilização*. O suporte externo ia da *vila* à *capital* da *província* e desta à *capital* do

Império e das nações estrangeiras com negócios na região: Portugal, Reino Unido, França e Estados Unidos, ou às avessas.

O sistema dos *distritos* se constituía pela *cidade* e pelas *vilas*, que haveriam de manter sob seu controle as *freguesias*, *lugares* e *missões*; além de promover a agregação dos *gentios*, que ocupavam terras formalmente pertencentes aos *distritos*. Os *gentios* assim como as *castas* distribuídas no território dos *distritos*, deveriam respeitar as ordens das *autoridades reconhecidas*, que deveriam comandar o centro da *província* (a *Cidade*) e os centros dos *distritos*. As *vilas*, *freguesias*, *lugares* e *missões*, locais de construção da *civilização*, deveriam ser os espaços de construção da posição de *senhor* dos *brancos* sobre as demais seis *castas* populacionais. Territorialmente, os *projetos de civilização* deveriam partir dos “enclaves” para as seis *castas de cor* das localidades e para os *gentios* do entorno. Em meados de 1830, a Cidade de Belém e as vilas de Bragança, Vigia, Cametá, Macapá, Santarém e Óbidos eram para o autor da *Corografia* (Baena, 1839) os únicos locais em que os *brancos* haviam conseguido de fato construir um espaço de *civilização*. Note que a Fortaleza da Barra e suas habitações construídas entre os *Manaós*, não figuram na lista dos principais “enclaves” à época. Aliás, nenhuma localidade do Alto Amazonas é destacada por Baena em relação a *progressos* com relação à *civilização*.

Belém, capital política do Grão-Pará, era a única *cidade* do Estado. Exercia influência em seu próprio *distrito*, na sua *comarca* (Grão-Pará), bem como nas demais *comarcas* (Baixo e Alto Amazonas). As *autoridades* das *vilas* dispunham de controle formal das sobre as populações do interior de seus *distritos*. Assim, embora *vilas* como Vigia (com uma população arrolada com 2120 *brancos*, 329 *escravos* e 2618 *mestiços*) e Cintra (com uma população estimada em 4768 *visinhos na maior parte Indianos*), ambas na costa do Salgado, tivessem formalmente o mesmo estatuto político formal, suas posições práticas no sistema eram bastante diferentes. Vigia, com grandes contingentes de *brancos* era um “enclave” neste sentido, enquanto que Cintra não. Os “enclaves”, tal como aqui são chamados, eram as *vilas* que pelo *progresso em civilização*, ou seja, por terem os maiores contingentes proporcionais de moradores *brancos*, haviam adquirido o estatuto de aliados privilegiados das *autoridades reconhecidas* da *capital* da *província* e do *Império*. Eram como que *capitais* regionais não formalizadas que pretendiam manter sob sua influência tanto seu próprio *distrito* quanto os *distritos* das *vilas* do entorno.

Em um território de vastas dimensões como o do Estado do Grão-Pará, no qual as localidades se comunicavam por meio de navegações fluviais, as *autoridades* dos *distritos*

(concentradas nas *vilas*) atuavam com grande autonomia com relação às *autoridades* dos demais *distritos*, bem como com relação à *capital*. Para que as *autoridades* conseguissem se estabilizar como *senhores* de um *distrito* elas deveriam manter sob sua *lei* tanto os moradores das localidades, quanto os *gentios*. Além disso, eles precisariam ser apoiados tanto pela *capital* quanto pelas *cabeças de termo* vizinhas, sobretudo aquelas de influência regional. A legitimidade da posição de mando de uma *autoridade* no centro de um *distrito*, na estrutura forjada no antigo regime, advinha de fora. O principal apoio era externo: as *vilas* vizinhas e as *capitais* da província e do Império, e não os moradores de diversas *castas de cor* do interior do *distrito*.

Os moradores do *distrito*, na lógica *legalista*, deveriam ser controlados pelo *senhor*, ou por esforços de *brandura* ou de *força bruta*. Qual preponderava? Neste íterim, vale recuperar uma passagem da narrativa do militar inglês Lister Maw, que viajou do barco do Peru a Belém em meados de 1828: “O facto he, que nas partes remotas da província do Pará, a força constitue direito; poder e interesse, e não justiça, fórmão a administração prática da ley. O Imperador poderá embora expedir decretos, e o Presidente ordens, mas isolado o branco he elle hum imperador e absoluto senhor das suas vontades” (1989:290). Lister Maw, bem como outros observadores⁵⁰, são explícitos em destacar uma forte tendência à violência por parte dos *brancos*, que se afirmavam *senhores absolutos* dos *índios*, *negros*, *cafuzos*... que deveriam trabalhar forçadamente para ele próprio, um representante da *civilização*.

O Estado do Grão-Pará forjado com o Diretório (1755), e aprofundado com a Carta Régia de 1798, se estruturava como uma rede de mando e obediência que se ramificava em diversas regiões, montada para que os *brancos* pudessem deter o comando do território e das populações de cada *distrito*. Entre 1755 e 1821, é possível dizer, havia forte coesão interna entre os *senhores* e *coronéis* que compunham os altos cargos da cadeia de mando que estruturava o Estado colonial. As altas posições civis e militares tanto nos “enclaves”, como na *cidade* eram compostas por membros nomeados ou reconhecidos pelo *Capitão-General* do Grão-Pará, que por sua vez era nomeado pelo Rei de Portugal. Os *Portugueses da Europa e da América*, cujos maiores contingentes se encontravam nos enclaves, eram os ocupantes exclusivos das principais posições da estrutura hierárquica colonial.

A partir tanto do sistema de *castas*, quanto dos *distritos*, é possível indicar, tipologicamente, diversas possibilidades de antagonismo que poderiam se manter restritas a um *distrito*, ou

⁵⁰ P.ex. Spix & Martius, [1820]; Kidder [1839].

mobilizar diversos agentes de uma *região*, de uma *comarca*, ou de toda a *província*. A *facção* e a *autoridade* que se faziam *senhores* na *casa de câmara* de um *distrito* apenas buscavam auxílio dos *senhores* dos *distritos* vizinhos ou da *capital* quando sua posição estava irreversivelmente ameaçada ou quando já haviam sido derrotados ou expulsos do *distrito*. Poderia ser um ataque coordenado por uma *facção* antagônica, liderado por *cidadão*, que poderia pleitear e conquistar apoio externo; ou poderia ser coordenado por um *capitão* oriundo das *castas de cor*, que em todas as ocasiões seria considerado um *criminoso* pelos membros de tal rede. Nestes casos, apenas uma *vila* e seu *distrito* eram noticiados, nas comunicações oficiais, como *revoltadas*.

Do momento em que os *senhores* de um *distrito* mobilizavam as *autoridades* vizinhas e da *capital*, as contendas adquiriam maiores dimensões. Os *senhores* dos *distritos* vizinhos, com ou sem auxílio da *capital*, poderiam organizar expedições articuladas para retomar o controle da *vila rebelde*. A *província* era reportada como em *ordem* e *paz* quando o presidente na *capital* conseguia apoio e fidelidade formal de todas as *vilas* no interior e quando a rede de *senhores* conseguia articuladamente se fazer *senhor* em todos os *centros* dos *distritos* (as *vilas*). As ameaças de *revoltas* poderiam confrontar a rede em diversos planos geopolíticos: [1] Em regiões no interior dos *distritos*. [2] Em todo um *distrito*, com perda de controle sobre a *cabeça de termo*. [3] Em uma região, com perda de controle sobre o interior de *distritos* limítrofes, e/ou com perda de uma ou mais *cabeças de termo*. [4] Em toda uma *comarca*, com perda de controle sobre o interior dos *distritos*, uma ou mais *cabeças de termo* e sobre a *capital* da *comarca*. [5] Em toda a *província*, com perda de controle sobre o interior dos *distritos*, sobre a maioria das *cabeças de termo*, sobre as *capitais* das *comarcas* e sobre a *capital* da *província*. O idioma do suposto controle, diga-se, é o idioma da *legalidade*.

Os conflitos englobados pela noção de *cabanagem* abrangem todos estes planos. Se em meados de 1833, a rede estava *falida*, como reconhecia Baena, em fins de 1835 ela havia sido totalmente rompida e desestruturada. O *capitão* Eduardo Angelim, principal líder *patriota* na vitória de agosto de 1835, era o *senhor* de Belém, reconhecido pelas *facções* que haviam se feito *senhores* na grande maioria dos *distritos* do interior. No início de 1836, os domínios *legalistas* haviam se reduzido a poucos enclaves que abrigavam *brancos* refugiados das mais diversas regiões da *província*. Os principais enclaves no período, conforme reconhecimento de Soares d'Andréa em sua chegada (APEP 1039, D.22), eram: [1] os quartéis da ilha de Tatuóca e

cachoeira do Arari, com refugiados, sobretudo, de Belém e Vigia. [2] A *freguesia* de Abaité, nas imediações da foz do rio Mojú, entre Cametá e Belém. [3] A *vila* de Cametá, no rio Tocantins, comandada pelo padre-general Prudêncio das Mercês Tavares. [4] A *vila* de Gurupá, na região dos furos e ilhas, comandada por João Urbano, comerciante. [5] A *praça* de Macapá, comandada pelo major Monterrozo. [6] A *vila* de Óbidos, no Baixo Amazonas, comandada pelo padre-general Manoel Sanches de Brito, com o apoio de uma expedição organizada em Bararuá no rio Negro, por Ambrósio Ayres.

Observa-se, assim, que as dimensões dos conflitos da *cabanagem* coincidem com as próprias dimensões da província. As disputas envolveram tanto os agentes da *cidade*, quanto os de todas as *vilas*, *freguesias*, *lugares* e *missões*, sem mencionar as áreas *fendidas* entre os rios, ocupadas por diversos *gentios* e *fugidos*. Há que se retomar que o sistema das *vilas* operava, sobretudo, nas margens dos grandes rios. As grandes expedições organizadas por Soares d'Andréa (e antes dele), que envolviam inclusive embarcações artilhadas de grande porte (como as *corvetas*), mobilizadas para o ataque a uma *vila* ou a uma região *rebelde*, visavam, antes de tudo, a abertura das comunicações entre os “enclaves”. A livre comunicação entre os “enclaves” através do curso dos grandes rios era condição imprescindível para que o sistema dos *brancos* pudesse ser implantado nas *vilas*, *freguesias*, *lugares* e *missões*; e a partir delas, nas terras do interior, nas *brenhas*, nas quais os *gentios* eram *senhores* absolutos.

Os “enclaves” foram fundamentais na estratégia de Soares d'Andréa. A administração militar da província, cujo centro era ele próprio, foi estruturada em oito *Comandos Militares*, cujos comandantes nomeados deveriam ser as *autoridades máximas* de cada região. As sedes dos comandos eram, justamente, os “enclaves” regionais fortificados, defendidos: por guarnição externa à província com embarcações artilhadas; pelos *brancos* da região e por todos os fiéis à causa da *legalidade*. Os *comandos* foram distribuídos nas seguintes regiões: [1] ***Cidade de Belém e entorno***. [2] ***Região do Salgado (Costa e Interior)***, com Vigia e Bragança como centros. [3] ***Rio Tocantins***, com Cametá e Abaité como centros. [4] ***Ilha de Marajó***, com quartel de cachoeira do Arari como centro. [5] ***Costa da Oyapokia***, tendo Macapá como centro. [6] ***Rio Amazonas (Região dos Furos)***, com Gurupá como principal centro. [7] ***Baixo Amazonas***, com Santarém e Óbidos como principais centros. [8] ***Alto Amazonas***, com a Fortaleza da Barra (Manaus) e Barcelos como os principais centros.

Tais guarnições, que em tese deveriam ser compostas cada uma por 400 homens, deveriam circular em todo o território da província. A *Cidade*, além dos contingentes para sua própria defesa e para incursões no interior, deveria ter uma guarnição extra que poderia rumar em apoio a qualquer das regiões em caso de pedido de socorro. A *guarnição* extra da *Cidade* permitia que as expedições se alternassem periodicamente em suas posições. Da *Cidade*, a expedição da guarnição extra rumava (conforme os planos) para a *Costa do Salgado*, já em ataque a diversos pontos. Quando os comandantes das guarnições se encontrassem em um “enclave” fortificado da região (Vigia, Bragança ou Ourém), a guarnição da *Costa do Salgado* se reunia e partia em expedição para a *Ilha de Marajó*. A expedição desta, então, ia para a *Região dos Furos*, que ia para o *Baixo e Alto Amazonas*, e destas para o *Rio Tocantins*, e deste de volta à *Cidade de Belém*. Os principais enclaves, nos quais os cinco principais comandantes montaram suas bases eram: Belém, Cametá, Macapá, Gurupá e Santarém. É digno de nota que nenhuma localidade do Alto Amazonas fosse reconhecida como um “enclave”, em meados de 1837.

A primeira das *Instruções para a Criação dos Comandos Militares* (abril. 1837, CRL, Soares d’Andréa) era, antes de atacar, consolidar a defesa da *base de operações*. Os comandantes deveriam se articular com as *pessoas mais abastadas do distrito*. Posteriormente, o comandante deveria conquistar sua posição nas localidades do *distrito*, e só então, deveriam ser organizadas as *partidas exploradoras* para o interior. Até que o *distrito* fosse considerado *pacificado*, todos os *soldados* deveriam compor uma única expedição que atacaria os *principais pontos cabanos* da região, um de cada vez. Somente após os *principais pontos* serem *destruídos* é que as tropas poderiam se dispersar e subir para o alto curso dos rios.

Deste modo, a estratégia de Soares d’Andréa para retomar em combates a província para os *brancos abastados*, para a *civilização* e a *Humanidade*, nas mais diversas regiões do Grão-Pará, se baseava em uma cadeia militar hierárquica de grandes dimensões geográficas. As demais *capitais de província*, a *capital do Império* e as nações estrangeiras, sobretudo Portugal e Inglaterra, davam suporte à *Cidade do Pará*. A *Cidade do Pará* dava suporte aos principais enclaves regionais, que davam suporte às demais *vilas* no curso dos grandes rios; que davam suporte às fazendas. Os enclaves e vilas reconquistadas, a partir de então, realizavam expedições conjuntas contra as *freguesias*, *lugares* e *missões* e todos os demais *pontos cabanos* no curso dos

grandes rios, para assim iniciarem as *partidas* rumo ao alto curso dos rios (regiões de interflúvio).

Toda esta cadeia de mando encontrava no exterior da província sua principal base de apoio e legitimidade. As *famílias brancas* refugiadas nos “enclaves”, nos idos de 1835, se auto-intitulavam *legalistas* não propriamente porque defendiam a aplicação da Carta de 1824 no Grão-Pará, mas sim porque recebiam apoio das principais *autoridades* do Império, bem como dos representantes de Inglaterra e Portugal, para realizarem a guerra contra os *cabanos*. O respaldo da figura do Imperador era o sustentáculo da afirmação de que eram os representantes da *legalidade* na Amazônia. Os *legalistas*, segundo seus próprios termos, eram os representantes dos *Homens de Bem*, do *Império*, da *Civilização* e da *Humanidade*.

A amplitude da *guerra contra os cabanos* feita pelos *legalistas* nos evidencia as grandes dimensões que os confrontos adquiriram. Não é exagero dizer que, além da *Cidade*, todas as *vilas*, *freguesias*, *lugares* e *missões* estavam em disputa; ou que houve combates em toda a calha dos grandes rios, bem como nas regiões de interflúvio. Da parte dos *legalistas*, como se observa pela estrutura dos comandos, as disputas exigiram uma total reconstrução da cadeia de mando e obediência operante em todo o Estado do Grão-Pará. O regime militar de exceção dava plenos poderes aos comandantes, que deveriam seguir, além das instruções de Soares d’Andréa, suas próprias convicções. As *leis do Império*, para os *legalistas*, eram meras *formalidades*. O antigo regime fora restaurado em toda esta vasta região do nascente Império do Brasil.

Todos os *principais comandantes* nomeados por Soares d’Andréa eram militares luso-brasileiros de alta patente de sua confiança pessoal, que haviam comandado expedições em diversas regiões do Império, sobretudo contra os *cabanos* de Pernambuco e Alagoas. Todos os principais aliados locais dos *comandantes* dos *distritos* deveriam ser, conforme as *Instruções*, os *brancos mais abastados* e as *famílias mais respeitáveis*, que deveriam indicar os *homens de bem* existentes entre os *homens de cor*, para que compusessem as *Guardas Policiais* de defesa das *vilas*, conservadas *na maior disciplina*. Os *brancos*, por excelência, eram aqueles que ocupavam o centro desta cadeia de mando e obediência. Afinal, apenas *brancos abastados* poderiam ser alçados às posições de mando, por meio das nomeações. A categoria *branco* apenas adquiria plenitude de sentido justamente quando vinculada ao termo *abastado*.

Em meados de 1833, o militar luso-brasileiro A. L. M. Baena defendia na *Corografia* e na *Assembléia provincial* que os *projetos de civilização* no Grão-Pará, iniciados com o *Diretório* [1775] e reestruturados em 1798, estavam *falidos*. Por meio da guerra contra os inimigos dos *brancos*, Soares d'Andréa conseguiu unificar e reconstruir tanto a rede de apoio militar inter local, quanto a cadeia de mando composta por *coronéis militares* e *brancos abastados* em todos os *distritos*. Tal estrutura, fundada na *lei das autoridades e senhores*, não aceitava opositores em nenhum âmbito da província. Segundo as *Instruções*, a *autoridade* do *comandante* deveria ser *integral*; sem estar sujeita a qualquer *conselho*, *parecer de outrem* ou mesmo *requisições populares*. A estrutura do Estado consolidada por Soares d'Andréa e os *legalistas* na Amazônia em meados de 1839 era abertamente despótica. Toda crítica dirigida contra as *autoridades constituídas* era *crime*; todas as garantias aos *cidadãos* contidas na Carta de 1824 eram meras *formalidades*.

Os *legalistas*, a partir da esquadra de Soares d'Andréa, conseguiram reinstituir de fato o antigo regime na Amazônia. Deste modo, se partimos da Carta de 1824 e sua pretendida aplicação em todo território do Império, o regime militar era uma exceção. Porém, se partimos da própria formação do Estado do Grão-Pará, vemos que o projeto implantado pelos *legalistas* recriou, em tempos de independência, as regras e as estruturas do período colonial. O Estado defendido por Soares d'Andréa e os *legalistas* era abertamente uma máquina de poder dos *brancos proprietários*, que deveriam se fazer *senhores*, tanto sobre os *homens de cor*, quanto sobre *território* e suas *riquezas naturais*. A rede dos comandos regionais e a rígida disciplina hierárquica visavam manter todos os *distritos* sob as ordens do déspota e seus principais comandantes. O propósito de Soares d'Andréa era *desinfestar de cabanos*, conforme expressão que ele próprio utilizava, tanto a estrutura de mando do Estado, quanto o território da província.

Defende-se neste trabalho que o *cabano*, como noção em operação no período, não se referia a um grupo de opositores dos *legalistas*, mas sim à figura que estes próprios criaram para desqualificar e criminalizar a unidade dos seus contrários. É um impasse de perspectiva. O termo *cabano* passou a unificar para os *legalistas*, em meados de 1835, a figura geral de seus inimigos. A pesquisa interessada em trazer a tona perspectivas e posições de sujeito próprias dos ditos *cabanos*, deve se afastar da tendência a se descrever corriqueiramente os contrários da *legalidade* como **grupos** de *cabanos*, auto-identificados como tais.

O que se recusa aqui é a busca pelas lógicas dos contrários da *legalidade* a partir de um termo que não lhes pertencia, forjado justamente para desqualificá-los. Porém, recusá-lo como termo unificador dos próprios *rebeldes*, não significa descartar a importância de se pensar o pensamento dicotômico da *legalidade*. Os **legais**: - *brancos, superiores, abastados, senhores e autoridades, habitantes de casas de alvenaria, falantes da norma culta da língua portuguesa, alfabetizados; homens de bem, civilizados, representantes da Humanidade*. Os **cabanos** - *homens de cor, inferiores, pobres, servos escravos e trabalhadores, habitantes de casas de palha, falantes de vernáculos, Nheengatú e português “oral”, analfabetos; homens-féra, animais selvagens*. Os *legalistas* eram tudo o que acreditavam ser em oposição e em contraste a tudo aquilo que defendiam que os *cabanos* fossem.

É patente que os *legalistas*, eles próprios, operavam com um sistema identitário que sobrepunha registros de **raça** e de **classe**. O termo *casta*, utilizado por Baena em meados de 1833 para descrever os segmentos da *Sociedade dos Paraenses*, traz mais clareza a tal sobreposição. Os auto-identificados *brancos*, apoiados na rede de sustentação reerguida com Soares d’Andréa, se entendiam como uma classe de *senhores*, que por sua superioridade, poderia legitimamente escravizar todos os *homens de cor, criminosos* do crime geral de *cabano*. Os trabalhos forçados, as torturas, os extermínios eram procedimentos considerados necessários para que a *ordem legalista* imperasse na província. Porém, e em relação aos ditos *cabanos*? Será que eles se entendiam como uma **classe** de *homens de cor*, com consciência de que eram todos explorados pelos *brancos*? Será que todos os diversos grupos que combateram os *senhores legalistas*, nas mais diversas regiões da Amazônia, se identificavam como uma mesma *casta* que se opunha aos *brancos*?

CAPÍTULO VI. Notas sobre os contrários. Quem eram os *cabanos*?

I. O *cabano* e a lógica dos contrários.

A construção desta dissertação se fez a partir de impasses de perspectiva. Como salientado na introdução, a proposta inicial do trabalho era discorrer sobre as *participações indígenas na cabanagem*. Entretanto, com o decorrer da pesquisa tomei como meta rever, a partir dos próprios termos da época, os sentidos que a noção de *cabano* abarcava. Como visto, a busca por perspectivas a partir de tal noção levou-nos para longe dos termos e lógicas das populações indígenas. Discorrer sobre a noção de *cabano* passou a ser uma tarefa de compreensão dos termos da própria *legalidade*. Tal como defendido aqui, ao longo dos capítulos, o termo *cabano* ganhou sentido e preeminência entre os *legalistas* em meados de 1835, quando, derrotados em combates em todas as regiões, estavam concentrados em poucos “enclaves” estratégicos (Arari-Tatuóca, Gurupá, Cametá, Abaité e Óbidos). A partir de tal momento, com o processo de formulação da legislação de exceção para o Grão-Pará (jul. 1835, que previa extermínio, trabalhos forçados e expulsões para regiões afastadas dos grandes rios), é que a expressão *cabano* passou a emergir como a figura chave que caracterizava a unidade desprezível dos contrários da *legalidade*. A unidade dos *cabanos* é uma unidade de contrários, e não de sujeitos auto-identificados como tais; esta é a principal tese defendida neste trabalho.

Defendo que o valor heurístico de tal proposta reside, precisamente, na abertura que ela propicia à busca pelas perspectivas dos próprios sujeitos. A noção de *cabano* nos leva a conhecer os contrários da *legalidade* a partir da ótica da *legalidade*, e não os ditos *cabanos* a partir de seus próprios termos. Não há razões, nem sequer fundamentações, para transladá-la aos próprios contrários da *legalidade*. O uso corriqueiro de tal expressão, tal como exposto no item V do capítulo I, por muito tempo foi um complicador para os estudos históricos e etnohistóricos, justamente porque passou a embaralhar e confundir as perspectivas e posições de sujeito dos próprios agentes da época, a partir de uma noção totalizante, entendida como referida a um grupo. Porém, se a noção de *cabano* nos leva para próximo dos termos da *legalidade* sobre seus contrários, mantém-se ainda em aberto considerações acerca

de quem seriam estes tais contrários, caracterizados como uma totalidade unívoca desprezível, à qual seria vedada a legitimidade da agência política.

Quem são os *cabanos*? Todo o texto desta dissertação foi inteiramente construído a partir de desta única pergunta, considerada central aos estudos sobre o tema. A resposta proposta, como se nota, foi dada às avessas, a partir da lógica dos contrários. Esta dissertação, iniciada como um projeto de estudo acerca dos *índios cabanos* acabou por se tornar uma pesquisa sobre as lógicas, termos e anseios dos próprios *legalistas*, que se viam como uma unidade de *brancos*, auto-compreendidos como os representantes dos *Homens de bem*, da *Civilização* e da própria *Humanidade* na Amazônia. Esta inversão da proposta inicial se deu tanto pela qualidade das fontes aqui estudadas (sobretudo a documentação da *legalidade*, disponível no APEP, AHI, IHGB, entre outros), quanto pelo que estas nos deram a conhecer em relação à pergunta fundante desta pesquisa. Buscou-se nas páginas desta dissertação, com a exegese do *cabano* a partir de fontes primárias, rever a noção central que passou a caracterizar a totalidade deste emaranhado de disputas ocorridas na Amazônia em meados de 1835.

Entretanto, como a lógica dos contrários, descrita no trabalho, pode nos auxiliar no esforço de compreensão dos próprios sujeitos compreendidos pela *legalidade* como *cabanos*? A primeira resposta a tal pergunta é que ela nos proporciona a possibilidade de justamente recriar as perguntas que nos levariam para próximo de quem seriam os ditos *cabanos*. Não é a partir de tal noção que poderemos acessar suas lógicas e seus pontos de vista: há que se buscar seus próprios termos. O esforço de situar o *cabano*, como noção (e não como sujeito) central que permitiu a legitimação da *guerra geral* levada a cabo por Soares d'Andréa, nos abre para um vasto campo de possibilidades. Os ditos *cabanos* não foram ao conflito armado por quererem ser *cabanos*, e isto faz toda a diferença. Mas, então, quem eram e o que pretendiam?

Em meio à vasta abrangência territorial e humana dos confrontos, defende-se aqui que não há uma resposta única para tal questão. As perspectivas dos ditos *cabanos* só podem ser apreendida no eixo da multiplicidade. Não há como generalizar posições e perspectivas; é preciso realizar um esforço de situar. Em meio às diferentes posições de sujeito abarcadas pela noção de *cabano*, sugiro ser possível estabelecer duas tendências fundamentais que, acredito, perpassam de diversas maneiras os contrários da *legalidade*. Uma delas diz respeito ao processo de disputa pelo Estado, refere-se a líderes e coletivos que, a partir do processo de independência e da emergência das cartas constitucionais, passaram a empreender

mobilizações com vistas a expulsar os luso-brasileiros (*brasileiros adotivos*) e demais defensores das leis do antigo regime, ocupantes dos principais postos administrativos da província. A outra diz respeito às mobilizações de coletivos que não visavam a refundação do Estado, a partir de uma nova Carta e de uma nova Nação, mas sim a manutenção ou (re)criação de formas de organização sócio-político-cosmológicas inteiramente distintas deste. Em grande medida agentes inclinados tanto a uma quanto a outra possibilidade, atuaram juntos em diversas situações de combate.

Esta distinção tipológica, em parte pode ser evidenciada a partir de movimentos territoriais. De forma simplificada, os agentes interessados em tomar o controle do Estado por meio de disputas armadas, tinham como objetivo tomar o controle dos centros da rede administrativa que fundavam o Estado: a *Cidade* e as *vilas*. E para isso, pretendiam mobilizar as populações indígenas e “misturadas”. Os agentes interessados em (re)fundar formas de organização social distintas das estatais, tinham como meta ou se afastar da calha dos grandes rios (*lócus*, por excelência, das redes do Estado), ou se utilizar das disputas entre as *fações* do Estado para enfraquecer ambas e fortalecer um *capitão* ou *tuxana* e se manter no território das localidades, na calha dos grandes rios.

Em meio a tal diferenciação de tendências, há um aspecto a ser ressaltado: os agentes interessados em tomar o controle do Estado, pretendiam formar uma rede multi-local capaz de estabelecer em cada uma das *vilas*, autoridades fiéis aos líderes que em meados de 1835, se mantinham no controle da *Cidade* de Belém (sobretudo Eduardo Nogueira Angelim, *senhor da Cidade* entre agosto de 1835 e maio de 1836). Visavam, portanto, a unificação, tal como os *legalistas*, porém a partir de outros termos e alianças. Os agentes interessados em outras formas de organização social, por sua vez, não visavam a unidade, mas sim, por assim dizer, a singularidade de suas próprias formas de organização multilocais sem centro, nem controle externo (havia uma grande multiplicidade delas).

Desta feita, tal diferenciação nos leva para viéses distintos. Um é aquele que visa produzir esclarecimentos e descrições acerca da mobilização que pretendia se apropriar e refundar as redes do Estado do Grão-Pará; a partir da mobilização de *brasileiros patriotas e liberais*. Outro é aquela que visa acompanhar as trajetórias singulares dos diversos coletivos que pretendiam manter e (re)criar formas de organização multi-locais totalmente distintas das do Estado em formação, e que apenas compartilhavam com estas as mesmas regiões territoriais; por

exemplo, os Maué e Mundurucu na ilha de Tupinambarana e rio Tapajós, os Anambé, Guajá e Ka'apor no interflúvio do rio Capim; os Wayana, os Wajãpi e os *Tucuju* nas imediações do rio Jarí, entre outros. Há, ainda, o esforço de fazer emergir as formas de entrecruzamento entre estas diferentes tendências, a partir de situações específicas e localizadas.

II. Notas sobre a mobilização dos *brasileiros patriotas* pelo controle do Estado.

Como dito, a rede de agentes que visavam tomar e unificar o controle do Estado tinham como objetivo primeiro tomar o controle tanto da *Cidade* como das *vilas* do interior. Deste modo, as disputas pelo controle político e militar de Belém tinham um papel central. As lideranças da *Cidade*, tais como Malcher, os irmãos Vinagre e os irmãos Nogueira tinham um papel decisivo; eram eles que visavam unificar o Estado a partir da tomada de Belém e, posteriormente, da busca de reconhecimento de sua autoridade por todos aqueles que tivessem se feito *senhores* em combate contra os *legalistas*, em todas as *vilas* do interior do Estado do Grão-Pará. As proclamações políticas dos líderes, tanto da *Cidade* quanto do interior, bem como outros indícios, nos apontam que os contrários dos *legalistas* que visavam o controle do Estado, se entendiam como um coletivo de *brasileiros patriotas*, que pretendiam defender a constituição e estabelecer suas bases de apoio no interior da Amazônia, em oposição aos *brasileiros legalistas*, que pretendiam reinstaurar o antigo regime e fundar sua legitimidade a partir do apoio externo oficial (tanto do Maranhão e províncias do Norte, quanto do Rio de Janeiro, e das nações estrangeiras, sobretudo, Portugal e Inglaterra).

A expressão *brasileiro patriota*, ou simplesmente *patriota*, aparece com ênfase nas diversas proclamações de diversos líderes rebeldes, tanto em Belém, como no interior. Malcher, em sua proclamação após o ataque de 7 de janeiro de 1835⁵¹, se referia a uma luta contra *tiranos e maus conselheiros* que se negavam a reconhecer a *opinião pública*. Os *habitantes de índole dócil e sofredora* teriam atacado por estarem sendo *oprimidos por atos violentos e perseguições sistemáticas*. O

⁵¹ Paraenses: *Esta província que, há muito tempo, gemia debaixo do férreo cetro de um tirano rodeado de maus conselheiros, hoje deu o exemplo mais formidável dos efeitos na potência da opinião pública. Seus habitantes, ainda que de índole dócil e sofredora, provaram por seus atos deste dia que os governos do presente não podem existir sem ela. Oprimidos de violentos atos e perseguidos sistematicamente por aquele mesmo governo, que os devia aliviar de seus males e proteger seus direitos, consternados levantaram-se em massa e deitaram por terra seus opressores, e outros confundidos de seus crimes fugiram!* (...) (apud Raiol, 1970, t.II:552).

levante em massa, segundo ele, fora feito por homens *consternados* que queriam se *aliviar de seus males e proteger seus direitos*. Na continuação da proclamação, Malcher solicitava respeito às *garantias individuais*. Dizia que era preciso *obedecer às ordens legais do governo* e confiar em sua *própria solicitude pelo bem público e nacionalidade brasileira*. Malcher refutava, em sua proclamação, os *tiranos e maus conselheiros* e defendia o Império brasileiro.

A proclamação assinada pelos principais líderes do ataque de 14 de agosto, lida por Antônio Vinagre às vésperas da invasão de Belém com vistas a expulsar o presidente enviado pela Regência Manuel Jorge Rodrigues e seus principais aliados, é de suma importância, por ser esclarecedora de suas posições. Leiamos a íntegra:

Paraenses! Irmãos e companheiros d'armas! Valentes e denodados **defensores das liberdades pátrias!** Aproximam-se os momentos e as horas em que **temos de medir as nossas forças com os vândalos, que se intitulam legais**, quando eles não são mais do que vis escravos do poder a quem servem!

Dois estrangeiros, a saber, um que é presidente e comandante das armas da província, e outro chefe de esquadra, gozam das honras de brasileiros adotivos! O primeiro, que é marechal, chama-se Manuel Jorge Rodrigues, e deixou o embigo nas terras de Portugal; o segundo, João Taylor, nascido em Inglaterra e desertor da marinha daquela nação, alcançou no país de Santa Cruz o posto de chefe de esquadra!

Infeliz País! Desditosa Nação! Esses perversos de mãos dadas um com o outro, em menos de três dias, prenderam duzentos e oitenta e tantos patrícios nossos, que se acham a bordo dos navios de guerra, carregados de pesadas cadeias!... **Cidadãos beneméritos por seu patriotismo e virtudes, deputados provinciais, juízes de órfãos, juízes de paz, oficiais de primeira e segunda linha, da guarda nacional, agricultores, empregados públicos, negociantes, padres, artistas, em uma palavra, cidadãos de todas as classes neste momento gemem ao peso de grossas algemas**, nos porões de navios de guerra sem processo e sem sentença! Que ultraje às leis do Estado! Que afronta aos sagrados direitos dos cidadãos brasileiros! Que provocação aos verdadeiros patriotas paraenses! Mais de trezentas famílias estão inundadas em lágrimas, por se verem privadas de seus dignos chefes e naturais protetores!

As esposas chorando por seus maridos, os filhos por seus pais, venerando pobres e velhos, curvados ao peso dos anos e das enfermidades, carpindo a falta daqueles que lhes eram arrimo na velhice! A consternação quase que é geral na capital! Famílias distintas e respeitáveis, insultadas e desrespeitadas em suas honras! Finalmente as famílias dos verdadeiros patriotas paraenses estão cobertas de luto! Se nos está figurando uma nova palhaçada! Aqui a pena nos cai das mãos, mas forçoso é acabar. Os perversos e traidores que temam de nossa justa vingança! Ai dos cobardes que se interpuserem em nossa marcha!

Dignos filhos do gigante Amazonas, valentes e denodados defensores das liberdades dos cidadãos brasileiros, a nós cumpre castigas e vingar a afronta feita a esta briosa Província, que hoje geme sob o mais vil despotismo. Que cada um de vós seja um de vós seja um novo Guilherme Tell na defesa da pátria e da liberdade. Seja a nossa divisa – Vencer ou Morrer. Os vossos chefes estão na vossa frente, e onde maior for o perigo, aí será o seu posto de honra! Somos paisanos, desconhecemos a arte da guerra, mas nos havemos de bater como os mais briosos e aguerridos soldados. Aquele que em frente ao inimigo recuar um passo à retaguarda, e mostrar-se cobarde (o que não é de esperar de homens livres) seja morto no mesmo momento. Se os vossos chefes caírem aos golpes de nossos miseráveis perseguidores e cruéis verdugos, pisai por cima de seus cadáveres e vingai a sua morte.

Se algum de vossos chefes no ato de carregar sobre o inimigo se mostrar vacilante ou cobarde, que seja no mesmo instante morto como um traidor e indigno de capitanear a homens livres. Os régulos que nos oprimem dispõem de numerosa artilharia, de excelente armamento e munições de guerra em abundância, e são coadjuvados pelos navios de guerra da marinha portuguesa e inglesa! Que miserável presidente que lança mão de baionetas estrangeiras para derramar o inocente sangue brasileiro! E tudo isto contra as leis do país!

Os vossos chefes não sabem iludir, por isso é preciso usar de franqueza e dizer-vos a verdade. Temos pouco armamento e falta de pólvora; mas essa falta será suprida pela santidade da causa que defendemos, e pelo desejo da mais nobre vingança. Mil vezes a morte no campo de batalha do que ter os pulsos algemados, e arrastar

pesadas e infames cadeias. Só devemos reconhecer por inimigos os que se apresentarem em campo.

Recomendar-vos sagrado respeito às famílias e proteção aos desvalidos é necessário. Compaixão para com os vencidos. O homem livre e verdadeiro patriota é generoso. Queremos prisioneiros e não cadáveres. Caros Patrícios e Irmãos d'armas, dignos filhos do Grão-Pará, o Deus da América está convosco e o nosso triunfo não pode ser duvidoso. O Brasil inteiro tem os olhos sobre nós... **Sejamos dignos do nome de brasileiro. Cumpra cada um o seu dever e a pátria será salva. Viva a Religião Católica Apostólica Romana! Viva a Nação Brasileira! Vivam os defensores da Pátria e da Liberdade! Guerra aos déspotas e tiranos! Viva o rico e majestoso Pará!.**

Acampamento no engenho Murutucu, 14 de agosto de 1835.

Antônio Pedro Vinagre

Eduardo Francisco Nogueira Gavião

Manuel Antônio Nogueira

Manuel José da Silva Paraense

André Pinto de Araújo Amazonas

Geraldo de Oliveira Vinagre. (*apud* Raiol: 832-4, grifos meus)

Os *capitães* que a redigiram enfatizavam a defesa dos “paraenses, defensores das liberdades pátrias” contra os “vândalos, que se intitulam legais”, que seriam defensores do “despotismo”. Suas críticas eram contundentemente contrárias ao governo de “estrangeiros”, que se colocavam como inimigos dos “dignos filhos do Grão-Pará”, que tinham a benção do “Deus da América”. Partiam para o ataque em defesa dos “cidadãos beneméritos por seu patriotismo e virtudes: deputados provinciais, juízes de órfãos, juízes de paz, oficiais de primeira e segunda linha, da guarda nacional, agricultores, empregados públicos, negociantes, padres, artistas”. Os *capitães*, signatários da proclamação, pretendiam defender os “cidadãos brasileiros patriotas” que estariam sendo afrontados em seus “sagrados direitos” por “estrangeiros, déspotas e tiranos”.

Eduardo Nogueira Angelim, em sua proclamação de 26 de julho de 1835 (*apud* Raiol: 814-5⁵²), na freguesia do Conde (cuja população era indígena e mameluca, conforme a *Corografia* [1839]), também às vésperas do ataque de agosto, enfatizava aspectos semelhantes. Dizia ele que as famílias dos verdadeiros patriotas” estavam “cobertas de luto e desrespeitadas pelos perversos que se intitulam legais”; que a “Pátria” estaria gemendo “ao peso da mais vil escravidão!”. Angelim se referia aos *legais* como “déspotas”, que visavam a “perseguição” e o “extermínio”. Proclamava “Vivas! aos patriotas paraenses, valentes e briosos brasileiros comprometidos na revolução”.

Esta mobilização de *brasileiros patriotas*, defensores das *constituições liberais* e do *regime livre dos povos*, emergiu a partir das disputas em torno da adesão do Grão-Pará ao Império do Brasil nos primeiros anos de 1820, descritas no item I do capítulo III. Philippe Patroni e Batista Campos, principais lideranças na *Cidade* de tal tendência, eram também os redatores-chefe

⁵² **Paraenses!** O Marechal Manuel Jorge Rodrigues, Presidente e Comandante das Armas nomeado para esta desditosa província, pelo Governo Central, tendo tomado posse da presidência sem efusão de sangue; dias antes de seu desembarque para terra, em uma proclamação que publicou afiançava aos Paraenses, em nome do jovem Imperador e do Governo Regencial, que a lei e só a lei é que dirigia seus passos; que ele vinha curar as chagas abertas na província, e não abri-las de novo; que ele trazia bálsamo e não cáustico; que seria para ele uma glória tomar posse da presidência sem derramamento de sangue. Desembarcou o monstro fementido, tomou posse da presidência, entre salvas de alegria, e quase que de geral contentamento. Mas quem pensaria, amados patrícios, que esse malvado e perverso português havia de faltar à sua palavra e abusar da boa-fé dos revoltosos, que sem a mais pequena garantia e só confiados na palavra de honra do déspota e traidor lhe entregaram a capital de que se achavam de posse, seus tesouros, e todo o material d guerra, para terem em compensação a perseguição, o extermínio e a mais negra vingança! Esse déspota, caros patrícios, em menos de três dias, tem mandado prender para mais de trezentos paraenses, arrastados pelas ruas da cidade, espaldeirados, fuzilados e carregados de pesadas cadeias, nos porões dos navios de guerra! No número de presos conta-se o corajoso e ilustre Sr. Francisco Pedro Vinagre que lhe entregou a presidência, e outros cidadãos conspícuos comprometidos na revolução. Não tenho palavras para vos patentear o pranto e consternação que reina na capital. As famílias dos verdadeiros patriotas estão cobertas de luto e desrespeitadas pelos perversos que se intitulam legais. Batalhões portugueses e de outras nacionalidades com armas em punho são hoje os senhores do Grão-Pará! Oh dor! Oh infâmia! Oh desespero! Em paga dos valiosos serviços, que com honra e lealdade prestei a esse presidente (com sacrifício de minha própria vida), para que se queimasse uma escorva, pede-se agora a minha cabeça e de outros valentes e briosos brasileiros comprometidos na revolução! Os desprezíveis traidores e baixos intrigantes têm até espalhado boatos de que eu tenho abandonado a causa santa do povo, que é a da humanidade; que me tenho recolhido ao silêncio; e que finalmente tenho de me retirar para algum país estrangeiro!... Eu, amados patrícios meus, soldado da liberdade, abandonar-vos e retirar-me para fora do Pará, quando a Pátria geme ao peso da mais vil escravidão! É até onde pode chegar a baixeza e miserável calúnia de meus inimigos! Pois bem: muitos dias não se dão de passar que ainda uma vez hei de provar a esses delatores a firmeza de meu caráter e o que muito prezo a dignidade de homem. Paraenses! A parte sã do rico Amazonas está voltada à perseguição e ao extermínio como acima disse. Todas as leis do Estado violadas; a Constituição do Império calcada aos pés por esse Marechal que se intitula Presidente legal; ingratos estrangeiros provocando os nossos brios, fazendo a polícia da cidade, e governando a nossa terra! Que desgraça! Que imoralidade! Que degradação e vergonha! Se o quanto venho expor é verdade, se os fatos são consumados, convido os bons paraenses, aos dignos filhos do brioso Pará, que corram sem perda de tempo às armas, que abandonem os seus campos, as suas famílias, o seu lar; unam-se a mim e a outros chefes importantes e bem conhecidos pela sua honradez e probidade para libertar a nossa pátria do jugo aviltante que a oprime e para castigar aos covardes, que acabam de provocar os nossos brios, lançando-nos um cartel de desafio! Que arrojo! **O paraense que não acudir ao reclamo da Pátria será apontado como um traidor e vil covarde!** Salvemos, prezados patrícios, os brios da província, o nome paraense, e provemos a esses perversos que escravos não são capazes de se bater com homens livres. Guerra de Morte ao Marechal Manuel Jorge Rodrigues, Presidente e Comandante das Armas da Província! Abaixo os traidores! **Vivam os patriotas paraenses! Viva o Pará!** Acampamento na Vila de Conde, 29 de julho de 1835. ~ Eduardo Francisco Nogueira Angelim. (*apud* Raiol: 814-5).

dos periódicos *O Patriota* e *O Paraense*. Batista Campos⁵³ continuou a liderar tal mobilização até fins de dezembro de 1834, às vésperas do ataque de 7 de janeiro, quando morreu em decorrência de inflamações de um corte, durante mobilização e fuga das tropas do presidente nomeado Lobo de Sousa, nas imediações de Barcarena. O principal líder da mobilização *patriótica* entre 1823 e 1834, nascido em 1782 em Barcarena, ingressou no sacerdócio em 1805, a partir de então passou a estudar Direito. Possuía grande capacidade como orador. Nos anos 1820 e início de 1830, sua casa e escritório na *Cidade do Pará*, de onde se espalhavam panfletos e cópias da constituição, era um centro de encontros e debates entre *cidadãos, brasileiros natos*, que lhe ouviam interpretar a *constituição* e acusar ferrenhamente as *autoridades nomeadas*, em geral lusitanos.

Fora ele quem publicara e divulgava em Belém o manifesto de independência do Brasil de D. Pedro I. Batista Campos desde 1823 era o deputado mais votado nas eleições provinciais. Por lei, seria o Presidente da Assembléia, e Vice-Presidente da Província, que assumiria o cargo em caso de ausência de presidentes nomeados. Como dito (C.III. I), em 1823, justamente no processo de adesão, foi preso e deportado para a Corte no Rio de Janeiro. Foi inocentado e congratulado com honrarias por D. Pedro I. Entretanto, jamais fora nomeado pelo centro do Império, presidente. Batista Campos, durante o Primeiro Reinado no Grão-Pará, passou a percorrer, como padre e deputado, ou enviar representantes a diversas localidades da Comarca do Grão-Pará; Conde, Beja, Acará, Mojú, Bujarú, Abaité, Cintra, São Caetano de Odívalas, Salinas, Santarém Novo, Barcarena, Muaná, Soure, Salvaterra, Monforte, Oeiras, Breves, Melgaço, Portel, e cada vez mais, rio acima. Ou freqüentava ele próprio as localidades (o que acontecia, sobretudo, nas freguesias de Belém e região dos furos), ou era representado por aliados fiéis, que atuavam por conta própria em cada distrito. A confederação independentista de 1824, liderada pelas *vilas* de Cintra, Cametá, Muaná e Monte Alegre, foram os centros a partir dos quais o movimento *patriótico* passou a se espalhar pelo interior da Amazônia.

Batista Campos exercia grande ascendência sobre as “turbas”; segundo linguagem de Raiol. Era capaz, afirmava o barão, tanto de “agitá-los quanto de acalmá-los”. Lembremos da imagem do Opúsculo *legalista* de 1832 (C.III. II), que dizia que o cônego “caminhava de lugar em lugar com um séquito semelhante ao dos antigos roitelets da idade média, composto

⁵³ Dados biográficos extraídos de Raiol (:100-2).

d'immundos negros e de sinceros índios enganados, a quem se fallava d'um attentado contra a sua liberdade, que elles com razão queriam disputar. Nem uma só pessoa de consideração ou que tivesse que perder ornava esta cruzada de bárbaros nômades” (Opúsculo, 1832:44).

No início da década de 1830, com a Abdicação, houve a abertura de um novo processo de disputas entre as *fações*, descrito no item II. do capítulo III. Visconde de Goiana, primeiro presidente nomeado pela primeira Regência, foi o primeiro enviado do Rio de Janeiro a apoiar suas propostas. Em fins de julho, ainda antes de desembarcar em Belém, Goiana referendou a criação da *Sociedade Patriótica, Instrutiva e Filantrópica Paraense*, composta por 12 membros, e liderada pelo cônego de Barcarena. Os demais membros (citados nominalmente no C. III. II), eram, em grande parte (ou, em sua totalidade), sobreviventes da deportação de *dissidentes* para Lisboa, decorrente do levante independentista de abril de 1823 em Belém.

Como dito, a aliança entre a *Sociedade Patriótica* e Visconde de Goiana propôs, após o desembarque deste último, a abolição definitiva dos *comandos militares*, das *fábricas nacionais* e das *roças comuns*, como medidas para “extinguir a barbaresca servidão dos índios”, conforme palavras de Goiana (*apud* Raiol:228; vide C. III. II). A *Sociedade Patriótica* era defensora da proposta de *brandura* no trato com os *índios*, representada na constituinte do Império por José Bonifácio de Andrada e Silva (1824). Porém, em 7 de agosto de 1831, poucos dias após desembarcar, o Visconde de Goiana e a *Sociedade Patriótica* sofreram um ataque da *fação* luso-brasileira, comandada pelo bacharel e *senhor* em Marajó, Marcelino José Cardoso, que se manteve *senhor da Cidade* até fins de fevereiro de 1832, com a chegada do presidente nomeado Machado de Oliveira.

Com o sucesso da sedição de agosto de 1831, a *fação* luso-brasileira expulsou Goiana para o Maranhão, e deportou os membros da *Sociedade Filantrópica* para prisões no interior; Batista Campos para o Crato (rio Madeira) e os demais membros para Marabitanas (rio Negro). Batista Campos fugiu da expedição que o transportava nas imediações da ilha de Tupinambarana, e retornou até Óbidos, onde conseguiu apoio dos irmãos Sanches de Brito (Harris, 2007), clérigos mais proeminentes do Baixo Amazonas. A partir de então, passou percorrer diversas localidades da ilha de Tupinambarana e rio Tapajós, em busca de adesões: missão de Juruti, Maués, Faro, Franca, Alter do Chão, Monte Alegre, entre outras. Santarém se manteve contrária. Os demais *patriotas* deportados, fugiram da expedição que os levaria a Marabitanas no rio Negro. Retornados à Barra (Manaus), se aliaram com o frei dos

Innocentes⁵⁴. As mobilizações de *índios* e *tapuios* promovidas pelos *patriotas* no Alto e Baixo Amazonas tem íntima relação com os levantes da Barra (Innocentes era um dos principais líderes), Borba (Mura) e Maués (Maué e Mundurucu), em meados de abril de 1832. As deportações e fugas de *patriotas* para o interior da Amazônia acabaram por se converterem em possibilidade de ampliação das redes de aliança para o combate, promovidas entre *cidadãos dissidentes* e *índios*, *tapuios* e suas “misturas”. Eram os *índios* e os *legalmente livres* que eram procurados pelas lideranças *patriotas*. Havia forte tendência que lhes inclinava à manutenção da escravidão negra.

A atuação do *magote* de Jacó Patachó, entre agosto e dezembro de 1832, também tem íntima relação com a sedição lusitana de 7 de agosto de 1831. O próprio Patachó, tenente *mestiço*, e seu principal aliado, Saraiva, *tapuio*, se julgavam *ofendidos da sedição*, segundo o presidente Machado de Oliveira (C. III. III.). Os *capitães* Jacó Patachó e Saraiva, atuavam com autonomia com relação a Batista Campos e seus principais aliados (a *Sociedade Patriótica*). Seu *magote* teria percorrido, segundo informações das expedições de captura, longas regiões entre a baía do Guajará e a ilha de Tupinambarana, durante o período acima destacado: Joanes (Marajó), rio Tocantins, rio Xingu, região dos furos, Oyapokia, rio Amazonas e rio Tapajós. Nas diversas regiões por onde passavam, mobilizavam *índios*, misturados e *dissidentes* nas *fazendas privadas*, *fábricas* e *roças nacionais*, bem como nas *vilas*, para expulsarem ou aniquilarem os *senhores* e *comandantes*, sobretudo os *brasileiros adotivos*, envolvidos com a manutenção do trabalho servil. As ações e mobilizações do *magote* de Jacó Patachó, bem como a disseminação de notícias “agigantadas” e expedições de captura, instauraram entre as *famílias brancas* uma ampla “cultura do terror e da morte” em face dos *homens de cor*, para usar os termos de Taussig [1987], que apenas se acentuaria até meados de 1835. O *magote* de Patachó foi crucial para a formação de outros *magotes*, nos anos seguintes, em diversas regiões, liderados por diversos *capitães* não-brancos, emergidos de coletivos de *homens de cor* subjugados a trabalhos forçados, tanto nas *roças* e *fábricas* quanto nas *tropas*. Esta era a modalidade de formação para o combate que melhor tipificava a figura desprezível do *cabano*.

⁵⁴ Os irmãos Sanches de Brito (Óbidos) e o frei dos Innocentes (Barra), em meados de 1836, passaram a ser comandantes de tropas de ataque contra *cabanos*. Seus apoios eram a mobilizações de *cidadãos patriotas*, e não a uma mobilização protagonizada por *homens de cor* (*índios* e *negros*, e suas “misturas”). Para mais detalhes vide Harris (2007).

Na *Cidade*, entre fins de fevereiro de 1832 e início de dezembro de 1833, o presidente nomeado Machado de Oliveira, que ocupara o lugar de Cardoso, buscava conciliar as partes, apaziguar e dar espaço aos *patriotas*, por meio de prisões de diversos envolvidos na sedição de agosto de 1831 e de apóio à manutenção da *Sociedade Patriótica*. Em meados de abril de 1833, é preciso destacar, chegaram em Belém, enviados do Rio de Janeiro, o desembargador Marianni e o general Vasconcellos, para assumirem o comando da província. Na escuna, Marianni e Vasconcellos firmaram aliança com o militar português Jales, que passou a reunir luso-brasileiros em sua casa para o apoio armado à posse das novas autoridades. Os *patriotas* se recusaram a aceitar o desembarque das novas autoridades, enviaram-lhe abaixo assinados, e foram apoiados por Machado de Oliveira. No dia 16 de abril, houve confronto entre os *caramurus*, liderados por Jales, e os *patriotas*. Segundo apuração de Raiol (:340), houve 95 mortos e feridos; 70 da coluna de Jales (inclusive ele), e 25 *patriotas*. Os irmãos Vinagre e Nogueira teriam se destacado como *capitães* no combate, e passaram a ganhar prestígio. Batista Campos não estava em Belém. Marianni e Vasconcellos retornam à corte, sem desembarcar.

Os abaixo-assinados dos *patriotas*, enviados a Machado de Oliveira no início de abril, podem nos auxiliar decisivamente na interpretação acerca da composição sociológica de tal *fação* na região de Belém, em meados de 1833. A representação do dia 8 de abril, foi assinada por 367 *cidadãos da Província do Gram Pará*. O documento foi encaminhado aos *Augustos e Digníssimos Representantes da Nação Brasileira*, inclusive à regência do Império no Rio de Janeiro; e diretamente remetido à Assembléia Geral Legislativa, que o transferiu aos cuidados do presidente José Joaquim Machado de Oliveira, e do comandante das armas Antonio Correa Seara (IHGB, C. MB., s/n.)⁵⁵.

Na carta, os signatários representavam “os seus vexames, e o aviltamento em que tem sido sepultados pela **facção absolutista restauradora de Pedro primeiro**, cujos Chefes são os que **se declararão pela sedição de sete de agosto [de 1831], que denominarão gloriosa**, e até ao presente ainda não cessarão de tramar toda a sorte de intrigas, com que tem posto a

⁵⁵ A versão aqui utilizada e transcrita do documento é uma cópia manuscrita presente na compilação de documentos cariocas, sobre o Grão-Pará nas décadas de 1820 e 1830, realizada por Manuel Barata e arquivada no IHGB. O original desta representação, com as assinaturas originais, segundo Barata, encontra-se na Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, (caixa numero 1 – Cabanada –). A contagem dos nomes, presente na minha transcrição, cópia da cópia, totalizou trezentos e cinquenta e quatro nomes.

Província na maior agitação e desordem” (grifos meus). Segundo eles, o presidente Machado de Oliveira e o comandante das armas Seara teriam conseguido “acalmar algum tanto aquelles Sediciosos”, com “prudência e moderação”. Porém, o ministro não teria aberto investigação para “conhecer dos factos sediciosos”. Sem “conhecimento judicial”, diziam eles, “se conservavam audazes e insolentes”. Segundo os signatários, à “força de imposturas, calumnias, **auxiliados pelos Portuguezes da sua comunhão que os munirão de dinheiro e de falsos documentos**, obtiverão a demissão dos ditos: Presidente Machado e Commandante das Armas Seara, e nomear-se em seu lugar o Doutor José Marianni; e o Tenente Coronel Ignácio Corrêa de Vasconcellos, para os substituir!” (grifos meus). Tal pedido de demissão solicitado e aceito pela Corte teria sido “com factos públicos, aplaudida pela facção absolutista restauradora, e acompanhada das mais terríveis injúrias e ameaças, quaes de serem os **Brazileiros Liberais estrangulados, passados à vergalho, e perseguidos em Processos Policiaes, (...)**” (grifos meus).

As “ameaças e outros insultos da facção restauradora”, segundo a representação, estariam confirmados inclusive pelo Ministro do Império; citam eles um ofício expedido a 12 de dezembro de 1832. Segundo os signatários, tais atos faziam com que “a condição dos representantes” se tornasse “igual à dos escravos e sem alguma representação na grande família Brasileira”, uma vez que deveriam se curvar perante “aquella facção absolutista restauradora de Pedro primeiro com total desprezo dos direitos dos representantes que pela grande Lei são Cidadãos Brasileiros iguais aos das mais Províncias do Império”. Os “Cidadãos Brasileiros” estariam sendo “insultados por todos os **Lusitanos e Brasileiros degenerados do partido restaurador**, e até por hum Frade que não duvidou declarar em hum sermão na tarde de vinte e nove de Março [1832] que **os Brasileiros afinal seriam escravizados!!!**” (grifos meus).

Os signatários defendiam que o impedimento da posse das novas autoridades nomeadas pelo Rio de Janeiro, estaria de acordo com as Leis, uma vez que partiam de um recurso contra “qualquer procedimento criminozo das Authoridades nomeadas; porque remédios brandos nem sempre tem lugar para as enfermidades fortes ou agudas, antes muitas vezes aggravão mais a enfermidade, e cauza a aniquilação do doente”. Este seria, segundo os signatários da representação, o estado em que se achava a Província do Pará em abril de 1833. Em meio ao

aviltamento, faziam um contundente aviso, que fizeram chegar até o conhecimento da Corte do Império:

(...) os **Brazileiros Patriotas**, já cansados de tantos massacres e violências, não estão dispostos a ceder couza alguma aos seus adversários, nem estes (os Caramurus restauradores) a perder huma só occasião de vingança e perseguição sempre injusta contra aquelles confiados na impunidade de seus crimes, tantas vezes repetidos, desde o primeiro de janeiro de mil oitocentos e vinte hum (grifo meu).

Os signatários, auto-identificados como “Brazileiros Patriotas”, não estariam dispostos a ceder *coisa alguma* aos seus adversários, que eles identificam como “Caramurus restauradores”. Assim como estes, não estariam dispostos a perder qualquer ocasião para realizarem “vinganças e perseguições injustas”, uma vez que confiantes na “impunidade de seus crimes”, desde o dia 1º. de janeiro de 1821. Os *brazileiros patriotas*, assim, imploravam à “Augusta Assembléa Geral Legislativa” a conservação de Machado de Oliveira e Seara na presidência e no comando das armas; “a fim de que com a sua prudência, e sabedoria possam evitar as torrentes de males, que os Sediciosos Agostiadores preparam à esta Província”. Tal medida seria para evitar a “última aniquilação”.

Nesta representação, 367 *brasileiros patriotas* se apresentaram nominalmente às autoridades do Império. Era tal grupo que mais tarde protagonizaria os ataques de janeiro e agosto de 1835 a Belém, e a diversas outras localidades do interior. Trata-se de um documento, que dá corpo, tanto para os signatários, quanto para as *Autoridades*, a um pacto político, no qual uma *facção de brasileiros patriotas* se afirma para o combate aberto contra seus inimigos; que reconheciam como membros de uma “facção de Lusitanos e Brazileiros degenerados do partido restaurador”. A partir da representação podemos reconhecer, nominalmente, sujeitos que formalizaram um pacto político de *brasileiros patriotas do Gram Pará*, aliados e dispostos a combater em armas seus inimigos da *facção restauradora*, como represália às agressões ocorridas desde o início de 1821.

Veremos, portanto, sobre os sujeitos que assinaram a representação. De todos, apenas 04 signatários se reconheceram como *brasileiros adotivos*; entre estes, um se identifica como

negociante, outro como *lavrador* e outro como *capitão e recebedor do Ver-o-Peso*. Fora estes, todos os outros signatários⁵⁶ se auto-identificavam, em suas assinaturas, como *brasileiros natos*. 141 homens se identificaram desta maneira; assinaram seu nome e acrescentaram a ele a condição de *brasileiro nato*⁵⁷. Os outros acrescentaram à condição de *brasileiros nato*, seus ofícios; e, além disso, aqueles que eram *autoridades militares, civis e eclesiásticas* apresentavam suas insígnias.

⁵⁶ Como dito anteriormente, a contagem total de minha cópia da cópia totalizou trezentos e cinquenta e quatro homens. Porém, partirei do total de 367, conforme a contagem daqueles que testemunharam a representação.

⁵⁷ BRAZILEIROS NATO: **Eduardo Francisco Nogueira Angelim**, Brasileiro nato; **Giraldo Francisco Nogueira**, Brasileiro nato; **Antônio Pedro Vinagre**, Brasileiro nato; **Antonio Manoel G. Mininca**, Brasileiro nato; **Agostinho José Nunes**, Brasileiro nato; **Quintiliano Maçimiano de Amaral**, Brasileiro nato; Antonio José da Silva, Brasileiro nato, Manoel Jerônimo dos Santos, Brasileiro nato, Herolano Hingors Baptista, Brasileiro nato; Dionizio Antonio Pay de Araújo, Brasileiro nato. Antonio José Correa, Brasileiro nato. José Maria Nabuco de Araújo, Brasileiro nato. Manoel Liodorio da Silva, Brasileiro nato. Herculano Dias Guerreiro, Brasileiro nato. Ignácio Gomes de Araújo, Brasileiro nato. João da Silva, Brasileiro nato. Pedro de Mello Marinho Falcão, Brasileiro nato. Martinho Antonio Pereira, Brasileiro nato. Raimundo Almeida Salazar, Brasileiro nato. Francisco Manoel Gomes, Brasileiro nato. Francisco de Paula Cavalcante, Brasileiro nato. Pedro Marceliano dos Reis Nunes, Brasileiro nato. José Manoel Monteiro, Brasileiro nato. Antonio José Lisbão, Brasileiro nato. Camillo Lelly Crocambá, Brasileiro nato. José Ferreira de Lacerda, Brasileiro nato. José Cypriano Henriques, Brasileiro nato. Romão da Graça Forte, Brasileiro nato. Joaquim Manoel Roiz, Brasileiro nato. Francisco José da Silva Ramos, Brasileiro nato. Clemente José G., Brasileiro nato. Carlos Estevão Gomes, Brasileiro nato. Jozé Francisco Pereira, Brasileiro nato. Francisco José de Paula, Brasileiro nato. João Fernandes, Brasileiro nato. João Florêncio G., Brasileiro nato. Leonardo José dos Reis, Brasileiro nato. Antonio Perez da Gama, Brasileiro nato. Cezario Benício Pereira, Brasileiro nato. Antonio José de Moraes, Brasileiro nato. Ambrozio José da Conceição, Brasileiro nato. Ambrozio Patozo, Brasileiro nato. Antonio Paulo, Brasileiro nato. Rajmando Libanio, Brasileiro nato. Manoel Jerônimo, Brasileiro nato. José Anastácio Nanim, Brasileiro nato. Joaquim Amansueto, Brasileiro nato. Antonio José do Espírito Santo, Brasileiro nato. Francisco José da Silva, Brasileiro nato. Marcellino Innocencio da Silva, Brasileiro nato. José Maria Pereira de Castro, Brasileiro nato. Agapito do Espírito Santo, Brasileiro nato. Lázaro Antônio de Jesus, Brasileiro nato. Bernardo da Silva, Brasileiro nato. Luiz Francisco, Brasileiro nato. Innocencio Honório da Silva, Brasileiro nato. João Antônio de Mattos, Brasileiro nato. Felix José Custódio Rabello, Brasileiro nato. Balbino Antônio, Brasileiro nato. Euzébio Jozé Rodrigues, Brasileiro nato. Antonio Pereira de Carvalho, Brasileiro nato. João Nyxani Xavier de Brito, Brasileiro nato. Manoel Jesus Cotta, Brasileiro nato. José Manoel da Silva, Brasileiro nato. José Leocádio da Fonseca, Brasileiro nato. Salvador de Amaral Segur, Brasileiro nato. Francisco Joaquim Batalha, Brasileiro nato. Dom. José da Assunção, Brasileiro nato. Joaquim Pedro Ferreira da Silva, Brasileiro nato. João Paulino Ferreira Diniz, Brasileiro nato. José Leocádio Roiz, Brasileiro nato. Raymundo Antonio de Oliveira, Brasileiro nato. Mansueto da Silva, Brasileiro nato. Laorenço Antonio Gomes, Brasileiro nato. Manoel Marcelino dos Reis, Brasileiro nato. Manoel Marcos Evangelista, Brasileiro nato. Francisco José de Souza Alves, Brasileiro nato. Miguel Augusto Pinto, Brasileiro nato. Bento Francisco Lobato, Brasileiro nato. Antonio Marques de Paiva, Brasileiro nato. Joaquim José Pio, Brasileiro nato. Francisco Antonio Percira, Brasileiro nato. Francisco Liberato de Souza, Brasileiro nato. Vicente Ferreira da Silva, Brasileiro nato. Antonio Luiz de Carvalho e Albuquerque, Brasileiro nato. Luiz Antonio Ribeiro, Brasileiro nato. João Chrysostomo da Silva e Azevedo, Brasileiro nato. Vicente Pinheiro de Lacerda Nipinema, Brasileiro nato. Joaquim Bernardes Cardozo, Brasileiro nato. Manoel Domingos de Paiva, Brasileiro nato. José Raimundo da Silva, Brasileiro nato. Raimundo de Oliveira Pantoz, Brasileiro nato. Tenente Antonio José Bentes, proprietário, Brasileiro nato. Bernardino Antonio Barrelo, Brasileiro nato. Raimundo José, Brasileiro nato. Antonio Joaquim Feliz d'Araújo, Brasileiro nato. Bazilio Antonio Rozário, Brasileiro nato. Manoel Nascimento, Brasileiro nato. Francisco Pedro, Brasileiro nato. Francisco Pereira de Brito, Brasileiro nato. Francisco Militão da Silva, Brasileiro nato. Manoel José Sanches, Brasileiro nato. João Raimundo Cordeiro de Azevedo, Brasileiro nato. Maximiano Paula Ribeiro, Brasileiro nato. João Antonio Sacramento, Brasileiro nato. José Sabastião de Souza, Brasileiro nato. Joaquim Toscano, Brasileiro nato. Joaquim Vicente Guerreiro Sidadão Brasileiro nato. Guilherme Cypriano Ribeiro J., Brasileiro nato. Ignácio de Souza Vieira Lima, Brasileiro nato. Zifirino Felis,

Com a representação, assim, é possível que observemos a composição da uma *facção de brasileiros patriotas* dispostos a disputarem o poder província contra seus inimigos, que reconheciam como *estrangeiros e degenerados caramurus*, que pretendiam, segundo afirmavam, escravizar os *brasileiros*. É a disputa pelos dois mais altos postos de *autoridade* da província do Grão-Pará que está em questão para os signatários da representação. Trata-se de uma disputa entre *facções* políticas, que a este momento – abril de 1833 – era abertamente armada e belicosa. Estas duas *facções*, até então, conviviam na cidade de Belém e nos distritos do interior, algo que daí em diante seria impossível.

É possível dizer que todos aqueles que assinaram a representação como *brasileiros natos* (141), sem nada acrescentar, não fossem *autoridades* ou *representantes*, uma vez que todos aqueles que o eram, se apresentavam como tais. Há que se duvidar até mesmo que fossem todos amplamente reconhecidos como *cidadãos do Império*, sobretudo, se levarmos em conta a perspectiva das próprias *autoridades do Império* ou mesmo dos *caramurus* da província. Note-se que o número daqueles que se reconhecem apenas como *brasileiros natos* é bastante expressivo em relação ao total: juntos perfazem aproximadamente 38,4% do grupo (367 signatários juramentados). Se acrescentarmos a estes, aqueles que se apresentam como *brasileiros nato, artistas*⁵⁸ (21) e *brasileiros nato, lavradores*⁵⁹ (43), a proporção destes em relação ao total dos signatários passa para 55,85%.

Brazileiro nato. João Duarte Ferreira Bentes, Brasileiro nato. Antonio dos Santos Varella, Brasileiro nato. Justiniano Joaquim de Almeida, Brasileiro nato. José Manoel Pereira Fui, Brasileiro nato. José Gomes do Amaral Junior, Brasileiro nato. Luiz Antonio do Amaral, Brasileiro nato. Manoel José Sanches, Brasileiro nato. Joaquim Carlos Dias Guerreiro, Brasileiro nato. Theodósio José de Vilhena, Brasileiro nato. Antonio José da Silva, Brasileiro nato. Isidoro José Pereira, Brasileiro nato. João Antonio Vianna Junior, Brasileiro nato. Izidoro José Pereira da Mota, Brasileiro nato. Adão José da Fonseca Torres, Brasileiro nato. Albino Francisco Ferreira, Brasileiro nato. Jerônimo Barriga das Chagas Barreiro, Brasileiro nato. Antonio Manoel do Nascimento, Brasileiro nato. Antonio Rodrigues Palhota, Brasileiro nato. Eleutério Antonio das Chagas, Brasileiro nato. Guilherme de Soza. Ileas da Conceição Bez. Antonio Rosário. Pedro Alexanrino.

⁵⁸ BRAZILEIROS NATO, ARTISTAS: Antonio Joaquim da Cruz, Brasileiro nato, Artista. Francisco Damazo, Brasileiro nato, Artista. Florêncio Machado do Nascimento, Brasileiro nato, Artista. Antonio de Santa Anna Pereira Brazil, Brasileiro nato, Artista. Joaquim Xavier Cardoso, Brasileiro nato, Artista. Eugenio Barbosa de Vasconcellos, Brasileiro nato, Artista. Antonio de Oliveira Magalhaens, Brasileiro nato, Artista. Gyrardo Antonio d'Aquino, Brasileiro nato, Artista. Joaquim Gomes do Carmo K., Brasileiro nato, Artista. João Felipe Roiz Merz., Brasileiro nato, Artista. Joaquim Portilho, Brasileiro nato, Artista. Pedro Antônio Cardozo, Brasileiro nato, Artista. Francisco de Paula Bisera, Brasileiro nato, Artista. José Antônio de Souza, Brasileiro nato, Artista. Estevão da Silva, Brasileiro nato, Artista. José da Costa e Silva, Brasileiro nato, Artista. Antonio José Ferreira Diógenes, Brasileiro nato, Artista. Francisco Romano José Roza, Brasileiro nato, Artista. Francisco Damazo, Brasileiro nato, Artista. Florêncio Machado do Nascimento, Brasileiro nato, Artista. André Corsino Alves, Brasileiro nato, Artista.

⁵⁹ BRAZILEIROS NATO, LAVRADORES: Manoel Antônio Nogueira, Brasileiro nato, Lavrador. Manuel Ramos Vinagre, Brasileiro nato, Lavrador. Manoel Joaquim Pereira Bóia, B., Lavrador. Manoel da Conceição

Além destes, 17 se apresentaram como *brazileiros nato, proprietários*⁶⁰ e 05 como *brazileiros nato, proprietários e lavradores*⁶¹; 02 homens se apresentaram como *brazileiros nato, cirurgiões*⁶²; 05 como *brazileiros nato, professores e estudantes*⁶³; 11 como *brazileiros nato, empregados públicos*⁶⁴; 11 como

e Paiva Baré, Brasileiro nato, Lavrador. Raimundo de Anclar, Brasileiro nato, Lavrador. Antonio Manoel de Souza, Brasileiro nato, Lavrador. Bazilio Magno Gomes do Amaral, Brasileiro nato, Lavrador. Pedro Carlos Damasceno, Brasileiro nato, Lavrador. Fernando José Gonçalves, Brasileiro nato, Lavrador. João Dias Guerreiro, Brasileiro nato, Lavrador. Manoel Vaz de Pinho, Brasileiro nato, Lavrador. Braburianno Antonio de Castro, Brasileiro nato, Lavrador. Geraldo Francisco de Oliveira, Brasileiro nato, Lavrador. Manoel Pereira, Brasileiro nato, Lavrador. Manoel da Veracry, Brasileiro Nato, Lavrador. João Antônio Chaves, Brasileiro nato, Lavrador. Ignácio Victorino, Brasileiro nato, Lavrador. Theotonio Roiz de Andrade, Brasileiro nato, Lavrador. Manoel Thomas Pereira de Souza, Brasileiro nato, Lavrador. Antonio Bayão Louzada, Brasileiro nato, Lavrador. Antonio Gonçalves de Andrade, Brasileiro nato, Lavrador. Pedro Paulo da Silda Paudarco, Brasileiro nato, Lavrador. João Antonio dos Reis, Brasileiro nato, Lavrador. Manoel Carllos Gomes, Brasileiro nato, Lavrador. Venâncio Antônio Gomes, Brasileiro nato, Lavrador. Lourenço José Gonçalves, Brasileiro nato, Lavrador. Pedro de Fegueredo Amaral, Brasileiro nato, Lavrador. Francisco Antonio de Mello, Brasileiro nato, Lavrador. Maximiano José de Souza, Brasileiro nato, Lavrador. Antonio Jozé Pinto, Brasileiro nato, Lavrador. Antonio Manoel da Guerra, Brasileiro nato, Lavrador. Francisco José da Costa, Brasileiro nato, Lavrador. Geraldo Antonio de Andrade, Brasileiro nato, Lavrador. José Barros Coelho, Brasileiro nato, Lavrador. Raimundo Ferreira Ferrão, Brasileiro nato, Lavrador. Antonio Pedro de Oliveira, Brasileiro nato, Lavrador. Joronimo Antonio Costa Fortado, Brasileiro nato, Lavrador. Benedicto Hippolito do Valle, Brato Lavrador. João Ignácio Fros, Brasileiro nato, Lavrador. João Lopes da Silva Amaral, Brasileiro nato, Lavrador. Raymundo Estácio Pereira João, Brasileiro nato, Lavrador. João Pedro Correia, Brasileiro nato e Lavrador. Manoel da Conceição e Paiva Baré, Brasileiro nato, Lavrador.

⁶⁰ BRAZILEIROS NATO, PROPRIETÁRIOS: João da Silva de Oliveira, Brasileiro nato, Proprietário. Monoel José Roiz Bixo, Brasileiro nato, Proprietário. Manoel Gomes de Souza, Brasileiro nato e Proprietário. José Marcelino de Paiva Sopma, Brasileiro nato, Proprietário. Manoel da Costa Ferrão, Brasileiro nato, Proprietário. Custódio A. Bandeira, Brasileiro nato, Proprietário. João Francisco de Souza, Brasileiro nato, Proprietário. Ignácio José Pastana, Brasileiro nato, Proprietário. Francisco G. Lima Filho, Brasileiro nato, Proprietário. Miguel Fernandes de Vasconcellos, Brasileiro nato, Proprietário. Joaquim Antonio de Souza Moreira, Brasileiro nato, Proprietário. Cypriano Antonio d'Assumpção, Brasileiro nato, Proprietário. Camillo José Campos, Cap., Proprietário. Manoel de Azevedo Coutinho, Brasileiro nato, Proprietário. Francisco G. Lima Filho, Brasileiro nato, Proprietário. Pedro Antonio da Silva, Brasileiro nato, Proprietário. Miguel Fernandes de Vasconcellos, Brasileiro nato, Proprietário.

⁶¹ BRAZILEIROS NATO, PROPRIETÁRIOS E LAVRADORES: Theodoro dos Reis Butinelli Seabra, Brasileiro nato, Proprietário e Lavrador. Narciso Gomes do Amaral, Brasileiro nato, Proprietário e Lavrador. João Clemente de Oliveira, Brasileiro nato, Proprietário e Lavrador. João Nepomuceno de Paiva e A., Brasileiro nato, Lavrador e Proprietário. Manoel Joaquim Pinto Marques, Brasileiro nato, Lavrador e Proprietário.

⁶² BRAZILEIROS NATO, CIRURGIÕES: Bernardo Antonio G., Brasileiro nato, **Cirurgião**. Christovão Antonio de Carvalho Penna, Brasileiro nato, **Cirurgião do Batalhão Regimental**.

⁶³ BRAZILEIROS NATO, PROFESSORES E ESTUDANTES: Francisco Candido de Carvalho, Brasileiro nato, Professor da Gramática Latina. Antonio José Lopes Damasceno, Brasileiro nato, Estudante de Lógica. João Henrique Diniz, Brasileiro nato, Juiz de Facto e Professor de 1as. Letras pelo método de Lancaster. Victor José G. Andrade, Aluno da Gramática Latina e Brasileiro nato. Manoel da Fonseca Luzarte de Macedo, Brasileiro nato, **Eleitor de Parochia, Juiz de Facto, e professor do ensino mutuo**.

⁶⁴ BRAZILEIROS NATO, EMPREGADOS PÚBLICOS: Antonio José Gomes, Brasileiro nato, **Empregado na Administração do Correio Geral**. João Xavier de Oliveira Algalias, Brasileiro nato, **Impregado da Alfândega. Ajud.** Thomaz Francisco de Oliveira, Brasileiro nato, **empregado na Catedral**. Theodósio Casemiro de Gosmão, Brasileiro nato, **Empregado na Catedral**. Thomaz Tavares de Loureiro, Brasileiro nato, **Empregado Publico**. João Lourenço da Fonseca, Brasileiro nato, **Empregado Publico**. Joaquim Evaristo, Brasileiro nato, **Empregado Publico**. André Miguel Ayres de Abreu, Brasileiro nato, **Impregado Publico**. Dionizio Ferreira da Costa Guajará, Brasileiro nato, **Empregado Publico**. João Lourenço da

*brazileiros nato, escriturários e escrivãos*⁶⁵; 05 como *juizes de fato*⁶⁶; 09 como *clérigos*⁶⁷; 06 como *negociantes*⁶⁸; 07 como *eleitores de freguezias e paróquias*⁶⁹; 28 como *militares de diversas patentes* (01 *coronel*, 01 *tenente-coronel*, nove *tenentes* e 02 *sargentos*, 04 *capitães* e *comandantes*, 09 *alferes*, 04 *cadetes*, *furriéis e guardas*)⁷⁰. 09, entre os signatários, podem ser reconhecidos como autoridades *civis e militares*⁷¹; e 04 se apresentaram como *autoridades e membros do conselho provincial*⁷².

Fonseca, Brasileiro nato, **Empregado Publico**. Thomaz Tavares de Loureiro, Brasileiro nato, **Empregado Publico**.

⁶⁵ BRAZILEIROS NATOS, ESCRIPTURÁRIOS E ESCRIVÃOS: Honório José dos Santos, Brasileiro nato, vítima da Independência. Cavaleiro da Imperial Ordem do Cruzeiro, **Eleitor de Parochia, Juiz de Facto, e Escripturário da Mesa d'Arrecadação das Diversas rendas nacionais desta Província**. João Carlos Martiniano da Fonseca, Brasileiro nato, **Escripturario da Diretoria do Ansenal de Mar**. José Mendes Pereira, Brasileiro nato, **Esc. dos Órfãos**. Manoel Joaquim Roiz, Brasileiro nato, **Esc. do Ponto do Arsenal da Marinha**. Manoel Mendes Perciro, Brasileiro nato, **Escripturário do Trem e Juiz de Facto**. Raymundo José de Brito, **Escripturario da Pagadoria das Tropas e Brasileiro nato**. Manoel Roiz de Almeida Pinto, Brasileiro nato, **2º. Escrip. da Contadoria da Junta da Fazenda e Juiz de Facto**. João José de Deos e Silva, Brasileiro nato, **Juiz de Facto, 2º. Escripturario da Contadoria da Junta da Fazenda, e Coletor da Décima dos Prédios Urbanos do Bairro da Cidade**. Nuno da Cunha Telles, Brasileiro nato, **2º. Escripturario da Contadoria Junta da Fazenda**. Antonio Ferreira Campos Tonguinho, Brasileiro nato, Amanuense da Meza das Diversas Rendas e Consulado P. Winalce Primeiro da Cunha. João Hilário Watrin, **Escrivão da Ouvidoria Geral**, Brasileiro nato, Proprietário. José Henriques Cordeiro de Castro, **Escrivão da Ballança Grande da Marchantaria**, Brasileiro nato.

⁶⁶ BRAZILEIROS NATO, JUÍZES DE FATO: José Monteiro de Sá e Albuquerque, Brasileiro nato, **Juiz de Facto**. Filipe Nery Pereira e Assis, Brasileiro nato, **Juiz de Facto**. Antonio Bernardo de Souza Junior, Brasileiro nato, **Juiz de Facto**. Alexandre Rofino de Oliveira, **Juiz de Facto**, Brasileiro nato. José Manoel d'Abreu, Brasileiro nato, **Empregado Publico, Juiz de Facto**.

⁶⁷ BRAZILEIROS NATO, CLÉRIGOS: Pe. Fernando José da Silva Junior, **Brazileiro nato, Negociante, Proprietário, Alferes Secretário do promotor da Guarda Nacional**. Pe. Miguel dos Anjos Machado, Brasileiro nato, **Eleitor da Freguezia da Campina, Juiz de Facto, Subchantre da Catedral, e Capellão da Santa Casa de Misericórdia**. João Roiz de Castro Góes, **Brazileiro nato, Capellão de Santa Rita**. João Roiz de Castro Goetz, **Brazileiro nato, Capelão de Santa Rita**. Francisco Gregório de Oliveira, **Brazileiro nato, Clérigo in minoribus, Juiz de Facto, Capellão da Catedral**. José Rodrigues da Silva, Brasileiro nato, **Clérigo in Sacris Capellão da Catedral**. Francisco Gregório de Oliveira, **Brazileiro nato, Clérigo in Minoribus, Juiz de Facto, Capellão da Catedral**. Francisco Oliveira Souza Macapá, **Clérigo in Sacris e Capellão acolito da Catedral, Brasileiro nato**. Torquato Antonio de Souza, **Clérigo in sacris, Brasileiro nato, Cappelão Acolyto e Cantor da Catredal**. José Maria do Valle, **Brazileiro nato, Clérigo in minoribus**.

⁶⁸ BRAZILEIROS NATO, NEGOCIANTES: Antônio José de Mattos, Proprietário e Negociante Matriculado. João Pereira Monteiro, Brasileiro nato e Negociante. José Bernardino Nunes, Brasileiro nato com loja aberta. Luiz Loppes Maya, Brasileiro nato, com Negócio. José Paes de Souza, Negociante. **Antonio Clemente Malcher**, Brasileiro nato, Negociante no Interior.

⁶⁹ BRAZILEIROS NATO, ELEITORES DE FREGUESIAS E PARÓQUIAS: **Gaspar de S. e Queiroz**, Brasileiro nato, **eleitor de Parochia**. Raymundo José de Oliveira Pantoja, Brasileiro nato, **Eleitor de Paróquia**, Lavrador e Proprietário. Sabino José Custódio Rabello, Official da Secretaria do Conselho Geral da Província do Pará, Brasileiro nato. Leandro Antonio de Oliveira, Brasileiro nato, **Eleitor de Parochia**, Proprietário e Lavrador. Francisco Firmino Pinto, Brasileiro nato, **Feitor da Alfândega. Eleitor de Parochia, Juiz de Facto**. Joronimo Maximo de França, Brasileiro nato, **Eleitor de Parochia e Juiz de Facto**.

⁷⁰ BRAZILEIROS NATO, MILITARES: CORONEL: Manoel Sebastião de Mello e M. Falcão, Brasileiro nato, **Cavaleiro na Ordem de S. Bento de Aviz, Coronel de 2ª. Linha, Com. do 1º. Bat. dos Guardas Nacionais**. TENENTE CORONEL: **Ten. Cel. Jerônimo de Faria Souza, Brasileiro**. TENENTES:

Há que se destacar, ainda, 32 homens, dentre os quais *autoridades e representantes civis e militares*, que se apresentaram como oriundos de localidades do interior da província. 08 das freguesias da Sé, Campina e São Domingos⁷³; 08 da freguesia do Acará⁷⁴; 01 da freguesia de Sant'Anna

Francisco Pedro Vinagre, Brasileiro nato, Ten. da Guarda Nacional, Proprietário Lavrador. Ivo José Ferreira, **Tenente da Guarda Nacional, Brasileiro nato, Proprietário**. Tenente André Corcino Duarte, Brasileiro nato, Proprietário. Manoel Antonio Parentintins, **Brasileiro nato, Tenente do Estinto Corpo de Artilharia Melliçiana**. Joaquim Quaresma da Silva, **Brasileiro nato, Tenente do Estinto Corpo de Milícias**. Boaventura Ferreira Bentes, **Brasileiro nato e Tenente do Batalhão de Caçadores No. 16 de 1ª. Linha**. Antonio de Nararett, **Brasileiro nato, Tenente da Extinta Companhia de Bombeiros**. Francisco Manoel de Abreu Coutinho, **Brasileiro nato, 2º. Ten. de Artilharia**. Manoel Antônio da Costa, Brasileiro nato, **Juiz de Facto, e Ten. Secretário da Guarda Nacional**. SARGENTO: Manoel Pinto Ferreira de Castro Couto e Mello, Brasileiro nato, **Sargento da 1ª. Linha**. CAPITÃES E COMANDANTES: **Capitão Faustino G. Campos**, Brasileiro nato, **Elleitor de Parochia, Proprietário de Engenho**. Germano Maximo de Souza Aranha, Brasileiro nato, Commandante da Guarda Municipal. José Agos. de Oliveira, Brasileiro nato, Cap. das Guardas Naionais, Lavrador. Manoel Joaquim Bentes, Brasileiro nato, **Negociante e Capitão**. ALFERES: **João Baptista Balbi, Alferes de 2ª. Linha, Victima da Independência**. Manoel Rodrigues Lima, Brasileiro nato, **Alferes da Guarda Nacional, Lavrador**. Heliodoro Francisco Pinto, Brasileiro nato, **Alferes da Guarda Nacional**. Francisco Xavier Gomes, Brasileiro nato, **Alferes de Milícias ligeiras**. João Pedro G. Campos, Brasileiro nato, **Alferes de ligeiro, proprietário de engenho**. João Evangelista de Paiva, Brasileiro nato, **Alferes do extinto Reg. de 2ª. Linha, Lavrador, Proprietário**. Manoel Rodrigues Lima, Brasileiro nato, **Alferes do primeiro Batalhão da Guarda Nacional**. Francisco Xavier Palheta, Brasileiro nato, **Lavrador e Proprietário e Alferes da Guarda Nacional**. Francisco José de Salles, **Alferis Ajud. do Extinto 3º. Regimento de Infantaria da 2ª. Linha**. CADETE, FURRIEL E GUARDA: José Joaquim Nabuco de Araújo, Brasileiro nato, Cadette de 1ª. Linha. Manoel Pinto de Souza, Brasileiro nato, Cadete de Artilharia de 1ª. Linha. Lorenzo Lucidoro Barbosa, Brasileiro nato, Furriel da Guarda Nacional. Francisco Dias da Silva Nobre, Brasileiro nato e Guarda da Estiva da Alfândega.

⁷¹ BRAZILEIROS NATO, AUTORIDADES CIVIS E MILITARES: **José Baptista Camecran**, Brasileiro nato, Major da Guarda Naional, Cavalheiro do Gov. Presidencial, Membro da Câmara Municipal, etc. etc. **Felix Antonio Clemente Malcher**, Brasileiro nato, **Vereador da Câmara Municipal da Capital, Juiz de Facto, Tenente Coronel do Extinto corpo de Milícias, Cavaleiro da Ordem de Christo, Lavrador, Proprietário**. Luiz Ferreira da Cunha, **Cavaleiro da Ordem Militar de Sam Bento d'Aviz, Sargento Mor do Estado Maior do Exercito e Commandante Int. do 5º. Corpo de Artilharia de Posição de 1ª. Linha**. Carlos Manoel de Alcântara, Brasileiro nato, **Vice-Presidente do Conselho Geral da Província, Juiz de Facto, Ten. do Extinto 1º. Reg. de 2ª. Linha, Escrivão do Arsenal de Guerra e da Fiscalização da entrada e sahida da pólvora**. Joaquim José da Gama, Brasileiro nato, Juiz de Facto, Cap. do Extinto 1º. Regimento de Melicias, Administrador do Correio Geral e Proprietário. Manoel Vicente de Carvalho Penna, Brasileiro nato, Vereador da Câmara Municipal da Capital, Juiz de Facto, Alferes Porta Bandeira da Guarda Nacional. Raymundo Ge. Henrique de Lima, Brasileiro nato, Capp. da Guarda Naional, Eleitor de Paróquia, do Conselho de Província, Proc. da Câmara Municipal e Juiz de Facto. Joaquim Antonio de Souza L. A., Brasileiro nato, empregado publico, cap. reformado e propeietário.

⁷² BRAZILEITOS NATO, MEMBROS DO CONSELHO: Joaquim Varjoso Rolin, Brasileiro nato, Proprietário e **Conselheiro da Província**. Antonio Manoel de Souza Trovão, Brasileiro nato, **Conselheiro do Governo, Vereador da Câmara Municipal da Capital e Juiz de Facto**. Filippe da Costa Teixeira, Beneficiado da Catedral, **Conselheiro de Província, Juiz de Facto, Inspector das Aulas de Estudos maiores** nesta Capital, Proprietário de Engenho. José Ignácio, Brasileiro nato, **Conselheiro de Província, Juiz de Facto, Negociante desta Praça e Proprietário**.

⁷³ BRAZILEIROS NATO, SÉ, CAMPINA E SÃO DOMINGOS: Lente de Moral Thomas Nogueira Picanço, Juiz de Paz da Campina. Cônego Silvestre Antunes Pereira da Serra, **Juiz de Paz da Freguezia da Sé**; Pedro Henrique d'Almeida Seabra, Brasileiro nato, **Juiz Suplente da Freguezia da Sé**, Juiz de Paz, Eleitor de Parochia, Tenente da Guarda Nacional; Jacyntho Francisco Lopes, Brasileiro nato, **Conselheiro de Província, Juiz de Facto, e Elleitor da Parochia da Sé**; Antonio José da Silva Neves, Brasileiro nato, **Juiz de Facto, Delegado do Juiz de Paz de Freguezia da Sé**, Ajudante, Promotor da Guarda Nacional e Negociante;

do rio Capim⁷⁵; 01 da freguesia de Mojú⁷⁶; 02 do Bojarú⁷⁷, 01 de Jangapi⁷⁸, 01 de Porto de Móz⁷⁹, 01 de Oeiras⁸⁰, 03 de Vigia⁸¹, 03 de Muaná⁸² e 03 de Cametá⁸³.

Dentre os signatários figuram, ainda, os nomes dos três homens que, dois anos depois, em 1835, assumiriam, por meio de disputas armadas sucessivas, a presidência do Estado do Grão-Pará, província do Império do Brasil. Além dos presidentes *rebeldes* de 1835, figuram entre os signatários outros *revolucionários* que tiveram participação destacada tanto nas

Francisco Martins da Silva Dutra, Brasileiro nato, **Juiz de Facto, Escrivão de Paz da Freguezia da Sé** e do Contencioso da Alfândega; José Pedro de Castro, Brasileiro nato, **Juiz de Facto, Delegado do Juiz de Paz da freguezia da Campina**; Angélico Antonio Pinheiro, Brasileiro nato, **Proprietário Suplente da Freguezia de S. Domingos**.

⁷⁴ BRAZILEIROS NATO, ACARÁ: **Lourenço Justiniano de Paiva**, Brasileiro nato, Tenente do Extinto 1º. Reg. de 2ª. Li., **Juiz de Paz da Freguezia de São José do Rio Acará**; José Riberito de Souza Cabucto, Brasileiro nato, **Dellegado do Juiz de Paz da Freguezia do rio do Acará**, Comandante da Esquadra da Guarda Municipal do rio, Eleitor da Parochia, Lavrador e Proprietário; José Pereira da Serra, Brasileiro nato, Cavalheiro da Ordem de Christo, e Tenente Coronel de Milícias, Eleitor de Parochia do Rio Acará, Lavrador e Proprietário; Pe. João Florêncio de Chermont, Brasileiro nato, **Vigário Int. da Freguezia do Acará**, e Eleitor de Parochia, Proprietário de Engenho; Domingos José G. Brasileiro nato, **Delegado do Joiz de Pa do rio acará**, Lavrador e Proprietário; João Florêncio G., Brasileiro nato, **Juiz do Julgado do Districto do Acará**; José Marcelino Maciel Parente, Brasileiro nato, Lavrador e **Juiz de Paz Supplente da Freguezia do Rio Acará**; José M. Pereira Lima da Gama, Brasileiro nato. **Lavrador, Fiscal da Câmara no Rio Acará**.

⁷⁵ BRAZILEIROS NATO, CAPIM: Francisco Manoel Manco Metello Manito, Brasileiro nato, Ten. de 2ª. Linha, Lavrador, **Proprietário e fiscal do distrito do rio Capim**.

⁷⁶ BRAZILEIROS NATO, MOJÚ: Bernardo Antonio Ferreira Ferrão, Brasileiro nato, Cap. do estinto Regto. de Melícias, **eleitor de Parroquia pela Freguezia do Moju**.

⁷⁷ BRAZILEIROS NATO, BOJARÚ: João da Vera Cruz, Brasileiro nato, Proprietário, **Delegado do Districto de Bojarú**; Joaquim Pedro Borralho, Brasileiro nato, **Eleitor de Parochia do Rio Bujarú**, Proprietário e Lavrador.

⁷⁸ BRAZILEIROS NATO, JANGAPI: Policarpo Antonio da Natividade, Capitão do Extinto Corpo de Melícias, Brasileiro nato, **Proprietário e delegado do rio Jangapi**.

⁷⁹ BRAZILEIROS NATO, PORTO DE MÓS: Joaquim José Rodrigues, Brasileiro nato, **Eleitor de Parochia de Porto de Mós** e Proprietário.

⁸⁰ BRAZILEIROS NATO, OEIRAS: **Manoel Ferreira do Nascimento**, Tenente Coronel do 7º. Batalhão das Guardas Nacionaes, eleitor de Parochia e vereador da Câmara Villa de **Oeiras**.

⁸¹ BRAZILEIROS NATO, VIGIA: Manoel da Conceição das Neves, Brasileiro nato, **Tenente da Guarda Nacional da vila de Vigia e Lavrador**; Liborio José Alves, Brasileiro Proprietário, **Sargento da Guarda Nacional da Villa e Vigia**; Manoel Cornélio da Natividade, Brasileiro nato, **Cap. da Guarda Nacional da Vigia, Proprietário**.

⁸² BRAZILEIROS NATO, MUANÁ: Simplicio José do Valle, Brazixeiro nato, **Eleitor da Freguezia do Muaná**, Lavrador; Francisco da Silva. Brasileiro nato, **Eleitor da freguezia de Muaná**; Francisco Antônio da Costa, Juiz de Paz e **Eleitor de Parochia da Freguezia de Abaeté**, Brasileiro nato.

⁸³ BRAZILEIROS NATO, CAMETÁ: **Victor Procópio Serrão Espírito Santo**, Brasileiro nato, Clérigo in Sacris, Juiz de Facto e Professor da Grammatica da **Vila de Cametá**; **Prudêncio José das Mercês Tavares**, Brasileiro nato, Clérigo in Sacris e Juiz de Facto. Antonio Felipe Pereira, Brasileiro nato. Bartolomeu Dias Guerreiro, **Brasileiro nato, Tenente Coronel do Estinto Corpo de Ligeiros de Cametá, Lavrador, Proprietário**.

disputas pelo controle de Belém, quanto pelo controle das vilas da comarca do Grão-Pará, desde então até o início de 1837, quando Soares d'Andréa já teria retomado o controle de todas as vilas da comarca do Grão-Pará até a vila de Gurupá, fazendo com que os combates passassem se concentrar nas comarcas do Baixo e Alto Amazonas, onde o centro *patriota* era Ecuipiranga, nas imediações do rio Tapajós e ilha de Tupinambarana (Harris, 2007).

Felix Antonio Clemente Malcher, que assina como *Brazileiro nato, Vereador da Câmara Municipal da Capital, Juiz de Facto, Tenente Coronel do Extinto corpo de Milícias, Cavaleiro da Ordem de Christo, Lavrador, Proprietário*, foi aclamado presidente por povo e tropa após a entrada de tal grupo em Belém em 7 de janeiro de 1835. **Francisco Pedro Vinagre**, que assina como *Brazileiro nato, Ten. da Guarda Nacional, Proprietário e Lavrador*, assumiu o comando das armas a morte de Silva Santiago a 7 de janeiro e, pouco depois, a 21 de fevereiro, seria *aclamado por povo e tropa*, como presidente e comandante das armas da província, com o assassinato de Malcher. E **Eduardo Francisco Nogueira Angelim**, que assina como *Brazileiro nato*, que após oito dias de combates, em agosto de 1835, com as tropas comandadas pelo presidente nomeado Manuel Jorge Rodrigues (a quem Francisco Vinagre entregara o poder em 25 de junho), foi aclamado por povo e tropa, a 22 de agosto de 1835, presidente e comandante das armas do Grão-Pará. Eduardo Angelim manteve-se *senhor da Cidade* até meados de maio de 1836, quando evacuou para o interior com a ocupação da *Cidade* pelas tropas estrangeiras à província comandadas por Soares d'Andréa, presidente plenipotenciário nomeado pela Regência.

Quando da evacuação, Angelim organizou três colunas, comandadas por ele e seus dois irmãos, para o interior. O ataque à cidade de agosto de 1835, organizado na região do Acará, era formado, principalmente, por três colunas, uma comandada por Angelim, outra por seu irmão Giraldo Francisco Nogueira que assina, *Brazileiro nato*, e outra por Antônio Pedro Vinagre, que assina *Brazileiro nato*, e que morreu no primeiro dia de combates (14 de agosto de 1835). Manuel Ramos Vinagre, que assina *Brazileiro nato, Lavrador*, foi morto em meados de 1834 por tropas enviadas ao Acará pelo então presidente Lobo de Souza. Manoel Antônio Nogueira, assina *Brazileiro nato, Lavrador*.

Além destes, assinam a representação muitos dos que foram nomeados por Eduardo Nogueira Angelim para os principais postos de seu governo (vide Raiol, t.V:928), com a vitória nos combates de agosto de 1835. Ao cotejarmos as duas listas observamos que:

Isidoro José Pereira, que assina como *Brazileiro nato*, foi nomeado como um dos três comandantes do corpo de polícia (todos os três seriam nomeados tenentes-coronéis). João Nepomuceno de Paiva e A., que assina *Brazileiro nato, Lavrador e Proprietário*, nomeado por Angelim major de um “esquadrão de cavalaria com aquartelamento nas cocheiras de palácio” (Raiol, t.V:928). Capitão Faustino G. Campos, que assina *Brazileiro nato, Elleitor de Parochia, Proprietário de Engenho*, foi nomeado por Angelim major de um corpo de artilharia.

Em síntese, é possível afirmar, com segurança, que a representação política de 8 de abril de 1833 foi redigida e assinada por aqueles que dois anos depois, em 1835, estariam no controle da *Cidade*, a partir de vitórias em combates. Os *brasileiros patriotas*, signatários da representação de 1833, são os ditos *cabanos* da perspectiva *legalista*, que nesta data formalizaram às *principais autoridades* que não estariam dispostos a ceder contra a *facção caramuru restauradora*. Com a representação de 1833, a pesquisa histórica ganha a possibilidade de interpretar a composição do grupo que se organizou para disputar os mais altos postos da província, a partir de um documento político forjado por eles próprios; os *brasileiros patriotas do Gram Pará*. O mais importante é que a representação foi assinada por um grupo; seu remetente é um coletivo. Deste modo, trata-se de um documento que oferece as condições para que possamos analisar a formação de tal grupo político, a partir de uma caracterização formalizada pelos próprios agentes.

Os signatários da representação se apresentam em disputa contra os realizadores da sedição de agosto de 1831. A *facção absolutista*, segundo eles, vinha perseguindo os *brasileiros liberais* desde o início de 1821. Note: são eles próprios que analisam o processo das disputas políticas no Grão-Pará desta maneira. Na perspectiva deles, os *restauradores absolutistas* pretendiam escravizar os *brasileiros liberais*, desde os primeiros anos da independência. Os signatários em nenhum momento questionam, no texto da representação, a regra de nomeação, por parte da regência do Império, de presidentes e comandantes das armas. O que fazem é questionar a legitimidade de certas *Authorities nomeadas*, que, segundo eles, estariam vinculadas a uma *facção* que realizava crimes contra os *brasileiros natos e patriotas*, que os aproximavam da condição de *escravos*.

Os irmãos Vinagre e Nogueira passaram a ganhar destaque entre os *patriotas*, com os combates contra a *facção absolutista* de abril de 1833. Segundo biografia de Ernesto Cruz (1942:201-203), Pedro João Nogueira, pai dos irmãos Eduardo, Geraldo e Manuel, migrou

do sertão do Ceará para a região do Acará (sul de Belém), em 1825. O pai dos irmãos Nogueira migrados para o Pará, segundo Cruz, era um dos filhos de uma numerosa família espalhada pelo sertão do Ceará e províncias limítrofes, formada a partir de Manoel Nogueira Ferrerira (avô dos irmãos Nogueira), capitão-mór de entradas, migrado para a região em fins do século XVII. O capitão de entradas, segundo Cruz, estabeleceu relações com os *jaguaribanos*. No contexto, ganhou prestígio no comando de guerras de extermínio e redução. Domingos José Nogueira Jaguaribe, ao que se indica, filho do irmão (João Nogueira dos Santos) do pai (Pedro João Nogueira) dos irmãos Eduardo Angelim e Geraldo Gavião, tornou-se o visconde de Jaguaribe, influente político cearense na Corte. O extenso *tronco* dos Nogueira, fundado a partir do capitão de entradas de fins do XVII, se espalhou para diversas regiões do sertão. Em julho de 1835, Eduardo Angelim tinha 21 (nascido em julho de 1814) e o futuro visconde de Jaguaribe apenas 14 anos (nascido em setembro de 1820)⁸⁴. O jovem Eduardo, segundo Cruz, tinha pretensões de realizar grandes feitos como *capitão de gentios*, tal como o avô.

Devido à seca ou a brigas locais, ou devido a ambos, o pai dos irmãos Nogueira decidiu migrar-se, com seus filhos, para o Pará. Instalaram-se na região do Acará, onde trabalhavam como *lavradores* e *capitães de índios*, em busca de rendimentos para comprar suas próprias terras. Trabalharam em diversas ocasiões na fazenda e no engenho de Félix Antônio Clemente Malcher. Além disso, os irmãos Geraldo e Eduardo, os mais velhos, foram alfabetizados e estudaram com um velho preceptor local, Felipe Nerí Assis Pereira. A partir das aulas, dos trabalhos como *lavradores* na fazenda de Malcher e outros, bem como das atividades como *capitães de gentios*, os irmãos Nogueira conheceram os irmãos Vinagre, Manuel (mais jovem, tal como Manuel Nogueira), Francisco e Antônio (ambos com aproximadamente 20 anos em 1835, tal como Eduardo e Geraldo). Na região do Acará e em Belém, ouviam, desde quando crianças, as oratórias de Batista Campos, em defesa do *Brasil* dos *verdadeiros patriotas*, *defensores da constituição*, legitimados pelo *Deus da América*. Os irmãos Nogueira e Vinagre, desde crianças, compartilharam suas vidas no Acará; e, como amigos fiéis, passaram a se engajar na mobilização liderada pelo cônego de Barcarena.

⁸⁴ O tio e o primo, posteriormente visconde, não parecem ter sido relevantes na formação dos irmãos Nogueira que migraram para o Pará. O tema pode, entretanto, ser aprofundado.

A partir dos combates de abril de 1833, ganharam destaque e preeminência entre os *patriotas*. Tornaram-se os principais *capitães* com ascendência sobre as *gentes* e *povos* (*lavradores, artistas e gentios*) do interior; sobretudo, das *freguesias* de Belém. Na representação de 1833, lembremos, aproximadamente 55% dos signatários eram compostos por *lavradores, artistas* e, por *brasileiros nato* que não mencionaram qualquer ofício. Seus aliados na *Cidade* eram: *cirurgiões* (02); *professores e estudantes* (05); *empregados públicos* (11); *escriturários e escrivãos* (11); *juizes de fato* (05); *clérigos* (09); *negociantes* (06), *eleitores de freguezias e paróquias* (07); *militares com patentes* [28; coronel (01), tenente-coronel (01), tenentes (09) e sargentos (04), *capitães e comandantes* (04), *alferes* (09), *cadetes, furriéis e guardas* (04)]; *autoridades civis e militares* (09); *membros do conselho provincial* (04). No interior, a representação foi assinada por *capitães* e *autoridades* das *freguesias* da Sé, Campina e São Domingos (08); da *freguesia do Acará* (08); da *freguesia de Sant'Anna do rio Capim* (01); da *freguesia de Moju* (01); do *lugar de Bojarú* (02); do *lugar de Jangapi* (01); da *vila de Porto de Móz* (01); da *vila de Oeiras* (01); da *vila de Vigia* (03); da *vila de Muaná* (03) e *vila de Cametá* (03).

Tratava-se, já em 1833, de uma rede multi-facetada de contrários da *legalidade*, que se ramificava em diversas direções e cada vez ganhava mais adesões para o combate. As localidades do interior que haviam enviado representantes eram (com base na *Corografia* [1833]), habitadas em sua totalidade ou em sua grande maioria por *indianos* e *mamelucos*, à exceção de Cametá e Vigia e Muaná, com maiores contingentes de *brancos* e *mestiços*. Com a representação, assim, é possível demonstrar que em meados de 1833, havia alianças efetivas estabelecidas entre diversos segmentos da *Cidade*, habitantes das *freguesias da Cidade* (região do Acará) e *capitães* oriundos, sobretudo, da região dos furos (*distritos* de Muaná, Oeiras e Porto de Mós) e costa do Salgado (*distrito* de Vigia). O principal representante de Cametá, destacasse, era o padre Prudêncio das Mercês Tavares, que em meados de 1835 se inclinaria e levaria a *vila* para a defesa da *legalidade*, contra as ações dos *cabanos* (assim como o frei dos Innocentes [Barra] e os irmãos Sanches de Brito [Óbidos], no Alto e Baixo Amazonas respectivamente). Ao contrário dos *legalistas*, respaldados nas *altas autoridades* externas à província, os *patriotas* cada vez mais recebiam adesões e apoios de *gentes* do interior da Amazônia. Belém, cada vez mais, se encontrava em disputa entre uma *facção* com apoio externo e outra com apoio interno.

Em recente trabalho sobre o tema (*Rebellion on the Amazon: the Cabanagem, Race and Popular Culture in the North of Brasil, 1798-1840*, 2007), o antropólogo Mark Harris sustenta

argumentos semelhantes, em relação à mobilização dos *patriotas* neste período. Sua análise, é preciso destacar, é centrada na região do Baixo Amazonas, e, sobretudo, na descrição e interpretação da *Força dos Brasileiros Unidos* em Ecuipiranga, nas proximidades da ilha de Tupinambarana e da margem esquerda do rio Tapajós. Harris sustenta que os líderes do Acará acima descritos (Comarca do Grão-Pará) e os líderes de Ecuipiranga (Comarca do Baixo Amazonas) eram o centro da mobilização *patriótica* (2007:263). Para Harris, a *pátria* pode ser entendida como aquela forjada no ambiente das florestas e rios da Amazônia, e não no Império em geral. Era o compartilhamento de certas formas de socialidade que fazia com que os *brasileiros patriotas* se vissem como um grupo inteiramente distinto dos *brasileiros legalistas*. A mobilidade geográfica e as redes de parentesco multi-locais de grande amplitude (no interior da Amazônia); as condições de trabalho e de comércio; o uso extensivo do Nheengatú (Língua Geral) como principal língua de comunicação, eram centrais na formação de redes de aliança e de solidariedade nos combates (2007:221). São justamente estas formas de compartilhamento que, segundo o autor, podem ser descritas no eixo da noção de “nativismo”, não utilizada durante a época. Os *patriotas* se identificavam como tais a partir da comunalidade de experiências da vida cotidiana.

É preciso destacar que os líderes e os principais membros da mobilização dos *patriotas*, não eram *índios*, ou *homens de cor*; ao contrário, se entendiam como *cidadãos, dignos de capitanear homens livres*, conforme palavras de Angelim. Porém, ao conclamarem tais populações ao combate, ansiavam mantê-los sob suas próprias regras e comando, algo que jamais ocorreu. Tal como sustenta Harris, cada unidade de coletivos que se organizava para o combate, reconhecia apenas a legitimidade de seu próprio *capitão* ou *tuxaua* e não as ordens de qualquer comando central, fosse de Belém ou de Ecuipiranga (2007:225). Os *magotes*, defende-se aqui, tal como Harris, se organizavam e se mobilizavam por si próprios, e preferiam se manter, cada qual com seu *capitão* ou *tuxaua*, dispersos em áreas de difícil acesso pelas forças *legalistas*, que passaram a atuar a partir de meados de 1836. Sobre este tema, é notório destacar que os principais líderes *patriotas*, não reconheciam como parte de sua mobilização, as atuações dos diversos *magotes* emergidos ou de situações de trabalho forçado, ou de populações indígenas, que atuavam por conta própria. Tal como os *legalistas*, os *patriotas* pretendiam manter sob suas ordens os *homens de cor*, uma vez que não se reconheciam como tais. Boa parte dos *magotes*, afinal, não tinha como pretensão (re)fundar o Estado, mas sim (re)construir outras

formas de organização sócio-político-cosmológicas, que, de sua própria perspectiva, eram o centro das disputas.

III. Notas sobre as mobilizações de populações indígenas e misturadas.

Em setembro de 1839, Théodore Bagot registra em sua “Notice sur une voyage dans l’intérieur de la Guyane” [1841], um encontro com um grupo de *tapuios*, migrados da calha do Amazonas, na região das Serras do Tumucumaque, após três quedas de cachoeiras, na embocadura do *Niagarini*. Estes *tapuios* migrados do rio Amazonas, eram o grupo mais afastado que a expedição de Bagot encontrou:

Nous franchimes ces passages à force de patience et d’efforts, et nous arrivâmes à l’embouchure de la Niagarini, où nous nous reposâmes deux jours. Dès ce moment, il nous fut impossible de pousser plus loin nos canots, les rochers devenaient trop dangereux et les eaux n’étaient pas assez grandes. Nous fûmes obligés de nous contenter de nos armes et des objets les plus indispensables pour approcher de plus près du pied des Cordillères. **Ce fut après avoir marché huit jours à travers des peuplades entièrement sauvages que nous arrivâmes chez le chef Damoucoute. Cet Indien parle la langue indienne-portugaise, qui est celle des Tapouilles ; el me dit dans ces récits qu’il était autrefois sur la rive de l’Amazone ; mais que, tracassé par les Portugais, il s’était enforcé dans les montagnes pour y vivre tranquille** (:165, grifos meus).

O *chef Damoucoute* teria dito a Bagot, em língua geral, que eles migraram do rio Amazonas. Subiram os rios para se afastarem dos portugueses e viverem tranquilos. Muitos grupos procuraram as regiões da Serra do Tumucumaque, ou mesmo o território da Guiana Francesa. Existe um levantamento populacional sobre a Guiana Francesa, “Aperçu de la situation des peuplades indiennes de la Guyane Française”, realizado por Devilly em 1848. No levantamento, consta, na região de Mana: 81 Galibis e 113 Arouagues (margem direita do Marony). Na região de Iracoubo, 42 Galibis, rio de Iracoubo, 48 nas savanas de Organabo, 11 em Conanama e 13 Arougues, também nas savanas de Iracoubo. Na região de Sinnamary, Devilly afirma a existência de 36 Galibis no alto curso do rio de mesmo nome. Na região do

rio Approuague, o autor registra 9 Nouragues e 32 Marouames. No Oyapock, consta 20 Paripournes (no rio Ouassa); 175 Palicoures em Rocawa, em afluente do Ouassa; 260 Oyampis, 20 Parioux e 20 Maraonanes, para além das cachoeiras, perto da Amazônia; além de 330 Emérillons no Camopy. A este total de 1449, levantados pela contagem, Devilly acresce ainda 243 *tapouys* (63 no Approuague e 180 no rio Couripi, na região do Oyapock). Tais Tapuios, além de diversos outros classificados por etnônimos, eram refugiados dos conflitos políticos ocorridos no Pará da década de 1830 (1850:47). Uma vez que o levantamento foi realizado no final da década de 1840, é de se supor que, na década de 1830, o número de refugiados tenha sido maior; sem contar ainda, aqueles que não foram incluídos no levantamento populacional, por inúmeras dificuldades de arrolamento.

Há informações e registros desta ordem que perpassam uma grande porção de terras da Amazônia. Em comunicação pessoal, o antropólogo Jean-Pierre Chaumeil afirma haver documentação acerca de migrações de *tapuios* para o território peruano neste período. Entre os registros consta o relato do viajante alemão Poeppig, que esteve na Amazônia peruana, na década de 1840. Também há, na documentação oficial, registros de povos que migraram ou se aproximaram no período das terras do Estado do Mato Grosso (como é o caso de alguns grupos **Mawé**), assim como de diversos outros que subiram o rio Madeira e alcançaram regiões distantes da calha do Amazonas, como, por exemplo o alto curso do rio Purus, tal como os **Juma**.

Trabalhos etno-históricos também levantam a presença de diversos povos de diversas regiões nos conflitos da década de 1830. Em trabalho sobre o interflúvio Erepecuru-Curuá, Fábio Bechara Sanchez destaca que os **Zo'ê** (além de negros, habitantes de um mocambo na mesma região), considerados atualmente pela FUNAI como um dos últimos “Povos Isolados” do Brasil, teriam migrado para a região que hoje ocupam devido às disputas da ocorridas no período *cabanagem*, portanto, devido a disputas que envolviam os brancos.

Na coletânea, *Povos Indígenas no Brasil: Amapá e Norte do Pará* (1983), organizada por Carlos Alberto Ricardo e Dominique Gallois, há referências, originadas da memória histórica dos próprios povos indígenas, que enfatizam a importância da *cabanagem* no curso tomado por suas comunidades. No que tange aos **Karipuna**, afirma a coletânea que existe “muito pouca informação sobre a história dos Karipuna além da história que eles mesmo relatam sobre suas origens. Dizem-se oriundos de elementos que falavam a língua geral Amazônica e que

acompanharam os fugitivos remanescentes da revolução dos cabanos, ocorrida entre 1835 e 1836” (:66). A partir de Arnauld, o verbete aponta que, “as famílias cabanas refugiadas do baixo Amazonas chegaram à região pela costa, de barco, instalando-se primeiro no rio Ouanari, do lado da Guiana Francesa, mas logo em seguida passaram para a margem direita do Oiapoque, e instalaram-se no curso alto do rio Curipi (Arnaud, 1969:2). No que tange aos **Tiriyó**, a coletânea afirma (a partir de Frikel) ser o século XIX um período migrações e rearranjos, que resultaram “em processos de assimilação e de aculturação entre os grupos da fase Aibuba [grupo proto-Tiriyó predominante até o século XVII] e os novos emigrados” (:187). Com os migrantes, surgiram as primeiras influências, entre os Tiriyó, de técnicas agrícolas européias (que perduram entre eles até hoje), que segundo Frikel, teriam chegado até eles a partir de grupos de negros refugiados do Suriname (:187, *apud* Frikel 1961:4-6). Entre o conjunto de grupos amalgamados pelo etnônimo Tiriyó haveriam grupos “arredios” e outros mais “acessíveis”, figurando entre estes segundos “os Aramayana ou Aramagoto, dos campos gerais do Paru de Oeste e do Iriki; os Prouyana ou Rãgu, na região do Awarari, Curipini e das cabeceiras dos rios Akalapi, Kamani e Tapanahoni; os Okomoyana, habitantes da mesma região, espalhados entre os Prouyana; os Arimihoto dos rios Chipariwini, Tapanahoni, Paloemeu; os Aramichó, nos afluentes diretos do alto Paru de Leste; e, os Marachó, que são os Pianokoto por excelência, nos rios Panamá e Marapi” (:187-8). E entre os primeiros (arredios) os: “Wamá, no Oelemari, afluente do rio Litani; os Akurio, na zona do Tapain, aluente do Paloemeu; os Tiriyometesem, no Kuriwini, afluente do Litani; os Wayarikure, no rio Matawari, formador esquerdo do Paru de Leste e o Citaré, que correspondem aos Aramayana; e, os Kukuyana, no Chiparewini, que são Marachó ou Pianokoto (:188 *apud* Frikel, 1960:2). Em relação aos **Kaxuyana**, consta que “Após 1836, iniciam-se contatos entre alguns grupos locais Kaxuyana e negros quilombolas, que se haviam refugiado no médio Trombetas. Sobre esses contatos, Frikel escreve: “*Eram escravos fugidos das fazendas do baixo Amazonas e do Trombetas. Em parte tiveram boa convivência com os Kaxuyana e outros índios da região, com os quais entraram em relações comerciais (...) Mas houve também lutas bem sangrentas entre índios e mocambeiros. No correr dos tempos, os mocambeiros tornaram-se uma certa potência no Alto Trombetas. Sua força foi quebrada com a destruição de seu mocambo central, que era o ‘Maravilha’, pelos soldados da Guarda Nacional, em 1855 (...)*” (:219). Protásio Frikel (1955) refere-se a confrontos entre os kah.yana e os cabanos negros ("pretos mocambeiros"). A

referência se encontra em uma nota que interpreta uma narrativa de “cujo evento deve ter ocorrido antes de 1885”:

Nota 34: Chega-se à conclusão destas datas pelas seguintes reflexões: Embora, talvez, tenham existido pequenos núcleos de mocambos isolados no Trombetas antes de 1836, o desenvolvimento dos memos data, mais do que provavelmente, só de 1836 em diante. Nesse ano findou no Estado do Pará a Cabanagem, movimento nativista, ao qual, especialmente pelo fim do mesmo, muitos escravos fugidos retiraram-se para os altos rios das Guianas Brasileiras, fundando novos mocambos ou aumentando os já existentes. No alto Trombetas formou-se, nessa época, o primeiro núcleo central, o "Maravilha". Este "Mocambo Grande" existiu até 1855, data na qual o Maravilha foi destruído em expedição de represálias pelas tropas da então Guarda Nacional. A presente história menciona o Maravilha em toda a sua importância como ponto central dos pretos mocambeiros. Os acontecimentos, então, devem ser colocados entre os anos 1836 e 1855 (1955: 226).

Em comunicação pessoal, Carlos Machado Dias Jr., antropólogo que faz pesquisas entre os **Wai-Wai**, afirma que alguns informantes lhe narraram que no passado teriam perdido para os brancos a vila de Faro, e posteriormente a isso subiram o rio Trombetas.

No que tange aos **Wayana-Aparai**, Lucia Hussak van Velthem registra em *O Belo é a Fera* (2003: 112-113) informações de grande importância surtidas da tradição oral:

As descrições sobre o canibalismo do branco são recorrentes nas narrativas históricas wayana, onde ganham foro de realidade graças aos massacres vivenciados no século XIX. As referências recaem, invariavelmente, sobre os Cabanos que se refugiaram no rio Paru de Leste, possivelmente fugindo da repressão, quando o movimento da Cabanagem foi desbaratado, por volta de 1845. A descrição minuciosa de sua omofagia, um macabro festim em que o sal e a farinha empregada pelos Cabanos revela e acentua a alteridade maléfica dos brancos porque, de alguma forma, constituem o contraponto da pimenta e do beiju, elementos estes que acompanham as refeições dos Wayana (Van Velthem, 2003: 113).

Em outra passagem a autora afirma: “A descrição minuciosa de sua omofagia, um macabro festim em que o sal e a farinha dos Cabanos se opõe à pimenta e ao beijú dos Wayana, revela e acentua a alteridade maléfica dos brancos e dos inimigos em geral”. O comportamento dos *cabanos* foi descrito, à antropóloga, por Samoré (Wayana), em 1989, nos seguintes termos (conforme presente nota 32):

Os Cabanos chegavam com seus cães ferozes como onças. Vinham em canoas. Muita gente. Chegavam na aldeia, as mulheres estavam sozinhas, os homens tinham ido caçar. Amarravam a gente nos esteios (das casas), ainda viva. Ai começavam a cortar. Pegavam uma faca e cortavam pedaços da coxa, da perna, do braço, das costas. Deixavam a gente assim mesmo, gemendo. Depois comiam a carne ali mesmo, crua, com sal. O sangue misturavam com farinha e comiam. O que sobrava, salgavam, colocavam em caixote e levavam para vender e comer na cidade.

Um caso exemplar de migração para a região do rio Purus são os **Juma** (Kagwahiva), que na primeira metade do século XIX, ocupavam regiões entre o rio Tapajós e o rio Madeira. Edmundo Peggion afirma que a migração dos Juma neste período têm como motivação o afastamento, por parte destes, de núcleos populacionais e de regiões nas quais eram permanentemente ameaçados por maus-tratos, ataques e escravidão. Destaca o autor, em relação ao período pós-independência, sobre a área Madeira-Tapajós: “A mão-de-obra nativa foi largamente utilizada, o que generalizou o conflito na região. Os grupos que recusavam à submissão realizaram longas migrações dentro do território amazônico. **No caso da área localizada entre os rios Madeira e Tapajós, esses conflitos levaram à fuga e à extinção de grupos inteiros que viviam à margem dos grandes rios**” (ISA, grifos meus⁸⁵). Na coletânea organizada por Manuela Carneiro da Cunha, *História dos Índios do Brasil* (1992), os artigos de Miguel Menéndez e Marta Amoroso, concernentes à área Tapajós-Madeira, identificam tal região como um dos principais campos de batalha da *cabanagem*, sendo os Mura, os Mundurucu e os Mawé, citados como protagonistas destas disputas, terminadas oficialmente nesta área, em meados de 1840, na região de Luséa (Menéndez:292).

Nas regiões próximas a Belém, há indícios de que os Anambé, povo tupi habitante do alto curso do rio Cairari, um afluente do Rio Moju e também os Amanayé, habitantes das

⁸⁵ Enciclopédia dos Povos Indígenas. In: www.socioambiental.org.br

margens do rio Capim, também tenham atuado nas guerras deste período. No que se refere aos primeiros, a *Enciclopédia dos Povos Indígenas* (ISA) resgata registros orais que afirmam a sua presença no rio Pacajá, liderados por um líder, sábio e guerreiro, oriundo do ocidente:

Os índios Anambé viviam no passado a oeste do rio Tocantins, nas cabeceiras do rio Pacajá, que desemboca no rio Pará (braço do estuário do Amazonas que corre pelo sul de Marajó), perto de Portel. Segundo relato tomado de um líder Anambé pelo pesquisador Ferreira Pena, em 1884, **viviam desde muito tempo nas cabeceiras do Pacajá, obedecendo a um líder oriundo do ocidente, sábio e guerreiro**. Os brancos lhes vieram fazer guerra; depois, os jesuítas, que com eles mantinham a paz, começaram a separar as mulheres dos maridos e a levar muitos para Portel, os homens para trabalhar nas roças e remar, as mulheres para lavar roupa e cozinhar. Isso os desgostou muito, levou-os a desobedecer ao chefe e a separarem-se. Índios antropófagos lhes vieram fazer a guerra e eles retiraram-se para as cabeceiras do rio Cururuí, um afluente do Pacajá, formando a aldeia de Tauá, donde depois foram para o lugar onde o diretor de índios quis aldeá-los (ISA, grifos meus⁸⁶).

Na região do rio Tocantins consta informações sobre a presença de diversos grupos. Sobre os **Apinajé**, entre os rios Araguaia e Tocantins, Maria Elisa Ladeira e Gilberto Azanha afirmam:

Até o final do século XVIII os Apinajé entraram diversas vezes em contato hostil com os “civilizados”, empreendendo “correrias” pelo Tocantins para apoderarem-se de ferramentas.

(...)

Em 1824, o arraial de Carolina contava com uma população de 81 “brancos” e cerca de 120 a 150 Apinajé. Neste mesmo ano, Cunha Mattos, localizou os Apinajé em quatro aldeias com uma população aproximada de 4.200 índios. Em 1831 seria fundada Boa Vista, que se tornaria a atual Tocantinópolis, reunindo uma pequena população nordestina, provavelmente constituída por elementos refugiados dos freqüentes conflitos entre chefes políticos nordestinos.

⁸⁶ Enciclopédia dos Povos Indígenas. In: www.socioambiental.org.br

Em 1840, é fundada por Frei Vito uma missão em uma das aldeias Apinajé, estendendo sua influência a outras três, atingindo um total de cerca de três mil índios. A tradição oral do Apinajé não guarda lembrança deste aldeamento, fazendo menção à fundação de Boa Vista apenas a partir da chegada de Frei Gil Vilanova, em finais do século XIX (ISA⁸⁷).

Em regiões próximas ao Maranhão, há registros sobre povos que aturam nas disputas, entre eles os Tembê, os Timbira e os Ka'apor. Em relação a estes últimos, William Balée, ressalta a importância de sua presença em tais conflitos; é possível que os Ka'apor tenham colaborado com a fuga de Eduardo Nogueira Angelim de Belém, a partir de maio de 1836, enquanto que os Amanayé, inimigos destes teriam colaborado com as forças de Andréa, para capturar o jovem *capitão* que havia se tornado Presidente da Província (Balée, 1984, 1988).

O que se destaca nessas notas finais, é que as atuações de diversas populações; tais como as brevemente apresentadas acima, não podem ser explicadas ou totalizadas a partir do eixo das disputas pelo controle do Estado, entre *patriotas* e *legalistas*. Seus agentes se utilizavam das disputas entre as *fações* para os seus próprios interesses, tal como as próprias *fações*. Entretanto, diversas populações, tais como os *tapuios* falantes da Língua Geral, encontrados por Bagot, nas Serras do Tumucumaque, liderados pelo *chef Damoucoume*, pretendiam se afastar ao máximo da calha dos grandes rios; territórios por excelência de atuação de *legalistas* e *patriotas*. O que se destaca aqui é o anseio de manter ou (re)criar formas de organização amplamente distintas daquelas propostas por aqueles que disputavam o poder de Estado.

Em relação à noção de *cabano*, seria possível supor que justamente tais populações, e não os principais representantes da mobilização dos *patriotas*, se identificassem entre si como *cabanos*. Porém, é possível dizer que as línguas, propriamente, constituíam uma “barreira” para que isso ocorresse. Afinal, era o Nheengatú (Língua Geral), além de diversos outros vernáculos, que se constituíam como principais línguas de comunicação entre tais populações. Defende-se aqui que o termo *cabano* se disseminou na Amazônia justamente a partir das forças *legalistas*, que percorreram diversas regiões justamente indagando as diferentes populações se eram ou não *cabanos*, fazendo com que a expressão, aos poucos, passasse ser incorporada e resignificada pelos diferentes povos e coletivos. Sobre tal ponto, é interessante recuperar aqui um fragmento de um relato Sateré-Mawé coletado pela antropóloga Alba Figueroa em

⁸⁷ Enciclopédia dos Povos Indígenas. In: www.socioambiental.org.br

meados de 1995, narrado pelo *tuxana* Antonico Miguel Ferreira e sua esposa Romana a seu neto, o *tuxana* de Ponta Alegre Antonico Miquilis:

A cabanagem, disse meu avô, veio de fora. **Os cabanos eram os brancos que vieram atacar os índios, e que só apareciam durante a noite. Eles chegaram a Parintins, que era um território indígena. Os cabanos atacaram e mataram um grande número de índios, mas uma parte conseguiu escapar. Foi assim que começou a cabanagem.** Eles chegaram a Parintins, e de lá subiram os rios. Aqueles que escaparam, para o terror dos cabanos, nos alertaram aqui. Os cabanos atacaram os índios, eles nos massacraram, e agora nos vamos nos vingar: /*benowatuwepy, koimaituwe kurai wainate*/ (1995, annexe:69, trad. minha do fr., grifos meus).

Na perspectiva do *tuxana* Sateré-Mawé de Ponta Alegre, os *cabanos* eram os *brancos* que atacaram os *índios*, e que, por isso, foram atacados de volta como forma de vingança. *Cabano*, para o *tuxana* Sateré-Mawé, assim como para os *legalistas*, era uma figura que caracterizava contrários, porém, com termos e sentidos totalmente distintos. Ninguém na Amazônia de meados da década de 1830 parecia querer ser *cabano*.

FONTES E ARQUIVOS

Arquivo Público do Estado do Pará (APEP)

APEP. Códice 852. 1827-1835. Correspondências de Diversos com o Governo.

APEP. Códice 853. 1827-1837. Correspondências de Diversos com o Governo.

APEP. Códice 854. 1827-1838. Correspondências de Diversos com o Governo.

APEP. Códice 888. 1829-1838. Correspondências de Diversos com o Governo.

APEP. Códice 903. 1830-1835. Correspondências de Diversos com o Governo.

APEP. Códice 1039. 1836 a 1839. Correspondência do Governo com a Corte.

APEP. Códice 1048. 1836-1840. Correspondências de Diversos com o chefe da Expedição do Amazonas.

APEP. Códice 1049. 1836-1841. Correspondência de Diversos com o Chefe da Expedição do Amazonas.

APEP. Códice 1074. 1839. Correspondências de Diversos com o Chefe da Expedição do Amazonas.

2001. *Anais do Arquivo Público do Pará.* ISSN 1413-2249, v.4, t.1, Pp 01-290. SECULT, Belém.

2004. *Anais do Arquivo Público do Pará.* ISSN 1413-2249, v.4, t.2, Pp 01-322. SECULT, Belém.

Arquivo Histórico do Itamaraty

Arquivo Particular do Barão do Rio Branco

LATA 875, MAÇO 01, PASTA 01.

Offício do Tenente General Manoel Jorge Rodrigues de 25 de Agosto de 1835 ao Barão de Itapicuru-Mirim, Ministro da Guerra descrevendo os combates de 14 a 22 de Agosto do mesmo anno na cidade de Belém (do Pará), em consequência dos quaes abandonou aquella cidade e foi refugiar-se a bordo da fragata “Campista”.

LATA 875, MAÇO 01, PASTA 02.

Offícios do Chefe de Divisão e Commandante das Forças Navaes estacionadas no Pará João Taylor, a bordo da fragata ‘Campista’, a partir de Agosto de 1835 até o Offício de 20 de Janeiro de 1836, destinados ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha José Pereira Pinto.

Nº1: Offício de 13 de junho de 1835.

Nº2: Offício de 9 de Agosto de 1835.

Nº5: Offício de 23 de Agosto de 1835.

Nº6: Offício de 06 de setembro de 1835.

Nº7: Offício de 17 de setembro de 1835.

Nº8: Offício de 09 de julho de 1835.

Nº9: Offício de 18 de novembro de 1835.

Nº10: Offício de 06 de fevereiro de 1836.

LATA 875, MAÇO 01, PASTA 03.

Offícios do Chefe de Divisão e Commandante das Forças Navaes João Taylor, a bordo da fragata ‘Campista’ surta em frente à ilha Tatuóca, a partir de 06 de fevereiro até 22 de março de 1836, destinados ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha Manoel da Fonseca Lima e Silva.

Nº1: Offício de 06 de fevereiro de 1836.

Nº2: Offício de 20 de fevereiro de 1836.

Nº3: Offício de 24 de fevereiro de 1836.

Nº4: Offício de 22 de março de 1836.

LATA 875, MAÇO 01, PASTA 04.

Documentos relativos à evacuação da cidade de Belém. Correspondência relativa à evacuação da cidade de Belém. Correspondência do Bispo e do Presidente ao Chefe dos rebeldes até a entrega daquela cidade.

LATA 875, MAÇO 01, PASTA 05.

Correspondência de Frederico Mariath das Forças Navais em Belém do Pará, referindo-se aos combates, ações, informações e movimentos dos rebeldes em diversos pontos do Pará. Maio de Junho de 1836.

LATA 875, MAÇO 01, PASTA 06.

Offício nº23 de 7 de novembro de 1836, em que o General Andréa, Presidente da Província do Pará, noticia a tomada de Oeiras pelos legalistas no dia 1º de Agosto do mesmo ano e a retomada d'aquella villa em 20 de Agosto pelos rebeldes.

LATA 875, MAÇO 01, PASTA 07.

Anotações diversas.

Center for Research Libraries

Brazilian Government Document Digitalization Project

Provincial Presidential Reports (1830-1930)

Relatórios dos Presidentes de Província (1830-1930)

In: <http://www.crl.edu/content/provopen.htm>

PARÁ

1833, MACHADO D'OLIVEIRA. *Relatório de 03 de dezembro do Presidente da Província do Grão-Pará José Joaquim Machado d'Oliveira, apresentado na Salla de Sessões do Conselho Geral da Província.* Publicado na Typographia do Correio, Pará, 1833.

1833, FONSECA LESSA. *Divisão das Comarcas e Termos da Província do Pará, feita em cumprimento do Artigo 3º do Código do Processo Criminal, pelo Governo em Conselho; nas Sessões ordinárias de 10 a 17 de maio do corrente anno. Por José Antônio da Fonseca Lessa, Secretário do Governo da Província do Pará, a 25 de junho.* Publicado na Typographia do Correio, Pará, 1833.

1837, SOARES D'ANDRÉA. *Instruçãoens Geraes para os Commandantes Militares da Província do Pará.* Palácio do Governo do Pará, 04 de abril de 1837.

1838, SOARES D'ANDRÉA. *Discurso com que o Presidente da Província do Pará, Jozé de Souza Soares d'Andréa, fez a abertura da 1ª Sessão da Assembléia Provincial no dia 02 de março de 1838.* Impresso na Typographia Restaurada de Santos, e Santos menor, Pará, 1838.

1838, SOARES D'ANDRÉA. *Falla com que o Exmo. Marechal Francisco Jozé de Souza Soares d'Andréa, Prezidente e Commandante das Armas da Província do Pará encerrou a primeira sessão da Assembléa Legislativa da mesma Província no dia 15 de maio de 1838.* Impresso na Typographia Restaurada de Santos, e Santos menor, Pará, 1838.

1839, SOARES D'ANDRÉA. *Instruções para a Organização dos Corpos de Trabalhadores, e Regulamento dos mesmos Corpos.* Impresso na Typographia Restaurada de Santos, e Santos menor, Pará, 1838.

1839, SOARES D'ANDRÉA. *Exposição do estado e andamento dos negócios da Província do Pará no Acto da Entrega que fez da Presidência o exmo. Marechal Francisco Jozé de Souza Soares d'Andréa ao Exmo. Doutor Bernardo de Souza Franco no dia 08 de abril de 1839.* Impresso na Typographia Restaurada de Santos, e Santos menor, Pará, 1839.

1839, SOUZA FRANCO. *Discurso recitado pelo Exmo. Snr. Doutor Bernardo de Souza Franco, Prezidente da Província do Pará quando abriu a Assembleia Legislativa Provincial no dia 15 de agosto de 1839.* Typ. de Santos & menor, Pará, 1839.

1840, ANTÔNIO DE MIRANDA. *Discurso recitado pelo Exmo. Snr. Doutor João Antônio de Miranda, Prezidente da Província do Pará, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial no dia 15 de agosto de 1840.* Impresso na Typographia Restaurada de Santos, e Santos menor, Pará, 1840.

1840, ANTÔNIO DE MIRANDA. *Discurso recitado pelo Exmo. Snr. Dr. João Antônio de Miranda no Acto de dar posse da Presidência desta Província ao Exmo. Snr. Vice Almirante Tristão Pio dos Santos no dia 04 de novembro de 1840.* Impresso na Typographia Restaurada de Santos, e Santos menor, Pará, 1840.

1841, SOUZA FRANCO. *Discurso recitado pelo Exmo. Snr. Doutor Bernardo de Souza Franco, Vice-Prezidente da Província do Pará na abertura da Assembléa Legislativa Provincial no dia 14 de abril de 1841.* Typ. de Santos & menor, Pará, 1841.

1838-1853, CURCINO BENJAMIM. *Índice ou Repertório Geral das Leis da Assembléa Legislativa Provincial do Gram Pará (1838-1853) por André Curcino Benjamim, Chefe de Secção da Thesouraria da Fazenda da mesma Província.* Typ. Commercial de Antônio José Rabello Guimarães, Pará, 1854.

Cartografia Século XIX.

Fonte: Primeira Comissão Brasileira Demarcadora de Limites. Belém – PA.

Atlas I. *Frontières entre le Brésil et la Guyane Française – Second Mémoire présenté par les États-Unis du Brésil au Gouvernement de la Confédération Suisse arbitre choisi selon les stipulations du Traité conclu à Rio de Janeiro le 10 Avril 1897 entre le Brésil et la France.* Tome VI – ATLAS –. Paris, A. Lahure, Imprimeur-Éditeur, 1899.

Mapa [1] **P. Lapie, 1829.** *Le Brésil. Carte du Brésil Dressée par M. Lapie 1^{er}. Géographe du Roi et M. Lapie Fils geogr. de I. A. R. M. le Dauphin.* Paris, 1829, Chez Eymery Fruger et Cie, Rue Mazarine no. 30.

Mapa [2] **Brué, 1834.** *Amérique Méridionale. Nouvelle Carte de L’Amerique Méridionale et des Îles qui en Dépendent, dédiée a l’Academie royale des sciences de l’Institut de France par A. L. Brué. Géographe du Roi. De la Commision centrale de la Société de Geographie de Paris, Membre honoraire de celle de Londres.* Paris, 1834. Chez Mme. Vve. Brué, rue des Maçons – Sorbonne, No. 11, et chez les principaux Marchands de Cartes géographiques. [Oeuvre Postume].

Mapa [3] **P. Lapie, 1838.** *Carte du Brésil. Carte du Brésil Dressée par M. Lapie Colonel d’Etat Major et M. Lapie Fils, Capitaine au même Corps.* Paris, 1838. Chez L. C. Lehuby Libraire, Rue de Seine No. 48.

Mapa [4] **Brué, 1839.** *Amérique Méridionale. Nouvelle Carte de L’Amerique Méridionale et des Îles qui en Dépendent, dédiée a l’Academie royale des sciences de l’Institut de France par A. L. Brué. Géographe du Roi. Revue, corrigée et augmentée par CH. Picquet, Géographe du Roi et du Duc d’Orleans.* Paris, 1839. Chez CH. Picquet, propriétaire des Cartes et Atlas de Brué, Quai Conti No. 17, près du Pont des Arts.

Mapa [5] **C. J. de Niemeyer, 1846.** *Carta Corographica do Imperio do Brasil dedicada ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro pelo Coronel Engenheiro & Sócio effectivo Conrado Jacob de Niemeyer, pelo mesmo arranjada sobre os melhores trabalhos existentes, antigos e modernos, contendo igualmente as Plantas que se poderão obter das Cidades Capitaes, e outros lugares importantes. Lithographada no Estabelecimento de Heaton & Rensburg, Rio de Janeiro, 1846.*

Mapa [6] **Carte Anonyme Brésilienne, 1853.** *Carta Topographica da Provincia de Orjapockia, 1853.* Lith. Imp. de Healon a Rensburg, rua d’Ajuda, 68. [Anônima].

Atlas II. *Trabalhos Hydrographicos ao Norte do Brazil dirigidos pelo Capitão de Fragata D’A.N.I. José da Costa Azevedo. Primeiros traços geraes da Carta Particular do Rio Amazonas no Curso Brasileiro levantado pelo Sr. João Soares Dias, Primeiro-Tenente do Corpo d’Engenheiros, nos annos de 1862 a 1864.*

Atlas III. *Collecção de Cartas, Mappas e Documentos relativos aos limites das Capitanias do Pará e Rio Negro organizada pela Comissão nomeada pelo Exmo. Snr. Dr. Dionysio Ausier Bentes, Governador do Estado em 1926 para Estudo e Defeza dos Limites do Pará.* Pará-Belém, Officinas Graphicas do Instituto Lauro Sodré (Escola Profissional do Estado), 1927.

Mapa [1] **Spix & Martius, 1831.** *Karte vom Umaynonen Strome, zur Reisebeschreibung von D'von Spix und D'von Martius.*

Instituto Histórico Geográfico Brasileiro

Colecção General Andréa

1838. *Colecção das Leis Provinciaes do Pará promulgadas na primeira secção que teve princípio no dia 2 de março, e findou no dia 15 de maio de 1838 e vão numeradas de 1 a 13.* Typ. Restaurada, Pará.

Colecção Manuel Barata

Proclamações diversas de Presidentes da Província do Pará.

Compilações e Anexos Documentais

CLEARY, David (Org.). 2002. *Cabanagem: documentos ingleses.* SECULT/IOE, Belém.

MIRANDA, Bertino. 1984 [1908]. *A Cidade de Manáos – Sua história e seus Motins Politicos.* Ed. Umberto Calderaro, Manaus. [Fac-Símile].

Appendice (Actas e Officios), APEP.

1833, 1834, 1835, 1836, 1837, 1839.

MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. 1988. *Índios da Amazônia, de maioria a minoria (1750-1850).* Vozes, Petrópolis. Pp: 220-338.

Documentação Pós-Pombalina

[1] *Carta Régia ao Capitão-General do Pará acerca da Emancipação e Civilização dos Índios, e resposta do mesmo acerca de sua execução* [1789].

Documentação sobre os índios Mura

[1] *Illustração necessária e interessante, relativa ao gentio da nação Mura*, [1826].

[2] *Observações addicionaes a Illustração sobre o Gentio Mura*, [1826].

Documentação do Período da Cabanagem

[1] *Instruções geraes para os Commandantes Militares da Província do Pará*, 4 de abril de 1837.

[2] *Instruções para a Organização dos Corpos de Trabalhadores, e Regulamento dos mesmos Corpos*, 8 de Agosto de 1838.

[3] *Ofício do brigadeiro Soares d'Andréa ao Ministro da Justiça em 6 de janeiro de 1839*.

[4] *Rellação dos Preços Rebeldes, fallecidos a Bordo da Corveta Defençôra desde 4 d'Agosto de 1837, até 31 de dezembro de 1838*.

[5] *Ofício do presidente do Pará, João Antônio de Miranda, ao ministro da Justiça, em 1840, sobre a rendição dos últimos cabanos*.

Documentos Diversos

[1] *Mappa Estatístico da Comarca do Alto-Amazonas*, em 1840.

[2] *Regulamento acerca das Missões de Catechese e Civilização dos Índios*, 1845.

[3] *Discurso do senador Dantas de Barros sobre a questão indígena no Senado do Império*.

PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. 1998. *Nos subterrâneos da Revolta: trajetórias, lutas e tensões na Cabanagem*. PUC-SP, São Paulo. [TD]. Pp : 421-438.

[1] *Villa de Manaós * 1837 * Juízo de Paz*.

RAIOL, Domingos Antônio. 1970. *Motins Políticos – ou a história dos principais acontecimentos políticos da província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*. Belém, Universidade Federal do Pará. 3vols.

Documentação do APEP disponível ao longo da obra do autor.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. 1965. *A Autonomia do Amazonas*. Ed. Gov. do Estado do Amazonas, Manaus. Pp: 121-149.

1979. *História de Óbidos*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro. Pp: 106-143.

1979. *Santarém: Seu Desenvolvimento Histórico*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.

Documentos coletados no Arquivo Público do Estado do Pará (APEP).

THORBY, Tiago. *A Cabanagem na Fala do Povo*. Edições Paulinas, São Paulo.

TIPHAGNE, Nicolas. 1998. *Peut-on Parler d'une Identité Cabocla? Histoire et reminiscences autour de la Cabanagem chez les metis amazoniens du Para*. Université Paris VII, U.F. Ethnologie et Sciences Religieuses, Paris. Mémoire de D.E.S.S. Pp : 88-123.

ANNEXES

[1] **Annexe 1** : *Relação dos Preços Rebeldes, falecidos a Bordo da Corveta Defençôra desde 4 d'Agosto de 1837, até 31 de dezembro de 1838.*

[2] **Annexe 2**: *Extraits des Rapports du Consul de France à Belém 1835-1836, Volume 16.*

[3] **Annexe 6** : *Extraits de diverse feuillets de Cordel et de chanson populaire.*

Viajantes e Cronistas

AMORIM, Francisco Gomes. 1875. *Os Selvagens*. Livraria Editora Mattos Moreira e Cia, Lisboa.

ARAÚJO E AMAZONAS, Lourenço da Silva. 1984 [1852]. *Dicionário Topográfico, Histórico, Descritivo da Comarca do Alto Amazonas*. GRAFIMA, Manaus. [Fac-Símile].

AVÉ-LALLEMANT, Robert. 1980 [1859]. *No Rio Amazonas*. Ed. Itatiaia, Belo Horizonte; EDUSP, São Paulo.

BAGOT, Théodore. 1841. *Notice sur une voyage dans l'intérieur de la Guyane*. Bulletin de la Société de Géographie, tome 15, 1841, Paris. Pp: 160-165.

BATES, Henry Walter. 1979. *Um Naturalista no Rio Amazonas*. Ed. Itatiaia, Belo Horizonte ; EDUSP, São Paulo.

CARREY, Emily. 1862. *Os Revoltosos do Pará*. Typografia do Futuro, Lisboa.

D'ORBIGNY, Alcide. 1976 [1836]. *Viagem Pitoresca através do Brasil*. Ed. Itatiaia, Belo Horizonte; EDUSP, São Paulo. Pp: 09-103.

DE BAUVE, M.M. Adam & **FERRÉ**, P. 1833. *Voyage dans l'intérieur de la Guyane*. Bulletin de la Société de Géographie, no. 126, oct.1833 et no. 127, nov.1833, série 1, tome XX, Paris. Pp : 201-266.

DEVILLY. 1850. *Aperçu dela situation des peuplades indiennes de la Guyane Française*. Revue Coloniale, 2eme. série, tome 5, 1850, Paris.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. [s.d]. *Viagem Filosófica ao Rio Negro*. MPEG / CNPq / Fundação Roberto Marinho, Belém.

FLORENCE, Hercules. 1977. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas: 1825 a 1829*. Cultrix & EDUSP, São Paulo.

HERNDON, Lewis & **GIBBON**, Lardner. 1854. *Exploration of the Valley of the Amazon*. AOP Nicholson, Washington.

KIDDER, Daniel Parish. 1980. *Reminiscências de viagens e permanências nas províncias do norte do Brasil*. Ed. Itatiaia, Belo Horizonte ; EDUSP, São Paulo.

LEPRIEUR, M. 1834. *Voyage dans la Guyane Centrale*. Bulletin de la Société de Géographie, avr.1834, Paris.

MARCOY, Paul. 2001 [1847]. *Viagem pelo Rio Amazonas*. Editora da Universidade do Amazonas, Manaus.

MAW, Henrique Lister. 1989. *Narrativa da Passagem do Pacífico ao Atlântico através dos Andes nas Províncias do Norte do Peru, e descendo pelo Rio Amazonas até o Pará*. Associação Comercial do Amazonas/ Fundo Editorial, Manaus.

PATON, Alexander. 1879. *Narrative of the loss of the Schooner "Clio" of Montrose, Captain George Reid; containing an account of the massacre of her crew by the Indians, on the north coast of Brazil in October, 1835, with other interesting particulars relative to the subsequent adventures and miraculous escape of the author from the hands of a savage people*. Published by Alex Burnett, Montrose. [Third Ed.].

SMYTH, W. & **LOVE**, F. 1836. *Narrative of a Journey from Lima to Pará, Across the Andes and Down the Amazonas*. John Murray, London.

SOUZA, Bernardino (Cônego). 1873. *Lembranças e Curiosidades do Valle do Amazonas*. Typ. do Futuro, Pará.

SPIX & MARTIUS. 1981. *Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. Ed. Itatiaia, Belo Horizonte; EDUSP, São Paulo.

WALLACE, Alfred Russel. 1939 [1853]. *Viagens pelo Amazonas e Rio Negro*. Companhia Editora Nacional, São Paulo – Rio de Janeiro – Recife – Porto Alegre.

WILKENS, Henrique João. 1819. *A Mubraida ou a Conversão e Reconciliação do Gentio Mubra*. Impressão Régia, Lisboa.

Opúsculos e Apologias

Fonte: Biblioteca Arthur Vianna. Coleção Obras Raras.

ANÔNIMO. 1832. *O Pará em 1832*. S. W. Sustenance, Londres.

ANÔNIMO. 1824. *Apologia de João Baptista Gonçalves Campos, Cônego da Cathedral do Pará, Actualmente prezo no Rio de Janeiro: para servir de refutação às grosseiras calumnias com que se tem esforçado os inimigos do IMPERADOR e do Brasil à deprimir o bem merecido conceito daquelle virtuozo varão. Feita por hum amante da verdade e admirador do patriotismo Brasileiro devisado constantemente no Clero do Pará*. Typographia do Diário, Rio de Janeiro.

Guias de Fontes

MONTEIRO, John Manuel (Org.). 1994. *Guia de Fontes para a História Indígena e do Indigenismo em Arquivos Brasileiros. Acervo das Capitais*. NHII-USP/FAPESP, São Paulo.

BESSA FREIRE, José Ribamar (Org.). 1995, 1996. *Os Índios em Arquivos do Rio de Janeiro*. UERJ, Rio de Janeiro. 2 vols.

BIBLIOGRAFIA

ALBERT, Bruce & **RAMOS**, Alcida Rita. [Orgs.]. 2002. *Pacificando o Branco: cosmologias do contato norte-amazônico*. Editora UNESP, São Paulo.

AMOROSO, Marta Rosa. 1991. *Guerra Mura no século XVIII: Versos e Versões. Representações dos Mura no Imaginário Colonial*. Campinas, IFCH-UNICAMP. Dissertação de Mestrado.

_____. 1992. “Corsários no Caminho Fluvial: os Mura no Rio Madeira”, in: **CARNEIRO DA CUNHA**, Manuela (Org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo, Cia. das Letras.

_____. 2005. “A Primeira Missa. Memória e Xamanismo na Missa Capuchinha de Bacabal (Rio Tapajós 1872-1882)”. In: **MONTERO**, Paula (Org.). 2005. *Missionários, Índios e Mediação Cultural*. [No prelo].

ANDERSON, Robin. 1975. “Cabanagem: uma interpretação da luta de raças e classes na Amazônia, 1835-6”. In: *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*, 307, abr./jun. 1975. Pp: 22-27.

ANÔNIMO. 1898 [s/d.]. *Memória da Nova Nevegação do Rio Arinos até a Villa de Santarém, Estado do Grão-Pará*. RIHGB, t. XIX [tomo VI da terceira série]; Imprensa Nacional, Rio de Janeiro. Pp: 99-118. [Ms oferecido pelo sócio o Exmo. Sr. Brigadeiro J. J. Machado de Oliveira].

BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. 1839. *Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará*. Santos & Cia, Pará. 1969 [1829]. *Compêndio das Eras da Província do Pará*. UFPA, Belém.

_____. 1841. *Memória sobre o intento que tem os Inglezes de Demerari de usurpar as terras ao Oeste do rio Repunuri adjacentes á face austral da cordilheira do Rio Branco para amplificar a sua colônia*. RTIHGB, t.3, 1841 [reimpressa em 1860]; Typographia de D. L. dos Santos, Rio de Janeiro. Pp: 322-332.

_____. 1848. *Resposta ao Illmo. e Exmo. Sr. Herculano Ferreira Penna, Presidente da Província do Pará, sobre a comunicação mercantil entre a dita província e a de Goyaz*. RTIGHB, t.3, segunda série, vol.10; Kraus Reprint [Nendeln/Liechtenstein], Rio de Janeiro. Pp: 80-107.

_____. 1860 [1820]. *Memória sobre o transito do Igarapé-miri e a necessidade de um canal a bem do commercio interno da província do Pará dada em 1820 ao Illmo. e Exmo. Sr. Conde de Palmella, Ministro e secretário dos negócios estrangeiros e da guerra*. RTIGHB, t. XXIII, v. 23, primeiro trimestre, Rio de Janeiro; Kraus Reprint (1973) [Nendeln/Liechtenstein]. Pp: 479-488.

_____. 1841. *Biographia dos brasileiros distintos por letras, armas e virtudes: D. Romualdo de Sousa Coelho, Bispo do Pará; Notícia das obras de D. Romualdo de Sousa Coelho, Bispo do Pará, que vieram a luz pública*. RTIHGB, tomo terceiro, Rio de Janeiro; [reimpressa em 1860 na Typographia de D. L. dos Santos]. Pp: 469-477.

BALÉE, William. 1984. *The Persistence of Ka'apor Culture*. Columbia University. 1988. "The Kaapor Indian wars of lower Amazônia, ca. 1825-1928". In: **RANDOLF**, R. , **SCHINEIDER**, D. & **DIAZ**, M. (Eds.). 1988. *Dialectics and Gender: Anthropological Approaches*. Westview Press, Boulder & London. Pp. 155-169.

BARATA, Manoel. 1973. *Formação Histórica do Pará*. UFPA, Belém.

BARATA, Mário. 1975. *Poder e Independência no Grão-Pará*. Conselho Estadual de Cultura do Pará, Belém.

BARBOSA, Mário Médice. 2002. "Os Herdeiros dos Cabanos': uma análise da apropriação da Cabanagem pela Prefeitura de Belém (1997-2000). In: **BEZERRA NETO**, José Maia & **GUZMÁN**, Décio (Orgs.). 2002. *Terra Matura: historiografia e história social na Amazônia*. Pakatatu, Belém. Pp: 151-170.

BIANCHI REIS, Nathacha. 2005. "Motins Políticos, de Domingos Antônio Raiol. Memória e Historiografia". In: Revista Intellectus, Ano 4, Vol. 1.

BOITEUX, Lucas. 1943. *Marinha Imperial versus Cabanagem*. Imprensa Naval, Rio de Janeiro.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. 1986. *Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade*. Ed. Brasiliense, São Paulo. 1987. *Os Direitos do Índio*. Ed. Brasiliense, São Paulo.

_____. 1992. *História dos Índios no Brasil*. Cia. das Letras, São Paulo. [Org.].

_____. 1992. *Legislação Indigenista no Século XIX: uma contribuição (1808-1889)*. EDUSP, CPI-SP, São Paulo. [Org.].

CASTRO PEREIRA, Márcia Leila. [s/d.]. “Belém na Reportagem na Primeira Metade do Século XIX”. Monografia de Fim de Curso, Brasília.

CHIAVENATO, Júlio José. 1984. *Cabanagem: O Povo no Poder*. Ed. Brasiliense, São Paulo.

CLASTRES, Pierre. 2003 [1974]. *A Sociedade contra o Estado*. Cosac & Naify, São Paulo.

_____. 2004 [1977]. *Arqueologia da Violência: ensaios de antropologia política*. Cosac & Naify, São Paulo.

CLEARY, David. 1998. “‘Lost Altogether to the Civilized World’: Race and the Cabanagem in Northern Brazil, 1750 to 1850”. In: *Comparative Studies in Society and History*, Vol. 40, No. 1 (jan. 1998), 109-135.

_____. 2002. “Introdução”. In: (Org.). 2002. *Cabanagem: documentos ingleses*. SECULT/IOE, Belém. Pp: 09-26.

CRUZ, Ernesto. 1942. *Nos Bastidores da Cabanagem*. Oficinas Gráficas da Revista da Veterinária, Belém.

_____. 1952. *Procissão dos Séculos: Vultos e Episódios da História do Pará*. Imprensa Oficial do Estado, Belém.

_____. 1973. *História do Pará*. Governo do Estado do Pará, Belém. [1º. volume]. Pp: 230-352.

DI PAOLO, Pasquale. 1986. *Cabanagem: a Revolução Popular da Amazônia*. CEJUP, Belém.

DREYFUS, Simone. 1993. “Os Empreendimentos Coloniais e os Espaços Políticos Indígenas no Interior da Guiana Ocidental (entre o Orenoco e o Corentino) de 1613 1796”. In: **CASTRO**, Eduardo Viveiros & **CARNEIRO DA CUNHA**, Manuela. [Orgs.]. 1993. *Amazônia. Etnologia e História Indígena*. NHII-USP & FAPESP, São Paulo.

DUQUE, Gonzaga. 1898. “Os Cabanos do Pará”. In: *Revoluções Brasileiras (Resumos Históricos)*. Typ. Do ‘Jornal do Commercio’ de Rodrigues e Companhia, Rio de Janeiro. Pp: 155-168.

- EDUARDO DA SILVA**, João Nei. 2002. “Batista Campos: uma discussão biográfica na historiografia paraense”. In: **BEZERRA NETO**, José Maia & **GUZMÁN**, Décio (Orgs.). 2002. *Terra Matura: historiografia e história social na Amazônia*. Paka-tatu, Belém. Pp: 139-150.
- ERIKSON**, Philippe *et. al.* 2001. “Les études américanistes”. In: SEGALÉN, Martine (Dir.). *Ethnologie: Concepts et Aires Culturelles*. Armand Colin, Paris. Pp 203-237.
- FARAGE**, Nádia. 1991. *As Muralhas dos Sertões: os povos indígenas do Rio Branco e a colonização*. Paz e Terra / ANPOCS, Rio de Janeiro.
- FAUSTO**, Carlos. 2001. *Inimigos Fiéis: história, guerra e xamanismo na Amazônia*. EDUSP, São Paulo.
- FERREIRA**, Eliana Ramos. 1999. *Em Tempo Cabanal: cidade e mulheres no Pará imperial, primeira metade do século XIX*. Dissertação de Mestrado disponível na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- FIGUEROA**, Alba L. G. 1997. *Guerriers de l'écriture et commerçants du monde enchanté : histoire, identité et traitement du mal chez les Sateré-Mawé (Amazonie centrale, Brésil)*. EHESS, Paris. [TD].
- FLAMARION CARDOSO**, Ciro. 1984. *Economia e Sociedade em áreas Coloniais Periféricas: Guiana Francesa e Pará (1750 – 1817)*. Edição Graal, Rio de Janeiro.
- FREIRE**, José Ribamar Bessa. 1994. *A Amazônia Colonial (1616-1798)*. Ed. Metro Cúbico, Manaus. (Coord.).
- _____. 2003. *Da Língua Geral ao Português: para uma História dos Usos Sociais das Línguas na Amazônia*. Tese de doutorado defendida no Instituto de Letras – UERJ, Rio de Janeiro.
- FREITAS**, Décio. 2005. *A Miserável Revolução das Classes Infames*. Record, Rio de Janeiro & São Paulo.
- FULLER**, Cláudia Maria. 1999. *Os Corpos de Trabalhadores: política de controle social no Grão-Pará*. Laboratório de História/UFGA, N° 1, Belém.
- FUNES**, Eurípedes. 2003. “Mocambos do Trombetas: Memória e Etnicidade (Séculos XIX e XX)”. In: **DEL PRIORE**, Mary & **GOMES**, Flávio dos Santos. 2003. *Os Senhores dos Rios: Amazônia, Margens e Histórias*. Elsevier, Rio de Janeiro. Pp: 227-258.
- GALLOIS**, Dominique Tilkin. 1986. *Migração, Guerra e Comércio: os Waiapi na Guiana*. FFLCH-USP, São Paulo.

_____. 1993. *Mairi Revisitada: a reintegração da Fortaleza de Macapá na tradição oral dos Waiãpi*. São Paulo, NHII-USP/FAPESP.

_____. 2001. *Sociedades indígenas e suas Fronteiras na região sudeste das Guianas*. 4º Relatório de andamento da pesquisa temática (abril de 2000 a maio de 2001). São Paulo, NHII/FAPESP (95/0602-0). (Org.).

_____. 2005. *Redes de Relações nas Guianas*. Humanitas/FAPESP, São Paulo.

GOMES, Flávio dos Santos. 1996. “Nas Fronteiras da Liberdade: mocambos, fugitivos e protesto escravo na Amazônia Colonial”. In: *Anais do Arquivo Público do Pará*. V.2, t.1, 1-250.

_____. 2005. “Outras Fronteiras da Liberdade: Mocambos no Grão-Pará Colonial (1732-1816)”. In: *A Hidra e os Pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (séculos XVII-XIX)*. Ed. UNESP, São Paulo. Pp: 43-128.

GOW, Peter. 1991. *Of Mixed Blood: Kinship and History in Peruvian Amazonia*. Claredon Press, Oxford.

GUIMARÃES, Renato. 2000 [1969]. “Cabanagem: a revolução no Brasil”. In: *Dois estudos para a mão esquerda*. Ed. Revan, [s/l.].

GUZMÁN, Décio de Alencar. 1998. *Les Chefferies Indigènes du Rio Negro à l'époque de la conquête de l'Amazonie, 1650-1750 : le cas des Indiens Manao*. EHESS, Paris. [Mémoire DEA].

HANDELMANN, Henrich. 1982 [1860]. *História do Brasil*. Ed. Itatiaia, Belo Horizonte; EDUSP, São Paulo.

HARRIS, Mark. 2007. *Rebellion on the Amazon: The Cabanagem, Race and Popular Culture in the Brazilian Amazon 1798-1840*. NO PRELO.

HEMMING, John. 1987. *Amazon Frontier: The Defeat of the Brazilian Indians*. Harvard University Press, Cambridge. Pp- 131- 271.

HURLEY, Jorge. 1936. *Traços Cabanos*. Oficina Gráfica do Instituto Lauro Sodré, Belém.

_____. 1936. *A Cabanagem*. Livraria Clássica, Belém.

LÉVI-STRAUSS, Claude. [1960]. “O Futuro da Etnologia”. In. 1986. *Minhas Palavras*. Brasiliense, São Paulo.

_____. [1983]. “História e Etnologia”. In: Lea, Vanessa. Textos Didáticos, nº 24, maio de 1996. Campinas, IFCH-UNICAMP.

_____. [1973]. “As Descontinuidades Culturais e o Desenvolvimento Econômico”. In: . 1993. *Antropologia Estrutural Dois*. Tempo Brasileiro.

MACHADO, André R. A. 2005. “As Esquadras Imaginárias. No Extremo Norte, Episódios do Longo Processo de Independência do Brasil”. In: JANCSÓ, István (Org.). 2005. *Independência: História e Historiografia*. HUCITEC/FAPESP, São Paulo. Pp: 303-343.

_____. 2006. *A Quebra da Mola Real das Sociedades: A Crise Política do Antigo Regime Português na Província do Grão-Pará (1821-1825)*. FFLCH-USP, São Paulo. [TD].

MAGALHÃES, Basílio. 1940. “A Cabanagem”. In: *Estudos de História do Brasil*. Companhia Editora Nacional; São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre. Pp: 203-243.

MANO, Marcel. 1996. *Etnohistória e adaptação Mawé: uma contribuição para a etnografia Tupi da área Madeira-Tapajós*. FFLCH-USP, São Paulo. [DM]

MÉNENDEZ, Miguel. 1981. *Uma contribuição para a etnohistória da área Tapajós-Madeira*. São Paulo, FFLCH-USP. 1992. “A área Tapajós-Madeira”. In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (Org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo, Cia. das Letras.

MENGET, Patrick . 1985. “Présentation”; “Jalons pour une étude comparative”. In : *Journal de la Société des Américanistes*, tome LXXI, Musée de l’Homme, Paris. Pp : 129-142.

_____. 1993. "Notas Sobre as Cabeças Mundurucu". In: *Amazônia: Etnologia e História Indígena*. CASTRO, Eduardo Viveiros & CARNEIRO DA CUNHA, Manuela [Orgs.]. NHII/USP & FAPESP, São Paulo.

MIRANDA, Bertino. (1908) 1984. *A Cidade de Manáos: Sua história e seus Motins Políticos*. Ed. Umberto Calderaro, Manaus.

MONTEIRO, John. 2001. *Tupis, Tapuias e Historiadores: Estudos de História Indígena e do Indigenismo*. Tese de Livre-Docência, IFCH, Unicamp, Campinas.

MONTEIRO, José Cauby Soares. 1994. *Rebeldes, Deschapelados e Pés-descaçados: os cabanos no Grão-Pará*. NAEA, Belém.

MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. 1988. *Índios da Amazônia, de maioria a minoria (1750-1850)*. Vozes, Petrópolis.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco. 1987. “Os Atalhos da Magia: reflexões sobre o relato dos naturalistas viajantes na etnografia indígena”. In: Bol. Mus. Par. Emílio Goeldi. Série Antropologia, 3 (2), 1987, Belém.

_____. 1999. *Ensaio de Antropologia Histórica*. UFRJ, Rio de Janeiro.

OVERING, Joana Kaplan. 1995. “O Mito como História: um problema de tempo, realidade e outras questões”. *Mana* 1 [1], UERJ, Rio de Janeiro. Pp: 107-140.

PALHETA, Aécio. 2004. *A Revolução dos Cabanos em perguntas e respostas*. Editora Amazônia, Belém.

PAULO RIBEIRO, Francisco de (Major Graduado). 1841 [1819]. *Memória sobre as Nações Gentias que presentemente habitam o Continente do Maranhão: analyse de algumas tribus mais conhecidas: processo de suas hostilidades sobre os habitantes: causas que tem dificultado a redução, e o único methodo que poderá seriamente reduzi-las*. RTIHGB, t.3, 1841 [reimpressa em 1860]; Typographia de D. L. dos Santos, Rio de Janeiro. Pp: 184-197; 442-456.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. 1999. “Aldeados, aliados, inimigos e escravos: lugares dos índios na legislação portuguesa para o Brasil”. In: *Congresso Luso-Brasileiro. Portugal e Brasil: memórias e imaginários*. Actas, vol. I. Lisboa.

_____. 2000. “Aldeados, aliados, inimigos e escravos: lugares dos índios na legislação portuguesa para o Brasil”. In: *Portugal-Brasil: Memórias e Imaginários. Congresso Luso-Brasileiro*. Actas – Volume I, Lisboa.

_____. 2003. “Verdadeiros Contrários: guerras contra o gentio no Brasil colonial”. In: *Sexta-Feira*, no. 7, [Guerra]. Editora 34, São Paulo. Pp: a24-34.

PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. 1998. *Nos subterrâneos da Revolta: trajetórias, lutas e tensões na Cabanagem*. Tese de Doutorado defendida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

POTELET, Jeanine. 1993. “Les Mouvements Fédéralistes sous la Régence”. In : *Le Brésil vu par les Voyageurs et les Marins Français 1816-1840*. L’Harmattan, Paris. Pp : 393-403.

PRADO JÚNIOR, Caio. 1933. *Evolução Política do Brasil: ensaio de interpretação materialista da história brasileira*. Empresa gráfica ‘Revista dos Tribunais’, São Paulo.

QUEIROZ, Jonas Marçal de & **GOMES**, Flávio. 2002. “Amazônia, Fronteiras e Identidades: reconfigurações coloniais e pós-coloniais (Guianas – séculos XVIII e XIX). *Lusotopie*, 2001/2, [s/loc.]. Pp: 25-49.

RAIOL, Domingos Antônio. 1970. *Motins Políticos: ou a história dos principais acontecimentos políticos da província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*. Belém, Universidade Federal do Pará. 3v.

_____. 1900. “Catechese de Índios no Pará”. In: Annaes da Biblioteca e Archivo Publico (1968), Tomo II, Belém. Pp: 117-183.

REGO, Orlando L.M de Moraes. 1979. *Calendário Histórico de Belém (1616-1946)*. IGH / Fundação Cultural do Estado do Pará, Belém.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. 1979. *História de Óbidos*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro. Pp: 106-143.

_____. 1979. *Santarém: Seu Desenvolvimento Histórico*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.

REIS, Gustavo M.R. 1965. *A Cabanagem*. Edições Governo do Estado do Amazonas, Manaus.

RICARDO, C.A. & **GALLOIS**, D.T. (Coord. Geral). 1983. *Povos Indígenas no Brasil v.3*. CEDI, São Paulo.

RICCI, Magda M. O. 2001. “Do sentido aos significados da Cabanagem: percursos historiográficos”. In: *Anais do Arquivo Público do Pará*, v.4. Pp: 241-71.

_____. 2002. “O Império Lê a Colônia: Um barão e a história da civilização na Amazônia”. In: **BEZERRA NETO**, José Maia & **GUZMÁN**, Décio (Orgs.). 2002. *Terra Madura: historiografia e história social na Amazônia*. Paka-tatu, Belém. Pp: 29-38.

_____. 2003. “O Fim do Grão-Pará e o Nascimento do Brasil: Movimentos Sociais, Levantes e Deserções no Alvorecer do Novo Império (1808-1840). In: **DEL PRIORE**, Mary & **GOMES**, Flávio dos Santos. 2003. *Os Senhores dos Rios: Amazônia, Margens e Histórias*. Elsevier, Rio de Janeiro. Pp: 165-194.

ROCQUE, Carlos. 2001. *História Geral de Belém e do Grão-Pará*. Distributel, Belém.

ROSÁRIO DE LIMA, Ana Renta. 2004. *Cabanagem: uma revolta camponesa no Acará-PA*. Secult, Belém. Versão reduzida de DM.

- SALLES**, Vicente. 1971. *O Negro no Pará sob o Regime da Escravidão*. FGV, UFPA; Rio de Janeiro.
- SANTOS**, Francisco Jorge dos. 1995. *Guerras e Rebeliões Indígenas na Amazônia na Época do Diretório Pombalino (1757-1798)*. FFLCH-USP, São Paulo. [Dissertação de Mestrado].
- SANTOS**, Paulo Rodrigues dos. 1974. *Tapaiulândia (Santarém)*. Vol. 1. [s/ed.], Belém. Pp: 109-204.
- SANTOS**, Roberto. 1980. *História Econômica da Amazônia (1800 – 1920)*. T.A Queiroz, São Paulo.
- SILVA NOGUEIRA**, Shirley Maria. 2004. “‘Esses miseráveis delinqüentes’: desertores no Grão-Pará setecentista”. In: CASTRO, Celso *et al.* 2004. *A Nova História Militar Brasileira*. Ed. FGV, Rio de Janeiro. Pp: 87-109.
- SILVEIRA**, Ítala Bezerra. 1994. *Cabanagem : uma luta perdida....* Secult, Belém.
- SIMÕES**, Fulgencio Firmino. 1908. *Município de Alenquer: seu desenvolvimento moral e material e seu futuro. Estudos Históricos e Geográficos*. Typ. e Enc. da Livraria Loyola, Belém. Pp: 92-105.
- SODRÉ**, Nelson Werneck. 1969. *As razões da Independência*. Civ. Brasileira, Rio de Janeiro. Pp.215-251.
- SOUBLIN**, Jean. 2000. *Histoire de l'Amazonie*. Payot & Rivages, Paris.
- SOUTO LOUREIRO**, Antônio José. 1989. *O Amazonas na Época Imperial*. T. Loureiro, Manaus.
- SOUZA**, Márcio. 1994. *Breve História da Amazônia*. Marco Zero, São Paulo.
- _____. 1997. *Lealdade*. Marco Zero, São Paulo. [Romance].
- _____. 2001. *Desordem*. Record, Rio de Janeiro / São Paulo. [Romance].
- TAUSSIG**, Michel. 1993 [1987]. *Xamanismo, Colonialismo e o Homem Selvagem: um estudo sobre o terror e a cura*. Paz e Terra, Rio de Janeiro.
- TAYLOR**, Anne-Christine. 1984. “L’Americanisme Tropical, une frontière fossile de l’ethnologie?”. In : B.Rupp. Eisenreich. (org.). *Histoires de l’anthropologie : XVI-XIX siècles*. Klincksieck, Paris. Pp : 213-33.
- _____. 1988. “Les modèles d’intelligibilité de l’histoire”. In: Descola, Pierre *et alli*. *Les idées de l’anthropologie*. Paris, Armand Colin Éditeur.

_____. 1994. “Génesis de un Arcaísmo: la Amazônia y su Antropologia”. In: BERNARD, Carmem (comp.). *Descubrimiento, Conquista y Colonización de América a quinientos años*. Consejo Nacional para la Cultura y las Artes / Fondo de Cultura Econômica, México. Pp: 91-126.

_____. 1999. “The Western Margins of Amazonia from the Early Sixteenth to the Early Nineteenth Century”. In: SALOMON, Frank & SCHWARTZ, Stuart B. (Eds.). *The Cambridge History of the Native Peoples of the Américas*. v. III, South America, p. 2. Cambridge University Press, Cambridge.

TIPHAGNE, Nicolas. 1998. *Peut-on Parler d'une Identité Cabocla? Histoire et reminiscences autour de la Cabanagem chez les metis amazoniens du Para*. Université Paris VII, U.F. Ethnologie et Sciences Religieuses, Paris. Mémoire de D.E.S.S.

VERÍSSIMO, José. 1970 [1878]. “As Populações Indígenas e Mestiças da Amazônia: sua Língua, suas Crenças, seus Costumes”. In: *Estudos Amazônicos*. UFPA, Belém. Pp: 09-106.

VIANNA, Arthur. 1900. *Pontos de História do Pará*. Imprensa Oficial, Belém.

_____. 1905. “As Fortificações da Amazônia”. In: *Anais da Biblioteca e Archivo Publico do Pará*. t.4. Belém. Pp: 227-302.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. 1986. *Arameté: os Deuses Canibais*. Jorge Zahar Editor & ANPOCS, Rio de Janeiro.

_____. 2002. *A Inconstância da Alma Selvagem e outros ensaios de Antropologia*. Cosac & Naify, São Paulo.

WILKENS DE MATTOS, João. 1898 [1855]. *Alguns esclarecimentos sobre as missões da Província do Amazonas*. RIHGB, t. XIX [tomo VI da terceira série]; Imprensa Nacional, Rio de Janeiro. Pp: 124-131.

ANEXO. Apresentação à Banca de Defesa (27 de fevereiro de 2008).

Boa tarde. Antes de iniciar minha apresentação, gostaria de agradecer a presença dos membros da banca e de todos aqueles que vieram aqui hoje assistir a esta defesa.

O prof. John Monteiro, sem exageros, é um dos principais eruditos e entusiastas das pesquisas em História Indígena no país. Por duas ocasiões, em simpósios da ANPUH, em 2004 e 2005, tive a oportunidade de lhe apresentar prévias desse trabalho. Agora apresento o resultado final. O prof. Mark Harris, com um livro no prelo sobre o tema, gentilmente se dispôs a vir de St. Andrews até São Paulo, para que pudéssemos promover aqui na USP uma série de debates, que envolvem esta defesa, em torno das guerras e conflitos armados ocorridos na Amazônia em meados da década de 1830.

Eu e Marta tentamos minuciosamente organizar uma banca que pudesse reunir pesquisadores gabaritados a produzirem críticas profundas e pertinentes, para que pudéssemos desde já, coletivamente, avançarmos em nossas reflexões sobre o tema, e sua importância em um contexto mais amplo. Acredito que, neste plano, logramos um grande êxito com a presença de vocês aqui hoje.

Minha apresentação se concentrará em dois objetivos. O primeiro é destacar alguns aspectos do processo de construção deste trabalho. E o segundo é tentar sintetizar brevemente sua ideia central. Pretendo ser breve. Afinal, aguardo com ansiedade suas ponderações.

* * *

Como explicitado na “Introdução”, iniciei minhas pesquisas sobre a *cabanagem* em 2002, com uma Iniciação Científica, que passou a ganhar corpo a partir de meu trabalho como arquivista no NHII, que eu havia iniciado em 2001, sob a coordenação da profa. Dominique Gallois.

Meu contato com o tema se deu, assim, a partir de uma experiência de trabalho em um núcleo de pesquisa, em meio a arquivos de documentos, livros e teses concernentes, sobretudo, à história e à etnologia das terras baixas sul americanas. Jamais havia pisado os pés na Amazônia, nem sequer dimensionava a importância da *cabanagem* e da figura dos

cabanos para a memória oficial e popular, sobretudo nos territórios dos Estados do Pará e Amazonas. Até então, meu conhecimento sobre o tema se limitava às parcas e superficiais informações colegiais, nas quais a *cabanagem* figura em um conjunto amplo de “Revoltas Nativistas do período da Regência Imperial”, ao lado da *farroupilha* (Sul), da *balaiada* (MA e PI), da *sabinada* e da *revolta dos malês* (Bahia), e da *cabanada* ou *revolta das panelas* (AL e PE), entre outras.

Muitas razões nortearam esta pesquisa e meu envolvimento com o problema dos *cabanos*. Tentarei ressaltar apenas alguns deles, da forma como os elaboro hoje. Retrospectivamente, portanto.

A primeira razão, acredito, pode ser sintetizada nas expressões de Lévi-Strauss, presentes em um de seus mais polêmicos e debatidos artigos (“O Futuro da Etnologia”, escrito em 1959), no qual o autor tecia preocupações apocalípticas acerca do desaparecimento e extinção, física e cultural, das populações indígenas ao longo de todo o planeta. Em tal artigo, Lévi-Strauss ressaltava que a noção de indígena, a alteridade mais radical em relação ao ocidente, tema por excelência da Etnologia, estaria perdendo nitidez e cedendo espaço para a noção de indigente. Em outras palavras, o estruturalista francês propunha que a “diversidade desejável”, observável em todo o globo terrestre, ao longo de milênios, estaria perdendo espaço, de forma cada vez mais rápida, e – sobretudo – durante os últimos dois séculos de História, para uma “insuportável desigualdade”. Em meio a tal impasse, concernente à sobrevivência física e cultural de inúmeras populações, o autor se indagava sobre o próprio projeto da Etnologia e do Etnólogo, enquanto Ciência e Cientista autônomos.

Neste artigo, Lévi-Strauss associava reflexões sobre o futuro da humanidade; problema eminentemente político (Caminhamos, todos, rumo à degradação, à extinção, à in-di-gen-ti-za-ção da diver-sidade?). E reflexões acerca do futuro da própria Etnologia; problema eminentemente científico. Afinal a Antropologia Social, enquanto ciência do observado, vive de entrar em contato e relação próxima com o Outro, para assim, documentar, sistematizar, refletir e debater, com método, a diversidade das formas de se conceber e se realizar o espírito humano. É na outra ponta, após a transformação de Si pela experiência do Outro, que o antropólogo se encontra em condições de realizar seu trabalho – suas descrições e comparações – com vistas a contribuir para uma melhor compreensão acerca do Homem. É assim que a Antropologia Social se faz, ela própria, uma realização do espírito humano.

O impasse da sobrevivência científica da Etnologia é, precisamente, o impasse político das condições de realização do Homem, em toda a sua diversidade de formas e conteúdos, em constante processo de transformação. O Antropólogo Social, neste sentido, é alguém que tomou como meta viver este problema até a raiz. Sua própria existência depende da realização plena do Outro. Este é, a meu ver, o dilema de Lévi-Strauss, acerca da sobrevivência da Etnologia.

Este problema, aqui levantado, pode ser estendido em diversas direções; por entre monografias descritivas, pesquisas de viés teórico e trabalhos de engajamento e militância. É possível dizer que os debates concernentes à produção da desigualdade e da diversidade entre os Homens, perpassam de modo decisivo, todas as Ciências Humanas. Ao lado deste, e inteiramente articulado a ele, talvez apenas o problema das relações entre a cultura e a natureza, ou, a questão dos princípios ontológicos das realidades sociocósmicas, conforme os termos de Phillipe Descola, atinjam tão grande amplitude temática e conceitual.

Minha intenção, ao destacar estes problemas amplos, não é, evidentemente, dizer que pretendo aqui, em minha pesquisa de mestrado, dar encaminhamento a tais questões. Muito pelo contrário. Meu objetivo é ressaltar que este trabalho, eminentemente descritivo, mantém estas grandes temáticas como princípios norteadores de seu método, como eixos reguladores da leitura das fontes primárias, objeto central desta dissertação (Para me utilizar dos termos de Sartre em *Questão de Método*, de 1969).

Tais grandes divisores (Diversidade e Desigualdade :: Cultura e Natureza) são os principais guias deste trabalho acerca da Amazônia de meados de 1835. Estamos aqui no turbulento espaço das misturas, entre a simetria e a assimetria (para me utilizar de expressões de Bruno Latour [1989]).

O campo desta pesquisa se constitui de documentos, relatos e memórias. A maior parte das fontes utilizadas se constitui de registros escritos (tais, como documentos oficiais e relatos de viajantes). E a menor parte, de registros orais (tais como as narrativas de populações indígenas, ribeirinhas e quilombolas, coletadas por pesquisadores de campo). Esta pesquisa se situa na interface dos estudos etnológicos e historiográficos; na fronteira entre os movimentos dos segmentos sócio-político-cosmológicos indígenas e os processos de formação do Estado e da Nação dos *Brasileiros* na Amazônia. Estamos aqui no limiar entre a ciência e a política; a meio fio entre a sincronia e o processo.

É o ponto de vista do observado se pretende destacar. O trabalho do pesquisador aqui é o de tentar trazer à tona – na descrição – não os seus pontos de vista, mas as perspectivas dos próprios sujeitos que viviam ou estavam na Amazônia em meados de 1835. São os agentes e os seus próprios termos que interessam aqui. Foi levando a sério os impasses de perspectiva que tentei construir esta dissertação.

* * *

O complexo de eventos belicosos, totalizados pela noção de *cabanagem*, se caracterizam por uma grande amplitude territorial, humana e temporal. Desde Caio Prado Jr. (em *Evolução Política do Brasil*), datado de 1933, os estudos historiográficos vêem a *cabanagem* como uma das, senão a principal revolução política ocorrida no Brasil, em toda sua História pós-Independência. O antropólogo inglês David Cleary, em 1998, destacou que ela deve ser pensada como uma das maiores e mais abrangentes de todo o Novo Mundo. De fato, acredito não haver nenhum exagero em tais colocações.

Territorialmente, é possível afirmar que os conflitos armados envolveram diversas populações de vastas regiões amazônicas, tanto ao longo da calha dos grandes rios, quanto ao longo das áreas de interflúvio. A Costa do Salgado e seu interior, a Ilha de Marajó, a Cidade de Belém e seus arredores, o rio Tocantins, a região dos Furos e Ilhas, o rio Xingu, a Costa da Oiapokya, o maciço guianense, o rio Amazonas, o rio Tapajós, a ilha de Tupinambarana, o rio Madeira, e talvez com menor intensidade, os rios Negro e Solimões. Em síntese, houve conflitos em todas as regiões do então Estado do Grão-Pará. Todos os territórios da *Cidade de Belém*, das *vilas*, *freguesias*, *lugares* e *missões*, bem como seus entornos, foram envolvidos em contendias armadas em meados da década de 1830.

Mas o quê, propriamente, estava em questão? Quem disputava em armas contra quem? E porquê? Estes são os principais desafios deste trabalho. É a partir de uma descrição permeada pelo debate entre Unidade e Multiplicidade, que tentarei encaminhar aqui tais problemas.

Como dito, os conflitos atingiram grandes dimensões territoriais, e, com isso, uma grande multiplicidade de grupos, falantes de diversas línguas e organizados com base em diferentes princípios sócio-político-cosmológicos. Havia, por exemplo, as populações *gentias*, tais como aquelas aglutinadas em torno de diversos etnônimos: [1] Os Wajãpi, os Wayana, os Aparai,

os WaiWai, os Katchuyana, os Palikur, entre outros, na Costa da Oyapokya e no maciço guianense. [2] Os Ka'apor, Guajá, Tembé e Timbira, e outros, nos arredores de Belém e interior da Costa do Salgado. [3] Os Mundurucu, Mawé, Juma, Abacaxi, Parintintin, Mura, entre outros, nos rios Tapajós e Madeira, bem como na ilha de Tupinambarana.

Estes grupos, entre muitos outros, incorporavam em suas unidades locais e residenciais, grandes contingentes de *tapuios*, *mamaluco*s e *cafuzos*, fugidos das localidades dos *distritos*. Outros misturados *fugidos*, por sua vez, davam origem a novos segmentos, que atuavam com autonomia e com grande mobilidade. Estes procuravam se afastar da calha dos grandes rios e acabavam em disputas permanentes com as populações indígenas que encontravam em seu caminho, nas áreas de interflúvio. Além destes, haviam também os *negros amucambados* em diversas regiões, sobretudo, (a) nas ilhas e no interior da Costa do Salgado, (b) nas ilhas e no interior da Costa da Oyapokya, e (c) nos tributários dos rios Trombetas e Jarí, no maciço guianense. Embora estabelecessem relações de diversas ordens com os núcleos reivindicados pelo Estado – tais como povoamento e trabalho, bem como redes de troca (lingüística, matrimonial e comercial) – as populações supra-citadas (*gentias*, *misturadas* e *amucambadas*) viviam territorialmente afastadas da Cidade de Belém, bem como das vilas, freguesias, lugares e missões.

Entretanto, os próprios núcleos reivindicados pelo Estado eram também formados por populações misturadas. No sistema classificatório dos colonizadores, essas misturas eram diferenciadas com base em sete *castas raciais*, tal como descritas por Baena em sua *Corografia do Pará* de 1833. Seus classificadores foram recuperados por toda a antropologia do tema, de José Veríssimo (no XIX) a David Cleary (em fins do século XX). As *castas* compunham-se das três raças puras: os *índios*, os *negros* e os *brancos*; bem como suas principais misturas: os *curibocas* (mistura de *brancos* e *índios*), os *mamaluco*s (mistura de *curibocas* e *brancos*), os *mulatos* (mistura de *brancos* e *negros*), e os *carafuzos* (mistura de *negros* e *índios*).

Em meio às diversas misturas de *castas*, nas mais diferentes localidades, eram os *tapuios* que se sobressaíam, populacionalmente, em todos os *distritos* do Grão-Pará. A noção de *tapuio* englobava os índios que habitavam tais núcleos a uma ou mais gerações. Os *tapuios* há mais de uma geração, em maioria, eram falantes de Nhéengatú (ou, Língua Geral Amazônica), e eram, geralmente, submetidos a trabalhos forçados de diversas ordens. [Conforme descrevem Moreira Neto e Bessa Freire]. Os auto-identificados *brancos*, ampla minoria, se

entendiam a si mesmos como os representantes dos *Homens de Bem*, da *Civilização* e da *Humanidade*; e pretendiam, com meios de *brandura* ou *força bruta*, se afirmar *senhores* sobre todas as *castas* dos distritos, bem como sobre os todos os *gentios* dos entornos.

O próprio termo *casta*, utilizado amplamente pelos auto-identificados *brancos*, expressa com clareza este ponto. Trata-se, a partir de seus termos, de um sistema de classificadores que marca posições sociais (condições de *senhor* e *servo*) a partir de uma analogia com posições raciais (tocantes à superioridade e a inferioridade, supostamente advindas da *Natureza* e do *Ente Eterno*). Afinal, os que se entendiam *brancos*, se entendiam também como sendo os próprios representantes da *Humanidade*. O uso corrente do termo – *casta* – é a mais clara expressão da forma como os registros de raça e classe se sobrepunham na Amazônia de meados de 1835.

O que é notório em tal sistema é que as três *castas puras* (os *brancos*, os *índios* e os *negros*) ocupavam estatutos jurídicos diferenciados desde o *Diretório* pombalino, de 1755, passando pela *Carta Régia* de 1798. Os *brancos* eram claramente *senhores*, enquanto que os *negros* eram claramente *escravos*. Os *índios*, por sua vez, maioria populacional amazônica, dispunham de uma posição ambígua. Formalmente compartilhavam com os *brancos* o estatuto jurídico de *homens livres*. Porém, na prática, no sistema forjado nos *distritos*, compartilhavam com os *negros* a condição de *escravos*. Esta ambigüidade se torna mais clara ao evidenciarmos a posição de *cafuzo*, mistura de *índio* e *negro*. O que seria ele? Formalmente *escravo*, ou *livre*? E com relação à prática? Como dito, havia *brancos* dispostos a operar, em relação aos ditos *selagens*, tanto com meios de *brandura*, quanto com a *força bruta*, conforme expressões depreendidas de fontes judiciais de todo o Brasil, da Colônia à primeira metade do século XIX, trabalhadas por Manuela Carneiro da Cunha e Beatriz Pérrone-Moisés.

Segundo premissa relativa ao sucesso da colônia, formulada pelo Padre Vieira no século XVII, e recuperada por José Veríssimo no XIX: o *Senhor dos Índios* seria também o *Senhor do Estado*. É justamente neste campo que *brandura* e *força bruta* ganham pleno sentido. As disputas armadas, ocorridas em meados de 1835, em todos os *distritos* do Estado do Grão-Pará, têm íntima relação com esta divisão de longa duração das Colônias e Estados lusófonos da América do Sul.

A *Carta Régia* de 1798 para o Grão-Pará autorizou a estruturação de *fábricas e roças comuns* e *comandos militares* em toda a província. Os *comandos militares* detinham formalmente o controle

das *fábricas e roças*. Com tal estrutura, as relações de patronagem passaram a ser, cada vez mais, agenciadas por *autoridades militares*, em detrimento das *civis e eclesiásticas*, a partir de onde emergiam, com mais frequência, segmentos inclinados à *brandura* no trato com os *homens de cor*. Note, contudo, que *brandos* e *brutos*, ambos, se entendiam como ontologicamente superiores às *castas* de *cor*. O que estava em questão eram desavenças no modo como haveriam de se relacionar com os *selvagens*, para assim *conduzi-los* e *dirigi-los*. Estava em questão o tipo de *Humanidade* que os *brancos*, conforme sua posição de *senhor* no sistema de *castas*, pretendiam compartilhar tanto com as demais *castas* dos *distritos*, quanto com os *gentios* do entorno (conforme expressão de Michael Taussig [1987]).

A divisão entre adeptos da *brandura* e da *força bruta* passaram a ganhar mais complexidade a partir no início dos anos 1820. Então, passaram a entrar em disputa projetos antagônicos. Primeiro, com relação à Carta-Lei a ser adotada pelo Estado, se baseada no *Regime Despótico* ou no *Regime Livre dos Povos*, segundo expressões da época. Segundo, com relação à Nação à qual os *Paraenses* fariam parte, se aliados, formalmente e na prática, aos *Portugueses* ou aos *Brasileiros* de *Santa Cruz*.

Havia quatro grandes possibilidades geoestratégicas em debate no Grão-Pará época, conforme salientado por André Machado (2005): [1] A proclamação da independência do Grão-Pará (jamais seriamente documentada). [2] A formação de blocos regionais (p. ex. a Confederação do Equador, liderada por Pernambuco ou uma aliança direta e específica com Maranhão e Mato Grosso). [3] A manutenção dos laços com Portugal. [4] Ou, por fim, a adesão à *Nação dos Brasileiros*, com sede na Corte do Império, no Rio de Janeiro. Estas duas últimas eram as possibilidades mais seriamente debatidas entre as décadas de 1820 e 1830. Em meados de 1833, o Estado do Grão-Pará se encontrava integralmente segmentado. Nenhuma *autoridade* – *militar, civil ou eclesiástica* – era capaz de unificar a cadeia de mando que deveria comandar os *homens de cor*. Segundo Baena (1833), os projetos de *civilização* se encontravam integralmente falidos: fugas, fome, epidemias e revoltas, cada vez mais, chefiadas por *capitães* e *tuxauas*, com grande capacidade de mobilização das *gentes de cor* dos *distritos*.

Tais chefes, raramente ou jamais, eram reconhecidos como *autoridades legítimas* pelos principais líderes das *fações* – a *Legalista* e a *Patriótica* – que disputavam, em armas, o controle do Estado. Além disso, os *capitães* ou *tuxauas* dos *magotes de cabanos*, como eram chamados

pejorativamente, atuavam com grande autonomia e mobilidade. Estes grupos de homens armados, banhados inteiramente em jenipapo e urucu durante as situações de combate, eram, em maioria, falantes de Nheengatú; e, haviam se articulado entre si a partir da comunalidade da recusa à *força bruta* empregada pelos *comandos militares*, e por todos aqueles que se julgavam legitimados pelas ações dos oficiais, desde meados de 1798.

Este grande emaranhado de relações e posições de sujeito, em minha interpretação, forma o complexo – não totalizável – de confrontos a partir dos quais emergiu, em meados de 1835, a figura pejorativa do *cabano*, como totalidade unificadora da grande multiplicidade de contrários, contra os quais os *legalistas* se debatiam. As alianças e articulações para os confrontos, ocorridas neste período na Amazônia, não parece terem sido realizadas a partir de um único eixo, que se sobrepunha a todos os demais: tais como a *raça*, a *casta*, a *língua*, a *sociedade* ou a *cultura*. Pelo contrário, tratava-se da construção de redes de solidariedade nos combates entre diversos segmentos de grupos, emergidos de diferentes registros, nas mais diferentes situações concretas.

No tocante ao controle do Estado, o centro das disputas era a Cidade de Belém e os principais postos civis e militares da província: a Presidência e o Comando das Armas. Os *Legalistas* e os *Patriotas*, *fações* que polarizavam as disputas em todas as regiões, eram, em si mesmos, amplamente segmentados. De modo geral, os segmentos de grupos de *patriotas* eram compostos por *cidadãos* de diversos *distritos*; excluídos da estrutura de mando do *Regime Despótico*, inclinados à *brandura* no trato com os *índios*; bem como, à defesa da Carta de 1824 e da Nação dos *Brasileiros*. Seus principais expoentes eram o cônego Batista Campos (atuante entre 1821 a 1834) e o *capitão* Eduardo Nogueira Angelim (atuante entre 1833 e 1836). Recupero, aqui, para melhor evidenciar este ponto, um fragmento de um Opúsculo *legalista* anônimo de 1832. Segundo o manifesto:

O padre [Batista Campos] caminhava de lugar em lugar com um séqüito semelhante ao dos antigos roitelets da idade média, composto d'immundos negros e de sinceros índios enganados, a quem se fallava d'um attentado contra a sua liberdade, que elles com razão queriam disputar. Nem uma só pessoa de consideração ou que tivesse que perder ornava esta cruzada de bárbaros nômades (Opúsculo Anônimo, 1832:44).

Por sua vez, os segmentos de grupos de *legalistas* eram, segundo o mesmo Opúsculo, compostos por “proprietários, commerciantes, grandes agricultores, e a fina flor da mocidade; em geral, pelos Homens de Bem”. Os *legalistas* – em grande parte *portugueses nato*, ou *brasileiros adotivos* (a partir de 1824) – eram aqueles que se entendiam, a si mesmos, como os *brancos*, representantes da *Civilização* e da *Humanidade* na Amazônia, que deveriam estar em posição de *senhor*, diante de todos os demais segmentos de *casta* presentes na região. Os *legalistas* de meados de 1835, eram os herdeiros das posições de mando do *Regime Despótico* formalmente abolido em 1820; e, defendiam, a manutenção Pacto com Portugal. Entre eles, prevalecia a tendência à *força bruta* no trato com os *índios*.

Em fins de 1835, com importantes derrotas em Vigia, Belém e Santarém, os *legalistas* se encontravam fortificados e refugiados no interior de poucos e estratégicos enclaves militarizados. Nos Quartéis da ilha de Tatuóca (próxima a Belém) e de Cachoeira do Arari, na ilha do Marajó. Na *vila* de Cametá e na *freguesia* de Abaité, na região do rio Tocantins. Na *vila* de Gurupá, na região das ilhas e furos. Na fortaleza de Macapá, na Costa da Oiapokya; e, por fim, a *vila* de Óbidos, no Baixo Amazonas, próxima à foz do rio Trombetas. De fato, neste período, os segmentos de *patriotas* controlavam, não apenas a *Cidade de Belém*, como o restante das *vilas*, *freguesias*, *lugares* e *missões*. Além disso, as *castas de cor* e *gentios*, tanto nos grandes rios quanto nos interflúvios, atuavam de forma belicosa, e, cada vez mais, comandados por *capitães* e *tuxauas* emergidos de seus próprios segmentos.

Em meio à tal situação de falência geral de sua posição de mando, os principais representantes da *legalidade* entre 1835 e 1836, passaram a difundir entre as esquadras estrangeiras – sobretudo, as de Portugal e Inglaterra – a afirmação de que as *castas de cor* estavam unidas em uma *guerra geral de ódio racial*, movida contra os *brancos*. Os *legalistas*, comandados pelo marechal Manuel Jorge Rodrigues, passaram a solicitar e obter apoio internacional para promoverem uma *guerra geral* contra os seus *algozes*, *inimigos dos brancos* e da *Civilização*. A *guerra geral contra as castas combinadas* apenas foi levada a cabo, em grandes dimensões, a partir da chegada da esquadra comandada pelo brigadeiro Soares d’Andréa à ilha de Tatuóca, em meados de abril de 1836. D’Andréa, com respaldo da Corte, dos Estados de Portugal e Inglaterra, e de tropas estrangeiras ao Grão-Pará, passou a promover uma ampla *guerra* contra todos os seus contrários; oriundos de segmentos de *Patriotas*, *misturados*, *índios*, e *amucambados*.

Na estratégia da *pacificação* de Soares d'Andréa estava prevista a suspensão das garantias constitucionais da Carta do Império de 1824. As tropas estavam autorizadas a realizar execuções sumárias, prisões sem processo, e deportações em massa. Em pouco tempo foi forjada a legislação de exceção para o Grão-Pará (1838), que reestruturou os *Comandos Militares* e os *Corpos de Trabalhadores*, da Carta de 1798. Deste modo, o regime de exceção de 1836, reinstalou no Grão-Pará, as regras, as hierarquias e as estruturas de mando e obediência do Antigo Regime da Amazônia. Entre os *legalistas*, em meio ao processo de efetivação de tal estratégia, a noção de *cabano* ganhou preeminência como a figura-chave, que passou a unificar a unidade pejorativa de todos os seus contrários; que, apenas possuíam “leves parecenças exteriores com a espécie humana”, segundo os termos do almirante Taylor (em meados de julho de 1835).

A unidade dos *cabanos* é uma unidade de contrários, e não de sujeitos auto-identificados como tais; esta é a principal tese defendida neste trabalho.

ESTADO DO
GRÃO-PARÁ

Década
de 1830

LEGENDA		
Rede de Localidades	Rede Hidrográfica	Etnônimos
<ul style="list-style-type: none">CIDADEVilaFreguesiaLugarPosto MilitarEnclave		Atuais Descritos em mapas históricos

- Comarca do Alto Amazonas
- Comarca do Baixo Amazonas
- Comarca do Grão Pará